

Athanis Molás Rodrigues

**RAÍZES INTEGRALISTAS DA  
TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO:  
História das ideias de Miguel Reale (1933-1953)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Mestre em Teoria, Filosofia e História do Direito.

Orientador: Prof. Dr. Airton Lisle Cerqueira Leite Seelaender.

Florianópolis  
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rodrigues, Athanis Molás

Raízes integralistas da Teoria Tridimensional do Direito  
: História das ideias de Miguel Reale (1933-1953) / Athanis  
Molás Rodrigues ; orientador, Airton Lisle Cerqueira Leite  
Seelaender - Florianópolis, SC, 2014.

335 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-  
Graduação em Direito.

Inclui referências

1. Direito. 2. História do Direito. 3. Miguel Reale. 4.  
Integralismo. 5. Teoria Tridimensional do Direito. I.  
Seelaender, Airton Lisle Cerqueira Leite. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Direito. III. Título.

Este trabalho é dedicado aos que decidiram estudar seus inimigos, condição *sine qua non* para a arte da guerra.



*La verità sola fu figliola del tempo.*

(Leonardo Da Vinci, 1485)

*Die Weltgeschichte ist das Weltgericht.*

(Friedrich Schiller, 1784)

*Ogni vera storia è storia contemporanea.*

(Benedetto Croce, 1917)



## RESUMO

Este trabalho narra a história das ideias jurídicas de Miguel Reale, jurista e filósofo brasileiro, desde sua adesão ao Integralismo (1933) até a publicação de “Filosofia do Direito” (1953). A pesquisa centrou-se na interpretação das “Memórias” do autor (1987), em cotejo com suas obras sobre Integralismo, Teoria do Direito, Teoria do Estado, Filosofia Política e Filosofia do Direito. Também foi realizada pesquisa empírica sobre o diário integralista “Acção”, dirigido por Reale de 1936 a 1938, cujos exemplares encontram-se microfilmados no Arquivo Público do Estado de São Paulo. As trajetórias intelectual e política do autor foram analisadas conjuntamente, mediante métodos da historiografia e da sociologia dos intelectuais, apoiados nas categorias analíticas de Michel Foucault e Pierre Bourdieu.

**Palavras-chave:** Miguel Reale. Integralismo. Teoria Tridimensional do Direito.





## ABSTRACT

This work is a historical narrative about juridical ideas of Professor Miguel Reale, a Brazilian jurist and philosopher, from the time he became involved with the political movement known as “Integralismo” (1933) until the publication of “Filosofia do Direito” (1953). This research was based on my interpretation of Reale’s memories (“Memórias”, from 1987), in comparison with his works about “Integralismo”, Theory of Law, Theory of State, Political Philosophy and Philosophy of Law. In addition to this, it contains an empirical research about “Acção”, an integralist newspaper directed by Reale between 1936 and 1938. Nowadays, this material is microfilmed in the “Arquivo Público do Estado de São Paulo”, the State of São Paulo’s Public Archive. The intellectual and political trajectories of the author were analyzed altogether, through the methods of historiography and sociology of intellectuals. Some analytical categories created by Michel Foucault and Pierre Bourdieu were used to achieve this purpose.

**Keywords:** Miguel Reale. Integralism. Tridimensional Theory of Law.



## SUMÁRIO

|          |  |            |
|----------|--|------------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>15</b>  |
| <b>2</b> | <b>ARQUIVOS DA CONTRADIÇÃO: O INTEGRALISMO NA HISTORIOGRAFIA E NAS MEMÓRIAS DE MIGUEL REALE .....</b>                          | <b>27</b>  |
| 2.1      | ESTADO DA ARTE .....   | 30         |
| 2.2      | MIGUEL REALE: OUTRO JURISCONSULTO ADAPTÁVEL .....  | 62         |
| 2.2.1    | Fontes primárias .....   | 66         |
| 2.2.2    | Entrevistas .....  | 72         |
| 2.2.3    | Da concepção das “Memórias”: adolescência e juventude antes do Integralismo (1910-1932) .....                                  | 96         |
| <b>3</b> | <b>O SABER-PODER DE MIGUEL REALE: ATUAÇÃO POLÍTICA E INTELCTUAL NA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (1932-1938) .....</b>          | <b>111</b> |
| 3.1      | A LITERATURA INTEGRALISTA DE MIGUEL REALE: DE “O ESTADO MODERNO” A “ATUALIDADES BRASILEIRAS” .....                             | 116        |
| 3.1.1    | “O Estado Moderno” e “Capitalismo Internacional” .....   | 124        |
| 3.1.2    | “Actualidades de um Mundo Antigo” e “Formação da Política Burguesa” .....  | 155        |
| 3.1.3    | As chamadas “obras de divulgação”: “Perspectivas Integralistas” e “Formação da Política Burguesa” .....                        | 188        |
| 3.2      | O JORNAL “ACÇÃO” .....   | 200        |
| 3.2.1    | Editoriais de Reale: reminiscências das obras integralistas .....  | 206        |
| 3.2.2    | Plano geral da pesquisa empírica no jornal “Acção”: representação estética da participação integralista no golpe de 1937 ..... | 224        |
| <b>4</b> | <b>DA TEORIA DO ESTADO PARA A FILOSOFIA DO DIREITO: CONTINUIDADE OU RUPTURA? .....</b>   | <b>255</b> |
| 4.1      | CONCEPÇÃO TRIPOLAR DA VALIDADE DO DIREITO: “FUNDAMENTOS DO DIREITO” .....  | 262        |
| 4.2      | CONCEPÇÃO BIPOLAR/TRIPOLAR DO ESTADO E DO DIREITO: “TEORIA DO DIREITO E DO ESTADO” .....                                       | 281        |
| 4.3      | A HISTÓRIA DA TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO: “ORIGEM” DA CONCEPÇÃO ONTOLÓGICA TRIPOLAR DA EXPERIÊNCIA JURÍDICA .....        | 295        |
| <b>5</b> | <b>CONCLUSÃO .....</b>   | <b>319</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>325</b> |
| 1        | FONTES PRIMÁRIAS .....   | 325        |
| 1.1      | Miguel Reale .....   | 325        |

|            |                                   |            |
|------------|-----------------------------------|------------|
| <b>1.2</b> | <b>Outras.....</b>                | <b>327</b> |
| <b>2</b>   | <b>FONTES COMPLEMENTARES.....</b> | <b>329</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

*O que é a filosofia senão uma maneira de refletir, não exatamente sobre o que é verdadeiro e sobre o que é falso, mas sobre nossa relação com a verdade?*

(Michel Foucault)

Este trabalho busca compreender como se desenrolaram, conjuntamente, as trajetórias intelectual e política de Miguel Reale, desde quando ingressa na Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1933, até o ano em que publica seu tratado de “Filosofia do Direito”, em 1953. Nascido em 1910, Reale pode ser considerado, qualquer que seja a perspectiva adotada, um dos protagonistas do saber filosófico-jurídico e do poder político desenvolvidos na primeira metade do século XX no Brasil. Foi, ao mesmo tempo, artífice e partícipe de instituições políticas ocupadas da legitimação do sistema vigente mediante a criação jurígena. Não apenas participou ativamente de órgãos governamentais e estruturas do aparelho estatal, como galgou, com pouco mais de trinta anos, em 1941, a cátedra de Filosofia do Direito, no “território livre das Arcadas”, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

De 1933 até 1953, Reale concretizou uma intensa produção teórica e filosófica acerca do Direito e do Estado. Na “unidade indissolúvel do pensamento e da ação”, protagonizou, com seus pares, não apenas a cena intelectual e cultural do período, como também a cena política, tendo exercido papel fundamental na organização político-partidária da AIB e, posteriormente, na estrutura administrativa do Estado Novo. Em 1942, tornou-se conselheiro no/do Departamento Administrativo de Estado em São Paulo, órgão de assessoramento jurídico ao interventor. O trabalho do Departamento consistia na produção do arcabouço jurídico do Estado Novo em âmbito estadual e municipal, mediante a legiferação de decretos-leis.

Depois da derrocada do Estado Novo, ante a demanda por instituições representativas efetivamente democráticas, Reale participou da construção de dois partidos, sendo, tal qual o era na AIB, um dos principais teóricos de seus respectivos programas de governo: Partido Popular Sindical (PPS) e Partido Social Progressista (PSP). Em 1949, como fruto de suas dedicações a uma “política filosófica”, como ele dizia, investiu seu capital cultural na criação do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), tornando-se, na sequência, reitor da USP, por indicação do então governador de São Paulo, Adhemar de Barros.

Nesta prática conjunta, de saber<sup>1</sup> e de poder, Reale desenvolveu rapidamente, em sua juventude, um saber-poder especializado e autoconsciente. Sua atuação política se alinhava e se complementava a suas práticas teórica e reflexiva. Foi Foucault quem disse, numa conferência, que o poder não pode ser tramado sem o saber. E isso ocorre necessariamente porque o poder, enquanto organização social, não pode abrir mão do controle sistemático dos discursos. (FOUCAULT, 1999, pp. 7-8).

A análise da participação intelectual e política de Reale durante as décadas de 1930, 1940 e 1950 é realizada, neste trabalho, segundo uma metodologia de comparação e justaposição. A relação entre saber e poder torna-se intensa no Brasil da década de 30, quando as situações cultural e política passam a demandar quadros técnicos para a construção dos discursos identitários e representativos do período. Tais discursos pertenciam tanto às agremiações políticas então nascentes, e às suas respectivas ideologias; quanto ao novo aparelho estatal em gestação tímida, em meados de 1934, por obra de Vargas.

Era a transferência gradual de poder da “nobreza rural para a burguesia intelectual”, segundo Gilberto Freyre, o que, para Victor Nunes Leal, é apenas a dissimulação do poder e da influência política dos “coronéis”, escamoteados e revestidos pelo saber dos genros ou filhos “doutores”. (LEAL, 1997, pp. 39-44, 289-292).<sup>2</sup> As duas visões, contudo, não traduzem com precisão a complexidade daquele momento

---

<sup>1</sup> O termo “saber” é tomado aqui na acepção que lhe confere Foucault, como um “conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar [...]”. O saber é uma dimensão da prática discursiva que seleciona diferentes objetos, que podem ou não adquirir *status* científico; o saber também é o espaço em que o sujeito toma posição para falar dos objetos de seu discurso, funcionando como “campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam”. Pode-se definir também como conjunto de possibilidades de potencial utilização e apropriação, que são oferecidas pelo discurso. “Há saberes que são independentes das ciências [...] mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma.” (2008a, pp. 204-205).

<sup>2</sup> Cf., neste sentido, CARONE, 1978, pp. 251-260. Sobre a ascensão do bacharel durante o interstício que deslocou a constituição e o desenvolvimento do poder político, econômico e social da “Casa Grande” para o “Sobrado”, transformando, paralelamente, a “Senzala” em “Mucambo”, cf. FREYRE, 2004, pp. 601-617.

histórico, que fundiu elementos das “duas” Repúblicas do período (de 1891-1930 e 1930-1937).

Neste ambiente de disputa ideológica é que se constroem as identidades do comunista e do integralista. Após a outorga da Constituição de 1937, a demanda por saber tornar-se-ia diretriz do próprio sistema administrativo a ser estruturado. Reale insere-se neste contexto, na relação de saber e poder havida no seio do Estado, dada a demanda pelo saber técnico e pelas criações jurídicas particulares. Esta relação de saber e poder da qual Reale participa, e na qual se encontra enodado, estimula-o a engendrar uma outra: a relação entre seu próprio saber e seu próprio poder. Sua própria obra é apreendida, neste trabalho, como uma expressão de saber-poder autoconsciente.

Mediante a genealogia<sup>3</sup> do poder e a arqueologia<sup>4</sup> do saber, de Foucault, analisa-se o “saber-poder” “na” trajetória de Miguel Reale – tanto em sua vida política, analisando-se como seu saber era utilizado pelas instituições jurídicas e pelos partidos políticos, dentro ou fora do aparelho estatal; quanto em sua vida intelectual, espaço no qual pôde, ele próprio, confabular uma “política filosófica”, operacionalizando seu

---

<sup>3</sup> Baseando-se na “genealogia nietzschiana”, principalmente na obra “Genealogia da moral: uma polêmica”, Foucault opõe a metódica genealógica à busca pela origem, que, fincando num passado hipotético a data de um acontecimento particular, dele faz desenrolar a análise histórica como uma linearidade teleológica e contínua. Noutras palavras, o método genealógico consiste em se partir da situação presente para averiguar como um acontecimento constituiu-se historicamente, albergando, em seu bojo, reminiscências do passado. Buscar, no instituído, aquilo que possibilitou a sua instituição. Foucault também vai dizer que a genealogia se opõe às positividades do conhecimento, seu caráter “epistemológico” ou epistêmico. “o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos.” (2008a, pp. 6, 14-15, 201-202).

<sup>4</sup> Acerca das possibilidades da arqueologia, Foucault se questiona se ela poderia revelar ou fazer aparecer a regularidade de um dado saber, não o analisando, contudo, na direção das figuras epistemológicas e das ciências. A pesquisa arqueológica tem por finalidade verificar se aquilo que foi nomeado, enunciado e conceitualizado em uma prática discursiva não resultou em um dado saber, e se esse saber não foi “inserido em teorias e especulações, em formas de ensino e em receitas, mas também em processos, em técnicas e quase no próprio gesto” de seus respectivos autores. A arqueologia visa, destarte, descrever o domínio do saber, e não (d)a ciência, a despeito das práticas discursivas tenderem a uma “epistemologização”. (*Ibid.*, pp. 215-219).

saber jusfilosófico como instrumento de ascensão no mundo científico e acadêmico, tanto nacional, quanto internacional.

O trabalho visa, essencialmente, narrar a história da obra mais famosa de Miguel Reale: a “Teoria Tridimensional do Direito”. Analisando-a de modo a buscar suas raízes e seu acontecimento “originário”<sup>5</sup>, será possível a) demonstrar-se a continuidade histórica de um raciocínio jusfilosófico que tem raízes nas obras integralistas do jovem bacharel; e b) buscar sua aparição “originária”, a partir da apreensão e do cotejo de suas biografia, carreira política e trajetória intelectual. Seria possível demonstrar, historicamente, a vinculação entre o pensamento jusfilosófico de Miguel Reale e sua carreira política, sobretudo como militante do movimento conhecido por Integralismo?

Mesmo os trabalhos gerais da Filosofia do Direito geralmente ocultam a práxis jurídica dos pensadores que os modularam. Aliás, nem mesmo as pesquisas jurídicas, partículas elementares da Ciência do Direito albergadas nas Academias brasileiras, possuem o hábito, ou melhor, o método de averiguar a biografia dos sujeitos por trás dos grandes sistemas de pensamento. A carreira profissional de muitos deles, senão de todos, pode fornecer subsídios para a compreensão ulterior de suas ideias. Além disso, a análise da carreira profissional permite verificar que efeitos estas ideias geraram e como foram recepcionadas na comunidade cultural-jurídica do país, seja nas instituições jurídico-políticas, seja nas Universidades. A técnica e a ciência destes juristas estão aproximadas – e merecem análise conjunta.

Assim, deve-se evitar o principal erro das pesquisas jurídicas contemporâneas, mormente aquelas alocadas sob a metodologia da História do Direito: desvincular, mediante a indiferença do não tratamento, os pensamentos e raciocínios jusfilosóficos dos juristas de

---

<sup>5</sup> Sobre “originalidade” como remissão ao presente e não à origem, e “radicalidade” enquanto enunciação e exposição das raízes e fontes de inspiração, como métodos necessários a qualquer empreitada filosófica que intente refletir sobre a realidade brasileira, buscando-se descobrir a própria originalidade e a natureza da originalidade além das próprias condições desta descoberta, cf. GOMES, 1994, p. 21, “um pensamento é *original* não por superar sua posição – o que é impossível –, mas precisamente por dar forma e consistência a este tempo e apresentar uma revisão crítica das questões de sua época, aí tendo *origem*. O pensamento é superior não a despeito de ser situado, mas justamente por situar-se.” Ou ainda, “a função radical do pensamento é destruir a positividade do dado.”, posicionamento contrário ao “pensamento não pensado, alegórico. Que não incomoda nem arrisca. O pensar anestésico e esterilizado.” (p. 93).



suas respectivas carreiras políticas.<sup>6</sup> Intenta-se evitar, desse modo, o caráter isento, puro e extemporâneo de sistemas de pensamento que se pretendem universais, a despeito de se terem construído de modo a legitimar ou justificar contingências políticas, como regimes ditatoriais e governos de exceção. Em suma: quanto de nosso saber jurídico é legatário das ideias construídas pelos juristas encarregados de legitimar o poder político das ditaduras? Quantos de nossos mais renomados juristas são, em realidade, juristas de ditaduras?

As obras dos juristas encarregados dos arcabouços jurídicos de sustentação das ditaduras, tanto do ponto de vista técnico, quanto do científico, necessitam análise e compreensão que se alinhem às conjunturas políticas da época. Afinal, não era apenas com os emplastros jurídicos justificadores e legitimadores, como os anômalos “Atos Institucionais” (prestados ao desvirtuamento de nosso ordenamento jurídico) que estes sistemas eram mantidos. O saber técnico nutria-se do saber científico.<sup>7</sup>

A necessidade de pesquisas desta natureza, e com estes objetivos, no caso de Miguel Reale, justifica-se pelo renome internacional do autor, cuja produção cultural trafegou dos quadrantes do Direito, passando pelos da História, da Filosofia, da Teoria do Estado e da Ciência Política, para se entrosar especificamente em miradas dogmáticas de várias disciplinas jurídicas, como Direito Civil, Direito Administrativo e Direito do Trabalho. Ao final de alguns anos, as ideias de Reale adquiriram enorme influência no saber jurídico nacional.

Não obstante, sua obra fez germinar uma ampla rede de troca de bens simbólicos, de ação política e de produção cultural. Seus conceitos foram e continuam sendo utilizados tanto na práxis técnico-jurídica como nas pesquisas científicas do Direito. Até hoje, seu pontificado é cobrado, como referência obrigatória, em concursos públicos para carreiras jurídicas, até mesmo em bancas de prova oral, em que os pretensos juristas são compelidos a recitar o pensamento de Reale como se extemporâneo fosse. Sua ampla rede de apoio, composta por amigos, parceiros políticos e discípulos, tornou-se um “templo” destinado a consignar nos anais da história a magnitude de sua sapiência e de suas obras.

---

<sup>6</sup> Afinal, a *práxis* jurídica é o momento de interpretação-aplicação do Direito e de suas conseqüentes modulações teórico-gnoseológicas.

<sup>7</sup> A tese de livre-docência de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, ao final de 1964, intitulava-se “O Estado de Sítio: na constituição brasileira de 1946 e na sistemática das medidas extraordinárias de defesa da ordem constitucional.”

Todavia, esta mesma teia de discípulos, admiradores laterais e indiretos, deixou de mencionar como o “imortal jusfilósofo” participou, como quadro técnico, cérebro pensante e jurista atuante, tanto da ditadura de Getúlio Vargas, como da ditadura civil-militar de 1964. Na primeira, foi legislador de decretos-leis, sem mandato eletivo, indicado diretamente pelo presidente. Na segunda, reitor da principal Universidade do país, a de São Paulo, ocupado, dentre outras atividades, em legitimara existência de uma “Revolução” gloriosa e em marcha por meio de palestras, não sem se apoiar – no que fosse possível adaptar – nas lições de juristas estrangeiros.<sup>8</sup>

É de rigor que se demonstre, assim, a partir de uma perspectiva historiográfica, especialmente embasada nos métodos da história das ideias jurídicas e da sociologia dos intelectuais brasileiros, a vinculação entre o pensamento jusfilosófico de Miguel Reale e sua carreira política, sobretudo como militante do movimento integralista; e nas colaborações com o governo ditatorial de Getúlio Vargas, verificando-se linhas de continuidade entre suas obras teóricas sobre o Integralismo e a Teoria Tridimensional do Direito, pertencentes a um mesmo saber, tendente à “epistemologização”, isto é, em busca de seu estatuto científico – ou, no dizer do próprio Reale, ontognoseológico.

Novamente com as categorias analíticas de Foucault, pode-se deixar atestado que um saber não é construído para explicar ou compreender, mas “para cortar”. Ou seja, um conjunto de estratégias de poder e saber articularam práticas e discursos para assegurarem teias de interesses que nem sempre se manifestam no campo do conhecimento – aliás, segundo Foucault, as causas justificadoras de uma dada episteme estão sempre fora do próprio conhecimento: o conhecimento é o resultado histórico de condições que não são da ordem do conhecimento (FONSECA, 2009, p. 131-138; FOUCAULT, 2002, p. 24).

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; [...] Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra

---

<sup>8</sup> Muito embora alguns destes pensadores (cujas ideias foram instrumentalizadas), como o democrata Kelsen, tenham esculpido seu conhecimento para enfrentar as ditaduras, não puderam evitar o fato de que ele poderia ser manipulado para legitimá-las, dada a promiscuidade do Direito, a serviço de qualquer valor que exprima hegemonia nas pautas da agenda política.

muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do discurso também faz parte desse sistema. O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da “consciência”, do discurso. (FOUCAULT, 2006, p. 71).

É exatamente no sentido das diretrizes propostas por Foucault, para quem “a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática: ela é uma prática.”, que a busca pela narração histórica e historiográfica das ideias jurídicas de Reale não pode prescindir dos dados fornecidos pela sociologia dos intelectuais brasileiros. Nesta intersecção é que se poderá identificar que em sua práxis estavam contidas reminiscências de suas teorias – e em suas ideias, reflexões estimuladas pelo contato imediato com ações políticas e exercício de poder. E assim o “campo intelectual” pode ser analisado em suas relações e fusões com o “campo de poder”, como queria Bourdieu. Este trabalho foi implementado no Brasil, entre outros, por Sergio Miceli, que chega a analisar a transformação do papel político e cultural dos intelectuais da oligarquia.<sup>9</sup> Os intelectuais não se postam apenas a serviço do poder: suas teorias são, por assim dizer, sua prática, seu próprio exercício de poder.

Tais métodos são assim combinados para se perscrutar as relações entre argumentos jusfilosóficos, concepções totalizantes, saber técnico, poder político e produção científica dos juristas que atuaram nas ditaduras. O intuito é procurar genealogicamente as relações de poder que deram causa e necessidade às ideias confabuladas. E, arqueologicamente, as fontes desse saber, seus métodos, seus princípios, verificando-se como se conduziam nos campos intelectual e de poder. Descobrir como suas ideias, ao mesmo tempo em que sustentavam a

---

<sup>9</sup> Cf. MICELI, 2001, pp. 76-139, 199-237. O sociólogo francês Daniel Pecaute analisou a articulação intelectual dentro e contra o Estado brasileiro no período compreendido entre 1920 e 1945, utilizando-se das obras dos sociólogos que trabalharam com os autores deste período, entre eles, Miceli. Cf. PECAUT, 1990, pp. 14-96.

representação ideológica dos regimes, tornavam-se, elas mesmas, moduladoras de tais sistemas de poder. Finalmente, como seu poder prescindiu de seu saber e como seu saber se aliou a seu poder para se solidificar.

No primeiro capítulo, as fontes e documentos que foram selecionados para a análise do saber-poder na trajetória de Miguel Reale são tomados como “Arquivos da contradição”. Os discursos proferidos por Reale são cotejados, de modo a se concluir que o autor adaptou seus pensamentos e sua “ciência” ao sabor das conjunturas políticas de cada época, chegando a afirmar o que antes negava, e negar aquilo que antes apresentava como projeto político salvador. A primeira seção trata do estado da arte das pesquisas sobre o Integralismo no Brasil, com ênfase nos trabalhos que abordaram a produção teórica integralista de Reale. A grande maioria destas pesquisas desenvolveu-se sob as disciplinas da história e da historiografia (dentre as quais se destaca o trabalho de José Luis Beired), com algumas exceções, como a pesquisa sociológica acerca do carisma dos líderes integralistas Plínio Salgado e Miguel Reale, de Alexandre Ramos, ou o trabalho de cunho filosófico de Marilena Chauí, que abordou a dimensão ideológica do discurso integralista.

Conclui-se, preliminarmente, que não existia, até o presente momento, um trabalho sob a metódica da História do Direito que analisasse as reminiscências jurídicas dos trabalhos juvenis do Reale integralista. Não obstante, não houve, até o presente momento, uma pesquisa científica que se propusesse a vincular, historicamente, a “Filosofia do Direito”, com sua “Teoria Tridimensional do Direito”, às principais obras da fase integralista do autor: “O Estado Moderno” e “Actualidades de um mundo antigo”.

Na segunda seção, as fontes primárias da lavra de Reale são apresentadas. O trabalho apoiou-se, assim, nas “Memórias” do autor, concebidas em 1987. Apoiou-se também nas “obras políticas” da fase integralista, reunidas em três volumes segundo sistemática enviesada pelo próprio autor e publicadas em 1983 (muito embora sejam analisadas as publicações originais de “Actualidades de um mundo antigo” e “Formação da política burguesa”). Ressalte-se que as primeiras edições destas obras foram apresentadas a Alfredo Buzaid, companheiro político de Reale desde o Integralismo, acessíveis a partir do acervo particular de Buzaid abrigado na biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca-SP, pertencente à Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Duas outras fontes ganham destaque nesta empreitada analítica: a) duas entrevistas concedidas por Reale, uma ao programa da TV Cultura “Roda Viva”, de 2000, e outra ao projeto “Histórias do Poder”, articulado por Nelma Salomão, Alberto Dines e Florestan Fernandes Jr., conjunto de entrevistas dos protagonistas (políticos e intelectuais) da história política do Brasil no século XX, publicadas também em 2000; e b) os 125 (cento e vinte e cinco) exemplares do jornal “Acção”, diário da capital de São Paulo dirigido por Miguel Reale quando ainda pertencia à AIB, entre outubro de 1936 e abril de 1938. O material encontra-se microfilmado no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A análise simultânea destas fontes, feita à medida que Reale a elas se remetia durante as entrevistas, permitiu entrever que a trajetória do jusfilósofo – eivada de contradições, muitas delas expressas em sua própria prática discursiva – fez com que se tornasse um jurisconsulto adaptável, seja às ditaduras, seja aos períodos democráticos.

No segundo capítulo, a trajetória política e intelectual de Reale na AIB é analisada levando-se em consideração: a narrativa de suas “Memórias”, as ideias veiculadas nas obras teóricas do “Estado Corporativo/Integral” e a articulação dessas fontes com a mídia, o jornal “Acção”, resultado último do processo. Permeado pelas “Memórias” do autor, que funcionam como um guia para a leitura de suas obras – apesar de indicarem, certas vezes, fatos que desviam a atenção do leitor daquilo que realmente interessa –, este capítulo é dividido em duas seções. Na primeira, são analisados os três momentos da produção teórica integralista de Reale: a) “O Estado Moderno” e seu complemento, “O Capitalismo Internacional”; b) os “ensaios” de história das ideias “Actualidades de um mundo antigo” e “Formação da política burguesa”; c) os trabalhos menores para divulgação da doutrina e arregimentação de novos quadros militantes e dirigentes para a AIB, com destaque para “Perspectivas Integralistas” e “ABC do Integralismo”.

A segunda seção trata especificamente do jornal “Acção”, que traz editoriais do próprio Reale e que pode ser apreendido como um material que representa, estética e tipograficamente, a participação integralista no golpe de 1937 – seja através de sua massiva propaganda anticomunista, seja pela produção teórica do “Estado Corporativo” nos moldes do fascismo italiano, seja pelas transações e negociações que Vargas mantinha com a liderança da AIB (personalizada na figura de Plínio Salgado, mas sendo também composta por Miguel Reale, Gustavo Barroso e Olbiano de Melo). Além disso, ressaltou-se o vínculo político entre o então Ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra,

e o capitão Olympio Mourão Filho, integralista. Nesta seção, outros documentos são analisados, como a carta pessoal de Salgado a Vargas, não aceitando o cargo de Ministro da Educação proposto pelo último.

O terceiro capítulo busca captar a transposição das ideias integralistas de Reale, situadas na forma dos discursos de Teoria do Estado e Ciência Política, para a Filosofia do Direito. É a evidenciação de que sua prática discursiva foi, gradativamente, convertendo seu saber em poder. Reale buscou conferir estatuto científico às suas ideias, de maneira que suas práticas discursivas passaram a “epistemologizar-se”. A despeito de se ter desligado formalmente da AIB e do Integralismo em 1939, a análise arqueológica pode financiar o argumento de que as ideias desenvolvidas no seio da agremiação partidária não foram abandonadas, mas sofreram sofisticação e maior “tecnologia”, termo caro a Foucault.

Inicialmente, são analisadas duas obras da década de 1940: “Fundamentos do Direito” e “Teoria do Direito e do Estado”. A primeira, fruto da tese apresentada no concurso para a cátedra de Filosofia do Direito do “Largo de São Francisco”. A segunda, inicialmente elaborada para ser apresentada como tese no concurso de Direito Constitucional na mesma Universidade, é analisada tanto em sua versão original, cuja primeira edição é de 1940, quanto em sua quinta edição, de 2000, verificando-se os “ajustes” que Reale nela realizou depois do advento de sua principal obra, “Filosofia do Direito”, de 1953, também analisada, sobretudo o capítulo da Teoria Tridimensional.

O trabalho analítico deságua na hipótese de que a concepção ontológica tripolar da experiência e do fenômeno jurídicos – compostos, em essência, de uma realidade ôntica tripartida entre fato, valor e norma – é consequência, e não causa, da Teoria Tridimensional do Direito. A conclusão à qual chega Reale, de que somente uma ontognoseologia como aquela modelada pela sua Teoria Tridimensional seria capaz de apreender/compreender a essência do fenômeno jurídico (mediante uma dialética de implicação-polaridade, ou simplesmente complementaridade, entre fato, valor e norma) é, em realidade, uma aporia, uma inflexão retórica que apresenta as duas faces de uma mesma ferramenta como dois momentos distintos de um processo de experimentação.

Noutras palavras, a conclusão de que a própria essência do Direito é tripartite funciona como premissa que faz demandar a proposta ontognoseológica da Teoria Tridimensional. Uma vez que esta teoria traz elementos e ideias que Miguel Reale desenvolveu desde 1933, o “caminho lógico” para justificar a imprescindibilidade de sua “teoria do

conhecimento jurídico” seria, mesmo, perceber que a própria “essência” da experiência jurídica guarda aqueles caracteres elencados. Assim, pode-se concluir que Reale não captou a “essência do Direito”, mas, sim, forjou para o Direito um design que o faria irremediavelmente encaixar-se na ontognoseologia da Teoria Tridimensional. Eis a “origem” da teoria – eis o seu telos.

A despeito de Reale afirmar que a obra “Teoria do Direito e do Estado” representava o “superamento” ou a ruptura com as concepções integralistas da década de 1930, a pesquisa elaborada fez emergirem indícios de continuidade, desenvolvimento progressivo e sofisticação daquelas ideias. Referenciadas em práticas discursivas de vários anos, estas ideias modularam o saber-poder de Reale, tendente a uma “epistemologização” que finalmente desembocou na Teoria Tridimensional do Direito. A busca pelo estatuto científico de seu saber, uma tecnologia que lhe seria própria e peculiar, pode representar um ponto alto do poder político de Reale.

O historiador italiano Benedetto Croce, fonte de inspiração do Reale integralista, muito embora tenha se posicionado contra o fascismo de Mussolini, afirmou que “toda a verdadeira história é história contemporânea”. (CROCE, 1995, p. 277).

[...] pois é evidente que só um interesse pela vida do presente nos pode levar à investigação de um facto passado; o qual, por conseguinte, na medida em que se unifica com um interesse da vida presente, não responde a um interesse passado, antes a um interesse presente. (*Ibid.*, p. 276).

A história do “acontecimento original” da Teoria Tridimensional do Direito em 1953 é de interesse presente, dada sua influência no saber jurídico nacional. Também é de interesse presente a história dos juristas de ditaduras no Brasil, para que se verifique, enfim, que grandes cabeças de nosso sistema doutrinário jurídico elaboraram seu saber sob os auspícios dos regimes ditatoriais e dos governos de exceção.

Não obstante, a capacidade de adaptabilidade desses arcabouços teórico-filosóficos ao sabor das conjunturas políticas, transpondo-se de ditaduras para democracias e vice-versa, também torna premente e necessária uma narrativa historiográfica e uma avaliação histórica. Por fim, o estudo da AIB e do Integralismo, como a expressão mais forte e organizada do fascismo europeu em solo nacional, interessa especialmente aos pesquisadores do Direito, já que alguns quadros

intelectuais do movimento, como Miguel Reale, Alfredo Buzaid e San Tiago Dantas, tornaram-se personalidades políticas e científicas, com ampla produção jurídica.

Se Reale morreu socialista-revisionista-cristão, fascista-integralista, liberal-social, democrata-social, sindicalista-trabalhista, culturologista, historicista axiológico, tridimensionalista, não se sabe – só os anais da história poderão dizê-lo.

O que se pode dizer é que seu conhecimento técnico e sua desenvoltura política propiciaram-lhe a capacidade de se adaptar a diferentes circunstâncias históricas, regimes de governo, posturas ideológicas e partidos políticos. É possível escavar a história de sua principal obra, a Teoria Tridimensional do Direito, e apontar ali reminiscências dos raciocínios esboçados em sua literatura integralista. Raízes integralistas. As fontes primevas de seu pensamento jurídico no Integralismo: os filósofos do fascismo europeu, como Michail Mainolesco (romeno), Alfredo Rocco, Giovanni Gentile e Giorgio Del Vecchio (italianos).



## 2 ARQUIVOS DA CONTRADIÇÃO: O INTEGRALISMO NA HISTORIOGRAFIA E NAS MEMÓRIAS DE MIGUEL REALE

*Cada criação, realmente, a partir do momento em que se realiza, parece desprender-se do cordão umbilical que a ligava a seu criador e passa a ter vida própria, exprimindo totalmente, em si mesma, seu próprio significado. A forma funciona, em outras palavras, como um organismo.*

(Carlos Eduardo de Abreu Boucault)

A política, cristalizada ou não em instituições, tem interesse nas ciências humanas – o objeto primordial tanto da política quanto da ciência é, ainda que indiretamente, a pessoa humana. As “duas vocações”, a que se refere Weber, disjuntadas em sua perspectiva, são, para Foucault, entidades que se constituem conjuntamente. É por isso que Foucault abandona, provisória e estrategicamente, os conceitos de “saber” e “poder”, para fazer referência apenas ao poder-saber ou saber-poder.

Foucault sustentou a existência de uma série conjugada de procedimentos de seleção, controle, organização e redistribuição do discurso, técnica implementada para que seus “poderes e perigos” fossem conjurados. Aqui, o francês falava sobre a importância política do saber, daí porque os discursos tornam-se veículos de poderes e perigos. (FOUCAULT, 1999, pp. 8-10). O discurso não é a moeda de troca com a qual as personalidades políticas negociam umas com as outras – o discurso é um lugar, e é neste espaço que a política exerce, privilegiadamente, seus principais dispositivos.

É no discurso que a política aplica-se enquanto poder – o lugar do discurso torna-se objeto de desejo. Para ilustrar seu argumento, o francês dispôs da tragédia grega “Édipo-Rei”, de Sófocles, como narrativa representativa da dissociação forçada entre saber e poder que, segundo ele, ter-se-ia operado na antiguidade grega, durante um momento de decadência ática e ascensão tebana. Segundo seu argumento, a história da filosofia ocidental poderia comprovar que este mito foi tomado como verdade inexorável: o poder necessariamente seria cego, enquanto o saber seria uma iluminação possível destinada a um grupo seletivo e distinto.

O Ocidente vai ser dominado pelo grande mito de que a verdade nunca pertence ao poder político, de que o poder político é cego, de que o verdadeiro

saber é o que se possui quando se está em contacto com os deuses ou nos recordamos das coisas, quando olhamos o grande sol eterno ou abrimos os olhos para o que se passou. Com Platão, se inicia um grande mito ocidental: o de que há antinomia entre saber e poder. Onde se encontra saber e ciência em sua verdade pura, não pode mais haver poder político. (FOUCAULT, 2002, pp. 50-51).

Este mito fundador tornou-se um *topos* no panteão principiológico da Filosofia ocidental. Para Foucault, o primeiro responsável por apontar a imprecisão que ali residia foi o filólogo alemão Friedrich Nietzsche. O francês, que sempre intentou pronunciar as lições de Nietzsche como diretrizes metodológicas absolutamente necessárias, encontrou em sua “genealogia” a maneira de averiguar como as lutas travadas pelo poder operam-se e se estabelecem por trás do espetáculo do saber, não sem manipulá-lo e dirigi-lo. Foucault quer concluir que é determinantemente impossível que o poder político esteja fora do saber – em realidade, é constituído em transação com ele. (*Idem*). Não há ciência em sua verdade pura.

Não se trata, entretanto, de buscar o certo e o errado no discurso científico ou político – analisar o saber-poder significa averiguar onde se assentam certas práticas, onde podem descansar seus procedimentos de modo a se resguardarem em legitimidade. Por isso é que Foucault queria buscar o saber que gradativamente vai se modulando através das práticas discursivas – o saber funciona, assim, como a instância de legitimação de outras práticas, conjugadas àquelas. A este processo Foucault dá o nome de “ordem do discurso”. O “balizamento dos mecanismos de poder” no interior dos próprios discursos científicos faz Foucault questionar-se a respeito do seguinte: “A que se deve obedecer, a que coação estamos submetidos, como, de um discurso a outro, de um modelo a outro, se produzem efeitos de poder?”. (FOUCAULT, 2008c, pp. 226-227). Foucault diz procurar “a interface do saber e do poder”

Há efeitos de verdade que uma sociedade como a sociedade ocidental, e hoje se pode dizer a sociedade mundial, produz a cada instante. Produz-se verdade. Essas produções de verdades não podem ser dissociadas do poder e dos mecanismos de poder, ao mesmo tempo porque esses mecanismos de poder tornam possíveis,

induzem essas produções de verdades, e porque essas produções de verdade têm, elas próprias, efeitos de poder que nos unem, nos atam. São essas relações verdade/poder, saber/poder que me preocupam. (*Ibid*, p. 229).

Foucault chegou a mencionar que nunca tentou projetar metodologias ou teorias, preferindo pensar que suas pesquisas poderiam ser utilizadas como caixas de ferramentas para, em sentido oposto, causar curto-circuito num dado sistema de poder – inclusive naqueles em que suas obras poderiam ter-se constituído. (FOUCAULT *Apud* FONSECA, 2011, pp. 132). A relação necessária saber-poder, contudo, necessita de um agente operador para que se viabilize. Este agente é o intelectual. Ao mesmo tempo em que viabiliza essa relação, o intelectual está tomado nela – e também por ela.

“Este livro exprime a vontade firme de teorizar a vida e de viver a teoria na unidade indissolúvel do pensamento e da ação” (REALE, 1983b, p. 7). Com estas palavras, Miguel Reale prefacia a principal obra da fase integralista de seu pensamento político (que o autor chama de “1ª fase”<sup>10</sup>): “O Estado Moderno”. Com 23 anos de idade, tornado bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo, este parecia ser o pendor de seu espírito à época.

Com a maturidade, contando então com 75 anos de idade, Reale parece refutar este espírito “indissolúvel”, já que a aparente “arrogância” da expressão utilizada neste seu “livro juvenil” (com a qual Reale pretendeu traçar seu “programa de vida”) foi vencida pelos “últimos escrúpulos”. Um homem escrupuloso, na visão de Reale, é aquele que consegue aceitar “o desafio de mostrar como o mundo das pesquisas teóricas do filósofo pode não conflitar, por exemplo, com o empenho mundano da advocacia.” (REALE, 1987a, p. XVII).

Se na juventude o esforço se direcionava para a unificação do pensamento e da ação, na maturidade o esforço parece se direcionar no sentido oposto, ou seja, para uma dissociação necessária. As ideias, a filosofia, a teoria, o pensamento, enfim, ficam situados num espaço que transcende a mundanidade; a ação, tornada advocacia, política, torna(m)-se atividade(s) restrita(s) ao que é terreno. Enquanto isso, a Filosofia do Direito estaria na seara das “aspirações mais altas e

---

<sup>10</sup> REALE, 1983a, pp. 6-7. A “2ª fase” corresponderia à sua tendência ao “historicismo axiológico”, inaugurada a partir da obra “Teoria do Direito e do Estado”, de 1940, sendo a “3ª fase” iniciada com a publicação de “Pluralismo e Liberdade”, de 1963.

desinteressadas” (*Idem*). Contudo, Reale não via com maus olhos a produção teórica da juventude, não havendo “razão para renega-las” (REALE, *op. cit.*, p. 5). Por que renegar as obras da juventude, se “cada época histórica tem suas exigências peculiares”? (*Idem*). O próprio autor afirma, assim, que suas obras da juventude são essenciais para a compreensão dos estudos posteriores, da maturidade e da velhice. Mas por que esta cautela declarada?

Esta cautela vem encartada na “Introdução à edição de 1983: *a razão de ser desta publicação*”, um breve texto que Reale escreveu para tecer esclarecimentos sumários sobre o Integralismo e a ordenação de seus livros da juventude integralista, propiciada pela nova edição da Universidade de Brasília (num esforço de reconstituir, segundo o autor, as fases do pensamento político brasileiro). A cautela tem também sua razão de ser: estas ideias, expostas há mais de meio século, não correspondem ao seu pensamento “atual”, é dizer, da década de 1980. Ora, e por que introduzir desta maneira cautelosa este vasto conjunto de obras, cuja repercussão, clareza e densidade de dados são inquestionáveis?

Antes mesmo de atentar para o fato de que a ordenação desta edição das “obras políticas” segue a cronologia de suas concepções, e não a ordem de suas publicações, Reale é contundente: “Tenho pena daqueles que, por fraqueza ou cálculo, repudiam o seu passado integralista ou comunista, como se fosse algo de condenável” (*Idem*). Equiparando duas tendências ideológicas da década de 1930, cujos projetos de sociedade e de poder eram opostos, conquanto tivessem algumas similaridades (formação de um Estado forte com centralização política), Reale justifica sua cautela: ela se deve a uma “*vulgata integralista*”, “tão pobre ou tendenciosa como a *vulgata marxista*”. (*Idem*). Eis a razão de ser da cautela: imunizar-se contra más interpretações.

## 2.1 ESTADO DA ARTE

As pesquisas sobre o Integralismo, segundo autores como Rodrigo de Oliveira e Alexandre Ramos, possuem tendências das mais diversas, objetos e metodologias distintas e conclusões não raro controvertidas. Ambos os autores distinguem fases ou gerações das pesquisas sobre o Integralismo – e, em diversas ocasiões, a especificidade dos trabalhos faz com que a temática sobre o Secretário Nacional de Doutrina e Estudos da AIB seja deixada ao largo. Não obstante, serão mencionadas apenas as pesquisas que restringiram seu

objeto à vigência da AIB, já que Reale afastou-se do movimento em 1939, uma vez implantado o Estado Novo, que determinou a supressão de todas as agremiações políticas e partidárias do período.

Tanto Rodrigo de Oliveira como Alexandre Ramos consentem que as pesquisas sobre o Integralismo desenvolveram-se a partir da década de 1970. Antes disso, foram publicados unicamente dois trabalhos sobre o tema, ambos em universidades alemãs. No ano de 1937, Carlos Henrique Hunsche defendeu tese de doutoramento sob o título “O Integralismo brasileiro: história do movimento fascista no Brasil”, na Faculdade de Filosofia da Universidade Friederich Wilhelm, em Berlim, consagrando-se por ser a primeira análise acadêmica do movimento. A despeito de estar protegida sob os auspícios do Nazismo, que já se entranhara na Universidade alemã, Rodrigo de Oliveira e Ramos sustentam que a obra está livre de paixões políticas militantes, afirmação que merece cautela. (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 119; RAMOS, *op. cit.*, p. 27).

Oliveira atenta para o fato de certa influência que a obra pode ter sofrido de seu meio social, já que concebida em plena Alemanha Nazista. Aliás, sua análise é exatamente uma comparação do movimento com o nazismo alemão, bem como as influências internas (a formação da identidade, “brasilidade”) e externas (seu surgimento no contexto mundial do pós-guerra e suas inter-relações com os modelos europeus do fascismo) do movimento (*Ibid.*, p. 120).

No ano seguinte, em 1938, Arnaldo Nicolau de Flue Gut defendeu uma tese de doutoramento acerca do pensamento político e literário de Plínio Salgado, intitulada “Plínio Salgado, o creador do Integralismo brasileiro na literatura brasileira”, na Ludwig-Maximilian Universität de Munique. Diferentemente da primeira pesquisa, focada na atuação da própria AIB, este trabalho centra-se na produção intelectual de Salgado. Para Oliveira, Gut não consegue distanciar-se de seu objeto, emitindo constantemente juízos de valor sobre a obra de Salgado: para ele, “O pensamento é conciso, vibrante e de força irresistível”. (GUT *Apud* OLIVEIRA, *ibid.*, p. 121).

Mas é com a tese de doutorado de Héglio Trindade, defendida na Sorbonne e publicada em 1974, que o Integralismo ressurgue como novo tema de debate na seara das Ciências Humanas.<sup>11</sup> Estudando única e

---

<sup>11</sup> Oliveira (p. 122) e Ramos (p. 27) lembram-se da obra de alguns autores estadunidenses que, estudando as décadas de 1930 e 1940 no Brasil, trouxeram capítulos sobre a AIB, contextualizando-a no cenário político nacional da época; ou, noutro sentido, como o trabalho de Payne, analisando-se o integralismo no

exclusivamente o movimento integralista, defendendo a tese de que foi, efetivamente, uma espécie de fascismo, serviu de referência para obras posteriores.<sup>12</sup> Enquanto as outras obras levavam a temática da AIB para o campo da História, Trindade deslocou-o para as Ciências Sociais e para a Filosofia.

A partir daqui, os autores divergem quanto à divisão, para fins didáticos, das pesquisas sobre o Integralismo. Rodrigo de Oliveira defende, um pouco arbitrariamente, que a divisão deve ser implementada em fases, seguindo orientação cronológica; ao tempo que Ramos prefere uma divisão temática, já que a divisão de Oliveira torna impossível a situação de algumas obras.

Para Oliveira, existem, portanto, três fases distintas: “1ª fase – AIB como movimento de massas organizado nacionalmente; 2ª fase – estudos regionais sobre o Integralismo; 3ª fase – novas abordagens sobre o Integralismo”. (OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 122). Ramos, criticando a abordagem de Oliveira pela sua perspectiva linear e cronológica, aponta que este acabou misturando temas, objetos e metodologias distintas. Assim, a primeira fase, que encerraria a primeira geração de trabalhos sobre o tema, contém trabalhos totalmente distintos, como o de Trindade e o de José Chasin (que não foca na dimensão política da AIB ou sua organização, mas no pensamento de Salgado, como será visto adiante).

Apresenta, então, uma proposta quase semelhante, a não ser pela retirada da apreensão linear: três orientações fundamentais, sendo que,

---

contexto mundial do fascismo. São eles: LEVINE, Robert M. **O regime Vargas: os anos críticos (1934-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980 (cuja versão original fora publicada em 1970, em inglês); BROXSON, Elmer. **Plínio Salgado and the brazilian integralism (1932-1938)**. Washington: *The Catholic University of América*, 1972); HILTON, Stanley. *A Ação Integralista Brasileira: fascism in Brazil (1932-1938)*. In: **O Brasil e a Crise Internacional (1930/1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977 (originalmente em inglês e publicada em 1972); PAYNE, Stanley G. **Historia del fascismo**. Barcelona: Editorail Planeta, 1995. Pode-se citar ainda as considerações sobre a AIB no contexto da República Nova e do Estado Novo nas obras de Edgard Carone: CARONE, Edgar. **A Segunda República**. São Paulo: DIFEL, 1973; **A república nova (1930-1937)**. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976; **O estado novo (1937-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1977. Por fim, Ramos ainda menciona a tese de Margareth Todaro Williams, de 1971, sobre as relações da Igreja Católica brasileira e a AIB: *Integralism and the brazilian catholic church*. In: **The Hispanic American Historical Review**, v. 53, n. 3. 1974.

<sup>12</sup> Dentre as quais podem ser citadas CHAUI, 1978, pp.17-149; CHASIN, 1978; VASCONCELOS, 1979; CAVALARI, 1999; RAMOS, 2008b, 2013a.

em detrimento delas, existem duas abordagens específicas no estudo focado da AIB como movimento político, quais sejam, abordagem global e abordagem local (RAMOS, *op. cit.*, p. 28). Apesar de misturarem critérios distintos e se quedarem imprecisas, as divisões dos autores são úteis para se compreender como o mesmo objeto de pesquisa foi tratado com interesses e fins diversos.

As abordagens globais analisam o Integralismo como um todo articulado nacionalmente, tomando o movimento em sua expressão nacional. Já as abordagens locais situam a análise da AIB em suas expressões municipais ou estaduais, denominados “estudos regionais” – segundo Ramos, esta abordagem tem sido mais comum nos últimos anos. As três orientações fundamentais são: a) o “pensamento integralista”, em sua feição geral ou pela delimitação das várias correntes expressas no interior do movimento, isto é, pelas ideias dos principais intelectuais (como Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso e Olbiano de Melo); b) a história política da AIB, em suas relações com a política nacional ou local (governo central, eleições municipais, ligações e tensões com elites políticas locais e regionais); c) heterogeneidade de orientações metodológicas e multiplicidade de objetos (dimensões sociais e culturais, como seu universo simbólico, participação feminina, relacionamento com grupos religiosos, papel da imprensa, iconografia e indumentária, atividade militante cotidiana através do recurso da história oral, etc.). (*Ibid.*, p. 28-30).

Por ser mais criteriosa, será adotada a divisão encabeçada por Ramos. Sendo assim, desde o trabalho de Trindade, abordando-se a ideologia integralista pela historiografia do “pensamento integralista”, seja numa feição geral ou especializada num dos diversos intelectuais do movimento,<sup>13</sup> destacaram-se para o autor, dentre os trabalhos que

---

<sup>13</sup> Ramos menciona, neste sentido, os trabalhos de Ricardo Benzaquen de Araújo: **Os mercadores do mal**: os judeus na obra de Gustavo Barroso. CPDOC/FGV, 1978; As classificações de Plínio. **Revista de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 161-180. (1979); **Totalitarismo e Revolução – O Integralismo** de Plínio Salgado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987; **In Medio Virtus**: uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: CPDOC, 1988. SOUZA, Francisco Martins. O Integralismo. In: **Curso de introdução ao pensamento político brasileiro**. Brasília: Editora da UnB, 1982. v. 5, p. 61-109. MELO, Manuel Palacios Cunha. O Integralismo de Miguel Reale. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, 1994, p. 125-152. (não tive acesso a esta obra). Dele próprio **O integralismo entre a família e o estado**: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937). 271 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências

abordam o pensamento de Plínio Salgado, os trabalhos de José Chasin (1978) e Ricardo Benzaquen de Araújo (1987). Ao seu turno, Oliveira destaca, na primeira fase, os trabalhos de José Chasin, Héglio Trindade e Gilberto Vasconcelos.<sup>14</sup> Todavia, estas obras centram-se na análise do pensamento de Plínio Salgado, enquanto outros importantes teóricos do movimento, como Gustavo Barroso e Reale são mencionados apenas marginalmente.

Em 1978, Trindade apresenta uma nova pesquisa sobre o Integralismo num artigo de jornal, cuja abordagem inaugura um novo modelo de pesquisas, que Oliveira situa como sendo sua segunda fase, ou seja, o Integralismo organizado regionalmente: é o trabalho de René Gertz, “Os Teuto-Brasileiros e o Integralismo no Rio Grande do Sul”. Salientando a inexistência, até os dias atuais, de uma pesquisa que realize comparações entre o desenvolvimento da AIB em regiões distintas, Oliveira afirma que este trabalho de Gertz inaugurou uma nova tendência nas pesquisas de cunho regional, com destaque para o grande número de pesquisas situadas no estado e nos municípios de Rio Grande do Sul.

Em sua tese de doutoramento, alargou o espectro espacial de seu estudo, analisando também o germanismo dos teuto-brasileiros no estado de Santa Catarina. Neste aspecto, a análise de Ramos aproxima-se da de Oliveira: para o primeiro, os estudos regionais situam-se na segunda orientação fundamental das pesquisas (cf. alínea *b* acima),

---

Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Os de Célia Cerqueira de Araújo (1991) e Marco Chor Maio (1992; 2003). SCHMIDT, Patricia. **Plínio Salgado**: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação. Dissertação (Mestrado em História), UFSC, Florianópolis, 2008. Sobre uma abordagem da AIB no contexto dos intelectuais autoritários de Brasil e Argentina entre os anos de 1914 e 1945, cf. BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Edições Loyola, 1999. E, embora sejam trabalhos não relacionados com o integralismo, PADILHA, Leonardo Ayres. **Perscrutar o hinterland**: o pensamento modernista de Plínio Salgado. Dissertação (Mestrado em História), PUC-RJ, Rio de Janeiro, 2005; o de Fernando Luiz Vale Castro (2001), sobre Gustavo Barroso.

<sup>14</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 123. Pelo autor são citadas: TRINDADE, Héglio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1974; VASCONCELOS, Gilberto. **Ideologia Curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979; CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.



indicando os trabalhos por estado: Rio Grande do Sul,<sup>15</sup> Santa Catarina,<sup>16</sup> São Paulo,<sup>17</sup> Rio de Janeiro,<sup>18</sup> Minas Gerais,<sup>19</sup> Pernambuco,<sup>20</sup>

---

<sup>15</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 127-132. RAMOS, *op. cit.*, p. 29. Cf., sobre Rio Grande do Sul, GERTZ, René. **Os teuto-brasileiros e o integralismo no Rio Grande do Sul**: contribuição para a interpretação de um fenômeno político controvertido. Porto Alegre: UFRGS, 1977 (dissertação de mestrado em Ciência Política); BRANDALISE, Carla. **O fascismo na periferia latino-americana: paradoxo da implantação do integralismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, UFRGS, 1992 (dissertação de mestrado em Ciência Política); PISTORELLO, Daniela. **“Os homens somos nós”**: o integralismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2001 (dissertação de mestrado em História); GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do littorio**: o fascismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Parlenda, 1994; BERTONHA, João Fábio. Entre a bombacha e a camisa preta: notas sobre a ação do fascismo e do integralismo no Rio Grande do Sul. **Estudos Ibero-Americanos/Pós-Graduação em História**. Porto Alegre: EDIPUCRS, ano 24, n. 2, dezembro de 1998; IRSCHLINGER, Fausto Alencar. **Perigo verde**: o integralismo no norte do Rio Grande do Sul (1932-1938). Passo Fundo: UPF, 2001; CANABARRO, Ivo dos Santos. **Uma abordagem cultural de um movimento político dos anos trinta**: o caso do integralismo em Ijuí. Porto Alegre: UFRGS, 1994 (dissertação de mestrado em História); MILKE, Daniel Roberto. **O integralismo na capital gaúcha**: espaço político, receptividade e repressão (1934-1938). Porto Alegre: PUCRS, 2003 (dissertação de mestrado em História); BARRERAS, Maria José Lanziotti. **Dario de Bittencourt (1901-1974)**: uma incursão pela cultura política autoritária gaúcha. Porto Alegre: PUCRS, 1993 (dissertação de mestrado em História); TONINI, Veridiana M. **Uma relação de amor e ódio**: o caso Wolfram Metzler (1932-1957). Passo Fundo: UPF, 2003.

<sup>16</sup> Cf., sobre Santa Catarina, ZANELATTO. **Região, etnicidade e política**: o integralismo e as lutas pelo poder político no sul catarinense na década de 1930. Tese (Doutorado em História), UFRS, Porto Alegre, 2007.

<sup>17</sup> Cf., sobre São Paulo, BRUSANTIN, Beatriz de Miranda. **Anauê paulista**: um estudo sobre a prática política da primeira “cidade integralista” do Estado de São Paulo (1932-1943). Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, Campinas, 2004.

<sup>18</sup> Cf., sobre o Rio de Janeiro, FAGUNDES, Pedro Ernesto. **A ofensiva verde**: a AIB no estado do Rio de Janeiro (1932-1937). Tese (Doutorado em História). UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

<sup>19</sup> Cf., sobre Minas Gerais, SILVA, Leandro Ratton Pires da. **Deus, pátria e família**: Integralismo e catolicismo em Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), PUC-MG, Belo Horizonte, 2010.

<sup>20</sup> Cf., sobre Pernambuco, SILVA, Giselda Brito. O Integralismo em Pernambuco. In: SILVA, G. B. (Org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Editora da UFRPE, 2007.

Ceará,<sup>21</sup> Maranhão,<sup>22</sup> entre outros. Segundo Ramos, as pesquisas seguem caminhos semelhantes, observando resultados das votações municipais em cotejo com os arranjos e tensões entre integralistas e políticos locais, sendo a principal fonte historiográfica os jornais locais.<sup>23</sup>

A terceira fase de Oliveira, inaugurada na década de 1990, coincidindo com a terceira orientação fundamental de Ramos, versa sobre os estudos mais recentes sobre o Integralismo, das mais variadas tendências, com metodologias distintas e objetos novos.<sup>24</sup> Neste grupo encontram-se temas marginais dos outros trabalhos, ou novas temáticas ainda não abordadas: a) memórias, militantes de base e seu cotidiano;<sup>25</sup> b) a concepção integralista da mulher e a participação do gênero feminino no movimento;<sup>26</sup> c) a intervenção social do Integralismo,

---

<sup>21</sup> Cf., sobre o Ceará, PARENTE, Josênio. **Os camisas verdes no poder**. Fortaleza: UFC, 1986. MONTENEGRO, J.A.S. **O integralismo no Ceará**. Fortaleza, 1986.

<sup>22</sup> Cf., sobre o Maranhão, CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **Integralismo e política regional: a Ação Integralista Brasileira no Maranhão**. São Paulo: Annablume, 1999. Este rol não é taxativo, existindo outras pesquisas regionais.

<sup>23</sup> RAMOS, *op. cit.*, p. 29. Ateste-se que, para esta pesquisa, alguns jornais integralistas também ganham importância como fontes historiográficas, uma vez que Reale, na condição de Secretário Nacional de Doutrina e Estudos da AIB era o responsável pela avaliação e censura dos textos publicados (até sair do cargo, por decisão de Salgado, em meados de 1936).

<sup>24</sup> OLIVEIRA, *op. cit.*, p. 132-136; RAMOS, *op. cit.*, p. 30-31.

<sup>25</sup> Cf. CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. **Memória e Integralismo: um estudo da militância no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em História), UFF, Niterói, 2000; **Do sigma ao sigma**. Tese (Doutorado em História), UFF, Niterói, 2007; SOUSA, Samuel Pereira de. **Soldados de Deus e da Pátria: entre as práticas cotidianas e a construção da memória integralista em Barbalha-CE (1933-1950)**. Dissertação (Mestrado em História), UECE, Fortaleza, 2010.

<sup>26</sup> Cf. FERREIRA, Laís Mônica Reis. **Integralismo na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009; LOPES, Daniel Henrique. **Experiências femininas na AIB, 1932-1938**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UNESP, Marília, 2007; POSSAS, Lidia Maria Vianna. As cartas femininas: relações de gênero na escrita das “blusas verdes” [2004b]. In: **Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História**. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 2004. Cd-Rom; POSSAS, Lidia Maria Vianna. O Integralismo e a mulher [2004a]. In: DOTTA, R. A. et al. **Integralismo: novos estudos e reinterpretações**. Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.

relações com grupos religiosos, como católicos e protestantes;<sup>27</sup> d) simbologia e iconografia, ritualística e indumentária;<sup>28</sup> e) movimento integralista no pós-guerra;<sup>29</sup> f) anticomunismo, identificação e combate

---

<sup>27</sup> WILLIAMS, *op. cit.*; MOURA, Carlos André Silva de. Integralistas e católicos. In: SILVA, G. B. (Org.). **Estudos do Integralismo no Brasil**. Recife: Editora da UFRPE, 2007; GONÇALVES, Leandro Pereira. Tradição e cristianismo: o nascimento do Integralismo em Juiz de Fora. In: SILVA, G. B. (org.), *op. cit.*; SILVA, 2010.

<sup>28</sup> Cf. BERTONHA, João Fábio. A máquina simbólica do Integralismo. **História & Perspectiva**, n.

7, 1992, p. 87-110; Neste sentido, sobre a simbologia e, ademais, sobre o papel da imprensa integralista, cf. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937)**. Bauru: EDUSC, 1999; RAMOS, Alexandre Pinheiro. Fotografias do Integralismo para além do Integralismo: breves análises e propostas. In: **Locus – Revista de História**, v. 16, n. 1, Juiz de Fora, 2010. p. 47-64; SILVA, Rogério Souza. A política como espetáculo. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, n. 25, p. 61-95, 2005; BULHÕES, Tatiana Silva. Evidências esmagadoras de seus atos: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1938). Dissertação (Mestrado em História), UFF, Niterói, 2007.

<sup>29</sup> Cf. CALIL, Gilberto Grassi. **O integralismo no pós-guerra: a formação do PRP (1945-1950)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001; CRISTOPHOLETTI, Rodrigo. **As celebrações do jubileu de prata integralista (1957-1961)**. Dissertação (Mestrado em História). Assis, Faculdade de Ciências e Letras UNESP, 2002; CRISTOPHOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)**. Tese (Doutorado em História). CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2010. 254 f.; CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino. **Partido de Representação Popular: política de**

alianças e partidos nos governos estaduais do RS de 1958/1962. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 1999.

dos inimigos do Integralismo;<sup>30</sup> g) o antisemitismo no Integralismo;<sup>31</sup> h) o papel articulador da imprensa integralista;<sup>32</sup>

Como lembra Rodrigo de Oliveira (2010, p. 136), a importância do movimento integralista foi efetivamente debatida em diversas disciplinas e campos científicos, como na Ciência Política, na História, na Sociologia, na Literatura e na Educação – mas não no Direito. Com raras exceções, a temática do Integralismo é esquecida, deixada de lado pelos pesquisadores da seara jurídica, mesmo que importantes juristas brasileiros, como San Tiago Dantas, Alfredo Buzaid e o próprio Miguel Reale, tenham se dedicado ao movimento em sua juventude.

É o trabalho de José Luis Beired que vai se ater ao pensamento integralista dentro do quadro geral das ideias dos intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina entre os anos de 1914 e 1945. Seu trabalho, sobre a história das ideias do período, tece comparações entre os pensamentos de Plínio Salgado e Miguel Reale, sobretudo em relação à proposta do “Estado Integral/Corporativo” como alternativa de representação política à democracia liberal partidária. (BEIRED, 1999, pp. 41-43, 114-115, 130-132). Beired aponta o Integralismo como “a mais radical agrupação política de direita dos anos 30” (p. 41) que, apropriando-se de fontes diversas, “se fundiu numa nova síntese que incorporou o tradicionalismo social e religioso do integralismo português e do salazarismo, o corporativismo do fascismo italiano e o anti-semitismo de inspiração nazista” (p. 43).

---

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **Perante o tribunal da História: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-197)**. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2004; FLACH, Ângela. **“Os vanguardistas do anticomunismo”**: o PRP e os perrepistas no RS (1961-1966). Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2003.

<sup>31</sup> Cf. CYTRYNOWICZ, Roney. **Integralismo e antisemitismo nos textos de Gustavo Barroso na década de 30**. São Paulo: USP, 1992 (dissertação de mestrado em História). MAIO, Marcos Chor. **Nem Rothschild nem Trotsky: o pensamento antisemita de Gustavo Barroso**. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

<sup>32</sup> DOTTA, Renato Alencar. **O integralismo e os trabalhadores: as relações entre a AIB, os sindicatos e os trabalhadores através da imprensa integralista (1932-1938)**. Dissertação (Mestrado em História). USP, São Paulo, 2003; CAVALARI, *op. cit.*; RIBEIRO, Ivair Augusto. **O Integralismo no sertão de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Franca, 2004; OLIVEIRA, Rodrigo Santos. **Imprensa integralista, imprensa militante**. Tese (Doutorado em História), PUC-RS, Porto Alegre, 2009; BARBOSA, Jefferson Rodrigues. **Sob a sombra do eixo: camisas-verdes e o jornal integralista A Acção (1936-1938)**. Dissertação (Mestrado em História), UNESP, Marília, 2007.

Além disso, a importância do trabalho de Beired reside na análise dos pensamentos autoritários fundamentais na história das ideias no Brasil, muitos deles fontes tanto de Reale quanto de Salgado. Agrupa-os distintamente entre: a) pólo cientificista, em que se incluem Oliveira Viana e Azevedo Amaral; b) pólo católico, com Jackson de Figueiredo e depois Alceu Amoroso Lima (conhecido como Tristão de Athaíde); e c) pólo fascista, onde se incluem os integralistas, cujo movimento de “direita antiliberal” fora teorizado principalmente, segundo o autor, por Reale e Salgado. (*Ibid.*, pp. 23-24).

Após este breve mapeamento, passemos às análises sumárias dos trabalhos e pesquisas que versaram sobre a fase integralista da trajetória intelectual e política de Reale. Como dito acima, retomemos o trabalho de Ricardo Benzaquen de Araújo, “*In medio virtus*”. Sua importância é tal que este trabalho é referenciado em praticamente todos os artigos e comunicações científicas de seminários e simpósios que tratam do pensamento político integralista de Reale. Nele, Araújo está interessado em apontar as diretrizes das principais obras integralistas de Reale (na sua opinião, “O Estado Moderno” e “Formação da Política Burguesa”), cujas sínteses expõem, segundo sua interpretação, o ponto de vista conservador (e não-totalitário) defendido pelo autor em relação aos conceitos de individualismo, liberdade, Estado e Democracia corporativos.

Analizando a obra “O Estado Moderno”, no primeiro capítulo, e “Formação da Política Burguesa” no segundo (1988, pp. 6-25 e 26-43), o que autor traz de novo, além da mera síntese e elucidação de pontos cruciais das duas obras para a trajetória intelectual do autor, é a interpretação de um “individualismo qualitativo”. Benzaquen de Araújo opera esta análise apropriando-se da conceituação de Georg Simmel. Assim, quando Reale diferencia o individualismo integralista do “individualismo positivo”, típico da Antiguidade, das civilizações greco-romanas, e também do “individualismo negativo”, típico da Modernidade e do liberalismo, aponta uma terceira concepção, nem positiva, nem negativa.

Para elaborar esta definição, Araújo apoia-se antes na ideia de indivíduo, tal como discutida por Reale no “Estado Moderno”. Na doutrina liberal, o indivíduo é definido em função da igualdade e da visão negativa da liberdade (não-intervenção, abstenção), segundo a qual os homens são naturalmente iguais, possuem naturalmente a mesma quantidade de razão. Seria necessário, portanto, libertá-los das instituições (antinaturais) que os oprimiam e, somente assim, desobstruir

o curso natural da razão, tornando-se a igualdade consequentemente uma regra.

Em sentido contrário, na concepção integralista de Reale, o homem tende ao fim supremo da autarquia, isto é, o desenvolvimento completo de sua personalidade, abandonando-se a crença de uma razão uniforme, onipotente, imutável, pondo-se em relevo aquilo que diferencia os indivíduos, não o que os identifica (poder de escolha autônoma; faculdade de interferência). A igualdade, para Reale, perde toda a importância, e a liberdade adquire sentido puramente interior, confundindo-se com noções como de auto-realização, expressão das qualidades internas. Eis, segundo Araújo, uma visão qualitativa do indivíduo (*Ibid.*, p. 19).

Para Araújo, o “individualismo qualitativo” possui duas características básicas – desprezo da igualdade em prol da singularidade; sentido interior da ideia de liberdade (auto-realização). A primeira característica tem como consequência um ideal de especialização. Esse indivíduo especializado necessita sempre se articular com algum organismo coordenador que garanta a “suplementação recíproca”, ou seja, a complementariedade entre as diversas atividades dos diferentes indivíduos – esta é precisamente a função exercida pelo Estado Integral: um centro coordenador, integrando incessantemente as variedades em um todo orgânico, hierárquico e complementar, para que não enveredem num anarquismo, segundo aponta Reale.

A segunda característica é de que este individualismo qualitativo, ou esta liberdade individual, não se limita às atividades privadas do indivíduo (nas esferas da família, do trabalho), mas reflete um estímulo à atuação política e participação na vida pública compartilhada da comunidade e do Estado. Este individualismo qualitativo, portanto, não é o individualismo de liberdade negativa, liberal e moderna, de que se está livre para exercer os ditados da natureza humana, servindo o Estado para impedir que nada obstaculize este processo; tampouco é o individualismo de liberdade positiva, quando toda a existência do cidadão nas *pólis* gregas está absorvida pela vida pública, na praça e na Ágora (*Ibid.*, p. 20).

A chave interpretativa de Benzaquen de Araújo, contudo, contém certas imprecisões. Nem Reale nem a AIB preocupavam-se sobremaneira com a efetivação de um individualismo novo, de tipo “qualitativo”, como defende Araújo – muito embora este discurso fosse necessário para reforçar as ideias de “novo homem”, “homem integral” e “Quarta Humanidade”, como defendia Salgado em sua obra “Psicologia da Revolução”. A ritualística da AIB, com a utilização de

uniformes por seus militantes e dirigentes, as diversas marchas em fila, os acampamentos em grupo e as festas fechadas, com celebrações específicas de velório e casamento aos moldes do Integralismo, estudadas por Cavalari (1999, pp. 163 e ss.) podem reforçar esta hipótese, contrariamente ao que concluiu Benzaquen.

Na introdução de seu trabalho, Benzaquen estipula duas características fundamentais que fizeram com que o Integralismo diferenciase-se das outras agremiações políticas da época: articulação nacional e orientação doutrinária, visando à arregimentação de um quadro permanente de militantes, envolvidos na vida pública, mas com espaço para vivenciarem, paralelamente, suas respectivas vidas privadas. Estas características, segundo Araújo, expressavam a busca por uma ideologia inexistente nos partidos da época. Afinal, o movimento desvelado pelo “Manifesto de Outubro” (02 de outubro de 1932), de autoria de Plínio Salgado, chamado “Integralismo”, insere-se num contexto peculiar da história política do Brasil. Seu passado recente foi o “tumultuado e incerto contexto que se seguiu” (*Ibid.*, p. 1) após a “Revolução de 30”.

O Integralismo emergiu dentro deste contexto incerto e tumultuado, inicialmente como um movimento cultural, mas, em seguida, declaradamente político. Conforme mencionado acima, a articulação nacional visava ao rompimento dos limites estaduais do coronelismo<sup>33</sup>; enquanto que a orientação doutrinária objetivava à oposição ideológica e pragmática ao clientelismo da República Velha, quando se misturavam relações pessoais com estruturas de poder, a ponto de se tornarem processos interdependentes. (*Idem*).

Estas considerações de Araújo são abordadas em alguns trabalhos de Alexandre Pinheiro Ramos, como sua dissertação de mestrado “O Integralismo entre a família e o Estado” e uma comunicação científica que advém deste, apresentada no “IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo”, sob o título “A problemática do indivíduo e da liberdade para o Integralismo em Plínio Salgado e Miguel Reale”. (2010; 2008b). A comunicação de Ramos segue o mote de sua dissertação de mestrado: traçar comparações entre as diferentes conceituações de Salgado e Reale sobre temas como individualismo, liberdade, revolução, Estado, etc. A perspectiva de Ramos, neste sentido, não se foca tanto na análise global do movimento relativamente à sua história política, mas, sobretudo, pela avaliação do trabalho intelectual de seus membros.

---

<sup>33</sup> Cf. LEAL, 1997, pp. 290 e ss.; CARONE, 1978, pp. 251-255.

Segundo Ramos, eis uma das características marcantes do Integralismo: agregar um grande número de intelectuais com concepções distintas do próprio movimento, pluralidade esta que o conduz a apontar a existência de “integralismos”, dada a heterogeneidade dos pontos de vista defendidos pelos seus membros. Enquanto Salgado ocupava-se da conceituação de um Estado com feições totalitárias, Reale era representante de uma tendência intelectual da época, segundo a qual a solução para os problemas socioeconômicos do país restava na centralização política e descentralização administrativa do Estado, cujas feições retomariam um conservadorismo autoritário. (RAMOS, 2008b, p. 9).

Ramos possui, além destes, outros dois artigos em que analisa a obra integralista de Reale. Em “Estado, Corporativismo e Utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937)” (2008a), Ramos apresenta as referências bibliográficas e intelectuais utilizadas por Reale para conceber o que ele chama de “uma *utopia* integralista”. Apoiando-se nas obras dos pensadores políticos brasileiros Alberto Torres e Oliveira Vianna, vai além, numa miríade de autores estrangeiros que vem desde Aristóteles até chegar no sociólogo Burkhardt,

Reale desenhou seu Estado Corporativo, um Estado forte, autoritário e centralizado, cuja função essencial seria a de gerir e mediar as relações políticas entre as diversas corporações do país, entidades políticas que aglutinariam os representantes sindicalistas de todas as categorias profissionais então existentes. As corporações, na visão de Reale, viriam substituir os partidos políticos, então tomados pela dinâmica política localista da República Velha, tipicamente oligárquica e coronelista, cujo clientelismo fisiologista anulava a necessária ideologia que deveria marcar e diferenciar as diversas agremiações políticas. Era necessário que se abrisse mão da artificialidade dos partidos políticos, segundo Reale, para a assunção das instituições “naturais” da sociedade, quais sejam, a família, os sindicatos, as corporações, sendo função do Estado conservá-las e ajustá-las (*Ibid.*, pp. 12-19).

Noutro artigo, intitulado “Uma ‘revolução necessária’: o conceito de revolução nos textos dos intelectuais da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)”, Ramos vai demonstrar como o conceito de “revolução” foi expressado em semânticas distintas pelos integrantes do movimento, tornando-se elemento indispensável no vocabulário cotidiano da militância integralista. No entanto, os sentidos e a relevância deste vocábulo variaram, distinguindo-se pela elaboração diferenciada dos diversos intelectuais que compunham a base teórica e doutrinária do



movimento, com destaque para seus três principais líderes: Miguel Reale, Secretário Nacional de Doutrina e Estudos da AIB; Plínio Salgado, chefe nacional da AIB; e Gustavo Barroso, Chefe Nacional das Milícias integralistas (2011, p. 255).

Ramos estuda as variadas concepções de revolução não apenas nas obras teóricas dos integralistas, mas também nas publicações jornalísticas (jornais e revistas) e mesmo em alguns poemas. O autor conclui que esta pluralidade semântica gerou uma “sublinguagem” em termos de produção simbólica, no sentido empregado por John G. A. Pocock, em que são permitidas distintas maneiras de falar sobre a política, existindo jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter vocabulário, regras, precondições, implicações, tom e estilo próprios. Esta é a justificativa para as sucessivas manipulações que o conceito sofreu por obra de alguns intelectuais do movimento, como o caráter violento conferido por Gustavo Barroso; a dimensão cultural ressaltada por Rodolpho Josetti; e a acoplagem de outros conceitos, como o fez Reale, associando-o a autoridade, disciplina e liberdade (*Ibid.*, p. 271).

Finalmente, em sua tese de doutorado, defendida no ano corrente, Ramos vai focar-se na que é, talvez, a característica fundamental dos intelectuais do movimento integralista: seu carisma. Neste trabalho, Ramos não está, mais uma vez, interessado na concepção e desenvolvimento políticos do movimento, conquanto assuma uma perspectiva global para sua compreensão; mas dedica-se a estudar seus intelectuais e a obra por eles elaborada, com enfoque ao carisma como um *modus operandi*, um dever-ser de todo militante integralista. Analisa também a capilaridade da AIB em diversas classes socioeconômicas e em diferentes extratos sociais (mulheres, operários, intelectuais, imigrantes recentes, oligarquias das províncias excluídas do jogo coronelista-clientelista perpetrado, sobretudo, por Minas Gerais e São Paulo – como as do Ceará, Paraíba e Rio Grande do Sul –, a nova classe média comerciária de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a nova burguesia industrial, os imigrantes das colônias alemãs e italianas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, etc) (RAMOS, 2013b).

As inovações que esta pesquisa traz, em detrimento dos trabalhos científicos anteriores sobre o Integralismo, são salientadas pelo próprio autor no primeiro capítulo. Enquanto, no passado, os intelectuais eram estudados apenas para elucidação de suas ideias e produções teóricas, ou, alternativamente, pelas suas atuações locais, Ramos intenta agora analisar de maneira convergente os “pensamento” e “ação” dos intelectuais, como elemento crucial na formulação de uma estética integralista, tornando-se, finalmente, interdependentes.

Nas pesquisas anteriores, a dissociação entre pensamento e ação, segundo o autor, lança a pedra central do Integralismo, a intelectualidade, num “ângulo morto”, diminuindo sua importância política e seu papel articulador e unificador no seio do movimento por considerar, apenas, suas atividades localmente isoladas. E aqui entra fator preponderante para a pesquisa que se pretende ora desenvolver: Ramos afirma que está procurando trabalhar

a dimensão das sociabilidades e do simbólico, da regularidade do trabalho intelectual cotidiano e os efeitos de seus produtos (ideias, valores) sobre o desenvolvimento e caráter carismático (no sentido weberiano) do movimento. (*Ibid.*, p. 31).

Esclarecendo tais intenções, logo no primeiro capítulo, Ramos passa a delimitar o que ele considera ser um modelo para análise da atuação dos intelectuais integralistas, ou seja, as “redes intelectuais” (*Ibid.*, p. 64 e ss). Sobre a sociabilidade como fator preponderante para a consecução do trabalho intelectual na formação da AIB, Ramos analisa alguns aspectos da trajetória intelectual de Salgado antes de outubro de 1932, data da publicização de seu manifesto, com destaque para a relação com as editoras Schmidt e José Olympio.

Note-se que este último será apresentado a Reale pelo próprio Salgado, momento em que nasce a oportunidade (e talvez o dever) de Reale publicar suas obras sobre o pensamento político integralista, contanto com apenas 24 anos de idade, e tendo se tornado bacharel em Direito há poucos meses (*Ibid.*, p. 93-108). Não obstante, Ramos destaca o papel político e intelectual que a prática regular e rotineira das conferências teve na germinação da AIB. (*Ibid.*, pp. 109 e ss.).

No capítulo terceiro, Ramos relata a circulação da produção intelectual integralista e sua respectiva rede de bens culturais, analisando em separado as produções em livros; jornais e revistas; e conferências e sessões doutrinárias, verificando a existência de um “núcleo axiológico” no movimento, não obstante as diversas orientações teóricas dos diversos ideólogos da AIB. Conclui, assim, que a participação do militante integralista, uma vez em contato com esta rede de bens culturais, não é meramente passiva, mas ativa, compartilhando da dimensão do mundo social “fornecida pela AIB”.

Da mesma forma, o integrante intelectual que produzia tais bens culturais estava, outrossim, partilhando de um *modus vivendi* e um

*modus operandi* com todos os outros militantes. Portanto, Ramos afirma que

O Integralismo [...] operava como um dos elos que ligava intersubjetivamente os integrantes do movimento, reunindo-os no interior da AIB. Tanto na sua produção quanto circulação e recepção, através do funcionamento da rede de bens culturais, o Integralismo penetrava no mundo de vivência cotidiano e contribuía para sua formação. Isto deveria ocorrer pela partilha de valores, ideias e símbolos em comum, criando uma comunidade de sentimento, uma solidariedade que identificava as pessoas. (*Ibid.*, p. 189).<sup>34</sup>

O universo simbólico da AIB, desde as dinâmicas das sedes até à condução da vida cotidiana, é a temática estudada por Ramos no capítulo quarto, onde são abordadas a simbologia, as sedes integralistas, a condução da vida integralista, cerimoniais e ritualísticas integralistas e as manifestações particulares de/dos integralistas.<sup>35</sup> O carisma de Salgado como o paradigma do homem integralista é estudado no quinto capítulo. É interessante a maneira segundo a qual o autor subdivide seu capítulo, centrado na figura do chefe, embora abordando outros intelectuais, mormente Reale: primeiro analisa a figura de Salgado como soldado e/ou profeta; depois, analisa seu carisma a partir de alguns aspectos de sua produção intelectual; derradeiramente, analisa novamente seu carisma, mas desta vez sua atuação com o poder da oralidade, da palavra falada (*Ibid.*, p. 224 e ss.). A tese se encerra com um estudo sobre a atribuição do carisma a Salgado por parte dos integralistas, demonstrando-se que este processo não era individual, não se devendo apenas à pessoa do Chefe Nacional, mas uma confabulação

---

<sup>34</sup> Note-se que Ramos opta por distinguir conceitualmente “Integralismo”, “movimento integralista” e “AIB”. Neste sentido, AIB indicaria a organização fundada em 1932 que, congregando uma série de militantes, transformou-se em partido político; “Integralismo” seria a ideologia desta agremiação política; e “movimento integralista” consistiria na articulação entre a AIB e o Integralismo, ou seja, sua ideologia; em outras palavras, o movimento integralista seria todo o conjunto de militantes e simpatizantes, ideias e valores, ritualística e símbolos e, por fim, a própria organização, com sua hierarquia, núcleos e meios de difusão de bens simbólicos. Cf. p. 45-46.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 190 e ss.

estética, política e ideológica compartilhada de maneira quase homogênea por todos os militantes integralistas (*Ibid.*, p. 273 e ss.).

Enfim, Ramos acaba por concluir que o Integralismo foi um projeto político encabeçado por uma gleba de intelectuais que, julgando-se a elite detentora de um projeto único de Estado-Nação, apto a solucionar os descabimentos sociais do liberalismo econômico e do capitalismo, acabou por manipular e instrumentalizar “pessoas comuns” para a consecução de seus objetivos, quando ainda não se sabia ao certo quais rumos o governo de Vargas tomaria, qual seria o *locus* do movimento nesse novo aparato estatal e se, efetivamente, o movimento chegaria ao governo federal do país. Logo,

Questionamento sobre as capacidades da elite nacional em levar adiante um projeto civilizador que pudesse transformar o Brasil; distinção entre povo e elite e consequente descrença na democratização do sistema político; pessimismo em relação às pessoas comuns contrabalanceado por um autoelogio dos intelectuais que “se percebiam como uma nova elite capaz de completar os processos de construção do Estado e da Nação e a modernização da economia nacional”. Nestes termos Angela Alonso refere-se aos intelectuais da geração 1870 (2002, p. 334). Mas tudo isto poderia, com alguns poucos ajustes, ser utilizado para designar os intelectuais integralistas, desde sua crítica à elite nacional até as tarefas que se propunham a realizar – dentre elas, a transformação das “pessoas comuns” em peças essenciais para seu próprio projeto de intervenção. (*Ibid.*, p. 308).

Retomando-se um aspecto abordado por Ramos em sua tese de doutoramento, especificamente nos dois primeiros capítulos: redes de sociabilidade entre intelectuais integralistas e a difusão dos bens culturais por eles produzidos. Esta perspectiva, pouco trabalhada pelas pesquisas sobre o Integralismo, é utilizada em artigo de Airton Seelaender. Interessado em avaliar a participação massiva de juristas e intelectuais na legitimação de governos autoritários e ditatoriais, Seelaender salienta um passado que Reale não quer ficar “remoendo”. (REALE, 1987a, p. 136; SEELAENDER, 2008, p. 415).

O meio implementado por Seelaender, no intuito de fazer com que os acadêmicos reflitam sobre o que lêem e sobre a vida daqueles

cujas ideias são lidas, é verificar o papel desempenhado pelos professores de Direito (sobretudo aquelas figuras influentes no campo doutrinário dos dias atuais) em legitimar e gerir regimes ditatoriais. Para tanto, põe em evidência uma postura corriqueira de professores e das próprias faculdades de Direito: o silêncio sobre as opções políticas do passado. (SEELAENDER, 2008). Segundo o autor, a tarefa não é fácil, haja vista o enfrentamento necessário às redes de sociabilidade de intelectuais, conforme já se verificou no trabalho de Ramos:

Há que se contar com a resistência dos antigos professores, muitos dos quais capazes de mobilizar amplas redes de apoio e de produzir autojustificações de alta qualidade literária. Há que se esperar a resistência de assistentes, sucessores, ex-colaboradores e antigos orientandos – enfim, de todos que precisem “defender o velho”, para impedir o questionamento do seu próprio *pedigree* acadêmico. A “defesa coletiva”, a “lealdade” e a “solidariedade” podem, inclusive, gerar novos ganhos estratégicos a tais indivíduos, permitindo-lhes reforçar laços, ampliar redes de apoio recíproco e dar eficácia maior às “coortes de socialização” de que participam. (*Ibid.*, p. 416).

A singularidade do termo “coortes de socialização” ajuda a identificar algumas estratégias de movimentos políticos e culturais como a AIB. Inspirado na conceituação de Bernd Rüthers, que adaptou o termo originalmente associado à unidade militar romana, quer referir-se aos grupos de pessoas cujas vidas são marcadas por experiências comuns. Influenciadas por fatores como origem social, idade, formação intelectual e exposição a situações (históricas) semelhantes – transformações sociais e políticas, oportunidades de carreira, etc. – estas pessoas apresentariam, não raro, visões de mundo, valores, modos de pensar, formas de agir e reagir semelhantes. Principalmente, saliente-se, quando fossem indagadas a respeito destas mesmas concepções fundamentais, enraizadas em sua história de vida através de sua socialização. (*Idem*).

Em tom cientificamente provocativo, indaga: “Já estaria o Largo S. Francisco preparado, hoje, para aceitar uma tese sobre o pensamento corporativista-autoritário de antigos docentes seus?” (*Ibid.*, p. 419). A alusão à obra política da fase integralista de Miguel Reale parece clara,

já que o jusfilósofo, além de professor titular de Filosofia do Direito da então Faculdade de Direito de São Paulo (hoje pertencente à USP) durante muitos anos, foi reitor, por duas gestões, da mesma Universidade. Seelaender toca num ponto delicado do debate, ao afirmar que o silêncio e a convivência entre professores e pós-graduandos – sobre fatos históricos polêmicos e que não merecem lembrança – expressa também uma postura de comodismo. Nesta direção, seria um dever da História do Direito desmistificar o trabalho dos renomados juristas e professores – demonstrando suas origens.

Afinal, a base ideológica de grande parte da literatura jurídica dos dias atuais, utilizada no ensino e no foro, tem sua gênese nos na convivência de seus autores com regimes ditatoriais do passado. A participação destes juristas em movimentos políticos de inspiração autoritária, como o Integralismo, ainda que passageira, acabou por gerar transformações no campo doutrinário, assumindo-se novos temas e teorias. Consequentemente, conceitos e institutos jurídicos foram criados e recriados, “não raro como arma ideológica na luta contra o pensamento jurídico liberal” (*Ibid.*, p. 420). Citando o próprio Plínio Salgado, lembra que na assembleia de fundação da Sociedade de Estudos Políticos (gêrmen da AIB) compareceu um grupo “magnífico” da Faculdade de Direito. (*Idem*) Reale seria um destes jovens a comparecer, nos meses seguintes.

Não obstante, demonstra ainda a relação da recém-formada AIB com o integrismo católico, conservador e autoritário, como doutrina social da Igreja vigente na década de 1920 e 1930, conforme se depreende da obra de Romualdo Dias (1996).

Desprezando os valores da democracia liberal, ensinando a obediência automática e reforçando a hostilidade contra a esquerda, o Integralismo formou quadros para o Estado Novo e para o regime pós-64. Juntamente com o integrismo católico, opôs à democracia e ao liberalismo o “*Princípio da Autoridade*”. Como o integrismo católico, treinou seus jovens intelectuais para a atuação conjunta no combate à “subversão”, ensinando-os a identificá-la e a denunciá-la. Como o integrismo católico, praticou e legitimou a censura e o controle do pensamento.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> SEELAENDER, *op. cit.*, p. 421. Sobre o acolhimento de intelectuais integralistas nos quadros administrativos do Estado Novo (a despeito da

Ao que interessa ao presente trabalho, Seelaender alude à eficácia do Integralismo em criar suas próprias “coortes de sociabilização”, o que pode ser comprovado pela ampla rede de apoio obtida por Reale no meio jurídico nacional, quando liberais e católicos ofereceram resistência a seu ingresso na cátedra de Filosofia do Direito. Na oportunidade, em pleno Estado Novo (1940), Reale apresentou a Vargas, numa reunião a portas fechadas, o parecer jurídico de San Tiago Dantas, subscrito por outros juristas do período, que defendia seu ingresso na Faculdade.

Dentre os subscritores, havia alguns ex-integralistas (como Marrey Jr. e o próprio San Tiago Dantas). Os nomes citados por Reale em suas “Memórias” demonstram a “rede de intelectuais” ou a “coorte de sociabilização” que a AIB pôde concretizar em seu caso particular: San Tiago Dantas, cujo parecer foi subscrito por Mendes Pimentel, Demóstenes Madureira de Pinho, Edmundo de Miranda Jordão e Alberto Rego Lins; Luís Antônio da Costa Carvalho, cujo parecer foi subscrito por Alcebíades Delamare e Pedro Vergara; Plínio Barreto, Mário de Assis Moura, Hermes Lima, J. A. Marrey Júnior. (SEELAENDER, *op. cit.*, p. 422; REALE, *op. cit.*, p. 152). Devido a isso é que Seelaender sustenta que a AIB criou redes de relações pessoais, cujas afinidades ideológicas podem ter facilitado e ampliado as chances de seus adeptos na disputa por cargos no Poder Judiciário, na Administração Pública e, mesmo, na Universidade. (*Idem*).

Sobre a confabulação de um projeto de Estado-Nação, temos o trabalho de Márcia Regina da Silva Ramos Carneiro. Além de sua dissertação de mestrado, referenciada em nota de rodapé acima, defendida no ano 2000, sobre a militância do movimento integralista no Rio de Janeiro; e sua tese de doutorado, defendida em 2007, ambas de História, e abordando o cotidiano da militância sob uma perspectiva local ou regional, podemos citar uma comunicação de trabalho científico no “XII Encontro Regional de História”, intitulada “A contribuição de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale para a construção de um projeto de Estado-Nação”. Sendo fruto de sua dissertação, na comunicação a autora restringe-se a apontar, de maneira genérica, as

---

repressão de Vargas aos integralistas e comunistas, sobretudo com o fechamento de todos os partidos políticos a partir de 1937), o autor lembra da participação de Reale, a partir de 1942, no Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, enquanto Câmara Cascudo preside a Comissão de Salário Mínimo da 6ª Região. Neste sentido, cf. MICELI, 2001, p. 133 e 276; REALE, 1987a, p. 164 e ss.

linhas mestras do pensamento dos três principais líderes do movimento. (CARNEIRO, 2000; 2007; 2006).

Tal qual Ramos em sua tese de doutorado, Carneiro compara diretamente os intelectuais da AIB com a geração de intelectuais de 1870, mormente no que diz respeito ao projeto de Estado-Nação que já era encabeçado por alguns pensadores do final do século XIX e início XX. (2006, p. 1). Cita um trabalho não muito frequente nas pesquisas sobre Integralismo: “Formação de um pensamento autoritário na Primeira República – uma interpretação”, de Bolívar Lamounier. Aponta, assim, a influência não apenas de Alberto Torres e Oliveira Vianna no pensamento dos principais líderes e intelectuais do movimento, mas também de Francisco Campos<sup>37</sup> e Azevedo Amaral, além de pensadores católicos como Jackson Figueiredo e Farias Brito. (*Ibid.*, p. 2).

Na sequência, Carneiro remonta à obra de Benedict Anderson para demonstrar a forja um tanto artificial e imaginária de uma entidade como a Nação. Essa imagem é vivida em comunhão, ocorrendo uma auto-abstração do nacionalismo. A construção desta “virtualidade” imaginada só se leva a cabo, segundo a autora, mediante práticas sociais concretas, levando-se em consideração os sujeitos históricos que agem em sua construção.

Neste sentido, o Integralismo possuía uma definição própria de Nação, buscada numa “brasilidade” tradicional do passado histórico brasileiro, sendo necessária a identificação do Estado com esta Nação. Outro ponto interessante ressaltado é a contribuição de físicos, geógrafos e pensadores políticos na principal revista do movimento, a “Panorama”. Lembra que o Integralismo não possuía adeptos apenas no âmbito civil: com seus simpatizantes dentro do exército brasileiro, conseguiu autorização, do próprio Ministério do Exército, em 1934, para a militância vestir suas “camisas verdes” e marchar organizada em milícias (*Ibid.*, pp. 3-4).

Analisando as origens do estatismo orgânico e corporativista, sobretudo de Reale, Carneiro apoia-se na obra “Era dos Extremos”, de Eric Hobsbawn, que dedica seus primeiros capítulos ao estudo da ascensão política dos modelos fascistas europeus e suas bases teóricas.

---

<sup>37</sup> Sobre a “adaptabilidade” do pensamento jurídico de Francisco Campos nos mais variados regimes e governos, participando tanto de regimes liberais como de regimes autoritários e centralizadores, cf. o artigo “Um juriconsulto Adaptável – Francisco Campos (1891-1968)”, de autoria de Aírton Seelaender e Alexsander Castro, in: MOTA, SALINAS, 2010, p. 255-291.



Finaliza sua comunicação com algumas considerações sobre o “sigma”, que significa somatória na Matemática, letra do alfabeto grego utilizada como símbolo e emblema da AIB, em analogia à suástica nazista (*Ibid.*, pp. 5-7).

O trabalho de Carneiro toca num ponto interessante, sem nele se adensar: a contribuição intelectual não apenas de juristas, literatos e economistas nos periódicos integralistas, mas também de geógrafos e físicos. Paulo Bomfim vai tratar, com certa imprecisão, de um suposto “trabalho de geógrafo” implementado por Reale em seu artigo “Miguel Reale (1910-2006): um esboço de planejamento no Brasil na década de 1930.” Segundo Bomfim, o trabalho de planejamento para o/no Brasil teve sua *práxis* antecipada nas obras integralistas de Reale, uma vez que este trabalho só amadureceria com o advento do planejamento tecnicista dos governos civis-militares de 1964 a 1985. (BOMFIM, 2006, p. 1). A análise do desenvolvimento das ideias jurídicas de Reale demonstra, no entanto, que ser geógrafo não estava entre as suas pretensões.

Bomfim atenta para o fato de que a “depuração das elites”<sup>38</sup> realizada pelo projeto centralizador e autoritário de Vargas convergiu para o golpe de 1937, ano em que a nova Constituição foi outorgada e todos os partidos e agremiações políticas foram fechados. Neste processo, o discurso pela modernização do país ganha impulso que, para a geografia material e para o próprio pensamento geográfico, culmina na criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além da inauguração dos primeiros cursos superiores de geografia no país.

Para o autor, Reale seria pioneiro ao fornecer um esboço de planejamento para o Brasil quando elabora um projeto político-cultural em que pontua a alocação dos recursos produtivos no território brasileiro, um plano de viação nacional, a ocupação das chamadas “frentes pioneiras”, a definição de um ordenamento estatal (visando a um federalismo corporativista) e, não obstante, um projeto de modernização do parque industrial brasileiro, servindo de prenúncio, talvez, ao modelo de substituição de importações que seria desenvolvido nos anos posteriores da Era Vargas.<sup>39</sup>

O geógrafo ressalta que os integralistas estavam ocupados em temáticas e questões “espaciais”: o espaço territorial e geográfico, para os fins político-econômicos do projeto de Estado Corporativo, ganhava

---

<sup>38</sup> Sobre o projeto de “depuração das elites” debelado por Getúlio Vargas, cf. “Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites”, de GRYNSZPAN, PANDOLFI, 1987.

<sup>39</sup> BOMFIM, *op. cit.*, p. 5 e ss.

importância inédita até então. Os integralistas debatiam a situação da identidade nacional vinculada à questão do território, vinculando ainda a questão da centralização/descentralização político-administrativa à problemática do agrarismo *versus* industrialismo, buscando formas de ação e planejamento mais diretas no aparato estatal.

Estes “interesses territorializados”, visando a superar a “tensão federativa” entre os estados, partia da concepção de que o patriotismo e o nacionalismo eram elaborados no tempo e no espaço, sendo alimentados pela base geográfica – daí que a terra funcionava como eixo histórico para a construção da Nação.

Um exemplo desta empreitada é o esboço, elaborado por Reale (na obra “Perspectivas Integralistas”), das regiões econômicas “superprovinciais”, grandes zonas de cultivo de monocultura, a saber: a) “Zona Cafeeira” compreendendo as Províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná; b) “Zona Algodoeira”, abrangendo estados do que seria, a partir de 1946, a Região Nordeste, Santa Catarina e São Paulo; c) “Zona Ervateira”, compreendendo Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso; d) “Zona Açucareira e de Criação” situada simultaneamente em Rio Grande do Sul, Amazonas, Pará e Minas Gerais. Além disso, Reale esboçou uma racionalização das zonas de escoamento de mercadorias, visando a ligar geograficamente zonas de produção e zonas de consumo, seja de produtos agrários, seja de produtos industrializados (*Ibid.*, pp. 6-7, 13-16).

Retomando outro ponto interessante do trabalho de Carneiro, que, em sua comunicação científica, foi apenas mencionado: a formulação artificial de um passado brasileiro que serviu de base à ideia de Nação elaborada pelos integralistas. Natalia Reis Cruz escreveu, relativamente a esta temática específica, o artigo “História, memória e poder: a Ação Integralista Brasileira e a reconstrução mistificada do passado e do presente”. Abordando, como outros pesquisadores, o discurso das três principais lideranças do movimento (Salgado, Reale e Barroso), a autora demonstra como a construção de uma memória mítica sobre o passado colonial brasileiro contribuiu para a criação de uma imagem negativa do passado recente (os problemas socioeconômicos gerados pelo liberalismo e pelo capitalismo e a lógica oligárquica, coronelista e clientelista da República Velha). (CRUZ, 2012, pp. 181-192).

Para a autora, o ideário integralista é uma visão dualista ou dicotômica da realidade, sempre separada em dois planos opostos: bom e mau, ordem e caos, espiritualismo e materialismo, campo e cidade, etc. Para Salgado, a gente do sertão, cujo expoente mestiço é o caboclo, além de pobre e honesta, seria o baluarte da nacionalidade, e

moralmente melhor que a população litorânea, cosmopolita e materialista. Esta visão mítica pliniana remonta ao período colonial para narrar como teria sido cordial a relação do índio nativo com o europeu branco e colonizador – o índio teria sido o responsável pela “fixação geográfica” do ariano no que denominou ser o “meio étnico”. Para tanto, apoia-se nas obras de Ricardo Benzaquen de Araújo (de 1987, sobre Plínio Salgado) e de José Chasin, de 1978 (*Ibid.*, p. 183 e ss.).

Enquanto Salgado dedicava-se a conceber artificialmente e de maneira mítica um passado bucólico da anta e da cordialidade tupiniquim, herança direta das concepções modernistas da Semana de Arte Moderna de 1922, Reale era o responsável pela leitura do presente e do passado recente: a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. O vazio ideológico deixado por elas, além dos problemas já mencionados da República Velha, seriam os justificadores e legitimadores do programa político da AIB. Ateste-se que, nas referências sobre Reale, a autora utiliza indiscriminadamente as obras políticas, publicadas em três volumes, o que dificulta a localização das passagens citadas, bem como a identificação dos textos utilizados.

Assim, Reale apresenta os “valores negativos” da Revolução de 1930: segundo sua interpretação, o evento nada tinha de criador, visando apenas a combater pontos específicos de um ambiente político caótico que necessitava de reforma estrutural. Este novo projeto de sociedade era dado pela AIB e seus teóricos e ideólogos. A visão negativa do presente e do passado recente, sobreposta à visão idílica de um passado benéfico e espiritualista, desdobrava-se, de maneira quase natural e espontânea, nas soluções apontadas pela AIB – como sendo a mais autêntica e acordada às história e alma brasileiras. O mito celebrado era o do povo ordeiro, espiritualizado, desejoso da comunhão e da harmonia, o que respaldava, por assim dizer, o projeto autoritário do Integralismo, que visava à criação de uma sociedade homogênea étnica e racialmente, profundamente hierarquizada e ordenada, anulando-se os conflitos advindos da luta de classes (*Ibid.*, p. 190 e ss.).

Especificamente acerca do Estado Corporativo, chamado por alguns de Estado Sindical, Cíntia Rufino Franco da Silva apresentou duas comunicações científicas, a primeira intitulada “O Estado Sindical no pensamento de Miguel Reale (1932-1937)”, apresentada no “IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Integralismo”, e a segunda intitulada “Miguel Reale e o Estado corporativo”, apresentada no “XXVI Simpósio Nacional de História”. (SILVA, 2010; 2011). No primeiro deles, a autora apoia-se totalmente nos trabalhos de Alexandre Ramos Pinheiro e Rodrigo Maiolini Rebello Pinho (que será analisado

adiante). Restringe-se a analisar conceitos como individualismo e liberdade, tecendo comparações entre o Integralismo e os modelos fascistas. Como ela mesma diz, trata-se de uma comunicação de apresentação de seu próprio projeto de pesquisa, o que justifica a falta de aprofundamento. (2010, p. 316-318).

No entanto, sua comunicação de 2011 traz alguns pontos cruciais para o trabalho que se pretende aqui desenvolver. Logo no início de seu trabalho, quando se ocupa de narrar a nomeação de Reale como membro do Conselho Supremo da AIB, além de chefe do departamento nacional de doutrina, arremata: “posto no qual controlava toda a produção intelectual divulgada pelos integralistas”. Eis a censura de que falava Seelaender em seu artigo, de maneira menos explícita que Silva.

Além de um dos principais líderes do movimento, como ideólogo e Secretário Nacional de Doutrina e Estudos da AIB, Reale delimitava, através da censura, quais textos de militantes e simpatizantes poderiam ser publicados, quais obras nacionais e estrangeiras eram indicadas para leitura e formação de consciência dos militantes, etc. Todo este controle se dava, sobretudo, nos periódicos da AIB por todo o Brasil, desde revistas culturais e regionais, até os jornais de circulação nacional. Diante deste quadro, torna-se crucial para a presente pesquisa a análise destas sucessivas censuras de Reale – o que pode dizer muito sobre suas produções intelectuais posteriores ao período. (SILVA, 2011, p. 3).

Outro apontamento interessante de Silva é uma citação de Reale sobre a natureza humana, encontrada na obra “ABC do Integralismo”, encartada no volume três das obras políticas organizadas. Reale fala de uma “tríplice feição da natureza humana” (*Ibid.*, p. 4; REALE, 1983a, p. 197), possuindo necessidades materiais, intelectuais e espirituais. Sem nos debruçarmos, por ora, em comparações entre períodos históricos distintos, buscando linhas de continuidade ou ruptura, é salutar que lembremos que a obra de maior repercussão de Reale, a “Teoria Tridimensional do Direito”, apresenta o seu próprio conceito de Direito.

Segundo Reale, o jusfilósofo Gustav Radbruch já havia apontado, para uma compreensão científica do Direito, de maneira didática, suas dimensões normativa, axiológica e fática. Reale vai dizer, por sua vez (REALE, 1999, pp. 498-617), que o próprio Direito, sua identidade, seu estatuto ontológico, possui natureza tripartida: uma dimensão normativa, a norma; uma dimensão axiológica, o valor; e uma dimensão fática, o fato social historicamente verificável. Semelhança acidental?

Ainda sobre o Estado Corporativo, temos a obra de Francisco Martins de Souza, “Raízes teóricas do corporativismo brasileiro”, publicado em 1999. Segundo apresentação de Antonio Paim, Souza

dedicou-se a reconstituir o desenvolvimento da vertente autoritária no Brasil, formada a partir de Alberto Torres (1865-1917). Seu argumento é impreciso, afinal Torres era nacionalista, mas não autoritário ou antidemocrático. Tanto o Integralismo, como o autoritarismo de Azevedo Amaral (1881-1942) e de Francisco Campos (1891-1968) são, em parte, caudatários dos trabalhos de Torres, representando desdobramentos de tal tradição. Aponta ainda um certo “comprometimento” (que em realidade inexistiu) da hierarquia católica para com o movimento integralista, uma vez que Salgado transpôs para o plano da ação as formulações da doutrina social de Jackson de Figueiredo (1891-1928). (SOUZA, 1999, pp. 3-4).<sup>40</sup>

Enquanto no primeiro capítulo Souza dedica-se a estudar as ideias de Torres, já no segundo capítulo analisa as três vertentes do Integralismo, nas versões de Salgado, Barroso e Reale. Ressalta, em Reale, sua preocupação com a questão social brasileira. (*Ibid.*, pp. 28 e ss.). A novidade de seu trabalho vem a seguir, quando estuda, complementarmente, as obras de Azevedo Amaral e Francisco Campos, colocando-os juntamente dos integralistas como inspirados na obra de Torres.<sup>41</sup> Talvez seja um dos poucos trabalhos que aproxima o pensamento de dois juristas de enorme influência na história política do país: Francisco Campos e Miguel Reale, como sendo, ambos, desenvolvimento de uma influência intelectual comum.

Em termos de inovação, a dissertação de mestrado de Rodrigo Pinho, sobre Miguel Reale, é talvez um dos trabalhos mais audaciosos sobre o tema. Seu título simples oculta seu intento polêmico: “Miguel Reale: política e história (1931-1969)”. Mas qualquer pesquisador em ciências humanas que esteja avaliando pesquisas sobre Miguel Reale vai notar uma peculiaridade aqui: um alargamento de objeto praticamente inédito. O autor pretende estudar a trajetória política e intelectual de Reale desde sua tenra idade, ainda como estudante de Direito (1931) até sua participação na “Comissão dos Notáveis”, convocada pelo General Costa e Silva, então Presidente da República, para elaborar uma Emenda Constitucional à Constituição de 1967 – segundo alguns, a EC n. 1 foi tão densa que pode ser interpretada como uma nova Constituição.

Para Pinho, nos quarenta anos abrangidos pela sua pesquisa, Reale teve papel político e intelectual de destaque. Daí porque pretende

---

<sup>40</sup> As datas são utilizadas neste ponto por referência à obra consultada e para se situar, cronologicamente, as sucessivas influências teóricas entre os pensadores brasileiros do autoritarismo e/ou do nacionalismo.

<sup>41</sup> Sobre Azevedo Amaral, cf. p. 37 e ss. Sobre Francisco Campos, cf. p. 45 e ss.

apresentar seu itinerário político-ideológico, averiguando sua participação na AIB, no governo Vargas, no Partido Social Progressista e sua “esquecida” contribuição para o golpe de Estado de 1964. Ademais, efetua a exegese das concepções realezanas de História e de Estado, tendo como marco divisório os momentos integralista e pós-integralista. Derradeiramente, examina a desnaturação, implementada por Reale, dos conflitos de classe do pré-1964, ao qualificá-los como “caos social” – e, uma vez vitorioso o golpe, sua defesa como sendo uma “institucionalização revolucionária”, pautada na legitimação da repressão política e do arrocho salarial. (PINHO, 2008, p. 7).<sup>42</sup>

O primeiro capítulo trata, justamente, deste itinerário político-ideológico, desde a participação de Reale na Revolução Constitucionalista de 1932, tendo como resultado ânimos abalados que o conduziram para o Integralismo, conforme indica em suas próprias “Memórias”; passando pela sua participação no governo Vargas, no Partido Social Progressista, no Instituto Brasileiro de Filosofia, até finalmente chegar no golpe de 1964 (*Ibid.*, pp. 19-43). No segundo capítulo, Pinho analisa as concepções de História e de Estado em Reale, tecendo linhas de continuidade entre a Historiografia Integral, da juventude, para o Historicismo Axiológico, da maturidade; bem como do Estado Integral, da juventude, para a Democracia Social, da maturidade (*Ibid.*, p. 44-85).

O terceiro capítulo de sua dissertação talvez sirva de resposta para a provocação científica de Seelaender: estaria a Faculdade de Direito da USP pronta para admitir um trabalho sobre o pensamento autoritário-conservador de seus antigos docentes? Ou ainda, estaria pronta para admitir trabalhos que evidenciassem a colaboração de seus quadros na justificação e na legitimação dos regimes ditatoriais, sobretudo aquele desvelado pelo golpe de 1964? Ora, se ela está preparada, não se pode dizer. Mas que Reale, antigo docente da Faculdade de Direito da USP, teve tanto um pensamento autoritário-conservador quando jovem, como participação na legitimação do golpe

---

<sup>42</sup> Para uma análise dos discursos de Reale que serviram para legitimar o golpe de Estado de 1964, cf. REALE, Miguel. **Da revolução à democracia**. 2.ed. Inteiramente reestruturada. São Paulo: Convívio, 1977. Na conferência “Revolução e normalidade constitucional”, de 1965, Reale fala da “natureza constitucional” do Ato Institucional, deturpando as lições do jusfilósofo Hans Kelsen para apontar seu caráter revolucionário e provisório, mas, concomitantemente, estanque. Além disso, Reale afirma ser legítima a violência perpetrada pelo regime.

de 1964, ninguém poderá negá-lo. Destarte, Pinho finaliza seu trabalho com o capítulo intitulado “O intelectual a serviço do golpe de 1964”, dando voz a fatos que continuam sendo silenciados pelas “coortes de sociabilização” (*Ibid.*, pp. 86-108).

Utilizando-se de expressão de José Chasin, o autor afirma que, em seu itinerário, realizou uma “análise imanente” do discurso de Reale, buscando expô-lo em seus nexos internos. O autor não mede as palavras e chega a afirmar que Reale “lança mão de diversos elementos teóricos – elaborados durante todo o período que analisamos – para legitimar a instituição e consolidação da autocracia burguesa bonapartista”, em referência ao trabalho de colaboração com a ditadura civil-militar pós-1964 (*Ibid.*, pp. 109-111). O despudor, aliado à seriedade científica, conferem ao trabalho de Pinho uma estética e um conteúdo críticos de grande valia, uma vez que não se restringe meramente a tecer elogios à grande produção bibliográfica do jusfilósofo, mas, sim, intenta questionar as bases ideológicas que guiaram seus desideratos políticos – e como a intelectualidade fora efetivamente instrumentalizada para o atingimento de tais fins.

Contudo, Pinho não realiza o que o presente trabalho pretende realizar: quando menciona as produções da maturidade de Reale, como a aclamada Teoria Tridimensional, não tece linhas de continuidade com as obras da juventude. Restringe-se, como foi dito acima, a costurar esta linearidade apenas nas concepções de História e de Estado. Aliás, o termo “Teoria Tridimensional” aparece apenas em dois momentos de seu trabalho, justamente quando aponta alguns nomes da rede de colaboradores do jusfilósofo. Dentre tais colaboradores, Reale menciona: Vicente Ferreira da Silva Filho, Heraldo Barbui, Renato Cirell Czerna e Luiz Washington Vita. (*Ibid.*, pp. 37-38). Não é raro que estes colaboradores publiquem obras que são “toda elogios” à produção intelectual de Reale, como é o caso de Czerna, mantendo-se a fase integralista do autor no território do esquecimento e do tabu.

E, para adensar o debate, talvez seja o momento para analisarmos um destes trabalhos, que pela ausência de críticas e apontamentos sobre fases polêmicas da trajetória política e intelectual de Reale, contrasta com a obra de Pinho. “Miguel Reale: Bibliografia e Estudos Críticos”, publicado pelo Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB) em 1999. É sintomático como o próprio Antonio Paim, Presidente da Diretoria do Centro à época, apresenta a obra mencionando que Reale seria “notável filósofo”, “o verdadeiro inspirador de toda a nossa atividade”, cuja “projeção internacional que soube conquistar para a nossa Filosofia do Direito” fez com que o

trabalho seja dedicado a ele, que “sentir-se-á na melhor companhia.” (CENTRO, 1999, p. 3).

A obra possui duas partes. Na primeira, são elencadas todas as obras de Miguel Reale, nas diversas disciplinas em que atuou, como na Filosofia Geral, do Direito, Política e brasileira; no próprio Direito; na Literatura e na poesia; além de depoimentos, obras traduzidas e outros escritos, como de revistas e jornais (*Ibid.*, pp. 9-38). Na segunda seção deste esforço bibliográfico, estão situadas inúmeras obras sobre o pensamento de Reale.

Nas dezenove páginas de livros e artigos sobre seu pensamento, Reale é “honorário”, “humanista”, “culturalista”, “administrativista”, “poeta”, “emérito”, “homem público”, “jurista”, “pensador analéctico”, “jurista-filósofo”, “jurista de alma poética”, “pensador”, “intelectual e político”, “historiador das ideias” – menos integralista. Além deste silêncio, é de se ressaltar o amplo número de artigos e livros dedicados a explicar a renomada Teoria Tridimensional. Enquanto isso, a principal obra da juventude, “O Estado Moderno”, é deixado ao largo na temática de tais obras, conquanto seja referenciada em alguns dos “estudos críticos”, sempre como um conjunto de ideias já superado (*Ibid.*, pp. 39-57).

Conforme dito, a segunda parte da obra trata dos “estudos críticos”. Aqui, mais uma surpresa: o vocábulo “Integralismo” aparece apenas em dois textos, um de autoria de Evaristo de Moraes Filho, intitulado “Miguel Reale no Conselho de Cultura” (*Ibid.*, pp. 101-107); e no de Ronaldo Poletti, que se detém um pouco mais em analisar as obras de Teoria do Estado e Ciência Política da fase integralista, intitulado “O conceito de democracia social em Miguel Reale” (*Ibid.*, p. 108-138). Mesmo assim, os textos tratam de suas ideias de um ponto de vista interno, discutindo seu sistema de pensamento sem cotejá-lo com suas ações políticas ou com o contexto político brasileiro.

As análises sumárias traçadas até aqui nos levam a algumas conclusões sobre o estado da arte das pesquisas científicas que tratam da trajetória política e intelectual de Miguel Reale no movimento integralista:

- a) Primeiramente, não existe um trabalho de pesquisa jurídica, seja uma dissertação de mestrado, seja uma tese de doutorado, seja uma obra publicada, que analise aprofundadamente a trajetória política e intelectual de Reale na AIB, como dirigente integralista. Não há, tampouco, um trabalho de História do Direito que



intente vincular o momento da produção integralista, de Teoria do Estado e Ciência Política, com o momento da produção da tese tridimensional, é dizer, de Filosofia do Direito;

- b) A maioria das pesquisas sobre a fase integralista ocupa-se da discussão interna do sistema de pensamento realeano, presos em um cativeiro metafísico propositalmente elaborado “pelo(s) filósofo(s)” segundo interesses políticos, mediatos ou imediatos. Os trabalhos de Filosofia e Teoria do Direito, quando abordam o pensamento de Reale, restringem-se em analisar, de um ponto de vista interno, as obras da maturidade, sobretudo a Teoria Tridimensional do Direito. Assim, pouco se analisa sobre sua vida, deixando-se de lado o cotejo entre vida privada e vida pública, entre biografia e carreira política, tratando-se da trajetória intelectual do autor como um campo autônomo, imunizado numa campânula de ideias gestadas única e exclusivamente pelo estudo sistemático e com a finalidade de elaborar o projeto integralista de sociedade. Excetuam-se desta regra os trabalhos de Seelaender, Beired, Ramos e Pinho. As vinculações entre o “campo intelectual” e o “campo de poder” podem ser reveladas pelos estudos de sociologia dos intelectuais de Sergio Miceli, apoiado nos conceitos operacionais e categorias analíticas de Pierre Bourdieu (MICELI, 2001; BOURDIEU, 1983; 1989);
- c) Com raras exceções, (mais uma vez, Seelaender, Beired, Ramos e Pinho), a trajetória intelectual e política da fase integralista de Reale é estudada e analisada a partir de um isolamento dúplice: 1) primeiro, isolada da própria história de vida do autor e de seu desenvolvimento intelectual, ou seja, como um momento particular que se iniciou em 1933, desenvolveu-se e terminou juntamente do fechamento da Ação Integralista Brasileira, em 1937/1938, não possuindo reminiscências em sua vida posterior. Aliás, o próprio autor objetivava isso, o que pode ser comprovado pela organização pessoal de suas “obras políticas”, publicadas pela editora da UnB em três

volumes, como se fossem um “universo à parte” de seu desenvolvimento geral; 2) segundo, isolada do contexto histórico no qual se desenrolou, não havendo sequer considerações acerca do fenômeno do “bacharelismo” (a ocupação sistemática da nova estrutura burocrático-administrativa do Estado, já existente na República Velha, mas modificado por ação da Aliança Liberal e das transformações geradas na Era Vargas); da relação próxima e algumas vezes promíscua entre intelectuais e classes dirigentes; da disputa cultural que se processou no período pela busca incessante de uma “identidade nacional”, radicalizada na década de 1930, mas iniciada com o movimento artístico da Semana de Arte Moderna de 1922;

- d) À exceção do trabalho de Rodrigo Pinho, poucos ou mesmo nenhum dos trabalhos arrisca-se a traçar linhas de continuidade e progresso no desenvolvimento intelectual do autor, vinculando, por exemplo, as obras de Teoria do Direito e Filosofia do Direito às obras de Ciência Política e Teoria do Estado da época do Integralismo. Ao que parece, estas pesquisas desenvolveram-se dentro de uma estratégia elaborada pelo próprio Reale: criar a impressão de que seu trabalho sofreu constantes rupturas e descontinuidades, como ele mesmo referencia com a concepção bipolar – e depois tripolar – do Direito, imortalizada em sua Teoria Tridimensional. Esta concepção, segundo as “Memórias” do autor, é a representação estética de como seu pensamento integralista era soterrado por uma “nova” concepção da natureza jurídica do Estado e da natureza histórica do Direito;<sup>43</sup>
- e) Dupla insuficiência científica: Rodrigo de Oliveira, analisando a evolução dos estudos sobre o Integralismo, indica que as pesquisas pioneiras no assunto, de Héglio Trindade, José Chasin e Gilberto Vasconcelos, à exceção do primeiro, são centradas na produção bibliográfica política e literária de Plínio Salgado. Esta postura tornou-se tendência em muitas

---

<sup>43</sup> Cf. REALE, 1987a, p. 145-155.

pesquisas posteriores, que negligenciaram as produções bibliográficas de outros líderes e ideólogos do movimento, como Gustavo Barroso, chefe nacional das milícias e antisemita, e Miguel Reale, chefe nacional de doutrina. Não obstante, além de serem poucas as pesquisas acadêmicas que utilizam ou mesmo centram suas análises na produção de Miguel Reale, nenhuma delas tem um caráter jurídico, seja de uma análise de seu pensamento jusfilosófico à época (parecendo mesmo, segundo intenção do próprio autor, que suas obras estão circunscritas às disciplinas de Ciência Política e Teoria do Estado), seja de uma análise histórica ou historiográfica do desenvolvimento deste mesmo raciocínio jusfilosófico;

- f) A esmagadora maioria dos trabalhos é implementada no campo de pesquisa da História. Algumas exceções, como a tese de doutorado de Alexandre Pinheiro Ramos, analisam o movimento e seus protagonistas através da sociologia; outras pelo campo da filosofia, como o trabalho de Marilena Chauí, centrado na ideologia e no simbolismo da AIB. Não há, portanto, um trabalho de pesquisa efetivamente jurídica a respeito da AIB e/ou dos intelectuais que a chefiavam, conquanto o próprio Miguel Reale<sup>44</sup> tenha afirmado, na introdução de suas “obras políticas”, organizadas a partir da publicação da UnB, que alguns importantes nomes do movimento dedicavam-se aos problemas jurídico-políticos da sociedade e do Estado, como Câmara Cascudo, San Tiago Dantas, Hélder Câmara, Olbiano de Melo, Antonio Gallotti, Américo Lacombe, além dele próprio. Uma pesquisa acerca das ideias jurídicas destes integralistas está para ser elaborada.

Miguel Reale, em seu contato acadêmico com o espanhol Javier García Medina em maio de 1994, deixou entrever o espaço no qual esta pesquisa se insere. “El título de esta obra fue sugerido por el Prof. Miguel Reale en una conversación que com él mantuvimos em Lisboa a primeiros de mayo de 1994.” (MEDINA, 1995, p. 5). O título sugerido

---

<sup>44</sup> Cf. REALE, 1983a, p. 9.

por Reale ao trabalho de Medina era “Teoria Integral do Direito no pensamento de Miguel Reale”.

Medina não se atém à bibliografia integralista de Reale, concentrando sua análise nas obras “Filosofia do Direito”, “Teoria Tridimensional do Direito”, “Direito como experiência”, “Fundamentos do Direito” (as mais utilizadas) e, em menor monta, “Experiência e Cultura” e “Lições Preliminares de Direito”, entre outras. Apoia-se em autores que trabalharam a teoria realeana, como Luis Recaséns Siches e Eduardo García Máynez, com quem Reale matinha relação de amizade e fraternidade, além do convívio intelectual nos congressos do IBF (REALE, 1983b, pp. 1 e ss.).

Convidado para prefaciar a obra, Reale inicia sua explicação da “alteração radical de paradigma” (REALE, 1995, p. 11) de sua teoria da seguinte forma: “Lo que une todas las formas de tridimensionalismo jurídico [...] es el propósito común de alcanzar una visión integral del derecho, superando explicaciones unilaterales o sectoriales.” (*Ibid.*, p. 9). A “visão integral” do Direito que a Teoria Tridimensional opera faz “integrar em unidade orgânica” conteúdos antes dispersos. (*Ibid.*, p. 12). Conforme se verá, a visão integral da unidade orgânica já estava inserida na elaboração do primeiro livro de Reale, sua primeira obra integralista: “O Estado Moderno”. Para a apresentação de sua concepção tripolar do fenômeno jurídico, Reale afirma que “no podría pretender hermeneuta más agudo y más fiel” (*Ibid.*, p. 14) – muito embora Medina não tenha se arriscado a trabalhar as obras “germinais”.

## 2.2 MIGUEL REALE: OUTRO JURISCONSULTO ADAPTÁVEL

Fazer a história da trajetória política e intelectual de Miguel Reale entre os anos de 1933 e 1953, analisando-se este saber-poder de duas décadas, é definir sua unidade contínua, a despeito das periodizações e descontinuidades de seu pensamento forjadas por ele mesmo. Não se trata, como se pode notar na conclusão do primeiro capítulo, de uma análise interna do sistema de pensamento do jurista. Tampouco se trata de narrar o desenvolvimento intelectual do autor a partir das periodizações por ele realizadas.

Em realidade, o objetivo deste trabalho é enquadrar a trajetória política e intelectual de Miguel Reale, que ora designamos por saber-poder, no tipo ideal<sup>45</sup> de jurista brasileiro que Airtón Seelaender e Alexander de Castro (2010) designaram por “jurisconsulto adaptável”.

<sup>45</sup> Para compreensão do “tipo ideal”, cf. FREUND, 2003, pp. 47 e ss.

Em síntese, o saber-poder de Miguel Reale fez com que ele se tornasse, efetivamente, um jurisconsulto adaptável. Mas o que esta afirmação pode significar?

A adaptabilidade de um jurisconsulto é revelada sempre historicamente e de maneira retrospectiva. Somente a análise historiográfica de suas obras, em cotejo com sua história de vida e opções políticas, pode trazer à tona os desígnios por trás das ações. E é somente a partir deste distanciamento que as fontes históricas podem ser avaliadas em conjunto, analisando-se o diálogo necessário ou forjado/forçado que elas estabeleceram umas com as outras.

Ou seja, somente de uma perspectiva histórica podemos comparar as dimensões da linguagem documentada com aquilo que permaneceu oculto dentro desta mesma linguagem, aquilo que sub-repticiamente ficou ali escondido. É Michel Foucault quem nos fornece um arsenal metodológico para tal tratamento: vamos buscar as relações entre o discurso, o visível e o invisível. Trata-se de “restaurar o discurso lá onde [...] ele estava despojado de suas palavras.” (FOUCAULT, 2008b, p. 79).

Assim, a respeito das possíveis técnicas de interpretação deste material, Foucault afirma que a linguagem, nas culturas indo-europeias, sempre fez nascer dois tipos de suspeita:

- inicialmente, a suspeita de que a linguagem não diz exatamente o que ela diz. O sentido que se apreende, e que é imediatamente manifesto, é talvez, na realidade, apenas um sentido menor, que protege, restringe e, apesar de tudo, transmite um outro sentido, sendo este, por sua vez, o sentido mais forte e o sentido “por baixo” [...]
- [...] que, de qualquer maneira, ela [a linguagem] ultrapassa sua forma propriamente verbal, que há certamente no mundo outras coisas que falam e não são linguagem. [...] talvez haja linguagem se articulando de uma maneira que não seria verbal. (*Ibid.*, p. 40).

É exatamente a busca desta “linguagem não-verbal” que ora nos interessa. O que as opções políticas da juventude de Reale podem nos dizer, e que não pode ser encontrado nem em suas obras integralistas, nem mesmo em suas “Memórias”? O que as opções políticas de sua maturidade, já na década de 1940, como professor de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, podem, outrossim, dizer-

nos? O que nos dizem, por certo, é que seu saber-poder sempre fora utilizado de modo adaptativo. Reale precisou, ao longo de sua trajetória, adaptar-se a estruturas políticas e regimes governamentais sobremaneira opostos.

Se na década de 1930, pelo contexto histórico em que se encontrava, Reale optou pelo que designou como *terza via*, isto é, a alternativa integralista-fascista como programa de governo; devendo optar, a partir de seu retorno do exílio, em 1941, pelo liberalismo e pela democracia, como efetivamente assumiu perante seus alunos em greve<sup>46</sup> - conquanto estivesse servindo o Estado Novo com conselheiro-legislador no Departamento Administrativo de Estado; chegando a participar, inclusive como teórico, do Partido Social Progressista (PSP), em aliança com Adhemar de Barros; e, não obstante, participando da legitimação jurídica do regime ditatorial civil-militar instaurado em 1964, isto pode significar seu desejo de se adaptar ao momento histórico, às vicissitudes e às idiossincrasias que o acompanham.

Como diz Foucault, não se pode fazer a história de um discurso sem considerar as relações de isomorfismo que ele possui com os modelos de pensamento vigentes em seu momento histórico. A adaptabilidade, desta forma, torna-se uma habilidade em se adaptar – é impossível fazer-se a análise do funcionamento e do papel deste saber, bem como das condições que lhe são impostas e da maneira segundo a qual ele se enraíza na própria sociedade sem se levar em consideração a força e a consistência destes isomorfismos. (FOUCAULT, *op. cit.*, p. 68).

Isso significa que o modelo teórico de uma época tem total influência na maneira de se fazer este conhecimento, de se conceber este discurso científico, este saber. A opção pela *terza via* na obra de Reale, portanto, estava em consonância com a ascensão do nazismo alemão e do fascismo italiano – sobretudo deste último. O que não significa dizer, contudo, que o Integralismo fosse totalmente caudatário daquele, que não possuísse seu quê de originalidade.

Conquanto isto pareça claro numa análise sumária da história de vida do autor, ou mesmo avaliando-se as razões de suas distintas opções políticas, o mesmo não pode ser dito de suas obras jurídicas. Seu sistema de pensamento não expressa, de maneira explícita, a adaptabilidade ao período histórico a que se remete, tampouco às tomadas de decisão e opções políticas pessoais da época. Eis precisamente o que este trabalho pretende revelar: a produção intelectual de Miguel Reale tem total

---

<sup>46</sup> Cf. DULLES, 1984, p. 230-238.

relação com os períodos em que tais obras foram produzidas, bem como total relação com seu voluntarismo político em cada ocasião.

Segundo Seelaender, o traço característico dos juristas adaptáveis é que sua produção intelectual, em sintonia com as escolhas mais decisivas de sua carreira política, amolda-se com a mesma facilidade aos projetos autoritários e ditaduras e aos processos de “aberturas” democratizantes. Um exemplo próximo ao de Reale, nestas questões preliminares de método, seria o do jurista Francisco Campos: num primeiro momento, concebendo o arsenal jurídico do Estado Interventor de Getúlio Vargas, “endireitando-se” até a outorgada Carta Constitucional de 1937 e seu respectivo autoritarismo quase declarado.

Nesta época, demonstrava postura crítica com relação ao liberalismo ortodoxo; contudo, afastado de seu cargo de Ministro da Justiça por Vargas, Campos iria enamorar-se novamente do liberalismo, adaptando-se à onda democratizante pós Segunda Guerra Mundial, em isomorfismo com os modelos de pensamento do final da década de 1940 e meados de 1950, coadjuvando nos novos processos democratizantes do período no Brasil. E, a despeito deste rápido aconchego nestas tendências, volta a confabular uma produção jurídica de cunho autoritário com a ruptura da ordem democrática em 1964, quando faz o preâmbulo do Ato Institucional (o de número 1, conquanto na época não recebera efetivamente a numeração, que só veio posteriormente), em que declara que o golpe civil-militar é, em realidade, uma revolução que se investe do poder constituinte e revoga, em partes, a Constituição (democrática) de 1946. (SEELAENDER, CASTRO, *op. cit.*, pp. 255-256).

No caso de Miguel Reale, sua adaptabilidade começa a adquirir contornos mais claros a partir do golpe de Vargas, em 1937, que consequentemente gerou o fechamento da AIB em 1938. Indo para o exílio e reformulando na Itália de Mussolini seu pensamento jurídico, já projetando, além-mar, seu retorno ao Brasil e o pleito de professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Reale descreve em suas “Memórias” o gradativo abandono das concepções integralistas. Assume, algum tempo depois, um cargo no Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, tornando-se um dos quadros jurídico-políticos do Estado Novo. (REALE, 1987a, pp. 164 e ss.).

A década de 1940 é crucial para que seja demonstrada, histórica e retrospectivamente, a adaptabilidade de Reale, seja à *terza via*, ao fascismo e ao Integralismo, tornando-se ideólogo oficial da AIB; seja ao autoritarismo de Vargas e sua ditadura; seja, já no final do período, ao liberalismo e à democracia. E é importante lembrar, por derradeiro, que,

quando jovem, Reale adaptou-se a um “socialismo revisionista”, de cunho cristão, como ele mesmo referencia em suas “Memórias” e que ficou registrado num artigo publicado quando ainda era estudante no Largo de São Francisco, intitulado “A crise da liberdade”. (REALE, 1983c, pp. 7-11).

### 2.2.1 Fontes primárias

O material utilizado para se fazer a história da trajetória política e intelectual de Miguel Reale, antes, durante e depois do Integralismo, pode ser discriminado em dois grupos. No primeiro estão as fontes privilegiadas, dados o pouco uso que delas se faz nas pesquisas jurídicas e sua importância:

- a) suas “Memórias”, que Sérgio Miceli diferencia de biografia;
- b) entrevistas em obra organizada<sup>47</sup> e programa de televisão<sup>48</sup>;
- c) os editoriais, colunas e artigos de Reale no jornal “Acção”, jornal integralista de circulação local, na capital de São Paulo, dirigido por ele próprio entre outubro de 1936 e abril de 1938.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup>Como as encontradas no livro “Histórias do Poder”, projeto sociológico e de ciência política encabeçado e organizado por Florestan Fernandes Jr., Alberto Dines e Nelma Salomão, num esforço para se recontar a história do século XX no Brasil a partir das opiniões de seus principais políticos e pensadores. Neste sentido, cf. DINES, FERNANDES JR., SALOMÃO, 2000, p. 157-179. Ou, ainda, a entrevista concedida a John Dulles em 1982. Cf. DULLES, 1984, p. 235-238.

<sup>48</sup> Em destaque, a entrevista concedida ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, em 13 de novembro de 2000. Esta entrevista foi transcrita na íntegra, podendo ser consultada no portal.

Disponível em: <  
[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/727/entrevistados/miguel\\_reale\\_2000.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/727/entrevistados/miguel_reale_2000.htm)>. Acesso em 13 mar. 2014.

<sup>49</sup> Esse material pode ser encontrado no Arquivo Público do Estado de São Paulo. Quase todos os exemplares do jornal encontram-se em microfilme.



No segundo, as fontes acima serão analisadas em cotejo com outros documentos históricos<sup>50</sup> e, sobretudo, com as principais obras de Teoria do Estado, Ciência Política, História das Ideias e Filosofia do Direito, entre os anos de 1933 e 1953. São elas:

- Na década de 1930: “O Estado Moderno”, “Capitalismo Internacional”, “Actualidades de um mundo antigo”, “Formação da Política Burguesa”, “ABC do Integralismo”, “Perspectivas Integralistas”, além de outras obras de menor relevo;
- Na década de 1940: “Fundamentos do Direito” e “Teoria do Direito e do Estado”, obras de transição (ou “descontinuidade forjada”) entre os pensamentos integralista e tridimensional, frutos de pesquisas realizadas no intento de participar de concursos para o magistério superior na Faculdade de Direito de São Paulo (USP);
- Na década de 1950: “Filosofia do Direito”, cuja primeira edição é de 1953, especificamente na parte em que trata da “Teoria Tridimensional do Direito”; e “Teoria Tridimensional do Direito”, na edição de 1968, que contém as réplicas de Reale aos pensadores estrangeiros, sobretudo latino-americanos e europeus, que comentaram sua “nova” teoria.

Todas estas fontes são tomadas enquanto documentos históricos. A despeito da específica importância de cada uma, não se estabeleceu hierarquia entre elas. Contudo, em relação às “Memórias”, foi conferido manejo específico. Partiu-se da premissa de que Reale estaria interessado em recontar, ele próprio, a história de sua juventude e de seu passado integralista, dada a publicação das suas “obras políticas” reunidas pela editora da UnB (que reuniu a maior parte dos trabalhos teóricos e doutrinários junto à AIB), de modo a “dar a última palavra”

---

<sup>50</sup> Dentre eles, pode-se citar: o “Manifesto de Outubro”, que constituiu a Ação Integralista Brasileira, o “Manifesto-programa da AIB às eleições presidenciais”, ata de reunião no Ministério da Guerra por convocação do general Eurico Gaspar Dutra, o “Plano Cohen”, etc., todos encontrados nos “Textos políticos da História do Brasil”, organizados por Paulo Bonavides e Roberto Amaral (2002, v.5).

em torno da polémica questão de ter sido fascista-integralista, ou não, quando era jovem.

Logo, seria de rigor deixar-se levar pelas intenções do próprio Reale, seguindo, à risca, as orientações constantes nas “Memórias”, que acabaram por funcionar como um mapa, um guia que indicaria de que maneira as pesquisas genealógica e arqueológica, tanto em relação ao estabelecimento de seu poder político quanto de seu saber jusfilosófico, deveriam ser implementadas. Entretanto, estas fontes não foram tomadas acriticamente pelo seu valor de face – mas, justamente, como um indício das intenções obtusas e ocultas do jurista. Ao mesmo tempo que funcionam como mapa-guia, as “Memórias” também são tomadas como simulacro. É exatamente o cotejo das variadas fontes que leva o leitor a se deparar com contradições na própria prática discursiva de Reale. O mapa-guia, que paradoxalmente também é simulacro, mescla conteúdos verossimilhantes e engodos intencionais.

O trabalho do historiador é reviver e re-presentar as ideias e a mentalidade que está materializada nos documentos. Trata-se de um exercício mental de repensar os discursos a partir da personalidade que os forjou, e nas relações que estabeleceu com a consciência de sua época. No dizer de Paul Veyne, trata-se do ofício de um comediante, que se põe na pele da personagem a ser analisada para compreendê-la. (VEYNE, 2008, p. 20). Não apenas compreender o que ela efetivamente realizou – mas quais eram seus desígnios ao implementar sua obra. É uma aventura intuitiva na própria (in)consciência do autor das ideias, funcionando, ambos, em sua conexão inexorável, como objeto de pesquisa. Esta maneira de trabalhar foi sustentada por Collingwood. E, de acordo com Patrick Gardiner, foi ele quem substituiu a noção “positivista” de história por uma que se centraliza no “pensamento” como conceito fundamental da investigação histórica.

Disso decorre que, “Para apreender a verdadeira natureza dos acontecimentos históricos particulares é necessário penetrar no interior dos eventos e discernir os pensamentos dos agentes históricos em causa.” (GARDINER, 1995, p. 304). Graças ao pensamento de Collingwood é que se pode dizer que o historiador tem qualquer espécie de “acesso directo ou ‘intuitivo’ à actividade mental” daquele cujas ações busca compreender e explicar – o que faz revivendo e representando. (*Idem*). A história torna-se, sob esta perspectiva, “o conhecimento do pensamento passado.” (*Ibid.*, p. 305).

A história nunca se constrói a partir de narrativas – mas tão somente de documentos. “Que ao facto ande ligada e amalgamada uma narrativa ou uma série de narrativas desse mesmo facto” não

impossibilita que estas mesmas narrativas de outrora (e os juízos de antes a ela vinculados) sejam tomados agora, eles próprios, enquanto fatos, ou melhor, como “‘documentos’ a serem interpretados e julgados” (CROCE, 1995, p. 276). É preciso que seja dada vida aos documentos – e neste sentido, o historiador se equivale, para Veyne, a um dramaturgo, pois para explicar os documentos que são seu objeto de pesquisa, necessita compor o texto do papel vivenciado pela personagem histórica através de conceitos. (VEYNE, *op.cit.*, p. 20). No dizer de Croce, os “documentos que são hoje mudos para nós, hão-de por sua vez ser trespassados por novos relâmpagos de vida, e hão-de tornar a falar.” (CROCE, *op.cit.*, p. 282).

Seria possível romper o nexo havido entre os documentos históricos e as narrativas que, a eles acopladas, descrevem-no, situam-no, organizam-no, enunciam-no? Não – a história é o próprio nexo entre as narrativas e os documentos. (*Ibid.*, p. 278). No caso de Miguel Reale, é preciso reviver e re-presentar suas “Memórias”, como narrativas dos “documentos vivos” que são suas obras, tomando-a, ela própria, como documento a ser revivido e re-presentado, para só assim ser possível ressituá-la a história de suas ideias jurídicas, restabelecendo nexos por ele apagados ou dissimulados. A narrativa, portanto, só se concretiza em narrativa histórica na medida em que é uma “*exposição crítica* do documento (intuição e reflexão, consciência e autoconsciência, etc.)” (*Idem*).

E mesmo em relação aos conceitos – sejam aqueles utilizados pelo historiador em seu ofício, sejam, no caso da presente pesquisa, os conceitos elaborados pelo próprio Reale – é necessária certa cautela. A história de um conceito pode se revelar como a história “[...] de seus diversos campos de constituição e de validade, a de suas regras sucessivas de uso, a dos meios teóricos múltiplos em que foi realizada e concluída a sua elaboração.” (FOUCAULT, 2008a, pp. 4-6). Como se verá, foi assim que Reale criou, utilizou e renovou seu arcabouço conceitual ao longo das décadas analisadas. Da mesma forma, é preciso avaliar suas obras dando-se mais atenção a sua coerência interna, seus axiomas, suas cadeias dedutivas e suas compatibilidades, do que às influências que sofreu das tradições e continuidades culturais (*Ibid.*, p. 5), neste caso, do fascismo.

A nova história não busca determinar meramente se o documento diz ou não a verdade. O documento não é mais matéria inerte através da qual se tenta reconstituir *in totum* o que os homens fizeram ou disseram. O ofício do historiador é definir, no próprio tecido documental, unidades, séries, conjuntos, relações, tanto em relação ao seu próprio

corpo como em relação a sua exterioridade. O historiador vai então “elaborar” o documento em seu interior, organizando-o, recortando-o, distribuindo-o, ordenando-o, repartindo-o noutros níveis e noutras séries, distinguindo o que é pertinente e o que não é, identificando seus elementos e descrevendo suas relações. (*Ibid.*, p. 7). O sistema de pensamento que pode ser encontrado num conjunto documental passa a funcionar como um quebra-cabeças que pode ser remanejado, recompondo-se novas imagens sem lhe alterar os encaixes das peças.

A história não é, em si mesma, memória, mas uma maneira específica de certa sociedade conferir *status* e elaboração à massa documental da qual não se separa. Foucault sustenta a tese de que os documentos precisam ser encarados como “monumentos”. Enquanto a história tradicional tratava de “memorizar” monumentos do passado (transformando-os em documentos e fazendo-os falar), o ofício atual do historiador é apreender o próprio documento como monumento, captando nele “elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.” (*Ibid.*, p. 8). Desta postura decorrem novos problemas metodológicos: a) constituição de *corpus* coerentes e homogêneos de documentos; b) estabelecimento de um princípio de escolha; c) definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes; d) especificação de um método de análise; e) delimitação dos conjuntos e subconjuntos que articulam o material estudado; f) determinação das relações que permitem a caracterização destes conjuntos. (*Ibid.*, p. 12).

A coerência do *corpus* documental acima declinado só pode ser demonstrada à medida que deles se faz a narrativa. Quanto ao princípio de escolha, foi guiado, sobremaneira, pelos indícios deixados nas “Memórias”. O nível de análise dos elementos que são simultaneamente pertinentes liga-se à busca das fontes da “Teoria Tridimensional do Direito”, e, em sentido oposto, às reminiscências da obra “O Estado Moderno” nas obras a ela posteriores. O método de análise é comparativo, transitando da dedução para a indução. Os conjuntos foram acima declinados: o primeiro grupo, das “Memórias”, do jornal “Acção” e das entrevistas, e o segundo, das obras propriamente ditas. Os subconjuntos são estipulados segundo critérios específicos, como a periodização das décadas de 1930, 1940, 1950, ou as disciplinas tratadas em cada uma delas (já que Reale transitou da Teoria do Estado para a Filosofia do Direito). As relações entre os documentos, que permite a caracterização de seus conjuntos, também foi estipulada primordialmente em relação às pistas das “Memórias”.

Finalmente, resta denotar que a massa documental desorganizada não é apreendida como “arquivo”. Aqui também se aproveita a conceituação de Foucault. O arquivo não é a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado ou como testemunho de sua identidade mantida. O arquivo é a multiplicidade dos sistemas de enunciados instaurados pelas práticas discursivas. Noutras palavras, o arquivo pode ser tomado como sinônimo de “ordem do discurso” – as leis que regem o aparecimento de um dado enunciado, as leis que o controlam, que determinam sua forma e seu conteúdo.

O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas [...] se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas. O arquivo [...] é o que, na própria raiz do enunciado-acontecimento e no corpo em que se dá, define, desde o início, *o sistema de sua enunciabilidade*. [...] é o que define o modo de atualidade do enunciado-coisa; é *o sistema de seu funcionamento* [...] é o que diferencia *os* discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria.

Entre a *língua* que define o sistema de construção das frases possíveis e o *corpus* que recolhe passivamente as palavras pronunciadas, o *arquivo* define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação. (*Ibid.*, p. 147).

O saber de Miguel Reale foi arquivado com muito zelo e cautela. Só um trabalho arqueológico e genealógico pode pôr a descoberto algumas falhas deste “processo arquivístico”. Suas práticas discursivas adquiriram certa regularidade e, em respeito a estas aparições sucessivas, foi-lhe possível aprimorar suas ideias, conferindo-lhes estatuto científico – a epistemologização do conhecimento que a ontognoseologia da “Teoria Tridimensional” representa. Os documentos de/sobre Miguel Reale serão revividos e re-presentados no nível da

prática discursiva que os implementou no passado. Trata-se de compreender o aprimoramento – e não o “superamento” – das ideias de Reale durante as épocas em que foram forjadas e nas conexões que estabeleceu com as circunstâncias que as viabilizaram.

## 2.2.2 Entrevistas

“O poder tem muitas feições, tem muitos aspectos diferentes conforme os lugares e as circunstâncias.” (REALE *Apud* DINES, FERNANDES JR., & SALOMÃO, 2000, p. 159). Esta foi a síntese com que Reale arrematou sua análise de conjuntura da “República Velha”, em entrevista. Salientando a inexistência de partidos nacionais no Brasil, desde o advento da Constituição de 1891 até a “Revolução de 30”, Reale tão logo se contradiz: “O que havia, de início, no século XIX<sup>51</sup>, era o anarquismo, era o movimento do Partido Comunista. O Partido Comunista foi o primeiro partido nacional que apareceu no Brasil” (*Idem*).

O Partido Comunista nasceu em março de 1922, portanto, dentro do período analisado por Reale. A aproximação desta agremiação política com o “anarquismo” parece uma maneira de menosprezar seus movimentos, analisando em tom pejorativo as transformações políticas que seus militantes encetaram no período. O poder tem muitas feições – com qual destas feições Reale concedeu a entrevista? Seria a mesma feição com que viveu o período conturbado da década de 1930? O poder tem muitas feições – e caberia completar: conforme as mentes que formulam o saber que lhe dá vazão.

O poder tem muitas feições. Seria o equivalente a dizer que o poder tem muitas máscaras? Analisando a utilização do termo “máscara” na obra “Além de Bem e de Mal”, do filólogo alemão Friedrich Nietzsche, o filósofo Antonio Edmilson Paschoal é sucinto:

O termo “máscara” possui uma série de sentidos nos escritos de Nietzsche. Destaca-se, neste estudo, a sua utilização para designar uma superfície (ABM, 230), a maneira como uma determinada vontade de poder (que é apenas um atuar) coloca-se em cena e desaparece com a própria cena. Para Nietzsche, atrás dessa máscara, não haverá “algo” ou “alguém”, mas sempre uma

---

<sup>51</sup> Erro de transcrição na fonte consultada, uma vez que Reale referia-se ao século XX.

outra máscara (ABM, 288). Diante desta concepção, que substitui idéias como a de “realidade” e “efetividade” por máscara, pode-se conceber dois tipos de atitudes filosóficas. Uma primeira, do filósofo tradicional, da verdade a qualquer custo, que não reconhece sua filosofia como máscara, mas como a expressão da “realidade”, à qual prestam homenagem, “desmascarando” eventuais erros em nome de sua “vontade de verdade” e oferecendo-se em sacrifício por suas verdades. E uma segunda, do filósofo (Nietzsche) que concebe a si mesmo como um artista trágico e sua filosofia como a maneira de colocar-se no palco, uma máscara (ABM, 5, 25, e 230). Esse filósofo entende que atrás de uma máscara não está “colado” um rosto que poderia reivindicar o lugar da máscara, tirando-a. Ele reconhece como única realidade o palco onde emergem as máscaras, o jogo, a ilusão, o baile de máscaras. Pode-se dizer que, para ele, o primeiro segredo que sua máscara esconde é sua vontade de aparência (ABM, 230), de tomar parte no jogo, e sua vontade de aparência oculta uma forma de atuar (uma vontade de poder) que não quer a rigidez das verdades, mas a fluidez das aparências. (PASCHOAL, 2003, p. 45, nota de rodapé 49).

O voluntarismo jurídico-político adaptativo de Reale, ao longo de sua trajetória intelectual, pareceu jogar com a fluidez das aparências. Este jogo evidencia-se na consulta de suas “Memórias”, escritas em 1987, em cotejo com os exemplares do jornal “Acção”, que dirigiu entre 1936 e 1938. Enquanto na primeira fonte Reale rememora a ala antissemita da AIB com pesar, na segunda é possível encontrar inúmeras matérias de capa exaltando os feitos de Hitler.

Afinal, que tipo de filósofo foi Reale ao tempo do Integralismo e depois de sua extinção em 1938: de tipo tradicional ou de tipo nietzschiano? Que tipo de filósofo foi Reale ao tempo das várias entrevistas concedidas nas décadas de 1940, 1980 e 1990?

E o segundo partido nacional só aparece em 1932, com o Integralismo. Comunismo e Integralismo durante muito tempo foram os únicos dois partidos de caráter nacional que operavam no

Brasil, porque os demais eram estaduais e de agrupamentos pessoais em contraste de interesses. (REALE *Apud* DINES, FERNANDES JR., & SALOMÃO, 2000, p. 160)

Integralismo como partido. Analisado o movimento desvelado em 1932 de maneira histórica e retrospectiva, parece óbvio que se tratava de uma agremiação partidária. Contudo, até o ano de 1937, o programa integralista de governo pretendia elidir os partidos políticos então existentes, justamente pelo regionalismo que representavam. “A República Velha não tinha partidos nacionais, era um contraste e uma luta entre partidos estaduais. E, mais que isso, em cada Estado havia um partido só. Era um regime de partido único.” (Ibid., p. 159). E, mais adiante, “[...] havia alas e luta e tudo girava em torno de pessoas, de lideranças, mais do que propriamente de idéias”. (Idem).

Conquanto Reale tenha afirmado isso na década de 1990, com cerca de 80 anos, e com certa naturalidade, o que demonstra sua adaptabilidade aos momentos históricos e aos discursos que devem ser proferidos, o fato é que em muitos documentos oficiais, livros e discursos das principais lideranças da Ação Integralista Brasileira (grupo dentro do qual Reale se insere), os partidos políticos regionais e fisiológicos aparecem como um dos problemas nacionais, por representarem apenas os interesses de algumas elites locais, e não os interesses da Nação.

Em “Perspectivas Integralistas”, obra de sua autoria, que Reale afirmou ser a “Cartilha do Integralismo”, pode-se constatar, entre outros caracteres, a rejeição das agremiações partidárias pelo movimento. “O governo não pode estar nas mãos de um partido ou em poder de uma classe. Só pode ser nacional, devendo refletir as características fundamentais do povo, do país.” (REALE, 1983c, p. 16). Adiante, num tópico denominado “A inutilidade dos partidos”, lê-se:

Os partidos, reunindo ou confundindo os mais disparatados interesses à sombra de uma promessa de programa ou, como é mais frequente, sob o bafejo de um nome de influência, vivem inteiramente separados da vida da Nação. [...]

Os partidos políticos, em verdade, são órgãos imperfeitos e dispensáveis em toda a sociedade onde existem instituições criadas naturalmente pela comunhão permanente das atividades e das aspirações.



Os partidos políticos, em toda a parte, mais especialmente no Brasil, são órgãos *artificiais transitórios, de vida intermitente, heterogêneos e exprimem forças dos grandes centros.* (*Ibid.*, p. 17-18).

Os partidos políticos seriam artificiais, porque “nascem segundo as ambições deste ou daquele político, deste ou daquele agrupamento” (*Ibid.*, p. 18); transitórios, porque “Duram enquanto duram os interesses da minoria dirigente, enquanto o rótulo tem capacidade de iludir, enquanto há acordo na divisão de proveitos.” (*Idem*); de vida intermitente, porque, oportunistas, apenas se organizam e “Acordam, dirigem-se ao povo, agitam-se quando é a hora decisiva da safra eleitoral. Depois, o povo é esquecido. Se quiser alguma coisa, que arranje um ‘pistolão’ e vá pedir, de chapéu na mão, o cumprimento de um dever!” (*Ibid.*, p. 19); heterogêneos porque sua reunião

[...] obedece unicamente às paixões do momento, à propaganda dos cartazes, às pregações da imprensa e do rádio, cujo efeito depende, em grande parte, das posses e não da competência e da honestidade dos candidatos que se expõem na vitrine do julgamento eleitoral. (*Idem*).

Derradeiramente,

*Exprimem forças dos grandes centros*, porque é o litoral que fabrica e envia os clichês políticos para o interior, para o sertão, jogando com as ambições das pessoas influentes dos municípios na combinação manhosa dos diretórios, tão tímidos em relação ao centro quão violentos em relação aos subalternos do círculo municipal. (*Idem*).

Inicialmente, o programa de governo da AIB prescindiria das agremiações partidárias, sendo proposta uma organização por via de sindicatos e corporações profissionais, teorizado por Reale como uma “Democracia Corporativa.” Esta temática, explorada sumariamente no capítulo anterior, merecerá maior destaque no tópico subsequente.

“O Integralismo tem tido uma história muito mal contada, porque no Brasil se apresenta geralmente como uma mera reprodução passiva do movimento fascista italiano.” (REALE *Apud* DINES, FERNANDES JR., & SALOMÃO, *op.cit.*, p. 160). Esta discussão, sobre a

originalidade do movimento integralista perante os fascismos europeus, ou, noutra direção, seu transplante reflexivo para a realidade cultural brasileira, já fora colocada devidamente no primeiro capítulo. Mas Reale assume a inspiração. “Não há dúvida que houve uma influência de Mussolini, não apenas no Brasil, mas em várias partes do mundo. Ele gozou, por exemplo, da admiração de um Churchill, que era um liberal e um democrata”. (*Idem*). Eis explícita uma tentativa de Reale em justificar sua participação e adesão num movimento político de inspiração fascista, já que o fascismo e seu *Duce* gozavam de admiração, inclusive, de figuras políticas liberal-democratas, como Churchill, devido às condições socioeconômicas vistas na Itália do início dos anos 30.

[...] o Integralismo foi um movimento muito intenso que reuniu perto de 2 milhões de pessoas, e que durou apenas cinco anos, de outubro de 1932 a 1938. [...] para se ter uma idéia desse contraste de poder, de alianças e conciliações que se operam ao longo dos anos, é preciso sempre ter presente o conjunto das circunstâncias que estou procurando aqui apontar. (*Idem*).

Neste ponto, Reale indica que seus esclarecimentos vão no sentido de justificar as tomadas de decisão pelo conjunto dos processos políticos de um dado momento histórico. Noutras palavras, vincular a ação de agentes adaptáveis às circunstâncias históricas; vincular seus sistemas de pensamento aos modelos vigentes na época, em claro isomorfismo, como apontou Foucault. E para esclarecer, perante os entrevistadores, as motivações conjunturais de um movimento como o da AIB, Reale aponta as modificações trazidas pela Aliança Liberal que tomou o poder em 1930 – seja por “revolução”, seja por “golpe de Estado”.<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> Uma literatura histórico-jurídica que trace uma comparação dos variados usos dos conceitos (jurídicos) de “revolução” e “golpe de Estado” ao longo do século XX, no Brasil, está para ser elaborada. Contudo, pode-se afirmar, de antemão, que os conceitos são confundidos, muitas vezes utilizados como sinônimos. A exemplo, temos o trabalho de Ludwig Lauerhass Jr., acerca do advento da geração nacionalista de 1930. Referindo-se a tal processo, o autor aponta que “[...] com o golpe de Estado de outubro, que selou o destino do velho regime, iniciou-se um processo de nacionalização do sistema político” (p. 83). Adiante, contradiz-se “A revolução de 1930, como tem acontecido com quase todas as revoluções, teve várias causas mediatas e imediatas, que se combinaram

Getúlio Vargas fez renascer o castilhismo do Rio Grande do Sul, que iniciara a sua marcha no tempo de Borges de Medeiros. O poder pessoal de Getúlio Vargas mudou a face da história, mudou o ritmo dos acontecimentos, porque tudo passou a girar em torno de seu poder pessoal aliado com os militares, que também não queriam um governo liberal. (*Idem*).

A contradição dos processos rupturais na história do Brasil é questão elaborada pelo historiador Ludwig Lauerhass Jr. Ele aponta que tais contradições sempre se dissolvem a partir de acordos e compromissos entre as facções que disputam o poder em dado momento. Daí que, segundo o autor, seria mais justificável situar o movimento da Aliança Liberal em 1930 como golpe de Estado “socialmente significativo”, não revolução, já que não acarretou “rupturas sociais violentas”. (LAUERHASS JR., *op. cit.*, p. 22).

Cada uma delas [das “revoluções”, dos processos políticos apresentados como tal], por outro lado, permitiu uma importante acomodação social, vinculada à ascensão de um grupo governante novo e mais amplo. Sucederam-se, na posição predominante, a burocracia mercantil portuguesa, a aristocracia rural escravocrata (predominantemente nordestina), a oligarquia agrocomercial, baseada no café (centralizada em São Paulo) e a elite burocrática comercial e industrial. Em caso algum, um grupo venceu completamente o outro; não ocorreram violentas redistribuições de riqueza e completas remodelações da ordem social. Sempre, o grupo dominante ascendente se reconciliou com aquele que supera. As profundas mudanças econômicas e sociais que tiveram lugar processaram-se paulatina e irregularmente. (*Idem*).

Com Vargas não se sucederam processos diferentes. A conciliação com grupos ideologicamente opostos ao novo regime sempre fez parte da agenda política. Para Reale, a necessidade de

---

oportunamente para provocar a sua irrupção em um determinado momento e depois fazê-la tomar os seus rumos” (p. 84). Cf. LAUERHASS JR., 1986, p. 83-87.

estabelecer um compromisso social e político amplo chega à consciência de Vargas com a irrupção da fracassada Revolução Constitucionalista de São Paulo, em 1932. Reale se alinha àqueles que apresentaram a Revolução Constitucionalista paulistana de separatista, que gerou, como efeito, o processo constituinte de 1934. Não deixa de ser, todavia, uma caracterização generalista e imprecisa, incapaz de situar a complexidade do movimento e de sua derrocada.

São Paulo foi vencida, mas a idéia revolucionária progrediu e Getúlio Vargas percebeu que estava muito forte na consciência nacional o desejo de ter uma solução política partidária. Daí ele ter anuído em ir convocar uma Constituinte para fazer a Constituição em 1934. Essa Constituição de 34 é muito curiosa, porquanto ela reflete as duas forças já em contraste, porque é uma Constituição que admite os partidos políticos, mas admite ao mesmo tempo no Congresso Nacional a representação classista dos trabalhadores e empregadores. De maneira que era uma Constituição mista, [...] uma mistura de soluções que na realidade se contrapunham. E apareceram então os partidos políticos nacionais. (REALE *Apud* DINES, FERNANDES JR., SALOMÃO, *op. cit.*, p. 162).

Perguntado acerca do programa político da AIB e sua coesão interna como agremiação político-partidária, Reale não se furta a tecer uma classificação/diferenciação das suas três alas. Essa classificação é uma constante em sua obra, seja em entrevistas concedidas, artigos publicados em jornais ou mesmo na concepção de suas “Memórias”. Seu intuito, como será demonstrado adiante, era desfazer o mito de que ele fosse ligado a um movimento político de matiz nazista, uma vez que um dos líderes do movimento e chefe das milícias, Gustavo Barroso, era antisemita declarado. Reale sempre esteve preocupado em se imunizar contra estas aproximações, que poderiam contaminar a recepção de seus trabalhos no mundo jurídico, seja o acadêmico, seja o tecno-burocrático.

O Integralismo, que nasceu e do qual eu participei, aliás exercendo a função de chefe nacional de doutrina e diretor geral da parte doutrinária, era um movimento que tinha suas alas. Havia a ala mais conservadora, de Plínio

Salgado, que defendia uma tese correspondente à doutrina social da Igreja. Havia uma ala anti-semita, pequena, reduzida, mas infelizmente anti-semita, de Gustavo Barroso. E uma terceira ala, que era dos mais moços, como San Tiago Dantas, Giovan Mota, Antônio Galloti, eu e o padre Hélder Câmara (*Ibid.*, p. 163, g.n.).

Esta era a feição do saber-poder de Miguel Reale dentro e perante a AIB: nem conservador, nem antisemita, mas “mais moço”. De pronto, o jusfilósofo arremata: “As três alas não se contrapunham porque, no fundo, prevalecia o reconhecimento da eminência do poder de Plínio Salgado como chefe da Ação Integralista.” (*Idem*). Mesmo assim, alguns exemplares do jornal “Acção” podem indicar certa aproximação de Reale com o antisemitismo.

Em editorial ao exemplar de número 4 do jornal, de 10 de outubro de 1936, Reale faz uma afirmação polêmica. Discorrendo sobre o “O Anti-Integralismo”, título da coluna, o autor estipula como alvos de sua crítica o comunismo e os comunistas. Num ataque bem direcionado à imprensa “vermelha”, já que a arena política da época era mesmo a produção jornalística, Reale faz uma série de acusações. “Agora que ninguém tem mais a coragem de se dizer comunista”, o meio mais cômodo de fazer propaganda do “credo vermelho” seria atacar os integralistas.

Quando tombam integralistas em um conflito ou são vítimas de uma emboscada, há sempre nas redações de certos jornais comunistas disfarçados que invertem os dados do acontecimento e publicam escandalosamente que “os integralistas atacaram uma escola”, “invadiram uma creche”, “ocuparam militarmente um campo de futebol” etc, etc... [...]

Elles [comunistas] sabem que têm tudo a ganhar com o enfraquecimento da força e do prestígio que possuímos no Brasil. Elles sabem perfeitamente que dia a dia conquistamos a alma nacional pelos exemplos que damos de elevação cultural, de perseverança, de espírito de sacrifício, desinteresse, de extremado amor pela pátria.<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> REALE, Miguel. O Anti-Integralismo. **Acção**, São Paulo, 10 out. 1936. p. 1.

Após a repetição exaustiva de acontecimentos e brigas com comunistas no que ficou conhecido como caso de Jaraguá<sup>54</sup>, que já constava nos exemplares anteriores (parte da estratégia doutrinária da AIB, persuasão por meio da repetição), Reale acentua suas críticas ao comunismo equiparando-os aos judeus como inimigos do movimento e anti-integralistas: “O anti-integralismo dessa gente é vermelho. Nasce do ódio moscovita e judeu contra a civilização do Ocidente, contra o património que o christianismo representa no reino das forças eternas do espírito.” Parece que o ódio, neste caso, provém do “mais moço”.

Não obstante, “o património que o christianismo representa no reino das forças eternas do espírito” pode ser uma referência dúplice, tanto da obra de Plínio Salgado, quanto do integrismo católico de Jackson de Figueiredo, principal pensador da Igreja Católica na década imediatamente anterior, responsável pela concepção, no Brasil, de uma doutrina eclesiocêntrica baseada nos princípios seculares de “autoridade” e “ordem”, em represália aos comunistas e tipicamente contrarrevolucionária. A estratégia discursiva integralista, quando se apropriava das ideias do cristianismo, intentava, também, a arregimentação de um público católico mais amplo.<sup>55</sup>

Em referência a Francisco Campos como “grande jurista e político” “chamado Chico Ciência pela sua sabedoria”, Reale faz um breve relato do golpe de 1937 na entrevista concedida a Florestan Fernandes Jr., Alberto Dines e Nelma Salomão. Na sua opinião, “Plínio Salgado cometeu o erro, a meu ver, de fazer um acordo com Getúlio Vargas, cada qual pensando em tirar proveito dessa união.” (REALE *Apud* DINES, FERNANDES JR., & SALOMÃO, 2000, p. 163) O “acordo” a que Reale se refere pode ser explicado a partir da capa do jornal *Acção* do dia 11 de novembro de 1937, isto é, o dia seguinte à

---

<sup>54</sup> Na matéria “Atrocidades contra a Patria”, é explicado que o núcleo integralista de Jaraguá, em Santa Catarina, foi “atacado” por um policial junto de alguns companheiros, durante o ritual da “Noite dos Tambores Silenciosos”, “que é a prece annual que os integralistas fazem pedindo a Deus pelos seus próprios adversarios.” Não fica claro, contudo, quem iniciou a contenda, mas o jornal reforça como os integralistas eram vítimas de outras agremiações políticas devido ao seu sucesso doutrinário e pelo crescimento do movimento.

<sup>55</sup> Para um estudo dos elementos teóricos que sustentaram o empreendimento da Igreja Católica na década de 1920, que pretendiam estabelecer, “com base numa perspectiva eclesiocêntrica, o ordenamento social, o disciplinamento do catolicismo popular e uma maior aproximação das atividades eclesiásticas com a ortodoxia produzida em Roma.” (p. 147), cf. DIAS, 1996, p. 29-49.

outorga da nova Carta Constitucional por Vargas. Na matéria de capa, lê-se:

A Nova Constituição. Adoptados varios principios corporativos. Dissolução dos partidos politicos provincianos. O Presidente Getulio Vargas instaura uma ordem nova para a salvação do Brasil.

Eis mais um indício das contradições que giram em torno da temática partidária da época. A AIB era, inicialmente, um movimento político que pregava a elisão das agremiações partidárias, sendo substituídas, em termos de representatividade, pelos sindicatos das categorias profissionais e pelas corporações – esta seria a estrutura do Poder Legislativo no programa integralista. Contudo, no introito de participarem das eleições presidenciais de 1937, os integralistas logo converteram-se num partido político e apresentaram o “Manifesto-programa da Ação Integralista Brasileira à eleição presidencial (1937)”.<sup>56</sup> Não obstante esta reviravolta, o “acordo” estava para ser proposto nos bastidores políticos, oferecido por Vargas a Salgado.

Em realidade, a despeito de Reale mencionar “acordo” na entrevista, em suas “Memórias” diz o oposto: foi justamente a inexistência de um acordo entre Salgado e Vargas que culminou na perseguição dos integralistas, ao lado de comunistas e outros opositores políticos. Logo após a outorga da Constituição, a capa do Jornal Acção vem saudar a “ordem nova para a salvação do Brasil”. Dentre as medidas adotadas para a salvação, “a adoção de princípios corporativos” e a “dissolução dos partidos políticos provincianos.” Reale explica, em suas “Memórias”, que esta postura do jornal Acção fora autônoma e independente, não havendo correlata por parte do diário oficial da AIB, “A Ofensiva”, do Rio de Janeiro.

Sendo a hesitação “o pior dos males de uma Revolução em marcha.” (REALE, 1987a, p. 122), Reale preferiu se adiantar e demonstrar o apoio do Integralismo a Vargas no dia seguinte à outorga da Carta de 1937 (que se deu aos 10 de novembro), ou seja, aos 11 de novembro daquele ano. Permanecendo pessoalmente no Rio, de modo a participar ativamente do desvelar dos acontecimentos, Reale, com “A Ofensiva” em mãos, Reale relata sua perplexidade “ao verificar que o jornal oficial da AIB, na manhã do dia 11 de novembro, dava destaque a

---

<sup>56</sup> Cf. BONAVIDES, AMARAL, 2002, p.150-167.

um jogo de futebol, [...] Tudo como se nada de maior houvesse acontecido!” (*Ibid.*, p. 123).

Francisco Campos, autor daquela que ficou conhecida como “Carta Polaca”, por incluir em seu corpo normativo a estrutura da Constituição ditatorial fascista da Polônia, reunira-se, antes do golpe, com Salgado, no intuito de mostrar a este que a ação política de Vargas tinha por base o próprio programa integralista. Tanto Salgado quanto Barroso, Reale e outras lideranças do movimento integralista tinham ciência do processo que se estava desenrolando, obra protagonizada por Vargas. “Plínio e seus companheiros imediatos não podiam alegar ignorância. O advento do Estado Novo foi aceito pela AIB como um fato inevitável, ao qual nada se podia contrapor, nem havia interesse em fazê-lo.” (*Ibid.*, p. 121).

Recebendo assistência jurídica de Reale, José Loureiro Júnior e San Tiago Dantas, Plínio Salgado chegou à conclusão de que não seria possível oferecer emendas ao projeto apresentado por Campos. (*Ibid.*, pp. 123 e ss.). Encontrando-se impossibilitado de apresentar uma proposta substitutiva, Salgado mandou devolver a proposta constitucional a seu remetente, declarando que “no atropelo dos acontecimentos” seria melhor deixar para o futuro a elaboração de uma Carta Constitucional adequada aos interesses do país e alinhada ao programa integralista de governo.<sup>57</sup> Segundo Reale, em suas “Memórias”, ouviu-se dizer que Francisco Campos, ao tomar ciência das declarações de Salgado, teria exclamado: “Nunca pensei que Plínio fosse tão liberal!” (*Idem*).

Esta situação incógnita foi se desenrolando ao sabor das vontades de Vargas, que habilmente, numa notória manobra pragmática, havia bloqueado as candidaturas presidenciais de José Américo de Almeida e Armando de Salles Oliveira graças à decretação do “Estado de Guerra”. Esta ação fora fundamentada em suposta “descoberta” de um plano de subversão geral da ordem social, com base no “Plano Cohen”, documento “apreendido”, como se real fosse, pelo serviço secreto de inteligência do exército. Documento de “solerte utilização para fins políticos”, segundo Reale, foi obra do então capitão Olympio Mourão

---

<sup>57</sup> Cf. SALGADO, Plínio. Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas (apoio ao regime e fechamento da Ação Integralista Brasileira) (28 de janeiro de 1938). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Biblioteca do Senado. v. 5. p. 275-291.



Filho, que disse ao juriconsulto se tratar de um “exercício de Estado Maior”. (*Ibid.*, p. 120).

Nas palavras de Olbiano de Melo, também integralista, consistia em “um plano de defesa, na hipótese do desfecho dum golpe comunista e que seria rapidamente executado em represália, em todo o Brasil, pelos Integralistas”. (MELO *Apud* RAMOS, 2013, p. 23). Apresentado pelo governo como um documento real, fruto de uma apreensão do serviço secreto de inteligência, apontava expressamente a iminência de um ataque comunista no Brasil, ensejando assim a decretação do Estado de Guerra.

Nesta situação fluida e ambígua, repleta de impasses e instaurando um ambiente de crise política e vácuo de poder, Salgado não demonstrou uma atitude proativa, no sentido de reverter a situação em favor dos integralistas, segundo narra Reale. Resignado e resiliente, Salgado aceitou a situação como um fato consumado, irremediável e irreversível. Para Reale, Plínio teria depositado excessiva confiança em suas comunicações com os Generais Newton Cavalcanti e Góis Monteiro. Certo de que o golpe que estava para ser perpetrado possuía caráter provisório, segundo informação que teria recebido do próprio Góis Monteiro, Salgado permaneceu hesitante.

“Neste clima de incerteza e ambigüidade, Getúlio ofereceu a Plínio Salgado o Ministério da Educação”, de modo que o “condestável da Nação” pudesse concretizar sua missão cívica e celebrar assim o laço político entre os integralistas e o regime do Estado Novo. Conforme narra Reale, nem ele nem Barroso viam outro caminho “capaz de permitir a ascensão dos camisas-verdes.” Mas Salgado recusou ao cargo, conforme narra uma carta de 28 de janeiro de 1938, “sem indicação de qualquer outro caminho.” (REALE, *op. cit.*, p. 123-124).

Jamais terá havido no Brasil situação tão kafkaniana, num jogo de espelhos e de sombras, no qual tão-somente Getúlio Vargas sabia conservar a perenidade de sua imagem, sobranceira às expectativas e contrastes, com pleno domínio da situação. (*Ibid.*, p. 121).

Segundo Alexandre Ramos, foi cogitada, inclusive, em reunião com Salgado, a denúncia da farsa perpetrada, conforme narram as memórias de Olbiano de Melo – contudo, isto não ocorreu.<sup>58</sup> O resultado

---

<sup>58</sup> Cf. RAMOS, 2013, p. 23.

deste processo de compromissos praticamente descompromissados é narrado por Reale como a demonstração de que

o Getúlio foi o mais esperto, porque tinha todas as condições a seu favor. De maneira que, quando rebentou a crise política, quando não se queria nem Armando de Salles Oliveira de um lado, nem José Américo de Almeida do outro, ressurgiu o Getúlio Vargas com a solução ideal e aparece o Estado Novo. (REALE *Apud* DINES, FERNANDES JR., SALOMÃO, *op. cit.*, p. 163).

O advento do Estado Novo culminou com o fechamento e a proibição de atividades de todos os partidos políticos, inclusive a AIB, tendo como consequência imediata a perseguição, prisão, tortura e envio para o exílio dos mais radicais, à esquerda e à direita, sobretudo comunistas e integralistas, com suas principais lideranças, dentre elas Salgado e Reale. Reale, já então com cerca de 90 anos de idade, refere-se à estrutura política que foi concebida por aquela Constituição: “Surge então uma nova estrutura política, que eu considero muito importante porquanto o Brasil passou a ser visto unitariamente.” (*Ibid.*, pp. 163-164).

Muito embora a capa do jornal dirigido por Miguel Reale tivesse informado a adoção de inúmeros princípios corporativos do programa integralista de governo na nova Constituição, de 1937, quando indagado se Vargas tinha realizado o projeto do Integralismo com o Estado Novo, sua resposta foi negativa. Para Reale, o projeto integralista previa a organização autônoma das corporações, como entidades livres, enquanto Vargas atrelou a todas à máquina de governo, como órgãos do Estado, “à maneira fascista”. Não obstante, a análise das obras integralistas de Reale, no capítulo seguinte, demonstrará a contradição desta assertiva – ou então sua adaptabilidade –, na medida em que as corporações eram sim atreladas ao Estado na teoria do Estado Integral. (*Ibid.*, p. 165).

Conforme a fórmula de compromissos ulteriores, demonstrada por Lauerhass Jr., em que a facção vitoriosa num processo de reforma engloba a facção que anteriormente disputou consigo o poder, Reale é dado a se reformar também. E, narrando a criação dos Conselhos Administrativos de Estado, secretarias de assessoramento aos Interventores nomeados por Vargas para presidirem os estados da federação em lugar dos antigos governadores, afirma “Eu pertenci a um dos conselhos, porque eu fiz as pazes com Getúlio Vargas e passei a atuar dentro do Estado Novo” (*Idem*). Alto índice de adaptabilidade,

posto que o exílio durou pouco tempo, conforme narra em suas “Memórias”. Depositor a quadro técnico do governo. De ideólogo oficial do Integralismo a parecerista jurídico de Vargas na capital de São Paulo (REALE, 1987a, pp. 135-144).

Mas, pensando bem, “Talvez se possa dizer que alguma coisa do Integralismo estava no espírito de Getúlio Vargas. Essa visão da nacionalidade una, essa visão de uma solução igual para todo o país, com variantes locais”<sup>59</sup>, ou seja, uma solução que fosse nacional e não mais estadual. Este vai e vem, de críticas e elogios, de posicionamentos opositores e depois conciliadores, ocorreu pelo fato de que Reale se deu

[...] muito bem com Getúlio Vargas, tendo recebido dele incumbências de alta responsabilidade. E não me arrependo, porque naquele momento histórico havia uma necessidade de uma solução daquele tipo, que tinha caráter transitório, como sempre acontece na política. (*Idem*).

Primeiramente, note-se que Reale, de acordo com suas “Memórias”, não acreditava, à época, que o golpe possuísse caráter transitório, crença pertencente, em realidade, a Salgado, a partir de informações obtidas junto ao General Góis Monteiro. Reale alertou o chefe maior do Integralismo: “Manifestei-lhe minhas suspeitas quanto a esse jogo do conhecido militar, senhor de invulgar matreirice, e que jamais ocultara sua pouca simpatia por nossa milícia [...]” (REALE, 1987a, p. 123).

Apesar disso – e sem se adentrar no mérito acerca da manutenção e longa duração de soluções políticas revestidas de “caráter provisório”, fenômeno recorrente na história política do Brasil (e cuja provisoriedade é apenas aparência) –, Reale pontua as “suspeitas de linguagem” que podem ser encontradas na política brasileira. Assim, quando perguntado a respeito de como funcionavam os bastidores da vida política brasileira, Reale é contundente. Pode-se, inclusive, remeter suas afirmações ao jogo de aparências e verdade que Edmilson Paschoal identificou na obra de Nietzsche:

Na política brasileira, eu vi sempre esse contraste entre uma idéia aparente e uma realidade efetiva que está governando os fatos e os acontecimentos.

---

<sup>59</sup> DINES, FERNANDES JR., SALOMÃO, *op. cit.*, p. 166.

Nunca há uma correspondência muito clara entre o texto constitucional de um lado e a realidade política do outro. Há sempre um contraste e um jogo de aparências. E isso explica, então, que a política tenha sempre um caráter pessoal. (REALE *Apud* DINES, FERNANDES JR., SALOMÃO, *op. cit.*, p. 167, g.n.).

Sobre a vinculação do Integralismo com a burguesia, mais uma vez nosso protagonista se contradiz. Após negar veemente esta ligação, já que o movimento “era um partido antiburguês”, pregando o sacrifício nacional para a salvação da Nação, enquanto que a burguesia só buscava os próprios interesses, Reale afirma que o Integralismo era “[...] um partido de centro-direita, mais do que direita propriamente dita. E que por conseguinte tinha o apoio da burguesia, mas ao mesmo tempo tinha o apoio do proletariado.” (*Ibid.*, p. 169).<sup>60</sup> Logo após, Reale concebe o Integralismo como fruto da Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo, da qual participou e foi sargento. Apelando ao apoio popular recebido por esta, desvia o foco da pergunta para a grande adesão proletária a esta revolução.

A seguir, Reale faz uma série de afirmações inusitadas acerca do movimento militar de 1964. E, embora tais considerações extrapolem a periodização estabelecida neste trabalho, que se encerra em 1953, merecem ser mencionadas. Reale fala da “revolução militar”, obra em grande parte dos governadores. O apoio militar ao movimento, segundo Reale, “surgiu”. Para alguém que gosta de narrar os longos processos políticos de uma época sem “saltos históricos”, como ele mesmo referencia na entrevista (*Ibid.*, pp. 167, 170-171), parece paradoxal, para não dizer irônica, a utilização deste verbo.

Quando surgiu o apoio também do Exército. E o Exército acompanhava com preocupação porque o Exército brasileiro sempre foi anticomunista. E havia um perigo inegável do comunismo. Mesmo que se queira dizer que não, havia. Nós sentíamos

---

<sup>60</sup> Apresentar a AIB como “partido de centro-direito” numa entrevista concedida nos anos 2000 evidencia justamente que a) Reale quer suavizar seu passado óbvio recontando sua história, preocupando-se em dar a “última palavra” sobre o assunto; e b) impossibilitado de se desvencilhar da do Integralismo, intenta apresentá-lo como uma instituição moderada (o que era “direita” no passado torna-se “centro-direita” no presente). Esta estratégia de suavização do próprio passado parece ser a própria razão de ser também de suas “Memórias”, de 1987.

que havia essa propensão para uma solução de esquerda de tipo Cubano, Che Guevara...

De maneira que nesse momento veio o golpe militar. (*Ibid.*, p. 171).

Novamente a aproximação entre “revolução” e “golpe de Estado”, tomados indiscriminadamente como sinônimos. Não obstante, qual o perigo representado pelas “Reformas de Base”, apresentadas pelo então presidente João Goulart em comício no Rio de Janeiro, clímax que ensejou o golpe? Seria a reforma agrária, tributária, política que pontificava e normatizava? O que era temido: o comunismo ao estilo Che Guevara, ou “violentas redistribuições de riqueza e completas remodelações da ordem social”, para citarmos novamente as deduções de Lauerhass Jr.? Perguntas suspensas – respostas latentes.

Ao final desta análise de conjuntura do golpe civil-militar desvelado em 1964, Reale chega a apresentar o general Costa e Silva como alguém que desejava o retorno do regime democrático, um sensível político atento às necessidades nacionais do período. Sendo em razão de tal sensibilidade a convocação da “Comissão de Alto Nível”, da qual Reale participou, para a elaboração das emendas à Constituição de 1967, que gerou, como fruto, a Emenda Constitucional de nº 1, em 1969. “E o presidente Costa e Silva, verdade seja dita, era apresentado como um sargento. [...] Costa e Silva compreendeu que era o momento de voltar ao regime democrático, com certa prudência, com certa cautela.” (*Idem*). “E o desejo do presidente Costa e Silva era, baixando esse ato, imediatamente reabrir o Congresso e voltar à vida democrática, mas aconteceu que ele teve um derrame e não pode realizar seu ideal”. (*Ibid.*, p. 173).

Após considerações sumárias sobre sua participação no governo ditatorial de 21 anos que perdurou no Brasil de 1964 a 1985, além de críticas e elogios a políticos da contemporaneidade (Fernando Henrique Cardoso e Lula) e da aproximação dos Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) por serem partidos de consistência programática e ideológica, lembrando ainda a inovação trazida pelo extinto Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM, já em processo de extinção), com uma atuação de “centro-direita”, Reale termina a entrevista com afirmações ricas em contradições. (*Ibid.*, p. 178).

A citação merece ser analisada integralmente, sem avaliar a por setores ou frases isoladas de seu contexto. A pergunta que lhe foi feita,

exatamente, era: “*O que mudou do Miguel Reale integralista para o Miguel Reale de hoje?*” (*Idem*, grifo no original). A resposta:

O Miguel Reale integralista era de um Integralismo social. Eu continuo sendo social, só que social-liberal. Entendo que a solução para o mundo de hoje não é nem o comunismo, de um lado, nem o Integralismo, do outro, mas um regime intermédio, uma terceira via, que eu chamo de social-liberalismo. Ou de liberalismo social. Essa é a posição que eu tenho desde a publicação do meu livro *Pluralismo e Liberdade*, que é de 1963. De maneira que não é uma improvisação de agora, mas é uma coisa que tem quase quarenta anos. (*Idem*, g.n.).

Esta colocação revela a extrema naturalidade com que Reale apresenta sua adaptabilidade teórico-filosófica e jurídico-política, por meio de cinco pontos característicos de seu saber-poder, ou seja:

- a) O “eterno-retorno” da relação de amor e ódio ao liberalismo<sup>61</sup>, seja como inimigo declarado a ser evitado, seja como solução programática para o regime político;
- b) Apresentar uma solução intermédia: se no passado a solução não era nem o comunismo nem o liberalismo, mas o integralismo, “desde 1963” é o social-liberalismo;
- c) A terceira via, em realidade, foi a expressão utilizada para fazer referência ao fascismo, como alternativa de governo tanto ao liberalismo quanto ao comunismo, conforme ele mesmo escreveu no passado; logo, a *terza via*, originalmente, não é o social-liberalismo;

---

<sup>61</sup> Relatando a censura que o diário *Acção* passou a sofrer por parte do Partido Constitucionalista, de Armando de Salles Oliveira, partido que, possuindo as “rédeas do poder nas mãos, se valia ilicitamente das leis de exceção (baixadas pelo Governo Federal para combater o comunismo)” (REALE, 1987a, p. 115), Reale vai concluir que “Às vezes, quedo-me a pensar que não basta que alguém se proclame liberal para que tenha força ética bastante para evitar abusos e desvios do poder...” (*Ibid.*, p. 116).

- d) A consulta de suas próprias “Memórias” deixa entrever que o abandono das concepções integralistas para culminar na proposta social-liberal, na realidade, foi esboçada primeiramente no começo da década de 40, em plena segunda guerra mundial, quando Reale era “varguista” ou “estadonovista” e prestou esclarecimentos sobre seu atual posicionamento político a seus alunos em greve, dada a necessidade de aplacar os ânimos de jovens liberais revoltados com o passado integralista do professor – e não em 1963, com a publicação de “Pluralismo e Liberdade”, como afirma na “Introdução” do primeiro tomo de suas “obras políticas” (REALE, 1983a, pp. 5 e ss.);
- e) A preocupação em deixar claro que suas ideias são fruto de um longo processo de estudo e reflexão, e não baseadas em conjecturas de acaso ou nas circunstâncias históricas do momento, conquanto argumente neste sentido na maioria das vezes.

Algumas breves referências podem justificar e comprovar o teor dos tópicos acima. De início, os tópicos “a” e “d” podem ser verificados em conjunto. Reale manteve uma relação de amor e ódio (ao menos aparente) com o liberalismo em seu saber-poder. Por sua vez, os tópicos “b” e “c” serão verificados nas seções seguintes deste capítulo, ao passo que o tópico “e” será desenvolvido ao longo de todo o trabalho.

Em sua trajetória, Reale aproximou-se ou se afastou do liberalismo com seus discursos, ao sabor dos processos históricos em curso. Assim, em 21 de julho de 1943, respondendo à greve dos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, Reale vai dizer, nas palavras de Dulles, que “havia duas espécies de pessoas perniciosas ao país: uma, a dos que se apegam a partidos liberais para perturbar a necessária unidade nacional”. Na sequência, exibindo seu pendor ao “varguismo” e a ditadura iniciada em 1937, Reale afirma que a “ordem social de amanhã” não estaria no nazismo, no fascismo nem no liberalismo – mas onde? “Marchamos para uma ordem mais humana, mais social, em que a democracia será uma realidade”. Visivelmente a democracia não era uma realidade naquele momento, e Reale estava apenas a justificar e legitimar o regime vigente. (DULLES, 1984, p. 231, g.n.).

O homem que falava em 1943 “e que não pretendia pensar como pensava em 1936 e 1937.” (*Idem*), afirma, na década de 80 em suas

“Memórias”, que “liberalismo e democratismo representaram, na História, correntes distintas que só no meado do século passado [XIX] vieram a se confundir no estuário da “democracia liberal”.” (REALE, 1987a, p. 199) Da contraposição destas afirmações indaga-se: seria a democracia compatível com o social-liberalismo que Reale adotou, segundo ele, a partir de 1983? Aliás, já no próprio movimento integralista Reale demonstrou, paradoxalmente, inclinações liberais. Segundo o autor, foi esta inclinação a principal responsável pela sua exoneração do cargo de Secretário Nacional de Doutrina da AIB, por decisão de Salgado.

Não ignorava que minha atitude liberal (o termo “liberal” tem uma conotação ética que favorece sua conotação política) não era do agrado de alguns, que não concordavam com a sistemática oposição da Secretaria de Doutrina ao anti-semitismo, ou à proibição da entrada de maçons nas fileiras da AIB. (*Ibid.*, p. 110).

Ficará mais evidente, nos capítulos que se seguem, que as convicções políticas e ideológicas (por consequência, as soluções jurídicas a elas correspondentes) de Reale foram variando e se modulando a partir das circunstâncias históricas. Reale foi um pensador que elaborou suas convicções políticas “à luz dos fatos históricos, em cotejo com os ensinamentos teóricos.” (*Ibid.*, p. 73). É possível, portanto, temporalizar ou periodicizar suas variantes vertentes jurídico-políticas da seguinte forma:

1. Socialista revisionista, de cunho cristão (do ingresso na Faculdade de Direito no Largo de São Francisco até sua entrada no Integralismo, de 1930 a 1933<sup>62</sup> (REALE, 1983c, pp. 05-11);

---

<sup>62</sup> Em suas “Memórias”, Reale confunde algumas datas, não ficando claro se sua adesão ao Integralismo se dá em novembro de 1932 ou novembro de 1933. O fato é que “O Estado Moderno” teria sua primeira edição em 1934; enquanto em uma página (72) afirma que se encontrou com Plínio Salgado a primeira vez em outubro de 1932, na outra, continua dizendo que publicou “O Estado Moderno” “no ano seguinte, em 1934” (p. 73). Como o Manifesto de Outubro, que fundou o Integralismo, é de 1932, e Reale a ele aderiu já nos últimos anos de graduação, parece que sua adesão se deu mesmo neste ano, uma vez que já em



2. Integralista, de 1933 a 1938;
3. Varguista ou estadonovista, de 1940 até se retirar do Conselho Administrativo do Estado, em 7 março de 1945 (REALE, 1987a, p. 188);
4. Socialista democrático, de 1945 até 1946, com o Partido Popular Sindical (PPS), inaugurado em conjunto com outro ex-integralista, José Adriano Marrey Jr. (*Ibid.*, pp. 194-196);
5. Social-progressista, na articulação política que gerou o Partido Social Progressista (PSP), em aliança com Adhemar de Barros<sup>63</sup>, de 1946 até o “adhemarismo acabar engolindo o social-progressismo”, quando advém o rompimento de Reale com Barros, em junho 1950 (quando também renuncia à Reitoria da Universidade de São Paulo) para adentrar, junto a dissidentes social-progressistas, ao Partido Trabalhista Brasileiro, “queremista” (REALE, 1987a, pp. 258-264);
6. “Desembaraçado”<sup>64</sup> da política no final década de 50, que “iria representar uma pausa salutar em meus empenhos político-partidários” (REALE, 1987b, p. 13; 23), torna-se finalmente social-liberalista com a publicação, em 1963, de “Pluralismo e Liberdade”, participando, no ano seguinte, do tecnocratismo militar iniciado com o golpe de Estado civil-militar, em 1964.

---

agosto de 1933 estava viajando pelo Brasil na companhia de Plínio Salgado para realização de vários comícios (p. 98).

<sup>63</sup> Adhemar Pereira de Barros, pertencente a uma tradicional família de cafeicultores de São Manuel, interior de São Paulo, foi interventor federal do estado de São Paulo (1938-1941), prefeito da cidade de São Paulo (1957-1961) e duas vezes governador de São Paulo (1947-1951 e 1963-1966). Acusado de desvio de verba pública para financiamento de campanha pelos seus openentes, aproveitou as acusações sobre a “Caixinha do Adhemar” para um bordão de campanha eleitoral, sendo pioneiro na estratégia discursiva do “rouba mas faz” adotada por Paulo Maluf em suas campanhas eleitorais para prefeitura e governo do estado de São Paulo. A “famosa” “caixinha abençoada!” supostamente “deu livros, deu remédios, deu estradas” (sic). Cf. ALVES FILHO, Francisco M. Rodrigues. **Um homem ameaça o Brasil**: a história secreta e espantosa da “caixinha” de Ademar de Barros. São Paulo: [s.n.], 1954.

<sup>64</sup> Isto é, sem os êxitos almejados.

Além desta entrevista ora exposta de maneira detalhada, duas outras anamneses de Reale relativamente ao Integralismo merecem ser lembradas. A primeira delas é um artigo escrito para o jornal “O Estado de São Paulo”, de agosto de 2004, pouco menos de 2 anos antes de seu falecimento, em 14 de abril de 2006, intitulado “O Integralismo revisitado”, tendo, como motivação primeva a possível deturpação do movimento ao ser retratado numa novela da Rede Globo de televisão. A segunda é sobre uma entrevista concedida ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, em 13 de novembro de 2000.

Obviamente que estes três materiais selecionados não esgotam o amplo número de lembranças de Reale sobre o movimento político que marcou sua juventude. Contudo, sua importância reside nas contradições que elas podem revelar, tornando-se, assim, casos paradigmáticos em que o jurisconsulto adaptável foi a público assumir, implicitamente, sua adaptabilidade.

No artigo d’O Estado, Reale inicia sua empreitada defensiva com certa animosidade, não sem uma pequena dose de bom senso, ao fazer ilações no sentido de que uma novela da Rede Globo teria exibido o movimento integralista como mera variante do hitlerismo, “como é hábito dos chamados “esquerdistas””, e como se as mentalidades-chave de ideologia à esquerda dentro da emissora fossem maioria ou tivessem conquistado hegemonia. O movimento teria sido retratado “com gangues atuantes com deliberada e constante violência.” Na sequência, delibera que

Nada mais errôneo do que ligar a Ação Integralista Brasileira (AIB) a Hitler, pois ela foi criada em outubro de 1932, quando a doutrina daquele líder alemão era praticamente desconhecida no Brasil, onde repercutira apenas o fascismo de Mussolini, com as idéias centrais de “Estado forte”, com partido político único organizado com base em corporações econômicas. (O INTEGRALISMO, 2004).

Todavia, esta ligação pode ser considerada um dos poucos acertos históricos de uma novela da emissora. O que advoga contra a sustentação de Reale são algumas capas do jornal “Acção”, por ele mesmo dirigido, entre 1936 e 1938. Tem-se alguns exemplos, senão vejamos. O exemplar de número 22, de 31 de outubro de 1936, traz uma grande fotografia de Hitler na capa, com os dizeres

A política internacional se orienta no sentido das novas ideologias. O fascismo italo-alemão contra o comunismo franco-russo. – O bloco Italia, Alemanha, Austria, Hungria, Rumania, Bulgaria e Polonia. – A liberal Inglaterra, como sempre, sem posição definida.

Tal impasse ainda revela a concepção dos integralistas do liberalismo da época: “em cima do muro”, por assim dizer – sem posição definida. Será que o liberal-socialista Reale teria posição definida em sua maturidade? Bem, na sequência, nosso protagonista contradiz a entrevista concedida 4 anos antes a Florestan Fernandes Jr., Alberto Dines e Nelma Salomão, quando afirma que, para Plínio Salgado, “o fascismo devia ser interpretado como uma “terza via” entre o liberalismo e o comunismo, tendo programa distinto em cada nação.” (*Idem*)

Ora, qual terceira via devemos considerar: a) aquela dominante na mentalidade de Plínio Salgado, Miguel Reale, Olbiano de Melo e outros integralistas na década de 1930, referente ao fascismo italiano? b) o “social-liberalismo” que Reale não estava improvisando na hora, sendo na verdade uma “coisa” de 40 anos? Suspensão para as indagações – latência para as respostas.

Esta temática da oposição Integralismo x Nazismo é retratada em alguns pontos de suas “Memórias”. Neste sentido, Reale relata “uma situação deveras paradoxal e constrangedora” quando esteve, na companhia de Salgado e outros integralistas, na província de Santa Catarina, para a realização de comícios em Florianópolis, Brusque, Blumenau, Itajaí e Joinville, municípios com grande número de colônias alemãs, em setembro ou outubro de 1933 (o mês não possui referência clara nas memórias).

A situação paradoxal a que se referiu foi a recepção dos integralistas por duas milícias, uma de camisas-pardas, formada por alemães e apoiados pelo então governador Nereu Ramos, segundo ele, “por motivos eleitorais”; e a outra, de camisas-verdes, constituída por netos e filhos de alemães, “fortemente hostilizada pelas autoridades locais, que iriam proibir o uso da camisa verde, em 1935, com a expulsão dos professores integralistas das escolas.” E arremata “Por aí se pode ver qual foi o contraste entre integralistas e nazistas em Santa Catarina, tais eram as artimanhas da política de clientela lá reinante.” (REALE, 1987a, p. 98, g.n.).

A narração de uma contenda nazistas x integralistas não é suficiente para afastar o Integralismo ou a própria AIB do antisemitismo declarado pela vertente (minoritária) de Barroso. Demonstra, apenas, que ambos os movimentos concorriam no mesmo espaço da extrema direita – e que havia certas identidades “não ideológicas” entre eles, mas “nacionais” contrastantes: ser/sentir-se alemão, ser/sentir-se brasileiro. Novamente ressaltando a polêmica do antisemitismo de Barroso, Reale mais uma vez o distingue como sendo uma facção menor do movimento, apartado de seu todo, muito embora desta vez o defenda:

Quanto a Gustavo Barroso, ele se distinguia por seu anti-semitismo, não de caráter racial ou religioso, mas apenas do ponto de vista econômico-financeiro, como o demonstra sua obra Brasil, Colônia de Banqueiros, no qual analisa nossa política de onerosos empréstimos externos desde o tempo da monarquia, principalmente com Rockefeller [talvez Reale quisesse referir-se à família judia Rothschild]. (*Idem*).

“Em nenhum livro, porém, era feita a apologia da violência como instrumento de conquista do poder.” (*Idem*) Efetivamente, nosso jurista estava certo no que concernia aos seus livros integralistas. Mas o mesmo não pode ser defendido a respeito de sua imprensa. Pode-se ler, em letras garrafais, numa citação do então general Newton Cavalcanti, constante no exemplar do dia 5 de novembro de 1937: “Todos os comunistas devem ser fuzilados.” Ainda que se valesse do legítimo monopólio da violência do Estado, ao sabor weberiano ou kelseniano, não se pode furtar a reconhecer que este tipo de violência ideológica era pregada como doutrina na mídia integralista, sendo o comunismo e os comunistas retratados como principal alvo inimigo do movimento.

Outra constante verificada nas entrevistas e nas memórias de Reale diz respeito a sempre vincular o Integralismo com grandes expoentes intelectuais da época, intentando demonstrar, assim, que o movimento integralista era uma tendência, que possuía suas qualidades – afinal, não fosse isso, não reuniria tão insígnies representantes, dentre os quais:

jamaís me arrependi de minha atuação em prol do corporativismo democrático, com sinceridade de

propósitos e todo o meu entusiasmo juvenil, ao lado da elite de minha geração, com San Tiago Dantas, Seabra Fagundes, padre Helder Câmara, Câmara Cascudo, Alvaro Lins, Antônio Gallotti, Gofredo Telles Junior, Roland Corbisier, Thiers Martins Moreira, Loureiro Júnior, Jorge Lacerda e tantos outros, cuja participação revela que havia valores positivos na Ação Integralista Brasileira. (*Idem*).

Novamente, o problema real, segundo Reale, é sempre representado como de responsabilidade dos de “direita”, permanecendo “perdoados” aqueles à esquerda:

Infelizmente, quando se trata de um movimento político da chamada “direita”, há tendência no sentido de denegri-la, enquanto que à “esquerda” tudo se perdoa, esquecendo-se os genocídios perpetrados por Stalin e os atos violentos dos brasileiros que, sob a bandeira comunista de Luís Carlos Prestes, tentaram ganhar o poder, como o fizeram em 1934, na Praça da Sé, quando, do alto do antigo Edifício Santa Helena, fuzilaram a milícia integralista que, desarmada, vestia pela primeira vez a camisa verde, com a morte de dois operários. Sobre esses homicídios nem sequer foi instaurado inquérito policial. (*Idem*).

Já em entrevista concedida ao programa “Roda Viva”, Reale, ao ser indagado a respeito do abandono do marxismo, respondeu que “a fase marxista que eu tive foi uma fase da adolescência, em convivência, sobretudo, com professores italianos”, em referência ao Instituto Dante Alighieri. Há aqui uma clara infantilização pejorativa, algo remoto, sendo o marxismo parte de um passado imaturo. Novamente, em seguida, aponta que não estava sozinho.

Para se ter uma idéia, eu vou lembrar alguns nomes de coetâneos meus, pois não apenas Miguel Reale era integralista, mas Miguel Seabra Fagundes, Câmara Cascudo, Adonias Filho, Álvaro Lins... Eu estou lembrando alguns nomes

para mostrar que era a fina flor da mocidade de meu tempo.<sup>65</sup>

Em passagem reclamando ao Integralismo uma doutrina não-autoritária, Reale faz declarações altamente paradoxais. Se ao tempo do Integralismo não discursava nem se pregava a autoridade (a despeito dos princípios da ordem e da autoridade encontrados na obra de Plínio Salgado), parece que o entrevistado, já com 94 anos, é contundente e quase infenso: “leiam meus livros e depois façam perguntas!”:

Nós copiamos algumas coisas do fascismo, mas não o seu autoritarismo. Nós queríamos, ao contrário, uma democracia corporativa, quem quiser uma resposta mais profunda leia o meu livro e depois faça perguntas. Não façam as perguntas antes de ler. (*Idem*, g.n.).

Qual seria uma maneira melhor de se refratar a certas críticas, fugir a certos questionamentos, senão impor aos questionadores a necessidade de ler, pelo menos, cinco obras de sua autoria em que expõe, detalhadamente, os precedentes históricos e filosóficos da doutrina integralista? A postura incômoda de Reale na entrevista deixa entrever que a autoridade sobrevém com a idade.

“Bom, a minha vida passou por várias fases.” Este trabalho captou, até o presente momento, algumas delas.

Acerca de Hitler, tem-se mais comentários repetidos à exaustão: “quando falam que integralismo é uma cópia do hitlerismo, é um erro manifesto, porque nós nunca tivemos preocupação racial, nunca tivemos anti-semitismo como preocupação racial ou religiosa.” Derradeiramente, encerra as respostas no entorno do Integralismo com o que seria sua atual postura política, desde 1963, social liberal ou liberalismo social.

### **2.2.3 Da concepção das “Memórias”: adolescência e juventude antes do Integralismo (1910-1932)**

Algumas considerações são cabíveis aqui antes de se adentrar especificamente no cotejo de sua autobiografia e das “obras políticas” da década de 1930. Diz Reale que

<sup>65</sup>

Disponível

em:

<

[http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/727/entrevistados/miguel\\_reale\\_2000.htm](http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/727/entrevistados/miguel_reale_2000.htm)>. Acesso em 13 mar. 2014.

[...] em razão das urgências políticas, a publicação de meus livros obedecem, por assim dizer, a uma *ordem regressiva*, indo do estudo dos problemas contemporâneos (análise da estrutura do Estado Moderno e do capitalismo internacional) para o exame das diretrizes da política burguesa, de seus pressupostos medievais, e seus antecedentes na cultura grega (*Ibid.*, p. 90).

Pelas demandas da AIB, Reale terminou às pressas as obras “O Estado Moderno” e “O Capitalismo Internacional”, publicando posteriormente as duas obras que serviriam de introdução àquela: “Atualidades de um Mundo Antigo” e “Formação da Política Burguesa”. Pode-se dizer que estas obras também são integralistas, a despeito de tratarem, como diz o autor, de temáticas de cunho político e histórico. Afinal, são o suporte para a compreensão da obra principal.

Também se pode afirmar que estes quatro livros funcionam como obra única que apresenta: 1) uma história política do Ocidente; 2) a constatação de uma crise profunda no quadro socioeconômico, institucional, político-partidário e cultural do Brasil na década de 1930; 3) culminando-se, quase que natural e automaticamente, na proposta do regime integralista de governo, forma brasileira do fascismo italiano, como único programa apto a trazer soluções cabíveis. Um tratado único com a finalidade de apresentar o Integralismo como uma nova concepção da organização social e política da vida e do trabalho humanos: o *Homem Integral*, a *Quarta Humanidade* e o *Estado Corporativo*, tendo como únicas instituições capazes de mediar a relação entre indivíduo e Estado os sindicatos e as corporações.

Alguns elementos da vida de Reale podem fornecer subsídios para a compreensão das motivações e causas de sua trajetória política e de sua obra intelectual – ou seja, de seu saber-poder. Suas opções ideológicas, decisões políticas e estudos tiveram, algumas vezes, foco e sentido de ação. Noutras palavras, seu saber-poder pode ter sido implementado na busca de certos interesses, muitas vezes expressados pelo próprio autor. Outras vezes, entretanto, ocultados, revestidos ou disfarçados.

É devido a isso que a genealogia do poder e a arqueologia do saber, métodos criados por Foucault, são necessários para se averiguar a “língua não-verbal” que se esconde nas entrelinhas dos textos publicados e dos discursos proferidos. Eis o trabalho de um historiador:

limpar as poeiras que o tempo fez acumular por sobre os documentos, tornando-os mais visíveis e mais claros.

Não se busca, contudo, uma realidade mais verdadeira que aquela apresentada no *corpus* histórico; a simbologia das aparências possui efeitos verdadeiros no que se designa por real. O que se busca é uma verdade que deliberadamente se assume como vontade de verdade e vontade de poder, a despeito do jogo de aparências e máscaras que marca decisivamente as relações de poder entre os políticos de um dado momento histórico. Esta é a feição que se opta para o baile de máscaras ora realizado.

Miguel Reale nasceu em 06 de novembro de 1910, no município de São Bento do Sapucaí, situado próximo a Campos do Jordão. Neto de imigrantes italianos, explica que um grande contingente de famílias e fruticultores vindos do sul da Itália se instalou no local, “segundo o plano de imigração diversificada e ecológica concebido pelo Imperador Pedro II” (*Ibid.*, p. 2). O jurista via na figura do avô materno um espírito empreendedor e aventureiro, que o levou a cultivar a terra naquela região. Miguel Chiaradia era então major-médico da Guarda Nacional. (*Ibid.*, p. 11).

O “ultranacionalismo compensatório” de Reale tem seu germen aqui, em sua infância: saídos da Itália e recém-chegados ao Brasil, estes colonos ainda não tinham um sentimento de pátria propriamente dito. Aliás, tinham-no, mas este sentimento dirigia-se justamente para o continente europeu. Meio apátridas, meio construtores de sua própria cultura, estas colônias de italianos iriam sofrer “um amálgama entre valores europeus e nativos.” (*Ibid.*, p. 7). Nesta época, vigente a lógica político-partidária do que se resolveu designar, após o advento do Estado Novo, por República Velha, os colonos viam-se pressionados pelos “pistolões” e “coronéis” locais, bem como submissos às duas facções políticas hegemônicas, no fundo, grupos filiados ao mesmo partido estadual.

No ambiente morno do presidencialismo, sem as mudanças ou as alternâncias de gabinetes, que haviam caracterizado o nosso semi-regime parlamentar do Segundo Reinado, cada vila ou cidade se bipartia em dois grupos antagônicos, embora ambos filiados ao mesmo partido estadual, ao Partido Republicano Paulista, no caso de São Paulo, agremiação formalmente una, mas, na realidade, com facções internas se digladiando na



Capital, com reflexos nos mais remotos rincões do Estado. (*Ibid.*, p. 6).

A integração dos imigrantes nessa conjuntura, segundo narra o jurista adaptável, deu-se de maneira conturbada, haja vista a rigidez de valores e costumes que haviam trazido de além-mar<sup>66</sup>, postos em contato com a fluidez de uma política de aparências e mandos personalistas. Como resultado deste contato, deu-se, conforme supracitado, um amálgama entre valores e costumes seculares e a variabilidade constante das circunstâncias locais.

Pode-se bem compreender o que significou a integração, nesse meio, dos imigrantes italianos de origem camponesa, provenientes do Sul da Itália, dotados de mais consistentes valores culturais, habituados ao amanho hereditário da terra, mas também testemunhas, quando não vítimas, dos embates violentos de facções políticas, cujas fontes eram, às vezes, medievais. Deu-se, assim, um amálgama entre valores europeus e nativos. (*Ibid.*, p. 7).

A forte influência dos usos e hábitos dos italianos chega a Reale por intermédio de seu pai, apaixonado pela cultura da “terra pátria” – avesso às “politiquices” de São Bento da Sapucaí e, posteriormente, também de Itajubá –, cultura que vai se tornar crucial e fundante para seu intelecto quando de sua matrícula no “Instituto Medio Dante Alighieri”. “Não era só o idioma italiano que nos transmitiam, mas o modo de ser itálico, os seus usos e costumes, a história de seus poetas e de seus heróis” (*Ibid.*, p. 28).

Não suportando o ambiente da cidade, seu pai abandona assim a “pequenês política de São Bento [...] em busca de cidade aberta à cultura” (*Ibid.*, p. 17), o que se deu após a morte repentina de seu avô. Mudam-se para o Rio de Janeiro. Lá seu pai instala uma farmácia que é destruída pelas ondas do mar, forçando a família a se mudar para Itajubá, devido a sua incipiente indústria têxtil e às oportunidades políticas e econômicas favoráveis no momento. (*Ibid.*, p. 18).

Relatos esparsos dão indicativos do destino inexorável e inextrincável de Reale. Ainda garoto, adquire uma sensibilidade para as

---

<sup>66</sup> Esta visão idealizada da Itália pode indicar, por via reflexiva, a adesão ao fascismo de Mussolini por parte dos integralistas.

coisas da política e do exército. Deparando-se com cartazes e símbolos da guerra do Brasil contra a Alemanha no começo do século (na Primeira Grande Guerra), vai refletir, com a maturidade, “como é fácil inflamar ou comover a massa popular, e como nós brasileiros somos impetuosos em nossas atitudes políticas” (*Ibid.*, p. 20).

Reale narra a postura catatônica de seu pai diante do falecimento de seu irmão, que apelou para a transcendência, desesperado pela incapacidade radical de sua ciência. O fato, que influiu no espírito de Reale, pode ter influenciado a fusão mistificada entre metafísica e empiria<sup>67</sup> que vai marcar seus trabalhos de maturidade filosófica.

Foi, na iminência da morte de Ivanoi, que vi meu pai, pela primeira vez, de joelhos, [...] o relativista ou cético, crescido sob as luzes de Ernesto Renan ou de Emílio Zola, sentia a incapacidade radical de sua ciência e apelava desesperado para a transcendência. Tal quadro jamais se me apagou da memória, e é possível que tenha influído em meu espírito, mesmo nos momentos de maior descrença, fazendo-me sentir a força incoercível do mistério. (*Idem*).

Reale narra um deslumbramento ou encantamento pelo militar na tenra idade, quando da chegada de dois tenentes a Itajubá, amigos de suas irmãs mais velhas, fardados, altivos e imponentes. “Encantavam-me as façanhas contadas por Juarez, tanto como o seu porte marcial, a sua altura fazendo-me sentir ainda menor.” (*Ibid.*, p. 25). Sobre o gérmen do ultranacionalismo compensatório acima deduzido, e em contraposição aos “usos e costumes” dos “poetas e heróis” italianos, transmitidos no magistério do Instituto Dante, Reale vai afirmar que “sentia falta de um professor que, com igual entusiasmo, me lesse os cantos de Gonçalves Dias ou de Castro Alves, tal era a força de meu nativismo.” (sic) (*Ibid.*, p. 30, g.n.).

Para alguém que sempre considerou uma deficiência na educação e nas escolas brasileiras a falta de identificação entre professor e aluno, entre o adolescente e os valores pátrios, resta que “a força das nações está na escola, na virtualidade das forças humanísticas, no culto da

---

<sup>67</sup> Como a acoplagem de valores a fatos para a produção de normas na “Teoria Tridimensional”, uma ferramenta ontognoseológica capaz de apreender simultaneamente as duas instâncias, a concreta e a abstrata, a empírica e a subjetiva.

história e dos valores literários, nos segredos da geografia humana, mais do que no frio estadear-se de números e diagramas”, (*Idem*). Isto pode esclarecer porque Reale e outros chefes integralistas, sobretudo Plínio Salgado, estavam tão preocupados com a educação política e intelectual dos militantes, utilizando-se de estratégias de doutrinação por meio de livros e jornais, sessões doutrinárias e até mesmo rádio para atingirem tal objetivo.

Reale buscava a “visão sistemática” e totalizante das disciplinas histórico-literárias, da química, da física, da matemática e da zoologia, durante sua formação no Instituto. À época, os professores não “enchiam a cabeça com fórmulas abstratas. Preferiam transmitir-nos os valores essenciais de suas disciplinas, numa visão sistemática” (*Ibid.*, p. 31). Esta estratégia pedagógica talvez tenha funcionado como fator contribuinte para uma visão de Estado Integral e Corporativista.

“A ciência não a recebíamos como um conjunto de combinações abstratas, mas como um mundo interligado e vivo de símbolos, na sua operacionalidade concreta.” (*Idem*). No mesmo sentido, pode-se citar outra passagem: “o verdadeiro caminho coincidirá talvez com uma sábia dosagem de cultura histórico-literária e técnico-científica, à luz de um humanismo atualizado, integral nas suas fontes inspiradoras e em seu destino.” (*Ibid.*, p. 34, g.n.).

Reale relembra-se das influências da literatura marxista que recebeu no Instituto, pelas mãos – e bocas – dos professores e irmãos Isoldi. Com Dante Isoldi conheceu os marxistas italianos Francisco Piracollo, de quem aquele era “amigo chegado”, e Antonio Labriola. Vai rememorar também seu deslumbramento ante a ideia da “harmonia preestabelecida” na obra de Leibniz. Na proximidade com Francisco Isoldi e seu irmão em relações fraternais e amistosas, vai se tornar, tal qual seus mentores, antifascista. (*Ibid.*, p. 35).

“Sendo ambos antifascistas, tornei-me também um adversário de Mussolini, o que de certo modo coincidia com a posição de meu pai” (*Idem*). Apesar da atribulada juventude integralista, parece que o jurisconsulto não decepcionou seu pai, a despeito de reavaliar e adaptar suas convicções ideológicas à luz do momento histórico, como ele mesmo costumava aduzir nas memórias e entrevistas. Ademais, Reale relata a influência que as ideias estéticas e políticas trazidas pela Semana de Arte Moderna de 1922 causaram em si, tornando-se um “socialista revisionista”.

Na realidade, tornei-me socialista, adepto do revisionismo de Carlo Rosselli e outros, após

breve e desagradável contato com os *trotskyistas*, que me enfiavam, perdidos em discussões e debates intermináveis com os *stalinistas*, versando temas totalmente alheios à problemática brasileira, que os modernistas da Semana de 1922 acenderam em meu espírito. (*Idem*).

Em 1930, Reale ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo. Segundo John W. F. Dulles, a faculdade é famosa pelos “relacionamentos pessoais e duradouros e idéias que foram lá desenvolvidas, dentro e fora das salas de aula, por um verdadeiro ‘quem é quem’ da História do Brasil.” (DULLES, 1984, p. 17). A própria criação da Faculdade de Direito de São Paulo, decidida em Assembleia Constituinte aos 04 de novembro de 1823, por ocasião do recém-formado Império brasileiro, correspondia à necessidade de formação de quadros jurídicos no novo aparelho estatal.

Reale decide de última hora prestar o exame vestibular da Faculdade de Direito, “com a já descrita bagagem de estudos e as apontadas diretrizes ideológicas de socialista revisionista” (REALE, 1987a, p. 41). Ingressa na Faculdade justamente no ano em que o “território livre do Largo de São Francisco” seria proclamado, aos 11 de agosto de 1930, por obra de Adriano Marrey, que apresentou uma resolução, aprovada pelos estudantes da época, proclamando a suposta intangibilidade daquela instituição. (DULLES, *op. cit.*, p. 20-21).

Em plena convulsão nacional de 1930, gerada pelas eleições presidenciais declaradas fraudulentas e pelo advento revolucionário-golpista da Aliança Liberal, Reale narrou sua preocupação com o débil amor pela memória nacional da juventude de então. Antes de se juntar a Francisco Campos na condição de um dos principais quadros jurídicos do Estado Novo, após o fechamento da AIB, Reale organizou junto de seus pares de turma um “trote político”, fazendo com que os calouros de 1931 realizassem uma passeata “fustigando os líderes, como Oswaldo Aranha e Campos, que estavam dando novos rumos à Revolução de 30.” (*Ibid.*, p. 42-43).

“Atrevido como todo jovem de esquerda” e vaidoso de suas próprias leituras de Marx, socialista harmônico, liberal e democrático, avesso a fórmulas ortodoxas do marxismo clássico, Reale vai reconhecer que o “desfecho integralista” de sua formação na Faculdade de Direito, conquanto pareça paradoxal, teria sua razão de ser. (*Ibid.*, p. 48-50). A principal motivação para tal guinada advém de sua decepção política com o fracasso da Revolução Constitucionalista de 1932 (que Reale

sustentava ter, entre outros objetivos, o separatista), à qual ele aderiu, perfilando entre suas fileiras como “sargento revolucionário no Setor Sul”. (*Ibid.*, p. 60-61).

Alistei-me como quem vai para a luta à procura de si mesmo, certo de encontrar no perigo o sentido novo da vida. Ao voltar, compreendi que a minha crise espiritual tinha sido, como a de muitos de minha geração, a crise de quem se fecha em si mesmo, devorando as próprias idéias no silêncio egoísta dos gabinetes, sem compreender que a idéia é tanto mais nossa quanto mais a espalhamos pelo mundo. (REALE, 1983b, p. 7).

Esta confissão, encartada no prefácio de “O Estado Moderno”, acoplava ao discurso integralista as frustrações passadas do autor, justificando sua adesão ao movimento devido à “crise espiritual” por que passou, percebendo que as ideias só adquirem maior significação quando “espalhadas pelo mundo”. Mas, sem cometer-se tal salto histórico, que seria devidamente repreendido pelo nosso jurista adaptável – se vivo estivesse – voltemos às circunstâncias políticas e históricas do interlúdio entre 1930 e 1932, isto é, entre a Aliança Liberal e a Revolução de Constitucionalista de São Paulo, uma vez que trazem indícios de algumas opções doutrinárias estratégicas da AIB e do próprio Reale.

O autor aponta o Partido Republicano Paulista como uma articulação política que só se importava com o poder, já que possuía suas crises e rachas internos, não contando com a empatia da juventude da Faculdade de Direito, mais tendente ao Partido Democrático (devido a duas de suas principais bandeiras: voto secreto e implantação da Justiça Eleitoral). A despeito desta preferência, Reale notou que os programas político-partidários da época não conheciam a fundo a conjuntura econômica, social e cultural do Brasil. A isto se somava certo nível de apatia política gerada pelo vácuo ideológico pós Aliança Liberal, não havendo, segundo ele, embate ideológico nas Arcadas: não havia anarquistas e havia poucos socialistas (ou socialistas de cátedra, proponentes “de um leque de medidas assistenciais”). (REALE, *op. cit.*, p. 55).

Este indício talvez explique e justifique uma das estratégias doutrinárias da AIB, tanto nos livros, como nos jornais e nas sessões doutrinárias, ao vivo ou pela rádio: a descrição de um quadro sociopolítico e econômico caótico, para apresentar o Integralismo como

a única solução possível. Esta é uma das motivações para a criação das obras integralistas de Reale, iniciado por “Atualidades de um Mundo Antigo” e culminando em “O Capitalismo Internacional”, tendo como obra principal “O Estado Moderno”. Todo o trabalho de história das ideias no Ocidente, mormente na Europa, é propedêutico e intencional para justificar a especificidade do caos econômico, político e social em que se encontraria o Brasil.

Reale deixa entrever o argumento acima exposto ao refletir sobre o Manifesto da Legião Revolucionária após a execução do principal objetivo da Aliança Liberal. Redigido por Plínio Salgado, futuro chefe nacional da AIB, o documento era

[...] denso de considerações histórico-sociológicas sobre a situação nacional, [...] e, pela sua generalidade, tanto podia servir a um movimento de esquerda como de direita. No fundo, medrava na política paulista uma contradição fundamental, contrapondo-se, à maioria conservadora ou liberal, socialistas e comunistas, de um lado, e simpatizantes do Fascismo, do outro, a exemplo dos “camisas-cáqui” de Francisco Campos, em Minas. (*Ibid.*, p. 59).

Sem se adentrar em pormenores, a Revolução de Constitucionalista de 32 é narrada por Reale como produto deste impasse ideológico, momento em que “houve crescente desentendimento entre aqueles que exigiam a imediata implantação de uma ordem jurídica liberal, e os que reclamavam uma ordem de cunho prevalentemente econômico-social.” (*Ibid.*, p. 60). Segundo Reale, os primeiros desconheciam os problemas sociais do país, enquanto os segundos desprezavam a estrutura do Estado de Direito: deste desencontro conflituoso se aproveitou Vargas, mantendo dividido o povo paulista e impondo sobre todos suas decisões autoritárias e personalistas, reforçando pragmaticamente a tese de Sérgio Buarque de Holanda<sup>68</sup> de que, no Brasil, a ausência de regras formais de

---

<sup>68</sup> Neste sentido, cf. HOLANDA, 1995, p. 139-152, precisamente o quinto capítulo, onde trata do tipo ideal do “homem cordial”, avesso e descompromissado com normas sociais objetivas/pragmáticas, subvertendo as regras em nome de interesses individuais mais imediatos e favorecendo, assim, a preponderância dos personalismos políticos.

convivência democrática coexiste, e mesmo intensifica, o personalismo político.

Desvelado o processo revolucionário (eclosão aos 9 de julho de 1932), os paulistas corriam o risco de serem governados por pessoas estranhas à vida política (capitão João Alberto e coronel Rabelo), prevalecendo mais as represálias do PD ao PRP do que o sentido superior da composição dos conflitos diante do adversário comum. Segundo Reale, os paulistas sentiam-se desprezados, retirados da vida política, em detrimento de Minas, como se não tivessem participado da Revolução de 30. “alto sentido de pundonor, de brio ofendido, cujas forças dinamizadoras remontavam às raízes da autonomia sempre cultivada pela terra paulista.”, já que Vargas nomeara interventor em São Paulo o supramencionado capitão João Alberto, mantendo, ao contrário, o governador de Minas. (*Ibid.*, p. 60-61).

Após uma breve oportunidade de declarar novamente seu distanciamento em relação ao antissemitismo, ao rememorar que “O Estado Moderno” era dedicado a dois colegas que morreram na revolução, um deles judeu húngaro, Reale finalmente achega-se em seu primeiro texto de cunho notoriamente político, “A crise de liberdade”. Em resposta aos comunistas, segundo Reale, inconscientes e alheios aos problemas peculiares do Brasil e de sua gente, o texto é fruto da manifestação de repúdio à trama legionário-comunista. A interpretação revisionista de Reale sobre Marx o impele na busca de uma conciliação, por certo anômala e bizarra, entre liberalismo e socialismo. (*Ibid.*, p. 63).

Embora publicado antes da eclosão da Revolução Constitucionalista, este trabalho de Reale demonstra os ânimos que o motivaram a participar daquele processo. Publicado em forma de artigo na “Tribuna Liberal”, órgão acadêmico vinculado à Faculdade de Direito de São Paulo, em junho de 1931, este artigo assinala a passagem de Reale pelo que denominou “socialismo liberal” (REALE, 1983c, p. 5). Segundo Reale, a descrença no liberalismo lançou os homens nos braços do socialismo, que foi elevado à categoria de “religião de ideais terrenos”. (*Ibid.*, p. 7).

Não podendo o Estado resistir à pressão burguesa, foi se processando pouco a pouco a sua fusão com o capitalismo. Houve então um paradoxo na história, devido a esse contraste notado por Bergson entre os acontecimentos que mudam e os seus nomes “cristalizados” que se perpetuam:

houve um Fatalismo servindo à Liberdade e um Liberalismo servindo à Ditadura... (*Ibid.*, p. 8).

“a Burguesia, que se dizia *liberal*, organizava a ditadura para transformar a liberdade em privilégio de casta.” Para Reale, nesse momento de crise o revisionismo se impunha, buscando uma saída do determinismo típico do marxismo para aí inserir o elemento da vontade, em contraposição à fórmula “O modo de produção da vida material determina em geral os *processos* social, político e intelectual da vida.” Com essa revisão, o que seria combatido seria a posição passiva do homem diante dos fatos históricos. O determinismo da época, cujo pendor filosófico influenciou a obra de Marx, procurava reduzir a História à História natural. “A crítica do determinismo e do naturalismo que se operou quase ao mesmo tempo no campo filosófico e no científico até as afirmações poderosas do relativismo moderno, refletiu-se também na economia e na política.” Ao seu turno, “O socialismo alemão não pôde romper com a concepção materialista da vida” (*Ibid.*, p. 8).

Aqui se notam: a) crítica da burguesia por não ser liberal, tornando a liberdade um privilégio de casta; b) crítica do materialismo determinista do marxismo clássico, ortodoxo; c) crítica da história natural, também por ser determinista. Em linhas gerais, Reale está criticando o marxismo ortodoxo por ser determinista/naturalista, ateu (“ateísmo tolo de Lenine”, p. 10) e antiliberal, defendendo, assim, um socialismo liberal, relativista e condicionado pela vontade humana.<sup>69</sup>

Estas posições efetivamente podem ser aproximadas das vindouras concepções integralistas:

- I. Crítica do materialismo, pugnando-se pelo espiritualismo do Homem Integral e da Quarta Humanidade;
- II. Crítica do próprio liberalismo e da democracia representativa liberal, que viabilizava o fisiologismo, clientelismo e regionalismo dos partidos estaduais,

---

<sup>69</sup> A contraposição entre as concepções determinista-naturalista e relativista, como níveis distintos de objetividade histórica na história da historiografia, são exemplificadas por Arno Wehling a partir das mutações epistemológicas trazidas pelas descobertas de Darwin e Einstein, respectivamente, nas ciências biológicas e físicas. Cf. WEHLING, 1974.



aniquilando assim a possibilidade de atuação política livre;

### III. Crítica da apatia política, compelindo os militantes integralistas à ação;

A crise da liberdade então se acentuou. Ao lado da Ditadura do Capitalismo (como a da América do Norte) apareceram a da média Burguesia (Fascismo) e a do Proletariado (Bolchevismo). As três classes (grande Burguesia, pequena Burguesia e Proletariado) se isolavam. Aspectos diversos de um mesmo desequilíbrio.

[...] A reação liberal porém já se iniciou e ganha cada vez mais terreno. Quem observar sem preconceitos a vida social moderna, há de concordar com Rosselli: “o socialismo torna-se liberal e o liberalismo se socializa”.

Os socialistas modernos, compenetrados da necessidade do voluntarismo, rompem com o dogmatismo marxista. [...]

[...] Emancipamo-nos de Marx, mas não o renegamos. E sua mais profunda lição foi esta: sobrepor a vida às teorias.

Além de Marx! É o que se ouve desde Henri de Man até Arturo Labriola. Abandona-se o materialismo histórico como concepção da vida e crê-se na possibilidade de um socialismo que não seja materialista, ateuista, nem positivista.” [...]

[...] A ação imediata é esta: conquista daquela autonomia econômica que condiciona a liberdade integral do homem. Democracia sindicalista. Socialismo liberal.” (*Ibid.*, p. 10, g.n.).

Eis aqui um dos exemplos de como se torna complexa a atividade de interpretação das obras realezanas. O motivo: a bricolagem de conceitos, a amálgama de sistemas filosóficos dicotômicos, o sincretismo como fórmula de solução política. Vê-se que, poucos anos de aderir à AIB, Reale considerava o fascismo “ditadura da média burguesia”. Contudo, já antecipava um de seus argumentos de ataque a liberais e comunistas: apontar neles suas semelhanças como movimentos

ateus, deterministas e materialistas, já que o “socialismo se liberaliza” e o “liberalismo se socializa”.

Pugnava por um socialismo que não fosse materialista (o Integralismo era espiritualista), nem preso a um ingênuo positivismo ortodoxo (o Integralismo partia do método da história das ideias, apresentando-se como realista). Não queria o determinismo, mas buscava a autonomia econômica que “condicionava” a liberdade integral do homem. Buscava a democracia sindicalista e o socialismo liberal.

Este texto revela outra nuance da personalidade intelectual de Miguel Reale, além da sua tendência a amalgamar sistemas filosóficos e fazer bricolagem de conceitos. A mais importante de todas talvez seja a adaptabilidade de suas próprias ideias reinterpretativas a teorias distintas e opostas. Trazendo teorias e sistemas de pensamento europeus para serem aplicados na conjuntura brasileira, Reale realiza a transculturação destas teorias, revisionista e adaptável que era. Sob o trabalho de Reale, as teorias estrangeiras não seriam transplantadas acriticamente a nosso sistema, transpostas em seu “estado puro” ou pelo seu “valor de face”.<sup>70</sup> Adaptações são sempre necessárias, mas servem a que tipo de interesses?

“Invocando duas obras paralelas, a de Henri de Man [...] e a de Arturo Labriola [...] já denunciava uma crise que se iria resolver no integralismo, por mim concebido desde logo como uma solução de síntese” (REALE, *op. cit.*, p. 63, g.n.). O próprio autor que protagoniza este trabalho assume: o trabalho de socialista liberal, de marxista revisionista (como se apresentava) introduz questões e preocupações que se resolveriam na síntese das ideias integralistas.

Já então frustrado com a derrota paulista e com a falta de horizontes políticos aptos a reencadear o processo revolucionário iniciado pela Aliança Liberal em 1930, Reale vai meditar sobre a situação nacional sentindo o vazio daquela guerra, “em última análise resultante de uma inveterada política de clientela, mesmo quando enfeitada com os berloques da eleição sob a égide da Justiça Eleitoral

---

<sup>70</sup> Muitos trabalhos tratam da assimilação das teorias europeias pela nossa literatura especializada, mormente a adaptabilidade da teoria positivista nas obras de autores brasileiros. Para uma análise de vários autores que tratam do tema, dentre eles, Caio Prado Jr., Paulo Arantes, José Rodrigo Rodriguez e Antonio Carlos Wolkmer, cf. ARANTES, 1988, p. 185-194; PRADO JR., 1996, p. 298-299; RODRIGUEZ, 2004, p. 72; WOLKMER, 2005, p. 35-36. Sobre a história das ideias jurídicas no Brasil, cf. MACHADO NETO, 1969; GUSMÃO, 1955. Sobre a história das ideias filosóficas no Brasil, cf. CRIPPA, 1978, 2v. Sobre a história das ideias políticas no Brasil, cf. SALDANHA, 2001.

isenta...” (*Ibid.*, p. 66), declarando, enfim, que atribui, em grande parte, a estas desilusões revolucionárias, sua adesão ao Integralismo, em fevereiro de 1933. (*Ibid.*, p. 67).



### 3 O SABER-PODER DE MIGUEL REALE: ATUAÇÃO POLÍTICA E INTELLECTUAL NA AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (1932-1938)

*O Brasil vae para o Estado Integral, para a destruição de todos os partidos, para a unidade absoluta da Pátria, para a concepção christã e totalitária da vida. O Brasil vae para uma nova phase de sua História, para a restauração dos valores intellectuais e moraes da Nacionalidade, para a extinção das oligarchias, dos regionalismos, da hedionda politica dos Estados. O Brasil será integralista. A marcha é fatal, é inexorável. Marcha da mocidade. Movimento glorioso de uma raça que se affirma.organismo..*

(Plínio Salgado)

É o Manifesto de Outubro (07 de outubro de 1932) que dá início ao Movimento Integralista. Para Reale, não é obra de cientista político, mas “mensagem de um escritor dotado de penetrante intuição social e política, assim como de aguda percepção do momento histórico.” (*Ibid.*, p. 69). Dentre as inspirações de Plínio no manifesto, Reale cita o Barão de Mauá, Euclides da Cunha, Alberto Torres “ou” Oliveira Viana (que apreenderam e aprofundaram a distinção “Brasil real” x “Brasil ideal”). Salgado teria participado da Semana de Arte Moderna de 1922, sendo seu romance “O Estrangeiro”, cronologicamente, segundo o Reale, o primeiro romance social de que se teve notícia no Brasil. (*Idem*).

A viagem de Plínio Salgado à Itália fascista trouxera-lhe a certeza de que

[...] só um Governo forte seria capaz de realizar a tarefa hercúlea de vencer as forças oligárquicas dominantes, as quais se valiam, em benefício próprio, dos esquemas artificiais de um liberalismo de antigo estilo, pregador do Estado alheio aos problemas econômico-sociais da Nação, mas não indiferente aos interesses dos senhores do café, do açúcar ou do cacau. A época era, aliás, propícia às idéias autoritárias, condicionadoras de uma reforma social envolvendo as mais altas expressões da *Intelligentzia* nacional, condicionadoras de uma reforma social desde Jackson de Figueiredo a

Alceu Amoroso Lima, de Azevedo Amaral a Francisco Campos, de Menotti del Picchia a Octavio de Faria. (Ibid., p. 70, g.n.).

Vê-se que Reale apresenta, retrospectivamente, uma verdadeira guinada em seu pensamento socialista liberal, de marxista revisionista e crítico do fascismo. A frustração revolucionária fora tal que, efetivamente, só um governo forte e autoritário, concentrado politicamente e descentralizado administrativamente (como se verá nos editoriais de Reale no jornal “Acção”), parecia-lhe figurar como programa político alternativo e sério para vencer as “forças oligárquicas dominantes”. A reforma social estava sendo pensada pela mais alta inteligência brasileira, encabeçada por figuras como Jackson de Figueiredo (pensador católico integrista preocupado com os princípios de “autoridade e ordem”) e Francisco Campos – que, no passado, fora alvo do “trote político” idealizado por Reale, visando à crítica daqueles que conduziam o processo revolucionário fora dos rumos estabelecidos pela Aliança Liberal em 1930.

Na sequência, Reale apresenta o núcleo do “ideário integralista de Plínio Salgado” (*Idem*):

- Novos valores linguísticos e estéticos na busca das raízes culturais brasileiras e da significação da realidade brasileira (influência da Semana de Arte Moderna de 22; “Brasil real x Brasil ideal”);
- Só governo forte e centralizado seria capaz de acabar com os poderes locais dos antigos coronéis e da teia da oligarquia rural ainda jacente, bem como aplacar as vicissitudes de uma economia liberal;
- Repulsa à organização federativa e à autonomia quase soberana das estruturas administrativas estaduais;
- Luta contra o “espírito burguês” (interesseiro e imediatista), a partir do qual se modelariam as agremiações partidárias;
- Proposta do Corporativismo Integral, com órgãos livres e representativos de interesses econômicos, espirituais e culturais, em oposição à tese marxista da luta de classes e em alternativa aos partidos políticos, apresentando-se os sindicatos e corporações (“associações profissionais

de base”) como reais mediadores entre indivíduo e Estado.

- Terceira via entre o capitalismo e o comunismo, que Salgado acreditava consubstanciada na doutrina social da Igreja à luz do espiritualismo cristão, “tomado como fonte primordial de todo o seu sistema de idéias” (*Ibid.*, p. 70-71).

Para acordar essa Nação, paradoxalmente liberal e feudal ao mesmo tempo, impunha-se superar a representação jurídico-formal de pseudopartidos, meros agrupamentos de clientelas de natureza pessoal, para que a sociedade pudesse surgir ordenada segundo suas instituições naturais, como a família e a corporação. (*Ibid.*, p. 70).

Referindo-se à Revolução Constitucionalista de São Paulo, Reale disse que “A reação ao separatismo ia ter como consequência a assurgência da idéia de Nação e, como seu corolário natural, o *nacionalismo*.” Contra a ideia do separatismo e mesmo em resposta a uma Federação às avessas, o Integralismo surgia na cena política apropriando-se e instrumentalizando o discurso nacionalista, a importância da Nação como ponto de coesão política e cultural de um povo, razão pela qual, no movimento, o Estado deveria identificar-se com a Nação. Neste sentido, o próprio Fascismo intentava ser a síntese do socialismo e do nacionalismo (sob inspiração da dialética de Giovanni Gentile, amigo de Benedetto Croce, que permaneceu liberal e opositor de Mussolini). (*Ibid.*, p. 71).

O discurso sobre o nacionalismo, que mereceu estudo mais atento de Ludwig Lauerhass Jr., não fora meramente transplantado da Europa para o Brasil, muito embora já se tenha alertado sobre o isomorfismo ideológico do Integralismo e do Fascismo. A especificidade histórica brasileira foi o caldo cultural que permitiu – e mesmo propiciou – a implementação deste discurso, mormente no que se refere à situação posterior à Revolução de 1930 e ao advento da Aliança Liberal e anterior à Assembleia Constituinte de 1934.

Os impasses surgidos neste período serviram de estímulo para uma organização política tal qual a que se desenvolveu. A estética integralista, integrando a ritualística, a simbologia, a indumentária, a iconografia, chegando aos específicos detalhes da prosódia e da fonologia dos discursos proferidos pelos seus principais dirigentes, tinha

um duplo objetivo. Primeiro, preencher o vazio ideológico deixado pela amortização partidária pós Aliança Liberal; concomitantemente, combatê-los (o vazio e a amortização), mediante a arregimentação do maior número possível de militantes. O sucesso dessa empreitada só se daria através do “fechamento de um círculo” em torno do militante.

Note-se que não foram apenas a Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a AIB que se apropriaram e implementaram tal discurso, conquanto sejam os que mais interessam no momento – e o estudo de Lauerhass Jr. pode demonstrá-lo. Eis que o problema do nacionalismo brasileiro, neste período, envolve a temática da Revolução de 1930 e suas características. O discurso nacionalista, apropriado por vertentes distintas e desembocando na disputa ideológica como resultado do combate ao regionalismo, da busca por identidade e desenvolvimento econômico, teve suas variantes: a) liberal-democrático; b) autoritário-do-centro; c) progressista-conservador; d) pragmático (LAUERHASS JR., 1986, pp. 29-34).

Iniciado nos estertores do século XIX, por volta de 1880 e por obra de figuras como Euclides da Cunha, Sílvio Romero e Alberto Torres (*Ibid.*, 35-45), o discurso nacionalista seria reinaugurado em meio à “fluidez e confusão” da política brasileira entre 1930 e 1937. E a “História Militar do Brasil”, de Nelson Werneck Sodré, salienta esta fluida confusão com fontes que merecem menção. Citando Martin de Almeida, Sodré recoloca a questão do coronelismo e das grandes oligarquias rurais, verdadeiros mandantes da política regional que adquiria, mediante a vitória eleitoral, a feição de política federal, a despeito de se restringir aos interesses destes mesmos mandantes.

E, antes mesmo do advento da Aliança Liberal, já se sabia que, no caso de São Paulo, a divergência ideológica entre o Partido Democrático Paulista (PDP) e o Partido Republicano Paulista (PRP) se dissolvia na medida em que ambos representavam os mesmos interesses, na visão de Sodré: dos fazendeiros de café e dos plutocratas paulistas. É quando vem à cena a figura de Aristides Rocha dizer no Senado, durante a campanha da Aliança Liberal, que “nós (liberais e reacionários) somos vinho da mesma pipa, farinha do mesmo saco)”, apresentando desse modo que não havia contradição orgânica entre as agremiações, senão mero dissídio accidental. Neste sentido é que o Estado vinha sendo “a forma representativa da vontade dos grandes proprietários de terras”. (ROCHA *Apud* SODRÉ, 2010, p. 313-314).

Segundo Virgínio Santa Rosa,



A resistência das populações rurais, escravizadas à caudilhagem dos proprietários territoriais, fortaleceu por longo espaço de tempo as oligarquias políticas. Era a grande resistência da inércia contra toda tentativa de poderio e ascensão da pequeno-burguesia. (ROSA *Apud* SODRÉ, 2010, p. 314).

Esperava-se que seria justamente esta situação que se veria modificada após a Revolução de 1930, mas não foi o que ocorreu. Pois, dentro da “massa confusa dos triunfadores”, “duas correntes extremas e antagônicas” se diferenciaram: o bloco dos situacionismos regionais, sobretudo o mineiro e o gaúcho, aliados aos oposicionistas estaduais, como o PDP em São Paulo; e a mocidade militar, aglutinada em torno do movimento tenentista, composta de ex-combatentes das revoltas dos últimos decênios da vida republicana. A primeira desejava apenas transformações formais na política, já que representava o poder oligárquico remanescente da República Velha; a segunda, mais radical, representando a pequeno-burguesia, pleiteava transformações estruturais e socioeconômicas. (ROSA *Apud* SODRÉ, 2010, p. 317).

Não resolvido o impasse que justificava a aliança entre militares tenentistas e os políticos tradicionais, algo tinha que ser feito. E assim iam despontando as mais diversas agremiações partidárias, ligas e legiões as mais diversas (podendo-se citar o “Clube 3 de Outubro”, tenentista, e a “Legião Liberal Mineira” (ou “Legião de Outubro), de matiz fascista, idealizada e organizada por Francisco Campos). (*Ibid*, p. 323-324). Disputava-se acirradamente os objetivos, resultados e o próprio destino da Revolução de 1930, que “não poderia cair em mãos erradas”. Resgatar o sentido e o destino daquela revolução era talvez o fator preponderante que galvanizou a maioria dos discursos ideológicos que foram surgindo. O discurso nacionalista do Integralismo se insere nesta disputa.

É interessante notar como as feições e a estética integralistas não eram lá muito originais. A “Legião de Outubro”, tornada posteriormente “Legião Liberal Mineira”, tendo dentre seus fundadores Francisco Campos, Amaro Lanari e Gustavo Capanema e Pedro Aleixo, também assumia tendências fascistas: chefia doutrinária (de Campos, havendo assim “um fascismo de ideias, de espírito e não de métodos de compreensão”), organização de milícias, juramento de fidelidade, uniforme (camisas cáqui) e grandes paradas cívicas. (PEIXOTO *Apud* SODRÉ, *op. cit.*, p. 324). Todos estes elementos estavam conjugados

também no Integralismo, com um pequeno detalhe: pode-se afirmar, sim, que o Integralismo diferenciava-se da Legião porque também fornecia ao militante e ao simpatizante ordinário e hodierno um método de compreensão da realidade brasileira e, não obstante, um método para a solução de sua crise.

Para Alzira Vargas do Amaral Peixoto (primogênita de Getúlio Vargas)

com a rendição militar de São Paulo depois de uma luta bravia e desigual, estava decretada, afinal, a sentença de morte do estadualismo. Acabava-se a República Velha, com a dissolução da máquina política dos antigos peerres (*Apud* SODRÉ, *op. cit.*, p. 327).

### 3.1 A LITERATURA INTEGRALISTA DE MIGUEL REALE: DE “O ESTADO MODERNO” A “ATUALIDADES BRASILEIRAS”

O proletariado rural e urbano passaram a ingressar com mais afinco na política, “de forma ativa e relativamente organizada, nas lutas que se sucediam, assustando profundamente a burguesia e ainda mais o latifúndio e o imperialismo.” (sic) (*Ibid.*, p. 331). Novamente, Sodré contextualiza o período demonstrando a razão de ser da estética e da ideologia do discurso integralista, concatenado com as tendências políticas brasileiras. A Ação Integralista Brasileira nada mais fazia do que aproveitar a ampla demanda por conhecimento, curiosidade cultural inédita na história do país.

Uma grande curiosidade começava a difundir-se em torno dos problemas mais variados, encontrando possibilidades de satisfação e de esclarecimento no clima de relativa liberdade que ainda existia. Sinais evidentes dessa curiosidade, da presença de forças populares nas manifestações, de interesse pela solução de velhos problemas nacionais [...] o Brasil começa a ser objeto de análises de conteúdo novo e as manifestações artísticas se revestem de teor nacional muito mais avançado do que antes. Em termos de literatura, é a fase do pós-modernismo, quando um grupo de romancistas coloca os quadros reais do país, e particularmente aqueles que trazem à evidência os velhos e alarmantes

problemas, entre os quais se destaca o do latifúndio. Mas ainda no campo da luta ideológica, verifica-se o enorme número de livros traduzidos e a predominância dos ensaios de interpretação e dos livros de doutrinação política. (*Idem*, g.n.).

As próprias lideranças da AIB seguiam esta regra. Gustavo Barroso era membro da Academia Brasileira de Letras desde 1923; Miguel Reale vai publicar seu primeiro livro de poemas em 1965, conquanto já fosse poeta e contista desde a adolescência<sup>71</sup>; e Plínio Salgado, Chefe Nacional, participou ativamente da Semana de Arte Moderna de 1922, tendo alguns romances sociais publicados já na década de 1920, dentre os quais se destaca, para Reale, “O Estrangeiro”.

Aproveitando-se do ambiente cultural de curiosidade e do interesse pela solução dos velhos problemas nacionais, vêm à tona estes ensaios de interpretação que são, ao mesmo tempo, livros de doutrinação política. Aliás, a interpretação da história (mundial), da realidade nacional e de sua consequente crise, sempre desembocavam, na literatura integralista, automaticamente na solução programática do movimento – consequente e automaticamente, na doutrinação política envidada.

Note-se que o próprio Reale, em suas “Memórias”, não considerou as obras “Formação da política burguesa” e “Actualidades de um Mundo Antigo” integralistas (REALE, 1987a, p. 94). Suas principais obras “efetivamente” integralistas seriam “O Estado Moderno” e “O Capitalismo Internacional”. Estas obras eram revisitadas, reescritas, simplificadas e direcionadas ao público hodierno, ao leitor ordinário, através das “obras de divulgação”, como “ABC do Integralismo” e “Perspectivas Integralistas”.

A análise destes livros será feita em dois blocos. O primeiro compreendendo as duas obras principais, mais as duas introdutórias “Actualidades de um Mundo Antigo” e “Formação da Política Burguesa”. O segundo, compreendendo, além das principais obras de divulgação “ABC do Integralismo” e “Perspectivas Integralistas”, aquelas encontros no terceiro volume das “obras políticas” reunidas. Tem-se, então, a análise das seguintes publicações, seguindo-se a cronologia de sua publicação:

---

<sup>71</sup> Cf. REALE, 1987a, p. 17-40.

- I. A) “O Estado Moderno (Liberalismo – Fascismo – Integralismo)”, de 1934;
- B) “Formação da Política Burguesa”, de 1934;
- C) “O Capitalismo Internacional (Introdução à Economia Nova)”, de 1935;
- D) “Actualidades de um Mundo Antigo”, de 1936;
- II. A) “Perspectivas Integralistas”, de 1935;
- B) “ABC do Integralismo”, de 1935;
- C) “Nós e os fascistas da Europa”, de 1936;
- D) “Corporativismo e Unidade Nacional”, de 1936;
- E) “Atualidades Brasileiras”, de 1937;
- F) “Integralismo e Democracia”, de 1937.

Algumas considerações sobre o bloco II. Os textos “Nós e os fascistas da Europa” e “Corporativismo e Unidade Nacional” foram publicadas na revista “Panorama”, dirigida por Reale, paralelamente ao jornal Acção. A obra “Atualidades Brasileiras”, organizada em 1937, é uma coletânea de ensaios de sociologia e política, “elaborados no intervalo de uma intensa vida política” integralista (REALE, 1983c, p. 71). Focalizando problemas sociais e econômicos, Reale analisa o trabalho de pensadores da época oferecendo, na sequência, propostas de pesquisa que ele julgava viáveis e necessárias. Textos variados e autônomos que são ligados, unicamente, “pelos princípios gerais da doutrina e do método que constituem o patrimônio dos ‘camisas verdes’.” (*Idem*).

Alguns destes textos podem ser encontrados em outras fontes ou, melhor dizendo, dispositivos tipográficos, como é o caso do ensaio “Notas à Margem de *Casa Grande & Senzala*”, publicado primeiramente como coluna no jornal Acção, no exemplar número 7, de 14 de outubro de 1934. Como o próprio autor afirma – e como será demonstrado na próxima seção – algumas destas críticas tinham como objetivo final a exposição da doutrina integralista. O ensaio de interpretação, os apontamentos, as análises sumárias, funcionavam, enfim, como mero álibi para que a doutrina do movimento fosse

novamente apresentada – repetida, contudo, em outros moldes, com outros contornos.

Sendo uma das diretrizes do movimento a concepção integral de homem e de vida (política, cultural, laboral e espiritual), bem como uma das estratégias de arregimentação o “fechamento de círculo” em torno do militante, ensaios desta natureza também visavam a demonstrar ao integralista que o ideário do movimento poderia ser aplicado em qualquer análise de cunho social, econômico, político ou literário. Como já dito, fornecia-se assim um cabedal de métodos para compreensão de toda sorte de materiais, fossem políticos ou literários, bem como para compreensão de toda a existência – fosse material, fosse espiritual.<sup>72</sup>

Para análises desta natureza, é necessário que se adote um ponto de vista não-convencional sobre a linguagem, como, por exemplo, a literalidade das formas e dos conteúdos de uma dada obra em cotejo com o contexto histórico e social em que foi concebida – e não como se fosse material apartado deste. É necessário que se verifique a natureza dessa linguagem, seus modos de funcionamento, suas finalidades eventuais, seus objetivos declarados, suas relações com a cultura e, sobretudo, as complexas implicações que ela mantém com a ideologia. Mais ainda: como a própria linguagem se torna ideologia, adquirindo espaço próprio na contenda, não mais como seu mero veículo, mas, efetivamente, como sua principal condutora. Afinal, somos todos membros de uma “civilização grafocêntrica”. (PÉCORA *In* GNERRE, 1998, p. 1-2).

É notório que a linguagem não é usada somente em sua função referencial denotativa, ou seja, para veicular informações. Esta é apenas uma de suas inúmeras funções. Dentre estas possíveis funções, uma ganha relevo para a situação integralista: a função de comunicar aos ouvintes potenciais a posição em que o falante – ou o escritor – ocupa de fato (ou acha que ocupa) na sociedade em que está inserido; ou, na específica comunidade de onde profere seus enunciados e elocuições. Segundo o sociólogo francês Pierre Bourdieu, o poder da palavra significa o poder de mobilizar/operacionalizar a autoridade acumulada pelo falante e assim concentrá-la num ato linguístico. (*Ibid.*, p. 5).

Poder-se-ia dizer, a exemplo, que tanto as obras políticas e econômicas, quanto as sessões doutrinárias integralistas, possuíam

---

<sup>72</sup> Para uma análise da doutrina espiritualista na obra de Plínio Salgado, cf., deste autor, a obra “Psicologia da Revolução”, que mereceu análises específicas em CAVALARI, 1999, pp. 41-78; RAMOS, 2008b, pp. 69-107; 2010, pp. 224-263; 2013.

significação múltipla: a) informar aos ouvintes, fossem simpatizantes, fossem militantes, a posição de destaque político e intelectual de determinado dirigente no seio da AIB – noutras palavras, informar o saber-poder que fora acumulado até então; b) concentrar, num ato linguístico, a autoridade acumulada por este dirigente, seja pelas suas ações (políticas), seja pelos seus conhecimentos (intelectuais) – mais uma vez, informar seu saber-poder; c) estimular o desejo e a curiosidade dos ouvintes tanto para a compreensão deste saber-poder quanto para sua aceitação como doutrina; d) arregimentar os ouvintes numa causa coletiva, galvanizando seus desejos íntimos e inconscientes numa postura bem delimitada, disciplinada e determinada pelo ideário integralista.

“Uma variedade linguística ‘vale’ o que ‘valem’ na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.” (*Ibid.*, p. 6-7). A linguagem sobrevive às intempéries políticas: sobrevive, a despeito da derrocada de estruturas de poder e das rupturas no seio das organizações sociais. Esta permanência quase-perene não se dá num plano supralinguístico, metafísico e abstrato – mas está enraizada nas condicionantes históricas e sociais. De maneira que “a língua sempre acompanhou a dominação e a seguiu, de tal modo que juntas começaram, juntas cresceram, juntas floresceram e, afinal, sua queda foi comum” (NEBRIJA *Apud* GNERRE, p. 14). Não seria exagero dizer, portanto, que a realidade das palavras não pode ser exterior à produção linguística; as palavras existem nas situações nas quais são utilizadas – as palavras não estão fora do momento em que “acontecem”.

Para que um discurso funcione, para que atinja suas finalidades e adquira efetividade, é necessário que transmita seu valor com credibilidade e legitimidade. Dentre outras táticas, a legitimação se viabiliza enquanto processo cujo componente essencial é sua capacidade em forjar mitos de origem. (*Ibid.*, p. 14, 19). Para que um mito fosse forjado, eram necessárias ideias com certa verossimilhança, que se aplicassem – e que explicassem – à realidade jacente. Reale estava interessado nisso, dizendo a Plínio Salgado, num encontro celebrado em outubro de 1932, que ele o havia convencido da necessidade de um movimento (político) de ideias, “capaz de sacudir a Nação de seu torpor e de libertá-la do jesuitismo escolástico que a prendia ao culto de formalidades extrínsecas, com desprezo dos problemas de fundo.” (REALE, 1987a, p. 72)

Eis que o Brasil carecia de um movimento cujo “culto ritualístico” não desprezasse os problemas de fundo. As formalidades

extrínsecas não podiam permanecer esvaziadas de sentido. Urgia que a liturgia dos movimentos políticos adquirisse essência programática. Reale, após vacilar um pouco, adere ao Integralismo, inscrevendo-se na AIB em novembro de 1932. Ao alistamento logo se sucedeu o convite de Salgado para que Reale falasse numa das reuniões semanais do movimento. Reale aceitou o convite, salientando quealaria dos problemas essenciais do ordenamento jurídico à luz da Teoria do Estado. Movimento de quem elaborava suas convicções políticas “à luz dos fatos históricos, em cotejo com os ensinamentos teóricos.” (*Ibid.*, p. 73). O método utilizado por Reale viria a se consolidar como “história das ideias”, possibilitada pelas obras de Sociologia do Conhecimento de Max Scheler e Karl Manhein e, de maneira mais alargada, pela Culturologia ou Teoria da Cultura.

Em sua palestra, Reale tratou da Teoria do Estado de Hans Kelsen criticando seu formalismo. Não havia compreendido, contudo, o sentido da forma na obra kelseniana, reclamando então uma “integração de ser e dever ser”, de realidade natural e valor. Para o jovem Reale, que só mais tarde compreenderia a manipularia com maestria as categorias kelsenianas, “ser” e “dever ser” seriam impensáveis enquanto duas categorias lógicas paralelas (conforme apontava Kant). O fato é que Salgado se entusiasmou de tal forma com a exposição que enquadrrou Reale como aquele que teria tudo para se tornar “o jurista do Estado Integral”, que não deveria ser confundido com o “Estado Totalitário” do Fascismo ou do Nazismo. “Foi assim que nasceu *O Estado Moderno*, publicado por mim logo no ano seguinte, em 1934.” (*Idem*).<sup>73</sup>

“Devo a Plínio Salgado a edição de meu primeiro livro, que me apresentou a José Olympio”. (*Ibid.*, p. 74). Reale chega a afirmar que a preocupação integralista com a realidade brasileira coincidia com aspirações do Tenentismo, daí a repercussão da doutrina do sigma no seio das classes armadas. (*Ibid.*, p. 76). Sodré afirma que a ascensão do programa proposto pela Aliança Nacional Libertadora atingiu com mais eficiência o meio militar, já trabalhado pelo ideário do Tenentismo e pelas lutas que acabaram por liquidá-lo. Assim,

para que o regime fascista se instalasse era necessário, fundamentalmente, que as forças da reação dispusessem de apoio militar amplo e inequívoco. Na medida em que a Aliança

---

<sup>73</sup> Cf. nota de rodapé número 163, do tópico 2.1, para a confusão de anos que Reale realiza em suas “Memórias”, entre 1932, 1933 e 1934.

Nacional Libertadora conquistava adeptos nos meios militares, os perigos que anunciava para a ordem vigente cresciam. A saída imediata foi o financiamento dos grupos de choque, as milícias integralistas, que passaram a disputar adeptos também nas fileiras dos militares. (SODRÉ, 2010, p. 333).

Para a mentalidade integralista, o que ocorria

Naquele tempo, talvez como consequência da profunda crise econômica e social do pós-guerra, mas também em reação ao surto, entre nós, de um comunismo superficial afoitamente assimilado, predominavam no Brasil *diretrizes autoritárias*, no sentido do primado da *ordem*, ainda que sem olvido dos imperativos da *liberdade* e da *justiça*. (REALE, *op. cit.*, p. 74).

Estes impasses e dilemas da vida política da década de 1930 delimitaram os limites das pretensões integralistas e de seu programa de governo. Merecem ser analisados, na literatura que ora se analisa, os seguintes caracteres do movimento, além dos já destacados:

- 1) Autoritarismo: unidade, coesão, articulação nacional, programática de governo “inovadora” e bem delimitada, doutrina, disciplina, ordem, hierarquia *interna corporis*;
- 2) Proposta de síntese, num sincretismo que abarca tendências as mais diversas, por vezes antitéticas;
- 3) A importância dos intelectuais e de uma elite cultural na direção dos novos rumos do Estado, identificado com Nação – proposta elitista de “vanguarda”, que possuía como missão realizar aquilo que acreditavam ser o povo incapaz de fazer.
- 4) Estado Integral: Estado identificado com Nação e povo (organismo ético, político, cultural e econômico) (REALE, 1983c, p. 15, 20);
- 5) Ideia de compartilhamento: expressões como “aspirações comuns”, “identidade de interesses”,



“comunhão de língua...” são contradições principalmente nas obras de divulgação da doutrina integralista (“ABC do Integralismo” e “Perspectivas Integralistas”);

- 6) Movimento nacionalista: ultranacionalista e autoritário de direita, segundo Lauerhass Jr.; rejeitava o Imperialismo estrangeiro, sobretudo o inglês;
- 7) Integralismo como alternativa ao marxismo (socialismo) x liberalismo (capitalismo), ou seja, proposta de *terza via*;
- 8) Estado Interventor acima das classes (soberano absoluto e totalizante que paira acima das divisões classistas; nenhuma classe teria o legítimo direito de se apoderar do aparelho estatal para instrumentalizar seus interesses). O governo não poderia ser partidário ou de classes, mas nacional. Estado seria um meio em relação aos direitos da pessoa humana, devendo, conseqüentemente, intervir na economia, na “forma de controle, de auxílio ou de gestão direta”, conforme apregoado na *Carta del Lavoro* do regime fascista (REALE, 1983b, p. 143);
- 9) Substituição dos partidos pelos sindicatos e corporações: a) sindicatos de profissões; b) sociedades artísticas, científicas, religiosas; c) corporações;
- 10) Preocupação em frisar, apontando caracteres de distinção, a originalidade em relação aos fascismo e nazismo europeus;
- 11) Identificação dos inimigos, numa escala de importância que vai do comunista, em primeiro plano; aos liberal-democratas aliados à burguesia, representantes da velha lógica político-partidária da República Velha e das oligarquias rurais, em segundo plano; aos judeus, em terceiro plano e menor escala, mais pelo seu poderio econômico que por sua etnia e religião (a despeito da corrente encabeçada por Barroso);

- 12) Convite à ação e tom panfletário, no sentido da arregimentação de novos quadros dirigentes ou novos militantes hodiernos.

Tais caracteres podem ser encontrados nas “quatro obras de maior importância” e nas obras de disseminação e popularização das doutrinas e diretrizes do movimento (“Atualidades Brasileiras”, “ABC do Integralismo” e “Perspectivas Integralistas”). Na opinião de Reale, suas obras efetivamente integralistas, “por sua estrutura e finalidades”, são “O Estado Moderno”, “O Capitalismo Internacional” (que funciona como anexo ou segunda parte daquele) e os trabalhos menores, “de divulgação”, como, v.g., “ABC do Integralismo” e “Perspectivas Integralistas”. Livros como “Actualidades de um Mundo Antigo”, “Formação da Política Burguesa” e “Atualidades Brasileiras”, segundo ele, são ensaios de filosofia política ou de história das ideias, ou mesmo de filosofia da história, “independentemente da programática partidária”. (REALE, 1987a, p. 94).

### 3.1.1 “O Estado Moderno” e “Capitalismo Internacional”

“O Estado Moderno” divide-se em quatro ensaios. O primeiro ensaio é devotado à equiparação entre naturalismo e materialismo como duas doutrinas deterministas<sup>74</sup> que castram a possibilidade criadora do homem, negando o humanismo. “[...] a decadência espantosa do espírito humanista” é verificada no momento em que o homem não quis ser mais que a imagem e semelhança da Natureza, alienando, destarte, sua própria imagem (REALE, 1983b, p. 15). Segue-se um ataque ao Liberalismo por representar a sistematização do que o Estado não deve fazer, e não daquilo que lhe é devido. Assim, a ciência social foi-se adaptando a todas as ciências naturais (*Ibid.*, p. 17, 19).

O socialismo é então apresentado como mera derivação do naturalismo: “*É o naturalismo em último grau, transformado em religião*, com o Alcorão, o profeta e o povo eleito: “O Capital”, Karl Marx e o proletariado...” (*Ibid.*, p. 22). Existiria um amplo número de literatos marxistas ligados à burguesia, já que “É preciso ter o espírito estritamente burguês para poder abraçar o comunismo.” O Integralismo tomaria a cena para demonstrar que era, ao mesmo tempo, antiburguês e anticomunista, baseando sua doutrina “na consideração do homem

---

<sup>74</sup> “Colocai, no lugar da *Natureza*, a *Economia* e tereis as linhas mestras do materialismo histórico.” (REALE, 1983a, p. 13)

integral, reerguendo a bandeira do Humanismo.” (*Ibid.*, p. 23). O Integralismo se apresenta, pela pena de Reale, como uma revisitação do humanismo, buscando-se o homem integral, antiburguês, anticomunista, contra o materialismo histórico e contra o naturalismo determinista.

A reconstrução do homem, no sentido integral, visa a devolver-lhe aos seus grupos originários: família (grupo biológico), sindicato (grupo profissional) e Estado (grupo político). Há, assim, plenitude e convergência, no homem integral, dos planos material, intelectual, moral e espiritual. Aquela época assistia “ao triunfo da síntese”, sendo erro das doutrinas vigentes sua unilateralidade e incapacidade de alcançar o todo, incapazes de satisfazer “nosso espírito ávido de organicidade.” Eram *incontinenti* tentativas desagregadoras agindo contra as maiores investidas de síntese. (*Ibid.*, p. 25-29).

O novo humanismo vem apregoar que “o homem vale por si mesmo, como centro *autônomo de forças* como *soma de contingência* se introduzindo no mundo”. Contra o determinismo, este novo humanismo vem restabelecer o reino dos fins, readquirindo a autonomia da vontade humana perante a existência social e histórica. (*Ibid.*, p. 31-33). O sentido do humanismo integral seria a capacidade em descer aos fatos particulares sem, contudo, perder a visão do todo:

não é *pragmático*, porque não se contenta com os fatos particulares e úteis, nem faz do homem o centro do Universo; não é *naturalista* porque não considera o homem como simples *parte* da natureza; nem é *idealista* porque não admite a idéia que não seja síntese de realidades objetivas e subjetivas, isto é, idéia sem imagem. (*Ibid.*, p.34).

Discutindo os planos da moral e da política, Reale faz a distinção clássica entre “mundo do ser” e “mundo do dever ser”. Os mundos da Natureza e da Liberdade se completam na medida em que “escolhemos *livremente* os fins, aplicando os meios de acordo com os conhecimentos alcançados no mundo do ser”. Segue-se a contraposição das ideias de “mundo ideal” x “mundo real”, baseando-se nas obras de Euclides da Cunha, Vicente de Carvalho, garantindo-se assim a intervenção do homem no mundo do ser e nas leis que o governam.

Já a intervenção humana no mundo do “dever ser”, dotada de capacidade volitiva, sempre tem sentido teleológico, dirigindo-se ao reino dos fins. “O critério ético surge somente quando surge o homem delas [das ‘leis que indicam uniformidade e dependência de

fenômenos’] se servindo para alcançar um fim.” Neste sentido, Reale faz o plano da Política depender do plano da Moral, que, conjugados, se tornam a “Política Integral” (*Ibid.*, p. 35-38).

Exsurge, então, uma nova concepção de democracia, baseada na liderança de uma elite cultural apta a conduzir os rumos do Estado-Nação:

A Democracia passa a ser o *regime* em que o Estado, nas mãos das elites culturais, cria todas as condições necessárias ao livre desenvolvimento das capacidades individuais, para alargar cada vez mais o círculo da *classe dirigente*, à procura do ideal político que é o governo do povo pelo povo. (*Ibid.*, p.45).

Desde a obra de Rousseau, “Do Contrato Social”, a “vontade geral”, na qual figura o povo como titular da soberania (e não os reis); passando-se pelo socialismo até se culminar nas teorias comunistas soviéticas, como de Lênin e Trotsky, a supressão do Estado pela sua desnecessidade diante de um “governo do povo pelo povo” tornou-se senso comum na ciência política, ideia apropriada pelas mais diversas correntes do pensamento. Mas, voltando-se: como conciliar o mundo do ser com o mundo do dever ser? Funde-se a política com a moral na medida em que o “Estado Ético” é um Estado de finalidades proativas, bem delimitadas:

Penso que o governo deve estar na mão da minoria, somente porque verifico a atual incapacidade do povo. Mas só por isso. Eis por que acho que incumbe à classe dirigente não só *governar para o povo*, como também criar condições reais para alargar a *participação do povo no governo*. (*Idem*).

Já no primeiro ensaio é dado ver a existência de alguns caracteres acima expostos, a saber: proposta de síntese (2), importância dos intelectuais (3), Integralismo como alternativa de *terza via* entre comunismo e liberalismo (7) e a identificação dos inimigos (11). Não obstante, observa-se a “integração” entre ser e dever ser, na medida em que o fato social e histórico (e também jurídico) do Estado, seu ser, deve ser integrado a uma finalidade, um sentido de ação, um desiderato desenhado em contornos notórios.

O segundo ensaio trata exclusivamente da democracia liberal, tendo como base o contratualismo e a obra dos “fisiocratas manchesterianos”<sup>75</sup>, em que o Estado figura como órgão não-interventor da economia, mantendo apenas o monopólio jurídico, o que acaba por legitimar e reconduzir a dominação capitalista da economia. “A história do Estado Liberal é, na verdade, a história de um mundo de ficções que se quer impor na realidade”. (*Ibid.*, p. 60).

o Estado *demoliberal* é aquele ao qual se atribuem as seguintes funções:

1º) a função *essencial, obrigatória e exclusiva* de manter a ordem jurídica, de declarar e de distribuir justiça.

2º) a função *acessória e facultativa* de intervir na economia, tanto como produtor, como fiscalizador; a não obrigatoriedade da atividade social, em todas as suas manifestações.

3º) a consideração da *soberania como direito da Nação*, corrigindo a fórmula estritamente democrática da “soberania do povo”. (*Ibid.*, p. 66).

Reale passa a analisar cada uma destas três funções de maneira mais detida. A intervenção econômica do Estado, por exemplo, é função que escapa à tutela jurídica. (*Ibid.*, p. 69). Sua função jurídica decorre, exclusivamente, da conservação de dois postulados da “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789, precisamente os artigos 2º e 4º, em que se consubstanciam, concomitantemente, a não-intervenção na economia e uma aplicação lógico-formal das leis, da justiça e, enfim, do direito como processo:

2 – O objetivo de toda sociedade política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem, a saber: a liberdade, a propriedade e a resistência à opressão.

---

<sup>75</sup> Reale aproxima aqui tendências diversas. A fisiocracia do século XVIII ainda era produto das ideias de Adam Smith, guardando relação com o “agrarismo” inglês. Já o “manchesterismo” seria uma “luta liberal” no terreno da economia, próprio do século XIX.

4 – A liberdade consiste na faculdade de fazer tudo o que não prejudique a outrem; portanto, o exercício dos direitos naturais de cada um não tem outro limite além daqueles que asseguram aos demais membros da sociedade o gozo de iguais direitos: somente as leis podem determinar estes limites. (*Ibid.*, p. 67-68).

Discutindo a soberania nacional, Reale cita Azevedo Amaral para demonstrar como, na democracia de matiz liberal, esta soberania é transposta da Nação para os partidos, ocorrendo o que ele chama de “estatização dos partidos”, em que os deputados votam leis em função de seus eleitores e sua clientela, e não em nome do povo como um todo. Em nome dos próprios direitos dos cidadãos, encartados em diplomas internacionais, a política localista e regionalista – “política dos governadores”, lógica da República Velha ainda remanescente – sufocava-se a participação cívica do eleitorado, instrumentalizado meramente pela sua capacidade de votante.

O Estado liberal democrático nega-se assim no campo político, como já se negara no jurídico e no econômico, pois, como diz Azevedo Amaral, “as próprias reformas realizadas sob a influência da política partidária vieram, pouco a pouco, criando condições que acabaram por tornar insustentáveis as formas políticas da democracia liberal. Interesses agrários, industriais, comerciais e bancários formavam as bases lógicas dos partidos, em cada um dos quais um estado maior consciente dirigia deliberadamente os movimentos partidários, apoiado na força eleitoral de uma multidão eleitoral de votantes, que nenhuma vantagem podia auferir das suas vitórias nas urnas, e que, na imensa maioria dos casos, não se achava mesmo em condições de apreender a inutilidade do exercício da prerrogativa cívica”. (*Ibid.*, p. 81).

Reale está quase terminando o preparo do solo para adentrar no fascismo e no Integralismo como propostas alternativas à democracia liberal. Mas, antes disso, discute, na parte final do segundo ensaio, as relações entre Estado e Capitalismo (*Ibid.*, p. 83-87) e sobre o liberalismo no Brasil (*Ibid.*, p. 89-92). O Estado, abstendo-se de intervir

jurídica e politicamente na economia, deixa de ser livre diante das forças econômico-financeiras do mundo.

O Capitalismo, no decorrer do século passado, exerce sobre o Estado três ações sucessivas: 1º - aceita o seu abstencionismo econômico, *na medida em que lhe é útil*; 2º - Obtém a proteção alfandegária para competir no mercado internacional; 3º - Internacionaliza-se, dominando todos os Estados. (*Ibid.*, p. 83).

O “proteccionismo” é o primeiro caso da colaboração direta entre o Capitalismo e o Estado Liberal, tornado eufemismo pela expressão “nacionalismo econômico”, que, em realidade, projeta apenas minorias e elites econômicas no plano internacional, com o apoio do Estado. Ao final, estas indústrias, apreciando a perda de energia concorrencial no mercado interno, “se uniram em *trusts*, em *cartels*, em *rings*, em *corners*, dividindo amigavelmente o mercado nacional.” (*Ibid.*, p. 84). Disso decorre que as lutas coloniais são basicamente lutas pela apropriação de mercados consumidores.

Reale aponta ainda o gérmen que culminará na obra complementar ao Estado Moderno, “O Capitalismo Internacional”, uma polêmica levantada com relação à obra de Lênin “Imperialismo, última etapa do capitalismo”, sustentando que, em realidade, seria o Capitalismo Internacional a última etapa do Capitalismo, já então superado o *modus operandi* do Imperialismo.

O *imperialismo* não é a última fase do capitalismo, como pensou Lenine. No mundo ocidental, ele ainda existe, mas há outra força bem mais poderosa, a qual não pertence a Nação alguma e está acima das Nações: o *supercapitalismo financeiro*. (*Ibid.*, p. 85).

Justificando, preliminarmente, a necessidade de um Estado Interventor na economia, centralizado politicamente e descentralizado administrativamente, Reale faz uma crítica do capitalismo financeiro. Há, segundo esta análise, um afastamento entre o produtor e o capitalista. Quem dirige a produção, nestas circunstâncias, é um representante de vários capitalistas – eis que o capital está desatrelado do organizador imediato das empresas. A conclusão é a de que, já na década de 1930, havia se passado de um capitalismo meramente

industrial para o capitalismo financeiro. O capitalismo supranacional “serve-se do Estado, com o seu exército, a sua política e a sua diplomacia, como quem maneja um boneco.” (*Ibid.*, p. 86).

Tão logo Reale critica o capitalismo financeiro, automaticamente considera que é a “raça judaica” que se encontra em seu núcleo operante. Afinal, tem-se que “O Estado, hipotecado em uma longa série de empréstimo, é um simples empregado do Estado supranacional-capitalista, cujos primeiros-ministros são quase todos da raça judaica.” (*Idem*, grifo do autor). A conclusão desemboca, como usual, no mundo das finalidades da ação integralista: “é necessário reunir as forças nacionais para a defesa verdadeira da Nação. Defender a Nação significa combater violentamente o capitalismo.” (*Ibid.*, p. 87).

O segundo ensaio se encerra com considerações nacionalistas e críticas acerca da entrância do liberalismo no Brasil. Reale não se furta, inclusive, de citar Plínio Salgado para justificar os efeitos do transplante acrítico da teoria liberal para a cultura brasileira, sem proceder-se com a devida “transculturação” da teoria, ou seja, adaptá-la às condições locais. O meio é que forçosamente, por obra de uma elite oligárquica e de seus representantes liberal-democratas, acabou por ser amoldado à teoria, de modo a salvaguardar as velhas estruturas de poder remanescentes.

Juridicamente soberano, o Estado liberal viu roubada esta soberania pelos sindicatos obreiros e capitalistas.

Abstencionista, foi obrigado a interferir na economia como empregado desta ou daquela parcela do povo.

Representante da Nação, passou a representar forças antinacionais, fragmentando-se no domínio dos partidos. (*Ibid.*, p. 89).

Enquanto as nações nas quais o liberalismo floresceu guardavam “longa tradição de vida organizada e hierárquica”, o que acabou por produzir “uma soma de ordem, de obediência tácita, de disciplina hereditária” (*Ibid.*, p. 90)<sup>76</sup>, no Brasil o liberalismo “foi um ato de passividade ante as forças da terra” (*Ibid.*, p. 91), já que nosso povo não era dado à auto iniciativa, dependendo sempre de força impositivas e da autoridade para construção da nação. Ao tempo da Independência, a

---

<sup>76</sup> E aqui Reale explica porque na Itália, em França e na Inglaterra estas teorias teriam sido apreendidas e bem aplicadas.



despeito de guardarmos coesão territorial e unidade linguística, além de “sentimentos semelhantes dominando as diferenças raciais”,

Não éramos Nação, porque nos faltava a *consciência comum de querer*, isto é, capacidade de agir conjuntamente obedecendo às mesmas leis. Tudo exigia autoridade, governo com finalidades firmes para criar nas populações brasileiras o hábito da vida associativa.

[...] “O nosso senso de liberdade, escreve Plínio Salgado, vinha da própria lição das distâncias geográficas.” [...] “Não havia uma liberdade a conquistar, como na Europa: aqui, ao contrário, havia um conjunto de deveres a criar, pois a liberdade era ilimitada e se realizava sem esforço na amplitude da terra virgem” (*Idem*, grifo do autor).

Note-se que as colocações eram propícias e não despropositadas. Como toda a obra integralista intentava, acima de tudo, a arregimentação de militantes, pode-se perceber, em passagens como esta, o esclarecimento da doutrina do movimento: o necessário a um país de “liberdade ilimitada”<sup>77</sup> era, em realidade, a criação de um conjunto de deveres que unisse e conjugasse os esforços dos brasileiros no atingimento de um fim comum. Liberdade ilimitada como premissa, restava disciplinar, ordenar e hierarquizar a força humana, dando-lhe um sentido político que antes não existia.

Conclui-se, novamente, que o segundo ensaio elenca os tópicos acima expostos, como: autoritarismo (1); proposta de síntese (2); ideia de compartilhamento (5); nacionalismo (6); Estado Interventor acima das classes (8); identificação dos inimigos (11), sobretudo os liberal-democratas ou “demoliberais”, bem como a “raça judaica”, “primeiros-ministros” do capitalismo financeiro; convite à ação e tom panfletário, visando à arregimentação de quadros dirigentes e militantes hodiernos (12).

O terceiro ensaio é a última empreitada real para criar um ambiente intelectual e histórico propício para a apresentação da “boa

---

<sup>77</sup> Por certo forjada e inventada, já que a história da escravidão no Brasil é capaz de negar tal ilação. Neste sentido, cf. a obra “DUARTE, Evandro Charles Piza. **Criminologia & racismo**: introdução à criminologia brasileira. Curitiba: Juruá, 2006.”

nova” integralista. Nele, Reale apresenta as fontes do fascismo, o sindicalismo de matiz socialista, a congregação entre nacionalismo e socialismo (que na Alemanha resultaria no nazismo), e, finalmente, “A obra de Mussolini”. Por certo o objetivo deste ensaio é também duplice: primeiro, assegurar que o quadro de história das ideias apresentado se complete com a alternativa fascista, imprópria como solução política para o Brasil, contudo; segundo, assegurar a originalidade do movimento integralista perante os fascismo e nazismo (ponto 10 da lista supracitada), o que, na verdade, só vai ocorrer no último ensaio, devido a alguns “pecados analíticos” ou “juízos sintéticos *a priori* mal-colocados”.

Abranger a totalidade das manifestações estatais é o objetivo primevo do Estado Integral – conquanto seja apresentado como diferente do “Estado Totalitário” fascista e nazista. Daí que a concretização da Nação (identificada com Estado) como organismo ético, econômico e político não pode ser empreitada que focalize o ponto de vista exclusivamente jurídico (lembrando-se que Reale está aqui polemizando com sua leitura juvenil de Kelsen, criticando seu normativismo lógico-formal). (*Ibid.*, p. 95).

Citando Vicente Ráo, então professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Reale apresenta o fascismo, o hitlerismo e o bolchevismo como possuidores de fontes comuns: a) socialismo sindicalista, b) doutrina do direito objetivo, c) teoria e técnica moderna da violência. (*Idem*). Neste ensaio, Reale dedica-se com mais intensidade à descrição dos caracteres elementares do Estado Corporativo, forma do Estado Integral. Segundo sua apresentação, seria obra do fascismo separar do fenômeno sindicalista as explorações e apropriações políticas que em torno dele se fizeram. Neste sentido, o sindicato não pode funcionar como instrumento de partido ou de classe, mas deve estar entrosado no organismo geral do Estado “para efetuar a participação direta dos produtores nas esferas governamentais.” (*Ibid.*, p. 96).

Na Democracia liberal, a *soberania* é atribuída teoricamente à Nação, o que quer dizer que pertence à totalidade dos indivíduos (*na realidade, a soberania é de poucos indivíduos que se impõem pelo dinheiro ou pela astúcia...*) e só por reflexo se consubstancia no Estado. (*Ibid.*, p. 97).

Reale critica as concepções liberais clássicas em que todas as relações jurídicas reduzem-se no binômio indivíduo Estado. Nada

mudaria, portanto, se em lugar do indivíduo se colocassem os sindicatos, pois assim o Estado figuraria como “simples órgão de ligação das profissões organizadas.” o que, “Como se vê, é precisamente o contrário da concepção totalitária ou integral do Estado.” (*Idem*). Note-se o pecado de desdiferenciação que o jovem Reale comete: o Estado Integral não é demonstrado, aqui, paralelamente ao Estado Totalitário, superando-o – mas, sim, como sinônimo deste.

Este sindicalismo seria, portanto, uma transposição do grupalismo para a lógica do individualismo num ambiente liberal. Por consequência, Reale passa a exaltar o caráter totalitário e orgânico do fascismo italiano: “Sem essa mudança de atitude, o observador arrisca-se a fazer abstração precisamente do que é novo e universal no Fascismo: o realismo *orgânico* e *totalitário*.” (*Ibid.*, p. 98). “*Sindicalismo, nacionalismo e estatismo na doutrina fascista se fundem*.” (*Idem*), e, em suas memórias, Reale vai dizer algo semelhante relativamente ao Integralismo: “*nacionalismo, corporativismo e autoritarismo* determinaram, no seio da AIB, diversas diretrizes de pensamento [...]” (REALE, 1987a, p. 75). O Integralismo congregava equivalências com o fascismo italiano: nacionalismo, sindicalismo/corporativismo, estatismo totalitário/autoritarismo.

A identificação/equiparação entre Estado e Nação também parece ter sido importada da obra de Mussolini. Ele mesmo é citado por Reale ao dizer que “‘É o Estado que, transcendendo o limite breve das vidas individuais, representa a consciência imanente da Nação’”. (REALE, *op. cit.*, p. 99). O proletário não escapa à análise de Reale – esquecido e desprezado na política liberal, tornar-se-ia sujeito de reais direitos na política fascista: “Tem porventura um trabalhador isolado e soberano da Democracia liberal as garantias que possui o trabalhador fascista como membro de um sindicato, integrado no Estado, sujeito de direitos reais e não de direitos hipotéticos?” (*Ibid.*, p. 99-100).

A equiparação/identificação do Integralismo com fascismo e nazismo ganha contornos claros. “No *regimen* fascista, integralista ou hitlerista, o indivíduo deve exercer direitos até onde a sua capacidade permite.” (*Ibid.*, p. 100). Contra a existência de partidos que funcionam como “*sindicatos exploradores da matéria-prima eleitoral*”, Reale vai sustentar que o fascismo, longe de ser uma negação do Direito, “*é a mais notável afirmação jurídica do nosso tempo*.” (*Idem*). E elogia a elegância com que Adolf Hitler ascendeu ao poder, aproveitando a “única” utilidade de um regime democrático formalista:

O chanceler do Reich subiu ao poder com uma elegância única: serviu-se do voto soberano... e secreto, revelando ao mundo a última utilidade de um *regimen* democrático formalista. (*Ibid.*, p. 101).

Nota-se que a alegada originalidade do Integralismo face aos seus equivalentes europeus é deixada de lado neste ensaio. Aqui, interessa mais ao autor ressaltar os benefícios dos fascismo e nazismo em detrimento da lógica da democracia liberal representativa e de sua incapacidade de conter, ou gerir, as vicissitudes e idiossincrasias de uma economia capitalista. Daí exaltações deste porte, que foram reproduzidas, conforme se verá, por meio de imagens e da iconografia no jornal Acção.

“A obra de Mussolini” mereceu seção específica neste terceiro ensaio, sendo o *Duce* apresentado como “arquiteto genial” que pôs em prática as lições de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Benedetto “Croce, Gentile, Bergson”. (*Ibid.*, p. 121). O estratagema de arregimentação da juventude levada a cabo pelo fascismo italiano também fora implementada no Brasil pelo Integralismo. Este feito “extraordinário” é lembrado por Reale, citando também Plínio Salgado:

O que Mussolini fez de mais extraordinário foi reatar a linha humanista rompida pelo naturalismo social, e conclamar a mocidade para viver intensa e heroicamente a vida. O *Duce* representa, antes de mais nada, a afirmação do valor humano, do nosso poder de domínio e de conquista, sustentando o caráter ético das revoluções.

Meditando sobre o Fascismo, [...] sabemos dar razão a Plínio Salgado quando diz:

“Cada civilização é uma conciliação entre o determinismo da história e o arbítrio individual, da qual tira os efeitos necessários, o Gênio Político, o Homem de Ação.

Toda Revolução se dissolve na anarquia, na ruína total, se não encontra o seu 18 de Brumário.

O 18 de Brumário não é um golpe de morte sobre a Revolução, é a própria revolução que encontrou o seu centro de equilíbrio”. (*Ibid.*, p. 121-122, g.n.).

A convocação à ação é estratégia de arregimentação, conforme já exposto. A novidade desta passagem é a exaltação ao caráter de dominação e conquista que Mussolini representa para o mundo, servindo de exemplo e paradigma ao militante integralista. Somente o “gênio político, o homem de ação” poderá manipular o “determinismo da história” segundo seu arbítrio individual – somente estes homens são capazes de dar direção e sentido aos movimentos revolucionários: sem eles, as revoluções degingolam em anarquismo e ruína. Este discurso ideológico não visa senão a demonstrar ao interlocutor, seja militante, seja simpatizante, a capacidade de transformação que possui – desde que, é claro, pertença ao movimento integralista.

O ensaio é encerrado delimitando-se, em tópicos, os princípios fundamentais que o estudo das razões históricas e sociais do fascismo italiano, bem como a obra de Mussolini e suas apropriações teóricas, revelam – princípios que podem ser devidamente apropriados pela doutrina integralista, eis que confabulam “rumo seguro para o Estado Integral”:

- a) Não existe antagonismo entre Liberdade e Autoridade;
- b) Não existe antagonismo entre Sociedade e Indivíduo;
- c) Não existe antagonismo entre Nação e Humanidade;
- d) Só existirá antagonismo entre as classes nas sociedades que permitam a anarquia das forças econômicas (ou seja, onde não haja Estado Interventor);
- e) “É impossível a igualdade entre os homens. Realizar a justiça não é nivelar as aptidões pessoais, mas sim dar possibilidades iguais a capacidades iguais”, apregoando-se uma justiça distributiva;
- f) A propriedade privada é *conditio sine qua non* para o desenvolvimento econômico. (*Ibid.*, p. 122-123).

Aqui se encontram, também: autoritarismo (1); proposta de síntese (2); importância dos intelectuais na condução dos rumos da Nação (3); apresentação do Estado Integral (4); nacionalismo (6); Integralismo como alternativa de terceira via (7); Estado Interventor (8); mais identificação de inimigos (11); convite à ação e tom panfletário (12). Agora, pontos como a ideia de compartilhamento (5), substituição dos partidos pelos sindicatos e corporações (9) e originalidade do

Integralismo em relação a fascismo e nazismo (10) ganharão notório destaque no derradeiro ensaio, "Fundamentos do Estado Integral", apresentando-se o que é o Integralismo no Brasil.

Seria correto dizer, não sem uma ligeira ironia, que os três ensaios estão integrados no último. O último ensaio poderia, inclusive, ter existência autônoma e independente, como de fato ocorreu, na medida em que Reale reelaborou as ideias de sua principal obra integralista nas obras de divulgação da doutrina, simplificadas e de contornos mais panfletários. Assim, suas partes remetem a temáticas já trabalhadas.

"Conceito de Estado" tem ligação com o primeiro ensaio, podendo ser analisado em cotejo com as lições da Teoria Tridimensional do Direito e da obra "Fundamentos do Direito". "Estado Ético" é uma retomada das ideias fascistas de Mussolini e da *Carta del Lavoro* para pontificar o "reino dos fins" e, não obstante, a fusão dos mundos do ser e do dever ser numa integração não despropositada. "Economia Dirigida" trata do Estado Interventor e do Estado Corporativo. "Democracia Integral" reinstala a problemática partidária, pontuando a necessidade da elisão dos partidos e sua substituição pelos sindicatos e corporações – ou seja, a democracia integral nada mais é que o sinônimo do corporativismo na doutrina integralista.

"Evolução do sindicalismo" faz a distinção crucial entre o que vem a ser o sindicato num ambiente de democracia liberal e o que ele se torna numa doutrina fascista ou integralista, vinculado organicamente ao Estado e possibilitando a representação profissional no bojo do aparelho governamental, momento em que os trabalhadores, em razão de seu ofício, poderiam participar diretamente da legislação estatal. "O Integralismo e o Brasil", finalmente, trata, inicialmente, do isomorfismo entre o discurso integralista e o fascista, havendo semelhanças de ideologia, conquanto, na prática, sejam diferentes, salvaguardadas as especificidades da cultura brasileira. Além disso, é aqui que a originalidade do Integralismo é apresentada e sustentada.

Para Reale, os diferentes modos de se conceber a unidade estatal e de conceituar esta unidade estão refletidos na Teoria Geral do Estado. Deveria haver uma "distinção fundamental que se deve fazer da unidade em mecânica e orgânica, considerando cada uma delas, respectivamente, como termo inicial e termo final de um dado processo evolutivo". Ora, enquanto na obra "A República", Platão elabora uma concepção unitária do Estado como um todo homogêneo em que não estariam discriminadas as partes componentes – tese que, para Reale, é idealista, na medida em que sustenta a condução da organização social por sábios,

os filósofos, apresentando-se um Estado “amorfo, indiferenciado, desorgânico. Impossível de ser realizado porque ideologicamente perfeito.” – é somente com Aristóteles que o Estado vai se tornar uma fusão de meio e fim, e não um plano ideal a ser concretizado. (*Ibid.*, p. 127-128).

“O ideal da unidade pura” é, segundo Reale, uma constante na história do pensamento político. Em Rousseau, a unidade estatal confundir-se-ia com a “*vontade geral homogêna*”, calcada na concepção mítica da alma coletiva. Para Kant, o Estado, enquanto unidade jurídica e reino de fins para homens hipotéticos “desprovidos de sensibilidade”, já que tomados pela soberania da razão pura, é concebido através da mesma metafísica. Em Comte, com seu sociologismo radical e em Marx, em que o Estado aparece meramente como unidade econômica, suceder-se-ia o mesmo. “a República de Platão transposta do idealismo para o materialismo...” (*Ibid.*, p. 128).

Já em Aristóteles o Estado funciona como a realização do fim supremo do homem: autarquia. “O homem, como indivíduo, é um fragmento, cujo significado só se revela inteiramente ao integrar-se no Estado.” (*Idem*). Veja-se, pode-se superpor as concepções para averiguar sua similaridade. O fato social e historicamente determinado é um fragmento, cujo significado normativo só se revela inteiramente ao se integrar ao valor último de um Estado Ético. O raciocínio, destarte, parece aproxima-se com aquele elaborado na Teoria Tridimensional. Enquanto o homem precisa se integrar ao Estado para atingir sua autarquia, o fato precisa se integrar ao valor para se tornar norma.

Quando Reale resolve fundir meio e fim, nada mais faz que fundir ser e dever ser, algoritmo em que o meio funciona como concretude determinada social e historicamente – ser –, e no qual o fim representa a finalidade ética última que justifica a tomada para ação – isto é, o dever ser. Com esta operação, Reale desfaz a antítese entre indivíduo e Estado, já que ambos são meio e fim, simultaneamente. Veja-se:

Estado e indivíduo são simultaneamente meio e fim: o indivíduo encontra no Estado os meios de alcançar a autarquia, isto é, o desenvolvimento completo da personalidade; e o Estado, mediante os indivíduos, realiza a síntese dos valores, dos deveres comuns. (*Idem*).

Se o Estado realiza a síntese dos valores, dos deveres comuns, é, notoriamente, o mundo do dever ser. Este mundo só se viabiliza mediante os indivíduos – o ser. O indivíduo, contingência material da existência, só adquire sua soberania existencial com o desenvolvimento completo da personalidade – que só pode se viabilizar mediante o Estado, dever ser. Ser e dever ser estão, para o jovem Reale, inexoravelmente implicados. A autarquia é o resultado da integração do indivíduo ao Estado. A norma é o produto da integração de um fato a um valor. A norma é a autarquia: o indivíduo é um fato, e o Estado, síntese de valores. Estão conectadas, assim, duas décadas de pensamento, de 1933 a 1953. Estão conectadas, numa narrativa histórica das ideias, “O Estado Moderno” e a “Teoria Tridimensional do Direito”.

Adiante – ou, talvez, “Avante”.

Reale parece reclamar a originalidade do Integralismo, paradoxalmente, invocando sucessivas vezes a obra de Mussolini – tanto a obra política quanto a obra intelectual, ou seja, seu saber-poder – e, inclusive, a “Carta do Trabalho”, documento no qual os próprios manifestos-programa do Integralismo se apoiavam. Uso “manifestos” no plural por referência simultânea ao Manifesto de Outubro e ao Manifesto-programa da Ação Integralista Brasileira à eleição presidencial de 1937. A inspiração não se torna mais um termo adequado: urge que se utilize expressões como “similaridade” ou mesmo “analogia” para se explicar a utilização das fontes fascistas na definição conceitual do Integralismo.

O conceito de orgânico de Estado reaparece depois da Grande Guerra, opondo-se ao Estado mínimo, mera abstração jurídica da ideologia liberal. Voltamos a Aristóteles também em política. É a concepção que anima a “Carta do Trabalho” do *regimen* fascista, onde está disposto que “a Nação é um organismo, com fins, vida e meios de ação superiores em potência e duração aos dos indivíduos separados ou agrupados que o compõem. É uma unidade moral, política e econômica que se realiza integralmente no Estado fascista.” (*Ibid.*, p. 129, grifo do autor).

A Nação como “organismo ético, político, cultural e econômico” é ideia explorada reiteradamente, e que pode ser averiguada em “Perspectivas Integralistas” (REALE, 1983c, p. 15). A ideia de que o Estado integra ou incorpora os indivíduos em sua finalidade última,



sendo ponto de ascese da espiritualidade do homem, é elaborada, como se viu, exaustivamente ao longo de “O Estado Moderno”, ganhando síntese quando Reale cita Aristóteles para apontar que o desenvolvimento pleno da personalidade do indivíduo é a autarquia. Vê-se, pois, que a tensão entre o Integralismo ser original ou ser caudatário já existia durante a vigência da AIB, não sendo característica particular das pesquisas vanguardistas sobre o tema.<sup>78</sup>

Reale retoma sua distinção entre unidade mecânica e unidade orgânica para apontar a diferença do Estado Integral para o Estado Totalitário. O conceito mecânico de unidade referir-se-ia à compreensão do todo de maneira absoluta, momento em que as partes componentes perdem seu significado e sua finalidade. Já o conceito orgânico de unidade reconhece “os valores *próprios* dos componentes no composto, aceitando a supremacia deste e lhe atribuindo também finalidades próprias.” (REALE, *op. cit.*, p. 130). Esta passagem também guarda relação com a Teoria Tridimensional, já que as partes integrantes “fato, valor e norma”, conquanto se reúnam integralmente na organicidade do Direito, podem ser compreendidas e avaliadas separadamente, guardando suas especificidades e finalidades próprias.

Citando Alfredo Rocco, principal teórico do Estado fascista, Reale demonstra a absorção absoluta do indivíduo pelo Estado Totalitário, que passa a instrumentalizá-lo, perdendo sua finalidade para se tornar meramente meio na consecução exclusiva dos fins do Estado. Segundo esta perspectiva, tal não ocorreria no Integralismo. A contradição reside em que, páginas atrás, Reale reclamava o sentido fascista da teorização para justificar o Integralismo; já agora, tal sentido afasta a teorização fascista da integralista. Para Reale, a despeito de Rocco mencionar a organicidade desta concepção, ela não passa de uma mirada mecanicista da unidade.

“A sociedade, escreve Rocco, não é a soma dos indivíduos diferentes que, em uma dada época, lhe pertencem. Ela tem fins e uma vida que supera os fins e as vidas dos indivíduos.

Esta concepção é uma concepção orgânica e histórica da sociedade que se opõe à concepção tradicional, atômica e naturalista, pois a sociedade é considerada em sua vida contínua que vai além

---

<sup>78</sup> Cf. CAVALARI, 1999; RAMOS, 2013; OLIVEIRA, 2010; CHASIN, 1978; TRINDADE, 1979; VASCONCELOS, 1979.

da vida dos indivíduos. O indivíduo não pode, por conseguinte, segundo a concepção fascista, ser considerado como sendo o fim da sociedade; *ele é apenas o meio*. Toda a vida da Sociedade consiste em fazer do indivíduo o instrumento dos seus fins sociais.” (*Idem*).

Mas Reale não se esquivava da necessária e devida deferência. Mesmo esta guinada do pensamento fascista tem sua razão de ser – com efeitos posteriores relevantes. Note-se como a pretensão totalitária do Estado fascista, em englobar todas as dimensões da existência humana e social dentro do aparelho estatal, mantém correlação com a pretensão da Teoria Tridimensional do Direito em trazer para seu arcabouço analítico as três principais expressões do Direito: o fato, o valor e a norma – e isto não apenas para uma compreensão ontognoseológica, é dizer, de uma perspectiva da teoria do conhecimento humano. Mas, sobretudo, numa apreensão do próprio estatuto ontológico do direito enquanto experiência e fenômeno.

Para readquirir a soberania plena, comprometida pelo liberalismo, o Estado viu-se obrigado a chamar a si todos os poderes, segundo a tão citada síntese de Mussolini: “Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado.” (*Idem*).

É com a miscelânea irrestrita de pensadores e conceitos, com o sincretismo de convulsão de pensadores quase antitéticos que Reale operacionaliza as adaptações necessárias para a aplicação do conceito de Estado fascista para sua aplicação no Brasil, através do Estado Integral. Eis que Reale, buscando salientar e dar respaldo intelectual a esta suposta originalidade aurida pelo Integralismo, cita até mesmo Pascal, uma de suas leituras da juventude.

Uma das características da *unidade orgânica* é precisamente esta de *integrar discriminando* [tal qual a Teoria Tridimensional]. O todo não deve absorver as partes (*totalitarismo*), mas integrar os valores comuns respeitando os valores específicos e exclusivos (*integralismo*). Mais do que nunca é necessário penetrar no significado da unidade orgânica, compreendendo-a como faz o espírito profundo de Pascal: “*La multitude qui ne se réduit pas à l’unité est confusion; l’unité qui ne dépend*

*pasde la multitude est tyrannie*". (*Ibid.*, p. 132, g.n.).

A "Cartilha do Integralismo" é citada para explicar a tomada do Estado como fim, na medida, única e exclusiva, em que representar o ideal comum, o que significa dizer que será fim quando se identificar com a Nação. Surge, aqui, a ideia de compartilhamento sendo reforçada, quase denunciando o próprio artifício de convencimento e arregimentação. Diria Foucault, baseando-se em Nietzsche, que se trata de um discurso cuja vontade de verdade se apresenta de forma tão explícita que não é capaz de ocultar sua vontade de poder. Discurso que pretende tão forçosamente aparecer como verossímil que é incapaz de ocultar a dinâmica de dominação em que ele próprio se baseia. Reale apresenta esta definição como síntese de direitos e deveres.

"A Nação é a reunião dos indivíduos que, em um mesmo território e sob uo mesmo poder soberano, possuem aspirações comuns, interesses interdependentes, um mesmo patrimônio espiritual e material, pertencente tanto às gerações que hão de vir como às gerações passadas e presentes. A Nação é uma cooperativa criada e mantida pela divisão do trabalho e pela comunhão dos afetos, um organismo ético, econômico, cultural e político". Síntese, portanto, de direitos e deveres. (*Ibid.*, p. 133).

Conquanto a citação a seguir pareça demasiado longa, ela é crucial para que se compreenda o caráter ideológico das definições integralistas, sobressaindo-se o "despertar" de um nacionalismo que se funda – quando na verdade se forja – nas ideias de compartilhamento. A unidade do Estado, mantida em virtude dos elementos a seguir declinados, estaria expressa também em princípios derivados destes elementos constituintes (princípios de continuidade, solidariedade, organização corporativa e unidade orgânica). Eis a conceituação final do Estado Integral.

"A unidade do Estado, escreve Bortolotto, é mantida em virtude:

1º) de elementos que surgem da natureza e da história (caráter nacional);

2º) de elementos que surgem do pensamento, das idéias e da cultura, constituindo a *consciência nacional*;

3º) de elementos que surgem dos interesses comuns e da utilidade geral (econômica nacional);

4º) de elementos que surgem das determinações da inteligência, formando a *vontade nacional*.” [...]

O Estado é, pois, um organismo complexo de *forma jurídica*, mas de conteúdo político-histórico, tendente a se identificar com a Nação, não *materialmente* no sentido de absorver os indivíduos e grupos, mas *espiritualmente* no sentido de exprimir os seus valores mais altos. (*Ibid.*, p. 133-134, grifo do autor).

Note-se que o tão criticado naturalismo, por ser determinista, retorna agora com outros contornos e outras finalidades (“1º” tópico); a consciência nacional só pode ser apreendida e expressada pela elite cultural dirigente no seio do aparelho estatal, conforme supramencionado (análise do “2º” tópico); a ideia de compartilhamento surge como sustentáculo discursivo (“3º” e “4º” tópicos). Mas estas diretrizes do “novo nacionalismo brasileiro” pontuam que ele era “alheio ao problema anti-semita do nazismo.”, muito embora o Estado fosse enfrentar, ao disciplinar a economia, “numerosas forças judaicas do capitalismo financeiro”. Todavia, esta luta seria mero reflexo da grande campanha anticapitalista “e nada terá que ver com preconceitos raciais.” (*Ibid.*, p. 134).

Sobre o “Estado Ético” como reino dos fins, novamente aparecem passagens semelhantes à futura teorização tridimensional. A concepção estatal supracitada apreciaria o homem num sentido totalizante, congregando a ele suas projeções morais. “Daí sua estrutura multidimensional e a sua expressão ética dominante.” (*Ibid.*, p. 137). Na Teoria Tridimensional também o momento axiológico, expressado pelo valor, é dimensão dominante. Se na Teoria Tridimensional a norma resulta da integração de um fato a um valor, na concepção integralista o Estado funciona teleologicamente na medida em que abarca o fato homem congregado de sua projeção moral, ou seja, de seus valores individuais.

Em “Economia dirigida”, parte do último ensaio que será desenvolvida de maneira mais densa na obra “O Capitalismo

Internacional”, Reale salienta a importância do Estado Interventor e dos mecanismos para consecução deste desiderato: elisão das agremiações político-partidárias para, em lugar delas, surgirem os sindicatos das categorias profissionais e as corporações/federações das várias categorias, todos atrelados organicamente ao Estado – sem, contudo, perderem sua autonomia na participação política e nos pleitos de caráter social.

Tal qual definido pelo artigo 9º da *Carta del Lavoro*, a intervenção estatal integralista se identifica com a intervenção fascista. Neste processo interventor é que o Estado Corporativo ganha forma.

“A intervenção do Estado na produção econômica tem lugar somente na falta ou na insuficiência da iniciativa privada, ou quando estejam em jogo interesses políticos do Estado. Tal intervenção pode assumir a forma de controle, de auxílio ou de gestão direta.” (*Ibid.*, p. 143, g.n.).

O Estado integralista, como decorre do que acabo de expor, pode agir de três modos diversos, segundo a importância e a complexidade dos fenômenos econômicos. Cumpra-lhe estimular, controlar ou gerir diretamente o ciclo econômico. (*Ibid.*, p. 146, g.n.).

Impõe-se a organização das classes produtoras para defesa real de seus direitos, criando o *Estado Corporativo*, uma vasta organização de Cooperativas de Produção e de Consumo que completem os organismos sindicais [...]; (*Ibid.*, p. 147).

A elisão dos partidos e a estruturação do Estado Corporativo são as temáticas-chave da seção “Democracia Integral”. Fazendo um quadro da República Velha, com certas características remanescentes e, mesmo, reforçadas após o advento da Aliança Liberal (tese encabeçada por Sodré), Reale vai sustentar que a soberania da Nação está fracionada entre: a) organismos econômicos (ocultos ou manifestos); b) distritos eleitorais; c) diretórios de partidos e grupos com poder político-econômico.

As decisões do Parlamento deveriam refletir os interesses totais da Nação. Mas não é o que se dá. O deputado é obrigado a se curvar ante as

exigências do distrito eleitoral que o submete a servidões de ordem econômica, pessoal e política. Ao mesmo tempo, deve obedecer às ordens dos conselhos partidários que são os que organizam a lista dos candidatos e os impõem à massa eleitoral, ora pela força material, ora pelas artimanhas da propaganda inteligente. Não é o talento, não é a competência que triunfa, mas quem pode dispor de meios para encher as paredes de cartazes de efeito, comprar homens da Imprensa e esparramar promessas através do rádio, com o fito de criar, em torno de sua pessoa, o que poderíamos denominar “aura eleitoral”. (*Ibid.*, p. 150, g.n.).

As estratégias de debate político da época, como a utilização da mídia impressa, da rádio e da propaganda, serão aproveitadas pela AIB. Aliás, o próprio Reale também o fará, na medida em que dirigiu o jornal “Acção” e a revista “Panorama”, bem como realizou várias excursões para sessões doutrinárias, além, é claro, de falar também na rádio, junto de outros líderes (REALE, 1987a, p. 95-103).

Esta transformação da concepção de Estado e de Democracia vai também modificar a natureza jurídica do sindicato, passando a ser, na doutrina integralista, pessoa jurídica de direito público – e não mais de direito privado. (REALE, 1983b, p. 160). Reclamando o retorno aos “grupanismos”, em detrimento da representação meramente geográfica dos distritos e municípios estaduais, o homem necessita ser representado a partir de suas origens no seio da família, do grupo profissional, do meio físico-social e da pátria (*Ibid.*, p. 142).

Colocado o sindicato na base do Estado, ele deixa de ser uma pessoa de direito privado para ser uma *pessoa de direito público*. Ao mesmo tempo, a corporação, que representa a produção, passa a ser órgão institucional do Estado, tanto como o município e a província.

É nestes círculos novos, *grupelistas e não mais geográficos*, onde o voto representa um interesse e uma aspiração, que a Democracia real tem as suas raízes. [...]

O Estado é uma pirâmide do ponto de vista do exercício da autoridade: democrático na base, nele

deve ir diminuindo a participação direta do povo à medida que se elevam os problemas a planos mais altos e mais complexos. [...]

“O cidadão no sindicato municipal, o sindicato municipal nas associações provinciais e nacionais, estas na corporação, a corporação dos grandes ramos da produção e de categoria no Conselho Nacional das Corporações, este último na Câmara Corporativa, toda esta sucessiva cadeia em forma de pirâmide, escreve um jurista, é a representação mais pura e integral dos produtores, desde o operário ao chefe da indústria”. (*Ibid.*, p. 154, g.n.).

Discutindo a “Evolução do sindicalismo”, Reale retoma a Revolução Industrial inglesa para demonstrar como, no passado, o sindicato era sempre instrumentalizado por e para interesses privados. Em oposição a eles, surgiram os *trusts* e cartéis. Mas, segundo o autor, é precisamente uma “*transposição para o plano do direito público de muitas relações até agora pertencentes à tela do direito privado*” (*Ibid.*, p. 160) aquilo que melhor caracteriza o direito moderno. Assim, para Reale, o Direito, em sua expressão moderna, aloca no bojo do aparelho estatal esferas da vida privada – afinal, o fascismo “*é a mais notável afirmação jurídica do nosso tempo.*” (*Ibid.*, p. 100).

Neste sentido é que o sindicato adquire múltiplas funções: função política (como base de representação nacional); função econômica (já que a corporação “realiza a disciplina integral, orgânica e unitária das forças produtivas”); função ética (posto que inspirada na solidariedade dos grupos no seio da Nação); e função cultural (pois é de sua incumbência a promoção do desenvolvimento intelectual dos indivíduos) (*Ibid.*, p. 162).

Ou seja, a nova concepção do sindicato como pessoa jurídica de direito público é a principal ferramenta para a integração total da vida do indivíduo e de sua existência espiritual dentro do aparelho estatal. Isso porque a Política Integral (que integra política e moral) “sintetiza a Idade Média e a época moderna, porque a primeira só teve a corporação, e a segunda só teve o Estado; e o integralismo não compreende Estado sem corporações.” (*Idem*). Eis o Reale integralista e tridimensionalista: senhor das sínteses.

Finalmente, “O Integralismo e o Brasil”, última parte da principal obra integralista de Reale, trata de conferir o estatuto de originalidade do Integralismo perante seus congêneres europeus. Pontificando o

isomorfismo de que trata Foucault, o jurista afirma que “Só é duradoura a edificação política inspirada no espírito de sua época, e decorrente da adaptação de tendências universalmente dominantes às condições específicas do meio sociológico-histórico.” (*Ibid.*, p. 163, g.n.). O triunfo de governos fortes, supostamente capazes de congregar a energia da Nação para um objetivo, só seria possível na união de “vozes novas e distintas à sinfonia das vozes mundiais.” (*Idem*). Efetivamente, o Integralismo, fascismo brasileiro, constantemente dialogou, teórica e politicamente, com os regimes de Portugal, Alemanha e, sobretudo, Itália.

Interessante notar como o Integralismo forjava, mediante as obras de seus líderes, uma coesão nacional, articulando todos os estados (reduzidos a províncias em sua perspectiva) para a confecção de uma ideia originária e uma finalidade última conjugadas. O mito da comunhão total de interesses, sustentado pela ideia de compartilhamento, é exposto nesta seção. O ideal para e da Nação só se daria a partir da articulação do “nordestino triunfante”, do “sulino desbravador”, do “gaúcho que completa a economia”, do “garimpeiro que reata a mineração do passado”.

Nossa afirmação econômica implica o problema de valorizar o Homem. Não valorização apenas no sentido eugênico e no da especialização técnica, mas sobretudo no sentido de criar um ideal para a Nação, de acordar no que reata a mineração do passado, do gaúcho que completa a economia das províncias. Só assim poderemos aproveitar a potencialidade criadora do sulino desbravador do sertão no plantio do café e do mate, do garimpeiro que reata a mineração do passado, do gaúcho que completa a economia dos trópicos com as suas culturas mediterrâneas, do nordestino que penetra triunfante no labirinto amazônico. (*Ibid.*, p. 164, g.n.).

Para quem “Até a *luta de classe* é uma criação do governo” (*Ibid.*, p. 165), todas as nuances da situação nacional davam causa para a degradação e corrupção sistêmicas ainda jacentes, e, não obstante, justificavam de guinadas centralizadoras para sua solução imediata. Somente no Brasil, dada sua conjuntura e especificidade cultural, seria possível o “*corporativismo puro*”, diferenciado do corporativismo italiano ou português. (*Ibid.*, p. 166). Já relativamente aos partidos,



Não se conseguirá nunca reerguer a Nação, mantendo os atuais quadros partidários, formados em função dos descontentamentos pessoais e entrincheirados nas fronteiras das províncias. Desde o município até a União, nossa vida política tem sido uma vida de clãs [alusão ao “coronelismo”]. Pseudoliberal na crosta litorânea, como escreveu Plínio Salgado, o Brasil mantém-se feudal na vastidão do interior (*Ibid.*, p. 167).

Qual seria a solução para o Brasil? A busca e a concretização de um ideal. Obviamente, o ideal integralista. Nossa “grande revolução” deveria se iniciar pela revelação de um rumo. Este ideal pregado pelo Integralismo é um ideal de Nação – que, noutras palavras, é um projeto de poder e um programa de governo bem delimitados. Enquanto a civilização tropical busca seu ideal, “cheia de delicadeza e de espiritualidade cristã” (*Ibid.*, p. 168), o mundo vive sua convulsão universal eivada de particularidades, afinal,

A Alemanha alimenta o sonho poderoso da Raça; a Itália, o sonho maravilhoso do Império; a Inglaterra estende o olhar pela vastidão dos mercados e das conquistas; a América do Norte empenha-se na organização para dominar a Máquina; a Rússia se embuça no sacrifício proletário; e a França já se agita para reafirmar seus valores mais altos.

E nós?

O problema brasileiro tem uma incógnita: O Ideal.  
(*Idem*, grifo do autor).

Parece mesmo que o Integralismo resolvia a situação brasileira e realizava sua campanha de arregimentação política segundo uma estratégia literária grega. A estratégia consistia, assim, em formular a solução de uma tragédia quase inexplicável. O Integralismo realizava, no Brasil – segundo os próprios integralistas – o feito que Édipo realizou para salvar Tebas: a decifração do enigma da Esfinge. A Esfinge brasileira seria o vácuo ideológico e a intensificação da lógica política da República Velha, que não encontraram devida resolução depois da Revolução de 1930 com o advento da Aliança Liberal.

Solucionar esse enigma, esta incógnita de qual Ideal deveria ser buscado diante de tamanha desordem social e espiritual, era a tarefa

edíptica do Integralismo. Forjar o medo e a dúvida em torno de um Brasil em crise, país que poderia devorar o indivíduo mediante seu capitalismo e sua lógica político-partidária, só poderia mesmo desembocar numa solução heroica. Eis o Integralismo como a “boa nova” que faltava ao Brasil. Eis Plínio Salgado, condestável da Nação, habilitado para solucionar o enigma chamado Brasil. Eis a resposta ideológica para uma Esfinge inventada. Eis o discurso, como diz Foucault, como um acontecimento. Eis o discurso, como aponta Paul Veyne, como formulação última, *differentia ultima*, uma vez que “só alcançamos uma coisa em si através da ideia que dela construímos em cada época.” (VEYNE, 2008, p. 16).

“O Capitalismo Internacional” é menos um opúsculo para delinear maiores detalhes da “Economia Nova”, considerando fatores como trabalho, capital e inteligência, e mais um texto de caráter doutrinário para apontar insuficiências na economia socialista, no caso a soviética, sobretudo por com ela guardar a semelhança de Economia Interventora. Ora, se ambas as economias integralista e comunista possuem um programa de intervenção, é necessário que se delineie suas precípuas diferenças. A obra possui um público alvo. São as classes populares e os intelectuais orgânicos (no sentido gramsciano, e não integralista) a elas vinculados. “O livro que me propus escrever sobre ‘O operário e o Integralismo’ sai agora com este título” (REALE, *op. cit.*, p. 173).

Seu introito só pode ser atingido se, no caminho, combater uma obra análoga da organização “inimiga”: “O Imperialismo – fase superior do capitalismo”, de Lênin. Diz o prefácio que já não é mais o tempo de apresentar “meia dúzia de leis de assistência”, mas de abandonar “uma concepção materialista da existência que deu origem a um sistema econômico, no qual o Capital é o sujeito, e o Trabalho é o objeto da economia.” (*Idem*). Reale intentava “apresentar uma visão panorâmica e sintética da economia moderna” (*Ibid.*, p. 174), apta a funcionar complementarmente a “O Estado Moderno”.

A técnica é exatamente a mesma: passa pelo método da história das ideias, ao atropelo de certas contextualizações maiores. Basta apenas ligar, numa linearidade forçadamente cronológica, os vários desenvolvimentos de uma Economia que inexoravelmente se direciona rumo a um cataclismo. Surgem, doravante, o Fascismo e o Integralismo com seus *Stato Nuovo* e Economia Nova. Assim, a primeira parte trata da “Fisionomia do capitalismo”, sendo a segunda dedicada a “Crise de capitalismo e soluções que surgem”.

O Capitalismo tem uma definição própria para o Integralismo (*Ibid.*, p. 177-178), uma gênese historicamente verificável (a despeito da problemática em torno da “origem” em historiografia) (*Ibid.*, p. 179-182), fases comercial e industrial (*Ibid.*, p. 183-192). E, após traçar suas considerações particulares sobre propriedade, valor e direito de propriedade, Reale finalmente achega-se à temática do “imperialismo” e do “supercapitalismo”.

Segundo o jovem advogado, a primeira fase do desenvolvimento capitalista estaria na exploração do trabalho alheio para implementação da propriedade particular, na qual um indivíduo expropria do outro sua produção, mediante a mais-valia. Em seguida, verificar-se-ia uma luta entre capitalistas, detentores do meio de produção que construíram fábricas e tornaram o trabalho assalariado. A explicação simplista culmina na terceira fase do capitalismo, que encerra a concentração de fortunas na mão de poucos, fusão completa entre Estados e grupos financeiros nacionais e uma competição entre “esses ‘trusts’ de Nações” (*Ibid.*, p. 211).

Para Reale, o estudo que Lênin e outros marxistas fazem do imperialismo é uma aplicação de uma das teses fundamentais de Marx, para quem a concentração de capitais e das empresas é verificada com a proletarianização até mesmo de produtores médios e pequenos, aumentando a miséria e oprimindo a todos. (*Ibid.*, p. 211). Mas o que se verifica é, em realidade, que “Nunca a riqueza esteve nas mãos de tantos indivíduos.” (*Ibid.*, p. 213). A pequena propriedade teria triunfado sobre o latifúndio, tornando-se base da economia em países como França, Itália, Portugal e Holanda. São Paulo, que por essa lógica deveria ser a província de concentração capitalista mais acentuada era, na verdade, “a unidade da Federação que maior número de pequenas propriedades possui.” (*Idem*).

O que havia se concentrado não era o *modus operandi* empresarial, como previram Marx e Lênin. O que se deveria analisar na época era a centralização das fortunas – não ocorrera a concentração de capitais, mas sim a concentração de poderes econômicos. (*Ibid.*, p. 215). Haveria concentração de poderes econômicos porque, quanto maior fosse a empresa, mais seria sustentada por dinheiro público. (*Ibid.*, p. 216). Tais empresas se alavancariam com recursos estatais e, realizando fusões com outras empresas no ambiente internacional, voltar-se-iam contra esse mesmo Estado, pressionando-o cada vez mais por mais recursos.

Dáí que não haveria meramente a equiparação de forças econômicas com os Estados Nacionais, gerando, por via de

consequência, o Imperialismo, na disputa por novos mercados consumidores. Mais que isso, haveria a instrumentalização dos aparelhos estatais por entidades econômicas supnacionais, maiores que os próprios Estados em que se situam e do qual auferem recursos. Esta seria a fase da década de 1930, do supercapitalismo. “Geralmente é um grupo supercapitalista de caráter internacional, isto é, formado de capitais de todas as proveniências e localizado em vários países, que manobra os Estados como simples mandatários;” (*Ibid.*, p. 221).

A solução? A Economia Nova, corporativista, experienciada pelo fascismo (*Ibid.*, p. 245-255) e diferenciada do capitalismo do Estado soviético (*Ibid.*, p. 257-262), eivada no seio do Integralismo. Importa, neste trabalho, mais a estrutura das ideias elaboradas que propriamente o conteúdo desta obra. Basta dizer que a metodologia aplicada em “O Estado Moderno” é repetida para a conceituação da “Economia Moderna”. Ambos os livros reforçam a ideia do nacionalismo, principal motor ideológico do discurso integralista.

Em suas “Memórias”, Reale lembra também a obra do constitucionalista romeno Michail Manoilescu “O século do corporativismo”, uma superação da solução Fascista, que o autor considera coincidente com seu “Estado Moderno”. Refletia-se na primeira fase do fascismo italiano, “fase criadora”, junto do pensamento de Gentile e Del Vecchio. Autoritarismo, corporativismo, nacionalismo eram diretrizes de pensamento na AIB. (REALE, 1987a, p. 75).

“Defendia, em suma, a propriedade legítima contra o seu açambarcamento monopolístico, do qual as vítimas maiores eram os países pouco desenvolvidos.” Não obstante,

[...] contestava a tese de Lenin que apresentara o *Imperialismo* (ou seja, o predomínio econômico das grandes potências, na conquista do espaço vital) como sendo ‘a última fase do Capitalismo’”. Parecia-me, ao contrário – e os fatos vieram-me dar cada vez mais razão – que o Capitalismo vinha assumindo uma posição nova, de caráter transnacional, ao lado e até mesmo acima do Estado, convertendo-o em seu instrumento: era o *Capitalismo Internacional*, representado sobretudo pelas grandes instituições financeiras.

Eis o Super-Capitalismo, que inaugurou, segundo Reale, uma ordem feudal de novo tipo, “baseada, não na vassalagem a um imperador distante, mas a ‘centros de força’ de alcance universal,

através de operações de créditos, trustes, cartéis e oligopólios.” (*Ibid.*, p. 92).

A dimensão ideológica deste discurso é trabalhada por Marilena Chauí, conforme já mencionado, para quem a “imagem da crise” era o próprio tema mobilizador – e poder-se-ia dizer também de arregimentação – no discurso integralista. Tal qual analisado por Paul Veyne e Michel Foucault, interessa menos a vinculação do discurso com o real, a “coisa em si”, vez que essa apreensão é pretensiosamente impossível. Interessa mais avaliar de que forma o real é representado no discurso.

Eis o interesse pela dimensão ideológica: a representação do real que o texto veicula – e não a adequação/inadequação entre texto e realidade. Assim, deve-se balizar a análise pelos destinatários do discurso – e a representação cabível a este público alvo. “a que classe o discurso se dirige?”, indaga-se Chauí. (CHAUÍ, 1978, p. 34). Os homens fazem história em condições determinadas, afirma a filósofa – mas estas condições devem estar ocultadas pelos ideólogos, sobretudo os autoritários. Seria correto dizer, também, que as conclusões são legitimadas por premissas forjadas, inventadas. A ausência de premissas concretas

[...] engendra a debilidade teórica e sua contrapartida, isto é, a eficácia prática, pois, ausentes as premissas, o discurso torna-se normativo e programático-pragmático, o dever-ser ocupando, assim, o lugar do ser, e as técnicas de ação, o lugar do agir. (*Idem*).

Recorrer à “autoridade”, tanto teórica quanto prática, de pensadores e líderes europeus

[...] apenas funciona como todo pensamento autoritário, que sempre pede garantias para pensar e agir. O nacionalismo e o estatismo, antes de serem cópias grotescas de modelos europeus, e, nessa qualidade, impossibilitados de serem “reflexos” da realidade brasileira (uma vez que devendo criar a nação e o estado nacional, não podem “refleti-los”), são representações, fantasmas que exprimem uma situação real tal como é apreendida imediatamente pelos dirigentes e militantes: não são reflexos nem mentiras, não são cópias nem simulacros, mas pilares para a

elaboração de uma história imaginária que justifique a política integralista e permita seu reconhecimento pela classe a que se dirige. (*Ibid.*, p. 116, g.n.).

Antes de mais, a despeito das elucidações sobre o caráter ideológico do discurso integralista, a forja de situações socioeconômicas e políticas apocalípticas para a apresentação da boa nova miraculosa, emplastro para todos os males, é importante que se saliente que o nacionalismo não fora, efetivamente, um mote discursivo – e ideológico – do qual se apropriaram apenas os integralistas e outros intelectuais autoritários do período. De maneira que nacionalismo não é expressão exclusiva do autoritarismo, ou de uma suposta direita radical. Nacionalismo e autoritarismo, frise-se, não são indissociáveis.

O estudo acerca do “triunfo do nacionalismo”, de Lauerhass Jr. é suficiente para sustentar este ponto. Conquanto este triunfo dependera, sobremaneira, do seu caminhar “*paripassu* com o autoritarismo durante a vigência do Estado Novo” (FRANCO *In* LAUERHASS JR., 1986, p. 13), durante o período era possível identificar vertentes opostas se apropriando deste discurso, tanto na polarização AIB x ANL, quanto pelo nacionalismo pragmático de Vargas, que silenciou os nacionalismos radicais das duas maiores agremiações partidárias do período obtendo consensos entre o “novo” e o “velho”. (*Ibid.*, p. 12).

A tese de Lauerhass Jr. sugere que o nacionalismo fora, efetivamente, a ideia-motriz que guiou a transição da sociedade brasileira tradicional para a moderna. Desaparecida a Coroa, símbolo unificador do país, e chegada a República, com a consequente preocupação pela identidade nacional e sua importância política – e não mais meramente intelectual – é nos momentos de crise (proclamação da República, Primeira Guerra Mundial, Revolução de 1930) “que cresce a consciência dos problemas nacionais, procura-se soluções e busca-se um ideário ocupado em construir ou reconstruir a Nação.” (*Idem*).

Destarte, o “triunfo do nacionalismo”, sobretudo com o advento do Estado Novo de Vargas, representa, para Lauerhass Jr., a vitória contra a identidade familiar ou de clã, seguindo a orientação de Oliveira Viana. Era a vitória do nacionalista contra o coronelista – conquanto houvesse unidade de desígnios e interesses entre facções que disputaram o poder na década de 1930. O nacionalismo é entidade de feição dúplice, pois “é, ao mesmo tempo, tanto o mecanismo destinado a promover a consecução dos objetivos nacionalistas, como o processo ou estilo de sua realização efetiva” (*Ibid.*, p. 17). Tomado em conjunto, o

nacionalismo adquire realidade e efetividade não apenas enquanto ideia, mas como função (política) e fato (inexorável). Daí porque se manifesta em níveis distintos: ideológico, institucional e popular.

A “fragmentação facciosa” da década de 1930, e seu caos político-ideológico, fizeram com que se estreitasse a brecha existente entre políticos nacionalistas e intelectuais, havendo, a partir de então, uma crescente interação entre esferas antes incompatíveis. A integração do intelectual na política, ou a dependência da política de quadros técnicos, não é outra expressão senão da ideia de que o poder necessita do saber para se desenvolver. (FOUCAULT, 2002, pp. 49-51). Eis que a década de 1930 é salutar para a verificação crescente de estratégias políticas de saber-poder, como a que ora se verifica. Afinal, “por trás de todo saber, de todo conhecimento, o que está em jogo é uma luta de poder. O poder político não está ausente do saber, ele é tramado com o saber.” (*Ibid.*, p. 51). Era um consenso, portanto, que

À medida que aumentou a consciência social dos intelectuais e eles passaram a se preocupar mais com os problemas concretos que assolavam o Brasil, a vida cultural se integrou melhor na vida nacional em seu conjunto, e os intelectuais envolveram-se com mais frequência na política e na administração pública [...] Ao mesmo tempo, os políticos se voltaram para os intelectuais, ao buscarem o apoio ideológico necessário a dar legitimidade e fortalecer o novo regime revolucionário e ao iniciarem a execução de programas de regeneração e desenvolvimento nacional. (LAUERHASS JR., *op. cit.*, p. 83).

Não foi à toa, portanto, que, neste contexto, formas peculiares de discurso aumentaram, passando a ser utilizadas com maior sofisticação. O nacionalismo, de fins intelectuais e políticos, o saber-poder nacionalista, se expressava em formas peculiares, como os ensaios sociológicos, os estudos históricos, os opúsculos político-ideológicos, as investigações antropológicas e, até mesmo, os romances de fundo social (*Ibid.*, p. 86).

O sociólogo francês Pierre Bourdieu vai elaborar o mesmo problema através de outras noções. O saber-poder de Foucault, por obra de Bourdieu, é “especializado” – trata-se da noção de “campo”. Campo, para Bourdieu, é um espaço estruturado (mas também estruturante) em que figuram posições ou postos, cujas propriedades dependem de sua

posição em ditos espaços, e que podem ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes.

Noutras palavras, as propriedades de certa posição em um dado campo podem ser analisadas independentemente da pessoa humana que efetivamente ocupa esta posição. Não obstante: a ideia de campo permite que se estude a função de um posto de poder de maneira apartada da personalidade que ocupa este mesmo posto e exerce esta mesma função. Existe, portanto, um conjunto de prerrogativas e leis de funcionamento que regem o campo. (BOURDIEU, 1983, p. 119).

Um campo também pode se definir pelo “que está em jogo” e pelos interesses específicos que conferem sua identidade, que não são redutíveis a outros jogos e interesses de outros campos. Além disso, alguém que não tenha sido “construído” para participar de determinado campo não poderá conhecer e identificar este jogo, estes interesses e as leis que regem esta dinâmica. Para que o campo funcione é necessário que algo esteja em jogo e que exista gente disposta a jogar, e que, obviamente, sejam dotadas de um *habitus* que implica no conhecimento e reconhecimento das leis deste campo. O *habitus* de um filósofo é diferente daquele de um geógrafo. Os campos a que pertencem também são diferentes. Os interesses e técnicas de um não se assemelham aos do outro – daí que os campos de cada um guardam leis próprias de funcionamento. (*Ibid.*, p. 120).

Outro traço característico do campo é a comunhão de interesses, que viabiliza a própria existência do campo. (*Ibid.*, p. 121). As estratégias filosóficas são, portanto, para Bourdieu, uma relação inconsciente entre o *habitus* e um campo. Ou seja, Bourdieu quer salientar que a teoria do *habitus* fundamenta a possibilidade de se analisar um conjunto de práticas que não seja o método finalista, teleológico ou mecanicista. Neste sentido, o *habitus*, como sistema de disposições adquiridas por meio da aprendizagem de esquemas geradores, gera estratégias que podem estar objetivamente conformes aos interesses objetivos de seus autores, sem que tenham sido, contudo, concebidas expressamente com essa finalidade. (*Ibid.*, p. 125).

A ideologia nacionalista do discurso integralista se apresentava como salvadora por ocultar seu caráter autoritário. Um dirigente ou militante integralista seria capaz de arregimentar e convencer novos membros na medida em que apresentasse seu *habitus* de maneira desprestigiada. O objetivo declarado não era a arregimentação, que se quedava implícita, mas ocultada sub-repticiamente. O objetivo declarado era o fornecimento de uma nova visão de mundo, desinteressada – e, por isso mesmo, justa, adequada e coesa com a



realidade dos fatos. O *habitus* pode explicar como o discurso integralista perdia sua conotação ideológica para adquirir denotação fática, denotação de verossimilhança.

A noção de *habitus* pode ser utilizada também noutra conotação. Reale acostumou-se, com o passar dos anos, a rever a reavaliar constantemente suas idas e vindas no integralismo, suas incursões e excursões pelas mais variadas correntes de pensamento. Na medida em que Reale se deixou levar por esse *habitus* de filósofo, político, historiador e jurista – este conjunto de hábitos, comportamentos, técnicas, jeitos discursivos, procedimentos literários –, obedecendo as necessidades imanentes de seu campo e satisfazendo as exigências nele inscritas, já não sente mais que cumpre com um dever (seja ele de político integralista, seja ele de filósofo tridimensionalista). A ele também poderia ser aplicada a assertiva de Bourdieu segundo a qual o ator que age no campo “tem a ganância suplementar de se ver e ser visto como pessoa perfeitamente desinteressada.” (*Ibid.*, p. 126)<sup>79</sup>.

Realizando a distinção entre “campo de poder” e “campo intelectual”, Bourdieu vai sustentar que, por maior que seja a autonomia do campo intelectual, ele está determinado, tanto na estrutura quanto na função, pelo lugar que ocupa no interior do campo de poder. Sinteticamente: o campo intelectual está adstrito ao campo de poder. O campo integralista, dessa forma, encontra-se adstrito ao campo intelectual e ao campo de poder, sucessivamente, com suas leis próprias de funcionamento.

A ligação com os fascismo e nazismo, o autoritarismo, o ódio ao comunismo, todas estas características, quando apontadas em várias entrevistas, textos e debates, foram automaticamente rebatidas e justificadas pelo jurisconsulto adaptável, a despeito de não ser mais um dirigente da AIB. Isto seria, talvez, seu *habitus* integralista ganhando voz e discursando.

### 3.1.2 “Actualidades de um Mundo Antigo” e “Formação da Política Burguesa”

---

<sup>79</sup> “*Cuando la gente puede limitarse a dejar actuar su habitus para obedecer a la necesidad inmanente del campo y satisfacer las exigencias inscritas en él (lo cual constituye para cualquier campo la definición misma de la excelencia), en ningún momento siente que está cumpliendo con un deber y aún menos que busca la maximización del provecho (específico). Así, tiene la ganancia suplementaria de verse y ser vista como persona perfectamente desinteresada.*”

Bobbio escreveu um artigo em que discute “Intelectuais e vida política na Itália” pós-fascismo, em meados de 1954.<sup>80</sup> Bobbio queria encontrar uma “tarefa específica” do intelectual, a ser desenvolvida em países “em atraso”, segundo a qual os intelectuais tendem a se organizar num “*corpo novo*, simultaneamente benéfico e intruso, com pretensões de guias, de formadores de consciência, de educadores políticos e até se auto-representando como protagonistas da História.” (*Ibid.*, p. 35). Um provável distanciamento e desenraizamento da sociedade, na qual vivem como marginais, é onde reside o principal dilema do intelectual: guiar uma sociedade da qual simbolicamente não pertence.

nesses países é frequente aos intelectuais se envolverem mais profundamente na preparação ideológica do processo de transformação social do que no próprio ato de mudança [que fica a cargo das massas conduzidas – ou manipuladas; opinião do autor]. Dedicam-se especialmente a exercer uma tarefa moral antes que à ação política. Concebem a consciência moral como valor absoluto. Invocando o exemplo italiano, o autor provoca: “Entre cultura e política, não há nem separação nítida de tarefas nem correspondência recíproca, mas um estado contínuo de atração e repulsa”. Por esse motivo, os intelectuais são uma “minoria estéril”. (*Idem*, g.n.).

Segundo o próprio italiano,<sup>81</sup> os intelectuais, “rechaçados enfim para posições periféricas”, a despeito de continuarem crendo-se guias espirituais, não conseguem encontrar via de saída política senão a constituição, junto a outras forças sociais, de um partido que reflita “a sua superideologia e por isso seja inconfundível com outros partidos ideológicos (ou de meros interesses).” (BOBBIO, 1999, p. 165). A maneira superideológica de “tomar partido”, de tomar posição diante da “política ordinária”, possui, segundo Bobbio, vários modos de expressão e várias nuances.

Dentre tais modos, pode-se citar os seguintes, que guardam profunda correlação com a situação de Miguel Reale, jurista

<sup>80</sup> Cf. BASTOS & RÊGO, 1999, pp. 147-166.

<sup>81</sup> O artigo publicado é originalmente de 1954. “Intellettuali e vita politica in Italia”. In: *Nuovi Argomenti*, n. 7, marzo-aprile, 1954, pp. 103-119 (mais tarde em *Politica e cultura*, Torino, 1955, pp. 121-138). Tradução: Carlo Alberto Dastoli.

adaptável cujo saber-poder fora aproveitado tanto no campo intelectual quanto no campo de poder do período que se estende entre 1933 e 1953, e cujas incursões temáticas transitam entre os vértices da Culturologia, do Historicismo Axiológico, da Teoria do Estado e da Filosofia do Direito. Tais nuances são, para Bobbio, antíteses em contínuo florescimento:

- a. A política está enraizada no solo fechado das fronteiras geográficas, é nacional e nacionalista; a cultura é cosmopolita. Face à cultura, não há barreiras políticas nem geográficas. A pátria do homem de cultura é o mundo.
- b. A política transita por coisas contingentes e particulares; a cultura maneja apenas valores absolutos e universais. O homem político conhece somente as ocasiões e as oportunidades; o homem de cultura afirma contra as mutáveis ocasiões os sólidos ideais, contra a mutável oportunidade a eterna justiça. [...]
- e. A política é parcial, ao passo que a ciência é imparcial. Quem exerce a atividade política não pode ser ao mesmo tempo homem de cultura, porque as paixões se são próprias do primeiro perturbam e desviam o segundo.
- f. A política pertence à esfera do econômico, da vitalidade, representa o momento da força. A cultura tem a tarefa de fazer valer diante da força as exigências da vida moral. Contra o político que obedece à razão de Estado, o homem de cultura é o devoto intérprete da consciência moral. (*Ibid.*, pp. 158-159).

Em seu artigo, encontradiço na mesma obra organizada<sup>82</sup>, Julien Benda vai justamente tratar da integração dos homens de cultura na política, e, em sentido contrário, da integração da paixão política no pensamento e na doutrina dos intelectuais. O que Benda faz é demonstrar o que ocorre quando a dimensão da cultura se engaja na dimensão da política – ou qual seria o efeito da dissolução do campo intelectual no campo de poder. Os tópicos salientados por Bobbio poderão ser repensados a partir do trabalho de Benda. Antes disso, é necessário, porém, três parênteses: um para a justificação (intempestiva)

---

<sup>82</sup> Cf. BENDA, 1999, pp. 65-121.

destas análises; outro para uma análise sumária do lugar do Reale integralista entremeado por estes processos de intersecção entre cultura e política; e um terceiro para uma breve história não contada sobre Bobbio.

O que será analisado de agora em diante não será tanto a lógica interna das obras de Reale, mas seu método de trabalho, os princípios e diretrizes que guiam seu afazer intelectual. Mais que isso: como este afazer intelectual inocula suas “paixões políticas leigas”, no dizer de Benda, na própria doutrina obrada. Veja-se: o jovem “homem integral” Reale, e outros líderes e dirigentes integralistas, sobretudo Barroso e Salgado, são a personificação do impossível segundo a visão de Bobbio. No seio da AIB dormitaram e agiram verdadeiros homens de cultura que eram, simultaneamente, homens de política. Ora, não seria incorreto dizer que a dimensão política era o fagócito da dimensão cultural destes integralistas. Devido à dissolução do campo intelectual no campo de poder, o saber cultural era concebido e instrumentalizado pelos e para os desideratos da AIB.

Nas obras integralistas, o cosmopolitismo era atacado no sentido grandiloquente do discurso nacionalista: o cosmopolitismo, traço do liberal-democrata, merecia ser rechaçado, por fazer figurar no país a força do capital financeiro internacional. Valores absolutos e universais, no discurso integralista, eram utilizados para explicar a conjectura específica da crise política brasileira pós Revolução de 30. Já foi demonstrado acima o número de pensadores e conceitos que Reale maneja no sentido de criar o enigma da esfinge da crise brasileira e apresentar automaticamente a solução integralista – técnica seguida pelos principais dirigentes (Reale, Barroso e Melo).<sup>83</sup>

Por sua vez, as paixões políticas não perturbavam nem desviavam os homens de cultura integralistas: ao contrário, suas paixões políticas galvanizaram seu saber e sua cultura no saber-poder do movimento. No Integralismo, o erudito era, concomitantemente, um homem de postos,

---

<sup>83</sup> Sustento a tese de que esse procedimento fora primeiramente elaborado por Plínio Salgado, sendo “orientação” sua, no sentido do caráter dogmático e doutrinário das obras integralistas, que os outros líderes e dirigentes que produziam “bens simbólicos” – livros, opúsculos, colunas na imprensa integralista, artigos para as revistas – seguissem o mesmo método. Não poderia ser diferente com Miguel Reale. Neste sentido, as obras vanguardistas sobre o Integralismo, centradas na figura de Salgado, bem como os recentes trabalhos de Alexandre Ramos e Rosa Cavallari podem corroborar essa assertiva, cf. CAVALARI, 1999; RAMOS, 2013; OLIVEIRA, 2010; CHASIN, 1978; TRINDADE, 1979; VASCONCELOS, 1979.

um homem de posição, um dirigente regional ou nacional. Assim se deu com Reale. Por fim, a consciência moral que os homens de cultura integralistas disseminavam era o próprio programa integralista. Veja-se: moral e política estavam fundidas, segundo Reale, na Política Integral. A consciência moral e ontognoseológica dos militantes ordinários e dos principais dirigentes integralistas eram as diretrizes dos próprios Manifestos (o de Outubro e o de 1937).<sup>84</sup> Eis a razão de trabalhos como o de Benda e Bobbio serem avaliados neste contexto. Mas, afinal, quem foi Bobbio?

Foi em 19 de novembro de 1999 que Bobbio, concordando com uma entrevista ao periódico “*Il Foglio*”, assumiu publicamente ter sido fascista. Não apenas detentor de uma cadeira específica no partido de Mussolini, Bobbio também foi membro dos Grupos Universitários Fascistas (GUF) em 1927. Confessando sua culpa em retrospectiva, Bobbio assumiu sua dubiedade no período, afirmando: “eu estava imerso na ambiguidade que consistia de me fazer fascista entre os fascistas e antifascista entre os antifascistas.” (MUSIEDLAK, 2006, p. 84). Vê-se que Bobbio tem conhecimento de causa quando elenca os modos e nuances da introjeção do intelectual no campo político. E, doravante, outro aspecto da vida pessoal, política e intelectual de Bobbio – ou de seu saber-poder – torna-o bem próximo de Reale.

Reale apenas galgou a cadeira de professor titular de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito de São Paulo após um pedido formal realizado em reunião com Getúlio Vargas (o ano era de 1940, sendo que a posse de Reale deu-se em maio de 1941), oportunidade em que disse ao então presidente que era “um grande estadista”, afinal, como todo político que se dedica ao contingente em detrimento do universal, Vargas “sabia situar cada acontecimento em sua época, nos limites de suas peculiares circunstâncias, sem jamais converter um fato passado em muralha impeditiva de uma composição necessária no presente” (REALE, 1987a, p. 153).

A composição necessária no presente desenvolver-se-ia numa provável troca de favores. Reale queria atingir o sonho de lecionar Filosofia do Direito na instituição onde se tornara bacharel – e onde,

---

<sup>84</sup> Cf. AÇÃO Integralista Brasileira. Manifesto-programa da Ação Integralista Brasileira à eleição presidencial (1937). In: BONAVIDES, AMARAL, 2002, p.150-167; SALGADO, Plínio. Manifesto de 7 de outubro de 1932. In: **Frente Integralista Brasileira**. A vitória já é nossa. [Internet]. São Paulo: FIB, c2005-2013. Atualizada em: 08 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=75>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

ironicamente, nunca estudara Filosofia do Direito.<sup>85</sup> Ao seu turno, o Estado Novo necessitava de quadros técnicos de qualidade dentro de seu aparato, dada a ampliação do aparelho estatal após o golpe de 1937. Era seu intento não apenas ampliar o Estado, mas cooptar, em seu interior, o maior número possível de quadros técnicos das mais variadas vertentes políticas em disputa no começo da década de 1930.

Como já mencionado, Reale, que no ano de 1943 estava imerso “no estudo dos pressupostos de uma compreensão do Direito”, vai “sofrer” uma inflexão de 180 graus na sua vida e assumir, por “convite” de Vargas, um cargo no Departamento Administrativo do Estado de São Paulo, tornando-se um dos quadros jurídico-políticos do Estado Novo. (*Ibid.*, 164). Enquanto Reale, que não teceu suas memórias descuidadamente, afirma que o “inesperado convite” não podia ter-lhe trazido “surpresa maior”, parece que a assunção – quase simultânea – de um cargo político (na secretaria de assessoramento do interventor paulista) e da cadeira de Filosofia do Direito não foram mera coincidência, nem produto acidental do acaso. Mas, e quanto a Bobbio?

“O fato de que o filósofo, no início dos anos 1930, havia solicitado um posto universitário ao Duce, começou a levantar o véu sobre suas atividades durante o regime.” (MUSIEDLAK, *op. cit.*, p. 84). O orgulho do erudito, do homem de cultura ou do intelectual arrefece-se na medida em que se torna necessário solicitar às estruturas constituídas seu próprio *locus* de intelectual. Neste sentido, o intelectual necessita de um “lugar de fala”, um espaço, não físico, mas de função, onde possa expressar-se – o lugar de fala é também um “lugar de falta”, já que ele expressa o vazio existencial que a obra intelectual vem a preencher no erudito.

Em francês, *clerc*, etimologicamente, denota tanto o clérigo (homem do clero, da Igreja) quanto intelectual. É por isso que a tradução do trabalho de Benda, literalmente, seria “A traição dos clérigos”. O “clérigo leigo” é a figura antitética ao *clérigo par excellence* de Benda. Para ele, o intelectual é aquela figura cuja atividade principal,

---

<sup>85</sup> Reale bacharela-se antecipadamente, colando grau no início do segundo semestre de 1933, graças a uma reforma do currículo jurídico por obra de Francisco Campos. Havendo apenas duas disciplinas para que a turma de Reale completasse o curso (Direito Internacional Privado e Filosofia do Direito), a serem ministradas no ano de 1934, ocorreu que os alunos foram dispensados de cursá-las, como já ocorrera com a turma anterior. “Ocorre que, por coincidência, Luís Antônio da Gama e Silva e eu tornamo-nos catedráticos exatamente das disciplinas de cujas aulas havíamos sido poupados”. (REALE, 1987a, p. 101).

essencialmente, não é a perseguição de fins práticos, mas a satisfação artística ou científica na construção da especulação metafísica. Haveria, assim, duas maneiras dos intelectuais se oporem às paixões políticas de seu tempo: permanecendo totalmente alheio a elas, como o fizeram os artistas italiano Leonardo da Vinci e alemão Johann Wolfgang von Goethe; ou como moralistas debruçados na contenda dos egoísmos humanos expressados nas paixões políticas, como Erasmo de Rotterdam e Immanuel Kant, cujas obras adotaram princípios abstratos e superiores diametralmente opostos às paixões políticas – visando o seu domínio e sua previsão. (BENDA, 1999, pp. 65-67).

Contudo, uma reviravolta no final do século XIX faz com que os intelectuais passem a fazer “*o jogo das paixões políticas*”. E esta reviravolta se dá, na visão do autor, mediante três atitudes por parte dos intelectuais: a) a adoção das paixões políticas; b) a inclusão de tais paixões em sua atividade intelectual; c) e a participação no jogo de tais paixões políticas através de suas doutrinas. Benda passa a tecer especificações sobre cada uma destas atitudes. Estas características levantadas esclarecem e evidenciam o *modus operandi* integralista em seus pormenores.

O exercício das paixões políticas adotadas pelos intelectuais segue as diretrizes da paixão *lato sensu*, e nesta medida, o campo intelectual assume *incontinenti* as leis que regem o campo de poder, tornando-se, efetivamente, instrumento deste.

a tendência à ação, a sede pelo resultado imediato, a preocupação apenas em alcançar o objetivo, o desprezo pelo argumento, o excesso, o ódio, a idéia fixa. O intelectual moderno não deixa mais o [intelectual] leigo ir à praça pública desacompanhado (*Ibid.*, p. 67-68).

Essa adesão é nova e de grande efeito quando toca na paixão nacional, segundo o autor. Diria, não obstante – quando é capaz de forjá-la. Benda, como todo intelectual francês ciente de sua condição e de seu compromisso civil-intelectual, contrapõe o mundo intelectual francês ao alemão. Por esta razão, suas considerações sobre os alemães pode adquirir contorno de meras ilações ou denunciar, ironicamente, sua própria tomada de postura, a expressão de suas “paixões políticas de intelectual”, reservadas ao interior do campo intelectual. E, quando relembra que o processo de adesão do intelectual moderno ao “fanatismo patriótico”, que fez germinar o “intelectual nacionalista”, é

invenção tipicamente alemãs, logo contrapõe a este peninsularismo o cosmopolitismo típico aos intelectuais franceses.

Os intelectuais franceses eram [...] animados pela mais perfeita justiça em relação às culturas estrangeiras (basta pensar no cosmopolitismo dos românticos) quando Lessing, Schlegel, Fichte e Goerres organizavam em seu coração a viva adoração de “tudo o que é alemão”, o desprezo por tudo o que não o é. O intelectual nacionalista é, essencialmente, uma invenção alemã. [...] a maioria das atitudes morais e políticas adotadas nos últimos 50 anos [a obra é de 1927] pelos intelectuais na Europa são de origem alemã [...] do ponto de vista espiritual, a vitória da Alemanha no mundo está, agora, completa. (*Ibid.*, p. 75, g.n.).

Obviamente o próprio Benda não está imune à paixão política de ser francês, esquecendo-se de mencionar que o “cosmopolitismo” francês não impediu que o exército da França marchasse na Alemanha no interstício entre as duas Guerras Mundiais. Todavia, o arquétipo do intelectual nacionalista tornou-se espécime necessário para todos os países, na medida em que a política internacional verificou que este fenômeno era um dos suplementos de força da Alemanha. A origem deste processo pode ser remetida até a fabricação da ideia de *Volksgeist*, inicialmente criada pelo poeta prussiano Johann Gottfried Herder (1744-1803). O espírito do povo tornou-se, em seguida, ideia utilizada para articular a noção de identidade nacional e caráter da Nação. Assim fizeram, sucessivamente, Wilhelm von Humboldt (1767-1835) e Friedrich Karl von Savigny (1779-1861) – este último utilizando o termo com conotação histórica para realizar uma crítica do direito, sobretudo em reação à Revolução Francesa.<sup>86</sup>

Para Benda, este traço de patriotismo é atualizado pela obra dos intelectuais modernos, em que a forma de seu espírito – próprio, particular – é referida como “espírito nacional”, “que eles brandem naturalmente contra outras formas de espírito nacionais.” (*Ibid.*, p. 78, g.n.). Esta estratégia era fortemente utilizada pela AIB, tanto nas obras doutrinárias quanto nos opúsculos de divulgação – mas, sobretudo, na

---

<sup>86</sup> Neste sentido, cf. SAVIGNY, Friedrich Carl von. *De la vocación de nuestro siglo para la legislación y para la ciencia del derecho*. Buenos Aires: Editorial Atalaya, 1946, pp. 48-59.



imprensa, nos jornais e nas revistas, cujo caráter imagético do dispositivo tipográfico salientava a estética do nacionalismo integralista a partir de imagens de Hitler, Stálin, Mussolini, Plínio Salgado, Miguel Reale e Getúlio Vargas.

Segundo o já citado e reiterado trabalho de Lauerhass Jr., os nacionalismos típicos do Brasil possuíam vertentes variadas, que iam do perfil liberal-democrático, passando pelo autoritário-do-centro e progressista-conservador até chegar-se na modalidade última e mais avançada, o nacionalismo pragmático. O período de “fluidez e confusão” da década de 1930, até o advento do golpe de 37, teve como principais articuladores do nacionalismo a Aliança Liberal, os partidos democráticos e as facções do antigo regime (liberal-democrático); o movimento militar do Tenentismo (autoritário-do-centro); a Ação Católica e o integrismo (progressista-conservador); e o próprio Getúlio Vargas (pragmático). (LAUERHASS JR., 1986, pp. 95-103).

Já as articulações integralista e comunista do discurso nacionalista são consideradas, pelo autor, como “intrusas”, na medida em que formularam maneira inédita de organização política no Brasil, seja por virtual direção direta do exterior (no caso do PCB e da ANL), seja pela sua inspiração e semelhança (no caso da AIB). Estas modalidades seriam intrusas pelo fato de seguirem tendências internacionais que forneciam “estruturas pré-fabricadas para a interpretação cultural, análise econômica e social e ação política, suscetíveis de serem prontamente aplicadas *in loco*.” (*Ibid.*, p. 110).

Conquanto houvessem diferenças radicais, ambas as vertentes se assemelhavam na articulação organizada em todo território nacional, altamente capilarizada em diversos estratos sociais, no caso da AIB; ambas sendo agremiações político-partidárias de massa, extremamente disciplinadas e dogmáticas; ambas pregando a estruturação de um Estado mais forte, concentrado politicamente, descentralizado administrativamente e interventor da economia (*Ibid.*, p. 110-113).

Não se trata, aqui, de pesquisar se a forma de espírito de um cientista ou de um artista é a assinatura de sua nacionalidade ou de sua raça e em que medida ela o é; trata-se de notar a vontade que têm os intelectuais modernos de que ela o seja e quanto isto é novo. Racine e La Bruyère não pensavam, de jeito nenhum, em colocar suas obras diante de si mesmos e diante do mundo como manifestações da alma francesa, nem Goethe ou

Winkelman em referir as suas ao gênio germânico. (BENDA, *op. cit.*, p. 78).

Ao se rememorar como Plínio Salgado se intitulava o “condestável da Nação”, e como essa ideia era repetida à exaustão pelos líderes e principais dirigentes da AIB, percebe-se como o homem de cultura, seja cientista ou artista (e pode-se dizer que na AIB eram ambas as coisas), não está se alienando de seu próprio interesse ao apresentar-se como personificação mesma de um ideário nacionalista. (*Ibid.*, p. 79). Dizendo-se a expressão do gênio de sua nação, e convidando seu público alvo ou sua plateia – seja uma raça, uma classe socioeconômica ou o povo como corpo homogêneo – a congratular-se e organizar-se segundo a obra que propõe, o homem de cultura tomado pela paixão política restabelece o laço simbólico com o povo mediante o discurso do mito fundador.

Plínio Salgado nada mais fazia que invocar este discurso – e nisso o seguiam Barroso e Reale –, que eternamente retorna, com o objetivo de comandar a movimentação política: a busca da própria identidade e o reconhecimento dessa identidade no ambiente público não eram a finalidade a se atingir, mas o mecanismo segundo o qual o comando acontecia. Dessa forma, a adoção de uma paixão política é incluída na prática da atividade intelectual dos homens de cultura que ocupam o campo de poder.

Os intelectuais não se contentam em adotar as paixões políticas, [...] introduzem estas paixões em suas atividades; permitem – querem – que elas se misturem ao seu trabalho de artistas, cientistas, filósofos, que elas dêem cor à sua essência, que marquem os seus produtos. (*Ibid.*, pp. 81-82, g.n.).

Esta paixão “*isenta de toda ingenuidade*” (*Ibid.*, p. 82) acomete, sobretudo, os historiadores, e não é de se espantar ver “a história pôr-se a serviço do espírito partidário ou da paixão nacional”, mormente nos historiadores alemães dos últimos cinquenta anos (final do século XIX) e nos monarquistas franceses, desde o início do século XX, segundo Benda. (*Ibid.*, p. 85, grifo do autor). O que há de novo nessa postura é “a confissão que se faz desta parcialidade, a vontade expressa de se entregar a ela como a um método legítimo.” (*Ibid.*, p. 86).

Ora, “Actualidades de um mundo antigo” e “Formação da Política Burguesa” são declaradamente obras com este feitio – a apropriação do afazer histórico para a concretização das paixões políticas. Para Benda, estes “historiadores” – na verdade “homens

políticos que se servem da história para fortalecer uma causa que querem que triunfe” (*Ibid.*, p. 87) – poderiam inclusive afirmar, desde que não prejudicasse sua reputação, que “Nós somos *a milícia espiritual do temporal*” (sic) (*Idem*). Parece, mesmo, que o francês, em 1927, estava escrevendo a história do futuro próximo.

“Mas o mais notável no intelectual moderno, nesta vontade de inserir a paixão política em sua obra, é tê-lo feito na filosofia, mais precisamente na metafísica.” (*Ibid.*, p. 88, g.n.). A paixão política levado para o plano filosófico travestida nos parâmetros discursivos da metafísica é algo que ficará mais evidente, na obra de Reale, quando se tratar de sua transição temática da Teoria do Estado para a Filosofia do Direito. O ardor patriótico do alemão<sup>87</sup> é reiterado mais uma vez por Benda, que encerra seu artigo demonstrando como os intelectuais fazem o jogo das paixões políticas através de suas doutrinas. Este terceiro modo de introjecção do homem de cultura no campo de poder – ou das ideias de um dirigente no saber-poder integralista – ganhará mais atenção no tópico seguinte. Para se analisar o que significam as obras de cunho histórico que justificam e encadeiam “O Estado Moderno”, ao final legitimando suas posições, basta o que foi visto até aqui.

Obras que são da época integralista, mas apresentadas “a rigor” como “ensaios de filosofia política ou de história das idéias, independentemente da programática partidária” (REALE, 1987a, p. 94, g.n.), “Formação da Política Burguesa” e “Actualidades de um mundo antigo” traçam uma linha de continuidade linear das ideias políticas gregas e romanas, passando pelos contratualistas e liberais europeus, até encadear-se na discussão entre o determinismo seja do materialismo, seja do naturalismo – seja, inclusive, do liberalismo, como se viu. Seguindo a ordem de sua publicação, temos, em 1934, “Formação...”, cujo subtítulo é, efetivamente, uma “introdução ao Estado Moderno” – razão pela qual não é tão independente assim da programática da AIB.

Georges Sorel (1847-1922) é citado logo no prefácio da obra, em referência a seu trabalho “*Réflexions sur la Violence*”. Reale quer

---

<sup>87</sup> Benda opera aqui uma “caricatura” do “alemão” entre-guerras, tal qual a caricatura do “francês cosmopolita”. “Foi reservado à nossa época ver metafísicos da mais alta linhagem transformar suas especulações em exaltação de sua pátria e ao rebaixamento das outras e vir a fortalecer, com toda a potência do gênio abstrativo, a vontade de dominação de seus compatriotas: sabe-se que Fichte e Hegel dão como prazo supremo e necessário para o desenvolvimento do Ser o triunfo do mundo germânico; a história mostrou como a ação destes intelectuais produziu efeitos no coração de seus leigos.” (*Ibid.*, p. 89, g.n.).

aproveitar suas ideias de “descontinuidade” na história e “mito político”. Como dizer que o livro era desprezível relativamente à política, se é aberto com estas palavras que vem a seguir?

A guerra mundial favoreceu o aparecimento em primeira plana de algumas figuras de estadistas e militares, mostrando como o factor individual – que pode parecer secundario em tempos normaes – adquire importancia e relevo nos instantes mais angustiosos de crise. (REALE, 1934, p. 7, g.n.).

A ideia de crise e o personalismo político (seja do homem de Estado ou do militar) como solução novamente aparecem. É a estratagem discursiva típica do integralista. Reale afirma que já era natural, àquele tempo, a não aceitação por parte do “nosso espírito” (sic) das narrativas históricas de “processo cinematográfico”, em que se afirma a íntima convicção de que os acontecimentos se sucedem em cadeia, sem “saltos bruscos” ou “rupturas definitivas”, “sem o aflorar repentino de motivos imprevisíveis no centro consciente da historia.” (*Ibid.*, p. 8). Depois “veio” Sorel<sup>88</sup> introduzindo a ideia da descontinuidade (em contraposição à história evolucionista ao estilo darwiniano), pondo em evidência o “papel da vontade humana e dos mythos interferindo na marcha dos evento.” (*Idem*, g.n.).

Citando Spengler (1880-1936), Reale demonstra como é caudatário de certo “estado de espírito fundamental” ao estilo de Savigny ou Hegel – sem, contudo, citá-los, e a despeito de se afirmar fugindo “da historia ascendente do idealismo de Hegel e Croce” (*Ibid.*, p. 10).

[...] em lugar de considerar o Progresso como fluxo continuo, só admite o progresso no sentido de desenvolvimento orgânico no interior de cada civilização, sendo esta uma unidade indissolúvel resultante de um estado de espirito fundamental. (*Ibid.*, p. 9, g.n.).

A despeito de salientar a descontinuidade, Reale explica a feitura do livro no sentido da fixação de “*instantaneos* expressivos, índices marcantes das epocas, sem esquecer o impositivo da continuidade” (*Ibid.*, p. 10, g.n.). O introito é explicar a civilização burguesa e a

---

<sup>88</sup> “Veio” dentro da história e para o afazer histórico; ou, melhor dizendo, “chegou” no discurso de Reale.

política que lhe é própria e peculiar, buscando o típico modo de ser, de agir e de reagir do indivíduo burguês. “É claro que, para isso, assumimos uma atitude especial, tão certo como o objectivismo absoluto da historia positivista não passa de uma aspiração mediocre e sem consistencia.” (*Idem*, g.n.). A atitude especial indica uma certa “atitude teleológica”, ou pretensão de fins, vez que o intuito da obra não parece ser meramente traçar a linha contínua da história do ser burguês, mas apresentá-lo como algo danoso ao indivíduo, conforme as críticas encabeçadas por outras obras integralistas.

Cabe àquele que maneja o afazer histórico buscar no movimento do passado – que não é imóvel só por ter ficado – “aspectos escondidos, detalhes impressionantes”, lançando luz nova sobre fatos já conhecidos. (*Ibid.*, p. 11). Noutras palavras – trata-se de manipular a história. Uma civilização como “complexo modos de ser [fato], de pensar [valor] e de agir [norma] que domina os homens como um habito” (*Idem*) é o objeto de análise que Reale constrói. Sua concepção integral da história, que seria desenvolvida no prefácio de “Actualidades de um mundo antigo”, em 1936, já vinha aqui esboçada.

Novamente, Reale fornece indícios da paixão política e das finalidades integralistas injetadas em sua narrativa “despretensiosa” de história das ideias do mundo burguês:

Mudar de civilização é mudar de attitude do espirito. E é, por conseguinte, mudar de attitude tambem em relação ao passado.

Estes ensaios reflectem essa transformação.

Mais do que soluções, procuramos suggerir problemas. (*Idem*).

Essa transformação a que Reale se refere é a que pretende ser demonstrada/proposta/imposta ao integralista, seja militante ou dirigente. Além de sugerir problemas, o integralista que sugerir também que o modo de ser burguês e liberal-democrata é a “razão de todos os males” – mormente no caso brasileiro. Derradeiramente, Reale declara, a despeito de suas reconsiderações posteriores encartadas nas suas memórias, de que se trata efetivamente de política o que está porvir nas páginas que seguem. “E nos daremos por satisfeito se o leitor encontrar nelles [nos problemas sugeridos] alguns pontos de referencia para fixar a posição das questões fundamentaes da politica contemporânea.” (*Ibid.*, p. 12, g.n.).

A fixação das questões fundamentais da política brasileira era, como já exposto, pretensão da AIB, formulando assim o mito fundador brasileiro, numa versão revisitada. A obra é dividida em duas partes: “A Idade inicial” e “A Idade burguesa”. “Idade inicial” é precisamente o período do protoliberalismo e do pré-capitalismo, o ponto de mutação do modo de ser medieval para o modo de ser burguês.

Assim, Reale pontua como marco inicial da análise o final da República romana, para aí apontar uma “consciência imperial”, que faz com que o poder oligárquico das províncias ceda lugar à autoridade emitida pelo poder central do Império. Segundo o autor, é o momento de criação do Direito para a consolidação das conquistas efetuadas. A unificação organizada faz das *urbs* verdadeiras *pólis* gregas, na medida em que passa a figurar como centro organizador e propulsor, fazendo com o que o colono torne-se o cidadão. Do imperador tudo se espera, como intérprete e guia das aspirações comuns. “Pela primeira vez na história, fundem-se disciplina e orgulho nacional.” (*Ibid.*, p. 15-18, g.n.).

A analogia com a descrição da situação nacional fica clara quando Reale cita Mussolini. Veja-se: o Integralismo apregoava a centralização do poder federal para dilapidar as forças oligárquicas dos estados e de suas agremiações partidárias liberal-democráticas, representantes dos latifundiários e coronéis da República Velha. A figura do líder personalista no caso do Integralismo, Plínio Salgado, é vinculada diretamente ao *Caesar* romano por meio da conexão com o *Duce*. Note-se: segundo Reale, só mesmo a solução trazida para a AIB tornaria os “colonos” brasileiros efetivamente “cidadãos”.

É essa consciencia imperial que nunca desaparecerá da memoria do homem occidental. Ella dirigirá o sceptro de Carlos Magno e de Frederico II; [...] brilhará na espada de Carlos V e de Napoelão e no “fascio” das milicias de Mussolini, tanto como nos calculos do imperialismo burguez mercantilista. (*Ibid.*, p. 18, g.n.).

Em seguida, Reale apresenta o cristianismo do medievo como fator fundamental para o deslocamento parcial do Direito do plano do Estado para o plano do indivíduo. (*Ibid.*, p. 22). Graças a ele os princípios da igualdade, da fraternidade, e outras declarações de direitos são possíveis. A “invasão” dos germanos no mundo romano opera a mesma desagregação realizada pelos dórios no mundo grego. O Estado, “orgulho da cidadania, tudo enfim que é essencial na mentalidade

romana” (*Ibid.*, p. 29), pouco representa para este povo ainda ligado à terra e que só compreende a autoridade como relação pessoal e homenagem prestada ao valor do guerreiro.

As instituições fundamentais do Império romano continuam vivas no corpo da Igreja, em que a “unidade política” é substituída pela “unidade religiosa”. O Brasil passa a ser comparado ao medievo, corroborando a assertiva supracitada. De maneira que “O enfraquecimento do poder central tem sempre como consequência a constituição de novos núcleos soberanos internos, como prova a história do Brasil, cujo Estado está hoje reduzido a um pacto feudal de governadores.” (*Ibid.*, p. 42). Seria o absolutismo o primeiro momento da política estritamente burguesa. Mas, é na concepção thomista ou agostiniana em que o Estado figura como meio para o atingimento da perfeição do espírito. Reale cita seu “O Estado Moderno”, nas páginas 179 e seguintes, para referenciar que, na ciência moderna são atribuídas finalidades próprias ao Estado – tornado então Estado Ético, a seu ver. (*Ibid.*, p. 47).

O corporativismo da Idade Média, como visto em “O Estado Moderno”, tem explicação originária no capítulo VI “Ordem Social e Economia pre-capitalista”. Ela “é tão social como apolítica.” (*Ibid.*, p. 51). O dualismo existente entre o rei e o povo, ou entre o Estado e a sociedade (Reale faz um uso artificial do conceito de Estado aplicado ao medievo pela unidade conferida pela Igreja Católica e pelos grandes senhores feudais) faz com que esta última se organize segundo o “grupalismo” e a “autonomia”, sobre “bases gentilícias, religiosas e profissionais, esboçando, assim, as tres ordens da *nobreza*, do *clero* e do *terceiro estado*.” (*Idem*).

Comparando o corporativismo medieval ao moderno, o jovem integralista Reale desmente o Reale maduro. Como visto acima, concedendo entrevista a Salomão, Dines e Fernandes Jr., o juriconsulto, respondendo a uma pergunta, informa que Vargas não realizou o projeto integralista, uma vez que este previa a organização autônoma das corporações, como entidades livres, ao passo que Vargas, “à maneira fascista”, atrelou todas à máquina de governo, como órgãos do Estado. (REALE *Apud* DINES, FERNANDES JR., & SALOMÃO, 2000, p. 165).

Veja-se: em “O Estado Moderno”, o sindicato deveria estar entrosado no organismo geral do Estado “para efetuar a participação direta dos produtores nas esferas governamentais.” (REALE, 1983b, p. 96). Na obra “O Capitalismo Internacional”, os sindicatos das categorias profissionais e as corporações/federações deveriam estar todos atrelados

organicamente ao Estado – sem, contudo, perderem sua autonomia na participação política e nos pleitos de caráter social. (*Ibid.*, 147). Afinal, colocado na base do Estado, o sindicato deixaria de ser uma pessoa de direito privado para se tornar uma pessoa de direito público. (*Ibid.*, 154). Diante da identificação integralista entre Estado e Nação, parece que Vargas, efetivamente, concretizou, sim, o projeto integralista. O Estado seria o órgão de planificação do capital, da técnica e do trabalho.

[...] a rapida exposição feita sobre o corporativismo medieval basta para mostrar quão diferente é a ordem corporativa fascista do século XX. Em nossos dias, as corporações são órgãos institucionaes do Estado; não cuidam sómente dos proprios interesses de classe porque se subordinam ao interesse geral da nação; não se estruturam no ambito municipal, mas coordenam as forças syndicaes no territorio todo da Nação; não são dirigidas atravez da hierarchia dos *mestres*, dos *artifices* e dos *aprendizes*, mas mediante a collaboração do Capital, da Technica e do Trabalho, collocados todos no mesmo plano. (REALE, 1934, p. 56, g.n.).

As constantes referências à situação do Brasil e a obra fascista de Mussolini comprovam como “Formação da Política Burguesa”, conquanto tivesse o interesse manifesto de realizar uma história das ideias burguesas, funcionou, efetivamente, como mais uma obra doutrinária da AIB.

A segunda parte da obra inicia-se com explicações sobre a “Origem do governo representativo”. Na sequência, afirma que o Estado Moderno é tanto criação do capitalismo como o próprio capitalismo é criação daquele. A passagem da *comuna* para o Reino e, derradeiramente, para o Estado Nacional, como resultado da pressão de forças capitalistas é, segundo o autor, perspectiva adotada pelos historiadores do materialismo histórico. (*Ibid.*, 80). “É sobre uma base commum de sentimentos, todos consubstanciados na força da tradição, que surge o Estado moderno unitario, cujo pressupposto é necessariamente a Nação” (*Ibid.*, 81). Vê-se aqui outro pontificado da doutrina integralista: a identificação Estado-Nação.

Todavia, a modelação que Reale faz em sua “história das ideias burguesas”, para que comportem, expressem, justifiquem e legitimem a doutrina integralista, adquire contornos mais óbvios quando ele passa a



analisar certos autores. Embutindo caracteres inexistentes na obra destes filósofos e cientistas políticos europeus, Reale efetivamente não está preocupado com um afazer histórico com objetividade positivista, “aspiração medíocre e sem consistência”. O interesse é manipular as ideias, os fatos, criando-lhes uma linearidade artificial, e adaptando estas ideias e estes fatos ao ideário integralista que se quer transmitir.

Esta conclusão pode ser avalizada quando Reale cita a obra de Maquiavel (1469-1527). Para o jurista adaptativo, o ideal nacionalista adquire fundamento sólido na obra do italiano. Reale embute vários caracteres e adjetivos ao interpretar a obra maquiavélica, maculando sua narrativa história de uma subjetividade propositada: doutrinação segundo a dogmática integralista. Assim, Maquiavel “com não menor ardor, clama contra os organismos super-nacionais que, sob vários pretextos, procuram impedir a coesão dos povos e o progresso das Nações.” (*Ibid.*, 89).

A visão realista de Maquiavel sobre as obras de historiadores antigos como Tácito, Políbio, Tucídides e Tito Lívio, intenta, tão somente, a confabulação de um aporte teórico sugestivo a Lourenço de Médici. Trata-se de um conjunto de sugestões, apoiadas no estudo dos clássicos, de modo a fornecer ideias e procedimentos para a governança segundo o gérmen de uma “razão de Estado” (noção posterior à obra de Maquiavel), de acordo com os postulados da *fortuna* e da *virtù*. Não se trata, efetivamente, de uma obra que visa dar coesão aos reinos italianos em disputa, conferindo-lhes unidade nacional. Contudo, não é assim que o jovem Reale integralista vê a obra. “Seu nacionalismo é tão profundo que elle põe tudo a serviço de seu ideal [...] esperando acender no coração de um “condottiere” a chama da libertação peninsular.” (*Ibid.*, 90, g.n.).

Passando-se os capítulos “A Reforma, os judeus e o capitalismo”, oportunidade de atrelar os judeus ao espírito financeiro do capitalismo como seu estágio avançado, “Centro da economia capitalista, o elemento semita será também uma das molas propulsoras da Política burguesa” (*Ibid.*, 105), Reale conclui que toda a formação da política burguesa se centra no antagonismo entre autoridade e liberdade (*Ibid.*, 106-121) – antagonismo que o Integralismo vem desfazer. Achega-se no capítulo em que analisa a evolução do pensamento de Maquiavel a Bodin, não sem apontar a personalidade do grande líder integralista Plínio Salgado, indiretamente, ao dizer que “Machiavelli identifica *Estado e Chefe*”. (*Ibid.*, p. 144).

Baseando-se em interpretações do filósofo italiano Giovanni Gentile (1875-1944), que foi ministro de Mussolini, Reale converte sua análise de Maquiavel num pontificado irrestrito da doutrina integralista,

Outro ponto em que Machiavelli revela toda a potencialidade de seu genio é na compreensão do valor da “consciencia nacional” no desenvolvimento da política moderna. É o sentimento cívico da solidariedade nacional, e é o ponto de vista histórico que lhe permitem perceber:

1º) a necessidade de um governo forte, pela fusão da Força e do Direito;

2º) a finalidade nacional e totalitária do organismo político, independente de influências externas e de particularismos internos. (*Ibid.*, pp. 145-146, g.n.).

As considerações de Reale são autoexplicativas. O mesmo ocorre com o filósofo francês Jean Bodin (1530-1596). “Fundador da doutrina moderna do Estado”, “apóstolo da tolerância religiosa”, Bodin, segundo Reale, vai estudar, como fatos complementares, “a *variabilidade das normas jurídicas* e o *fundamento ético permanente que nelas se contem*”. Assim, o fundamento ético último do Direito permanece. Esta é mais uma maneira de conferir legitimidade à doutrina: apelos constantes à sua dimensão ética, e, mesmo, ao seu *ethos* próprio. Variando as obrigações legais, o dever moral é uma constante – o dever moral de acatá-las, independentemente de seu conteúdo: discurso tipicamente nazi-fascista, interpretação integralista da obra de Bodin.

O *systema* do direito está em função de situações históricas e de contingências sociais, não se devendo confundir a obrigação legal “stricto sensu” com os deveres puramente morais.

Na história variam as obrigações legais, mas o dever moral é uma constante.

Eis porque, a autoridade, que está acima do direito positivo, não está acima do dever e da responsabilidade moral. O poder do soberano encontra dois limites: um *imposto pela razão*, [...] um outro imposto pelo *direito natural* (*Ibid.*, pp. 149-150, g.n.).

Descrevendo o Estado Absolutista, Reale vai citar Bossuet (*Ibid.*, pp. 164-167), analisar a obra dos filósofos ingleses Thomas Hobbes (1588-1679, “Leviathan”) e John Locke (1632-1704), concomitantemente ao constitucionalismo britânico (*Ibid.*, pp. 168-197), passando, na sequência, para a obra dos filósofos franceses Montesquieu (1689-1755) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) (*Ibid.*, pp. 207-236), englobando a todos no movimento de ideias do contratualismo.

Devido á justaposição de elementos autocraticos e liberalistas na doutrina de Rousseau, podemos dizer que elle conclue o *periodo de formação da politica burguesa*.

Todo o antagonismo entre o Estado e o individuo, entre a natureza e o Direito, entre a Liberdade e a Autoridade, que nós vimos surgir na epoca do Renascimento elaborando-se até aos nossos dias, está synthetizado no pensamento de Rousseau. (*Ibid.*, p. 238).

Em Rousseau haveria ainda um “conjunto de motivos communistas” nas antinomias entre individuo e coletividade, justiça econômica e propriedade, que refletiriam a própria civilização burguesa – antinomias que o século XIX não conseguiu vencer. E surge o momento integralista não apenas como uma mudança de regime político, mas, efetivamente, como uma transformação civilizatória:

Antinomias que a nossa epoca de realismo integral vae superando pelo reconhecimento de que é absurdo procurar a solução dos problemas exclusivamente no dominio da subjetividade.

Não estamos, em verdade, mudando de politica somente, mas mudando de civilização. (*Ibid.*, p. 239, g.n.).

O que mais interessa na obra “Actualidades de um mundo antigo” realmente é seu prefácio, em que Reale encarta uma “concepção integralista da história”. Ordenar ideias no campo da política, “onde mais forte se faz sentir a pressão do coefficiente pessoal” (REALE, 1936, p. 7, g.n.), é tarefa difícil, que tenciona a posição justa de equilíbrio que deve marcar o comportamento do homem de cultura. A busca pela harmonia, no dizer do jovem integralista, é a “expressão do divino no humano”, e manifestada na busca por ideais de unidade, igualdade, justiça, paz, ordem, etc. A necessidade de mobilização, de ação (“necessidade inherente ao homem”), de “projectar sobre o mundo

objectivo o marco específico de nossa personalidade” (*Ibid.*, p. 8): somente esta postura pode atingir a harmonia de equilíbrio de movimentos.

Reale quer representar, neste texto, o historiador – mais que isso, o filósofo da história. Eis a razão por entabular no discurso considerações sintomáticas sobre a harmonia. Para um jovem encantado pela “harmonia preestabelecida” de Leibniz, realmente o segredo da história consiste “Em estudar e explicar o movimento, o vir a ser, segundo as leis da sua immanente ou transcendente harmonia” (*Ibid.*, p. 9). Um dado importante, aliás: a harmonia necessariamente existe, a despeito da postura antideterminista de nosso jurista adaptativo. Imanente ou transcendente ao processo histórico, esta lá, e o segredo do ofício do historiador está em perscrutar esta harmonia, pô-la a nu, expô-la, congratulando-a – se benéfica – ou vituperando-a – se danosa. Mas estará *sempre* lá.

“O racional e o irracional do homem explicam o racional e o irracional da história.” (*Ibid.*, p. 9). A história, como “psicologia geral da humanidade”, para Reale, parece guardar a verdade da irracionalidade humana, refletindo-a. A história reflete tanto a razão quanto a desrazão do homem. Esta colocação remete-me a Foucault, quando afirmou que a psicologia jamais deterá a verdade sobre a loucura – porque é a loucura que detém a verdade da psicologia. (FOUCAULT, 1984, p. 86).<sup>89</sup>

Seria o caso, então, de se compreender a colocação de Reale, o uso que quer fazer da história, invertendo sua afirmação: o racional e o irracional da história é que explicam o racional e o irracional do homem. O homem jamais terá posse da verdade sobre a história – pois é a história que detém a verdade acerca do homem. A história feita por um homem ou a história que se faz deste homem: duas porções distintas de verdade nesta vontade de verdade que se torna ciência humana.

“Um facto importante passado na Grécia de Pericles parece ligar-se em maravilhosa e necessaria harmonia com todos os factos anteriores e posteriores. Tudo é “como si” houvesse um plano de harmonia preestabelecido.” (REALE, *op. cit.*, p. 10, g.n.). Mas essa conexão “anacrônica”, ou melhor, “extemporânea”, é obra de esmero do historiador. Nessa persecução pela harmonia *a priori* não pode faltar a carga de personalidade ou subjetividade de quem faz a história. “Nada

---

<sup>89</sup> Sobre o assunto, cf. FERREIRA NETO, João Leite. **Artes da existência:** Foucault, a psicanálise e as práticas clínicas. Psic.: Teor. e Pesq. [online]. 2007, vol.23, n.2, pp. 177-183. ISSN 0102-3772.

me parece mais absurdo que a historia objectiva e definitiva. A historia dos positivistas não é senão uma redução da historia á historia natural.” (*Ibid.*, p. 11).

Esta história fora escrita de maneira fragmentária, arrancando-se arbitrariamente do “*homem integral*” facetas isoladas, desconsiderando-se seu valor complexo individualizado. No entanto, exsurge a concepção integralista de história, segundo a qual o mundo do ser e o mundo do dever ser não são antagônicos, nem se excluem – pois são complementares. A ciência do espírito e da liberdade, que aprecia os fatos segundo o dever ser – e a ciência da natureza e do determinismo, que aprecia os fatos segundo o ser “[...] se completam e se influenciam reciprocamente, mas uma não pode ser reduzida á outra, como fazem os materialistas de um lado, os idealistas em campo opposto.” (*Ibid.*, pp. 12-13).

O jovem Reale, mais uma vez, ensaia os passos do balé tridimensional. Fato, valor e norma, na dialética de complementariedade e implicação-polaridade, influenciando-se reciprocamente na Teoria Tridimensional, são caracteres descodificáveis neste ensaio de historicista axiológico, que conjuga aos fenômenos determinados da natureza os valores ético-libertários do espírito. “Os objectivos das sciencias do homem são distintos, mas a verdade integral é só aquela que todas conjuntamente alcançam.” (*Ibid.*, pp. 14, g.n.). O integralista era ambicioso: fundiu, ainda que retoricamente, todas as ciências humanas – o Integralismo fornecia este aparato ontognoseológico para uma compreensão totalizante do real.

“Ora, na historia necessario é aplicar um processo integral. [...] que é a historia senão o estudo dos factos fundamentaes da humanidade, dos actos desenrolados no tempo e no espaço a fim de realizar aquillo que *deve ser*?” (*Idem*, g.n.). Palavras de quem critica Hegel e “sua” fórmula “*Weltgeschichte ist Weltgericht*”.<sup>90</sup> “O subjectivo, portanto, está condicionado pelo objectivo.” (*Idem*). Palavras de um antimaterialista convicto, crítico de Marx e Engels. “na historia, a compreensão só é possivel segundo um fim.” (*Ibid.*, p. 15).

“Na historia ha o *que é* e o o *que deve ser* e ha, mais ainda, o *vir a ser*, ou seja o *dever ser* que indefinidamente vae se transformando em *ser*.” (*Ibid.*, p. 16). A história é a realização concreta de um valor ético. A história é a transmutação do dever ser em ser – empreitada

---

<sup>90</sup> Cf. BENDA, 1999, pp. 116-121. Contudo, esta citação é erroneamente atribuída a Hegel. Seu verdadeiro autor é Friedrich Schiller: “*Die Weltgeschichte ist das Weltgericht*”.

integralista. É a realização ulterior do “eterno ideal do Bello, do Bom, do Verdadeiro, e o homem seguirá o seu destino, ininterruptamente para Deus.” (*Idem*). Mas eis que Reale finalmente afirma um dos caracteres que denunciam seu próprio desiderato de historiador: “A historia, por conseguinte, envolve um estudo dos ideaes formulados pelo homem e das yontades que os quizeram efetivar.” (*Ibid.*, p. 17, g.n.). Esta passagem é, decisivamente, rica de sentidos.

Por mais que mudem as atitudes perante a história, prevalece a “unidade essencial do espirito humano que tem essas atitudes.” (*Ibid.*, p. 18). Reale logo cita o prefácio de “Formação da Política Burgueza”, revelando outra estratégia integralista: as reiteradas referências à sua própria bibliografia, ampla e densa. Os livros de doutrina do próprio autor e de outros líderes integralistas devem ser mencionados.

Mais uma vez Reale ensaia seu futuro balé tridimensional. Ao dizer que cumpre ao historiador

ver o que permanece e o que muda de Civilização para Civilização, fixando os a cosntancia dos valores essenciaes na mutação dos valores transitórios, esclarecendo enfim quaes ideaes passaram a ser factos e quaes novos ideaes surgiram para impulsionar a humanidade. (*Idem*).

Reale nada mais faz do que demonstrar que os fatos são condicionados por valores (sejam eles essenciais ou transitórios, e independentemente da interferência dos primeiros nos segundos). Além disso, que os ideais, ou valores, podem se tornar fatos – e a norma é também fato para Reale – e quais novos ideais, ou valores, podem surgir desse processo, ou seja, da feitura de novos fatos (ou normas). A dialética de implicação-polaridade vem, também aqui, esboçada.

O recurso excessivo à expressão “psicologia” parece fazer referência – e deferência – implícita à obra de Plínio Salgado “Psicologia da Revolução”, que, junto de “O Estado Moderno”, de Reale, e “Brasil: colônia de banqueiros”, de Gustavo Barroso, forma trilogia fundamental da doutrina integralista.

É preciso tambem considerar o homem em sua vida interior, ou seja a psychologia: a psychologia individual e a accção dos homens de excepção que Carlyle chama de Heroes; a psychologia collectiva até ao conceito de “consciencia nacional”, todos factores que por si sós não explicam a historia,

mas sem os quaes a historia não se explica. A verdade está na integração das observações particulares da realidade concreta. (*Ibid.*, p. 20).

Não obstante, a bibliografia integralista necessitava “integrar” em si mesma, no raciocínio que entabulasse, as dimensões das ideias das obras fundamentais. Não era o bastante apenas a citação dessas obras: seu conteúdo precisava ser incorporado e assimilado. As ideias precisam integrar-se umas nas outras. Refletindo sobre o problema do destino humano ser religioso antes de ser filosófico, e a medida segundo a qual a religião penetra na história, Reale nada mais faz do que incorporar em seu discurso de filosofia da história a dogmática pliniana.

façamos a historia dos homens na inteira complexidade de seus factores multiplos, reflectindo ideas e sentimentos, tendencias e vontades, considerando a actuação conjugada de todos os motivos, religiosos, ethicos, estheticos, economicos, etc. (*Ibid.*, p. 21).

Noutra passagem, o ataque ao comunismo se dá por meio da contenção teórica do materialismo histórico-dialético, diante do qual é posta a “historiografia integral” como metodologia mais a contento. Reale faz um discurso de filosofia da história intrigante, realizando apontamentos desde uma mirada que desconsidera o estatuto científico da historiografia. Ele pretende implicar as ciências do espírito e as da natureza, buscando uma teoria sintética para a aplicação da história condicionada por valores do próprio movimento. Todavia, sua narrativa não se assume como parcial nem militante – a despeito dos ataques ao comunismo.

o estudo historico implicará as sciencias do espirito e as sciencias da natureza, resolvendo os velhos antagonismos entre filosofia e historia, sociologia e historia, sciecia e historia. Crearemos, assim, uma “*historiografia integral*”, longe do mediocre “*materialismo historico*”, que apresenta a sociedade como uma super-estrutura da economia, da raça ou do meio physico. [...]

Trata-se [...] de fazer verdadeira e propria integração ou combinação em um todo synthetico. A que defendo não é uma theoria *eclectica*, mas sim uma theoria *synthetica*, *sygmatica*, para a historia. (*Ibid.*, p. 22).

A “integridade da verdade” residiria na “composição harmonica”. O “conhecimento verdadeiro” só é obtido a partir da integração “da parte *histórica* e da parte científica”. Isto justifica porque “o particular não se conhece senão mediante uma lei geral. [...] é do choque do facto com a lei que nasce a luz.” (*Ibid.*, p. 23, 25, 26). Logo em seguida, Reale faz uma definição sintética de sua “concepção integral da historia” (ou concepção integralista, como vem escrito na capa da obra), delimitando quais são seus principais méritos. Dentre todas elas, parece que o caráter de versatilidade é o principal do afazer histórico, na medida em que não se deve procurar fora da história aquilo que a própria história pode explicar – desde que devidamente manejada.

possuir um methodo totalitario que procura sempre o complexo das causas, a acção dos mutiplos factores, uns relativamente a outros; [...] em dizer que o desejo incoercivel de absoluto explica o progresso ininterrupto, o qual porém não se processa regular e mecanicamente; [...] que atravez das mutações se descobre a permanencia dos valores absolutos do espirito e da ordem moral que não podem ser reduzidos ao processo historico; [...] em explicar os factos segundo as leis causaes das sciencias naturaes e as leis finaes da ethica; [...] não procurar fora da historia explicações que a propria historia possa dar. (*Ibid.*, p. 28-29).

Reale fornece outro indício para a análise que se desenvolverá no capítulo seguinte. Em suas memórias, como já dito acima, o jurista afirma que a concepção bipolar e depois tripolar do Direito é verdadeira guinada ruptural em seu pensamento. Aqui se sustentará o contrário, ou seja, que há uma linha de continuidade linear que liga “O Estado Moderno” – passando pelas obras “Teoria do Estado e do Direito” e “Fundamentos do Direito” – à “Teoria Tridimensional do Direito”, encontrada primeiramente na obra “Filosofia do Direito”. “Se na historia há discontinuidade e irregularidade é precisamente porque somos livres.” (*Ibid.*, p. 31). Mas se há também liberdade para agir e fazer *a* história *na* história, é natural que existam discontinuidades e irregularidades *forjadas*.

O “methodo integral” de trabalho de Reale é, segundo ele próprio, explicado com clareza neste prefácio. (*Ibid.*, p. 33-35). Ocorre que, diferentemente do que narra em suas próprias “Memórias”, esta



obra não é de história, mas de filosofia social e sociologia política, mais precisamente: de doutrina integralista. Com isso, Reale acredita ter terminado uma de suas fases intelectuais (agrupando a publicação possível de um trabalho que não existiu, “Alicerces de um Estado forte”, com a publicação do livro que ora se analisa, “O Estado Moderno” e “Formação da Política Burguesa”). Parece, doravante, que Reale já antevia a necessidade de se desvencilhar desta empreitada intelectual integralista.

Não é, pois, uma obra de historia. O historiador torna-se contemporaneo dos factos que narra, olha o universal na expressão do particular. Eu muitas vezes trago os factos até nós, até á humanidade de hoje [...] São, portanto, ensaios de philosophia social e de sociologia politica. (*Ibid.*, p. 35).

O apelo à Nação não tarda: “As Nações são fomações historicas.” (*Ibid.*, p. 37). E realmente se trata de averiguar em que medida Reale, já que não faz história, organiza suas ilações de filosofia social e sociologia política na Grécia Antiga.

O método integral, no que diz respeito à historia das ideias consiste, pois, em imputar categorias analíticas do presente, ou de um passado recente, no passado distante – em indistigíveis retroprojeções. Assim como fez com Bodin e Maquiavel, vendo neste último, v.g., o grande defensor do caráter de coesão nacional, Reale vai encontrar em Aristóteles o primeiro integralista e em Diógenes o pai do comunismo.

A concepção da unidade estatal como integração harmonica do multiplice constitue uma das mais profundas e impereciveis observações aristotelicas. É sobre o conceito da *unidade hilemorfica* que deve estar assentada a concepção do Estado Integralista. [...]

Por todos os motivos supra examinados, o estagirita concebe o Estado ao mesmo tempo *como um fim* e *como um meio*, como já tive ocasião de expor em meu livro “O Estado Moderno”, no capitulo intitulado “Conceito de Estado”. [...]

O conceito integralista de unidade – da unidade que integra as partes componentes sem lhes destruir os valores proprios e diferentes – leva

Aristoteles a se contrapor á doutrina platônica que não compreende a variedade na unidade, o multiplíce no uno. (*Ibid.*, p. 178, 179-180, 181).

Nas páginas 182 e seguintes, Reale já inicia a contenda contra o comunismo, demonstrando como Aristóteles já possuía certas noções de propriedade particular “irrespondíveis”, que não comportavam discussão ou argumentação contrária. Passa a elencar os vários caracteres que afastam a doutrina aristotélica, primeira proeminência integralista, da doutrina comunista. Neste “teatro filosófico”, onde filósofos gregos assumem personagens e roupagens do integralista e do comunista, Platão é o primeiro comunista de que se tem notícia – a despeito de Diógenes ser seu verdadeiro pai (*Ibid.*, p. 182-184). “Esta critica de Aristoteles ao communismo de Platão...” degringola para

Como se vê, Aristoteles não é socialista, nem individualista, mas sim integralista, porquanto sabe observar e distinguir o que deve ser do homem e o que deve ser da sociedade, o que cabe ás partes componentes e o que compete ao todo. Não reduz as primeiras ao segundo nem este áquellas: INTEGRA-OS. (*Ibid.*, p. 184-185, grifo do autor).

Reale não é o inventor destas anomalias historiográficas. Não está sozinho no embuste e no embutir de categorias de um período histórico posterior num anterior, de trazer do futuro para o passado ideias e tentar enquadrar, dentro delas, pensadores e figuras de um passado remoto. Apoia-se, destarte – no caso, nestarte – em Salomon Reinach. Cita-o para conferir garbo a um discurso que só possui picardia. Ei-lo:

“Os monges pedintes, Jean-Jacques Rousseau, os ateus, os positivistas, os cosmopolitas, os individualistas, os anarchistas, todos podem reclamar Diogenes como um antepassado. Depois de Platão que quer reformar o Estado pelo comunismo autoritário, nada mais singular, nessa Grecia tão civilizada do seculo IV, que a existencia de um philosopho que prega o rompimento com todas as convenções e com toda a civilização, para a volta ao estado quasi animal dos primeiros homens”. [...]

É analisando a vida e as atitudes dos cynicos que nós compreendemos a identidade substancial existente entre o individualismo e socialismo. (*Ibid.*, p. 198, 199, g.n.).

A cautela de Reale no prefácio veio mesmo em boa hora. Salientar que não se tratava de um trabalho de história poupou o jurisconsulto adaptável de um verdadeiro massacre intelectual por aqueles que se julgam cientistas da história. Eis que a análise dos cínicos gregos surgia aqui, absurdamente, para explicar uma suposta identidade essencial ou substancial entre individualismo e socialismo no século XX.

Resta comprovada a finalidade e a ligeireza panfletárias desta obra. Isto é, não apenas as obras declaradamente “de divulgação da doutrina” e da programática integralistas o são. Mesmo as obras “Formação da política burguesa” e “Actualidades de um Mundo Antigo”, supostamente ensaios de história das ideias “independentemente da programática partidária”, possuem elementos panfletários. Estes elementos são reforçados por retroprojeções históricas, objetivando o convencimento embutindo caracteres do presente num passado longínquo.

A teoria integralista era sua consciência moral, ao mesmo tempo que sua programática de governo, ao mesmo tempo que sua doutrina existencial, ao mesmo tempo que seu modo de arregimentação e disciplina hierárquica, ao mesmo tempo que seu aparato ontognoseológico para a compreensão da realidade brasileira, seu mito fundador de Nação, sua crise e as devidas soluções – enfim, efetivamente, todas as dimensões do discurso integralista estavam enganchadas umas nas outras, verdadeira totalização da política e perspectiva totalitária da existência.

Diógenes, que é comunista, que é hostil à cidade – que se resume em ordem e disciplina – prega contra todas as convenções; ateu, é contra o respeito aos deuses; cosmopolita, é contra a ideia de pátria, pois todos os homens são “cidadãos do universo”; é também comunista, pois quer desagregar a unidade familiar, que julga mera convenção, pregando assim a comunhão de bens, das mulheres e dos filhos no estado de natureza. (*Ibid.*, p. 200). O cínico grego é, efetivamente, a personificação antitética do ideário integralista: suas concepções são um desserviço à causa integralista, ao seu programa de ação, ao seu espírito elementar e ao conjunto de suas aspirações políticas, ou seja, à própria

doutrina do movimento e dos principais líderes: Salgado, Barroso e Reale.

Outro autor é mencionado por Reale, René Gannard, também um adepto das extemporaneidades conceituais.

O socialismo dos cynicos, como nota René Gonnard, é o antipoda de Platão. “Elle se allia a um individualismo ilimitado, ou melhor, é a consequencia deste: Platão organiza o comunismo, um communismo regulado e severo, para tirar do individuo todo interesse pessoal e para entregar completamente no Estado. Diogenes instaura o seu communismo essencialmente negativo, faz eliminações tão sómente para libertar de maneira absoluta o individuo. Muito mais que o outro, este socialismo, por seu espirito, está proximo do socialismo moderno, pelo menos daquelle que geralmente nos apresentam.”

Este espirito de rebeldia contra a sociedade, esse communismo dissolvente que faz o homem rebaixar-se encontrando motivo de orgulho na propria degradação, está de acordo com as epocas de decadencia. (*Ibid.*, p. 201, g.n.).

O jovem integralista Reale novamente destaca aqui a ideia de “crise”, transmutada agora em “época de decadência”. Segundo o autor, o “comunismo dissolvente” emerge em períodos de crise – faltou apenas que completasse que também o discurso fascista-integralista se aplica a esta análise.

Também o jovem integralista aceitou o uniforme, o “*Anauê*”, os mandos de Plínio Salgado, que o nomeou Secretário máximo de doutrina da AIB para retirá-lo do cargo às vésperas do golpe de Estado de 1937. Reale encontrou motivo de orgulho nesse processo, pois o Integralismo projetou-lhe no cenário político e cultural brasileiro. Contudo, somente o abandono da AIB proporcionou sua “adaptação” ao Estado Novo, aproximando-o de Vargas e garantindo-lhe a posição intelectual de professor titular de Filosofia do Direito, além de se tornar conselheiro no Departamento Administrativo de São Paulo (1942) e reitor da USP (1949).

Antes que se siga às obras de divulgação, resta a indagação: mas afinal, de que se trata a realização de uma “história das ideias”? O que o afazer histórico de Reale tem de história das ideias? Mais que isso: no

que a própria atividade analítica ora exercida pode se assemelhar a uma empreitada científica como esta que não se interessa pela análise interna dos sistemas de pensamento, mas apenas visa a captar as variações conceituais de um período, em cotejo com as transformações sociais e políticas que contextualizam tais nuances?

O enquadramento destas questões é resumido numa única pergunta pelo historiador inglês Quentin Skinner: quais são os procedimentos apropriados para a compreensão de um dado trabalho? Existem duas respostas ortodoxas a esta pergunta. A primeira, que vem ganhando espaço na seara da história das ideias, é de que o contexto, seja religioso, político ou econômico determina o significado de um texto dado. Esse contexto vai necessariamente fornecer um “quadro derradeiro” (“*ultimate framework*”) para qualquer tentativa de compreensão do texto. (SKINNER, 1969, p. 3).

Contudo, este contexto, não deixa de ser, ele próprio, um discurso, uma formulação última, *differentia ultima* de um estado de coisas. É impossível apreender este contexto como fenômeno, na medida em que uma vez que “só alcançamos uma coisa em si através da ideia que dela construímos em cada época.” (VEYNE, 2008, p. 16). A história das ideias é um discurso elaborado segundo os pressupostos de outro discurso construído historicamente.

Há aí uma lacuna dupla: como avaliar os critérios de verossimilhança de um texto, se seu contexto também é uma construção histórica – e se, inexoravelmente, a própria avaliação vai se transformar num discurso particular? Trata-se de um ofício de comediante que se veste com o figurino de seu objeto de análise.

Compreender aquilo que outrem diz ou faz é um ofício de comediante que se “põe na pele” da sua personagem para compreendê-la; se esse comediante for um historiador, precisará, além disso, de se tornar dramaturgo para compor o texto do seu papel e encontrar palavras (conceitos) para dizê-lo. (*Ibid.*, p. 20).

Como diz Paul Veyne, ao estudar a obra de Foucault, “todo *a priori* é histórico.” (*Ibid.*, pp. 24 e ss). O que se procura, então? Se os discursos são sucessivas ocultações, se quando se capitalizam “estocam uma quase infinidade de camadas, de estratos arquivais, por sua vez superpostos, superimpressos e envelopados uns nos outros”, como disse o filósofo francês Jacques Derrida (DERRIDA, 2001, p. 35), o que se

espera encontrar? Não há um rosto que reivindicará o lugar da máscara – por trás da máscara só poderá haver outra máscara, alertava Nietzsche. Foucault parece ter encontrado esta resposta, reivindicando outra coisa em lugar do rosto verdadeiro do discurso.

Usando ou abusando de uma analogia freudiana, Foucault diz ter “tentado libertar um domínio autônomo que seria o do inconsciente do saber”, “reencontrar na história da ciência, dos conhecimentos e do saber humano algo que seria como que o seu inconsciente”. “A consciência nunca está presente numa tal descrição” dos discursos; os discursos “permaneceram invisíveis”, são “o inconsciente, não do sujeito falante, mas da coisa dita” (sou eu quem sublinha), “um inconsciente positivo do saber, um nível que escapava à consciência” dos agentes, que eles utilizavam “sem que dele tivessem consciência”. (VEYNE, *op. cit.*, p. 22).

Veyne alerta que a utilização da expressão “inconsciente” não passa de uma figura de linguagem – uma metonímia, onde se deve ler “implícito”. Assim, busca-se, nos discursos e nas ideias propaladas pelos pensadores num dado período histórico, aquilo de implícito que eles dizem – sem dizê-lo “conscientemente”. Caractere que, quando revelado, trazido à tona, pode servir de fio condutor da análise, para uma aproximação destes discursos e ideias com o de outros pensadores do mesmo período – seria este o procedimento numa história das ideias.

Skinner aponta ainda que a outra resposta ortodoxa para a pergunta suscitada – e a mais disseminada nesta seara – é que o texto possui uma autonomia própria, e que a chave para sua compreensão está necessariamente “dentro” dele. Mas ambos os procedimentos são, para o autor, inadequados ou insuficientes. A questão central quando se trata desta perspectiva é que na análise de textos de filosofia o historiador necessariamente irá se deparar com “elementos atemporais” (“*timeless elements*”) na forma de “ideias universais”, ou então uma “sabedoria extemporânea” (“*dateless wisdom*”) que possa guardar “aplicação universal” (SKINNER, *op. cit.*, pp. 3-4).

De fato, o inglês sustenta que será impossível simplesmente estudar o texto dum autor consagrado sem trazer à baila algumas de suas próprias expectativas com relação ao texto, ou seja, sobre o que ele deve ter dito, o que ele esperava estar dizendo. Aqui, o “perigo perpétuo” é

que as nossas próprias expectativas sobre o que alguém estava dizendo vão determinar o que entendemos de seu discurso. Noutras palavras, apreenderíamos algo que o próprio autor não teria aceitado – ou não poderia aceitar – como consideração válida sobre o seu ofício, sobre o que ele efetivamente acreditava estar fazendo. (*Ibid.*, p. 6).

A saída metodológica seria não se restringir ao próprio texto, tampouco ao seu contexto particular, mas, doravante, no contexto de outros acontecimentos que podem desmistificar os sentidos específicos do texto analisado. (*Ibid.*, p. 39). Eis o que vem sendo feito até então, cotejando-se várias fontes de um mesmo pensador com bibliografias que contextualizam a condição dos políticos e intelectuais num dado período. Ora, a compreensão de um texto pressupõe a capacidade de apreender as “estratégias oblíquas” (“*oblique strategies*”) que ele pode conter – percebendo-se, doravante, que a informação nele relevante tem, ao menos em parte, relação com as restrições de uma dada situação social. (*Ibid.*, p. 40).

Em resumo: os limites de um dado contexto guardam relação com a informação que se quer transmitir com um discurso. O discurso integralista de Reale informa os limites cognitivos, políticos e intelectuais tanto da AIB, quanto da conjuntura cultural da década de 30. O resultado paradoxal desta mirada metodológica da “leitura contextual” é a suspeita, por parte dos historiadores, que seu objeto de pesquisa, afinal, não existe. Havendo essa interpenetração recíproca entre texto e contexto, não se poderia mais estudar, com pureza metódica, as ideias de um dado pensador. Segundo Skinner, o que há para ser dito, neste caso, é que o contexto social ajuda a causar a formação e a mudança das ideias; em contrapartida, as ideias ajudam a causar a formação e a mudança dos contextos sociais. (*Ibid.*, p. 42).

As ideias de um dado texto devem ser entendidas “nos termos” do contexto social do qual faz parte. (*Ibid.*, p. 43). Skinner também utiliza a obra “O Príncipe”, de Maquiavel, para sustentar seu ponto de vista. O florentino visava a subverter ou a sustentar um senso comum moral fundamental para a vida política do período? “Como” o que foi dito adquiriu seu sentido? Mediante que dispositivos? Além disso, quais relações possivelmente haveria entre variadas declarações, ainda que insertas num mesmo contexto geral? (*Ibid.*, p. 47).

Eis a razão segundo a qual a estratégia teórico-dogmática da AIB girava em torno do diálogo incessante entre as próprias obras integralistas, reforçando assim seu significado, o significado que se desejava ver transmitido. Aqui haveria um circuito linguístico fechado, estritamente integralista. A literatura e/ou o discurso integralistas

intentaram, num procedimento análogo ao fascista, fixar os limites e as regras desta linguística estritamente integralista.

No dizer de Alexandre Ramos, tratava-se da criação de uma rede de bens simbólicos. O controle, a gestão e a gerência destes feitos (e de seus efeitos) eram realizados por departamentos específicos no seio da AIB, sendo o posto de Reale o de maior proeminência e importância, como chefe máximo da doutrina – também o chefe máximo da censura. (CAVALARI, 1999, p. 83 e ss). Esta era a função da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos, do Sigma – Jornais Reunidos, da Secretaria Nacional de Imprensa e das Comissões de Imprensa locais – todo este aparato já existia no bojo da AIB, encarregado de *“censurar e selecionar toda matéria de caráter doutrinário ou partidário, destinada a publicação.”* (Ibid., p. 85).

Através da censura; da obrigatoriedade em se realizarem referências internas ao discurso integralista “clássico” (isto é, seguindo-se a hierarquia da literatura de Salgado, passando pelas obras dos principais dirigentes, como Reale, Barroso e Melo, até as obras de projeção local); da rejeição de argumentos e conceitos exteriores, não-integralistas, a AIB pôde criar seu próprio saber de identificação. Os destinatários do discurso integralista, fossem os militantes, fosse todo o povo, após a “vitória final” do movimento, estavam tomados e enodados nesta rede de bens simbólicos. O militante deveria se sentir, mesmo, mergulhado na “realidade” integralista. Estes procedimentos, conjugados, tentavam englobar os dispositivos de compreensão do contexto social<sup>91</sup> dos militantes, substituindo seu aparato linguístico pelo circuito linguístico integralista, fechado. Noutras palavras, o discurso integralista seria a chave interpretativa da realidade social, tão logo transmutada por ação deste próprio discurso.

Skinner sintetiza o método numa única frase: a compreensão dos textos pressupõe a apreensão concomitante do que os autores intentaram dizer e significar, o que era por eles pretendido; e “como” se pretendia que esse significado fosse apreendido no momento em questão. O texto possui seu caráter intencional. Deve-se buscar a compreensão tanto do conteúdo a ser passado, quanto a compreensão da forma segundo a qual se espera que esse conteúdo seja compreendido por parte dos próprios autores.

The understanding of texts, I have sought to insist,  
presupposes the grasp both of what they were

---

<sup>91</sup> Acessado apenas linguisticamente, já que autônomo.



intended to mean, and how this meaning was intended to be taken. It follows from this that to understand a text must be to understand both the intention to be understood, and the intention that this intention should be understood, which the text itself as an intended act of communication must at least have embodied. (SKINNER, *op. cit.*, p. 48).

Skinner ainda aponta a necessidade de se perscrutar o público alvo para o qual o texto é endereçado, tal qual salientado por Chauí em seu estudo sobre a ideologia do discurso integralista. O que o autor intentava transmitir no momento preciso em que escreveu suas linhas e as dirigiu para uma plateia específica? Deve-se delinear, primeiramente, o raio de comunicações adotado pelos pensadores para transmitir suas elocuções, seus discursos. (*Ibid.*, p. 49). Deve-se separar, neste sentido, “a intention *to do* something and an intention *in doing* something”, isto é, a intenção “de” fazer da intenção “no” fazer. (*Ibid.*, p. 51).

Por fim, o historiador alerta para o fato de que os textos, sobretudo no pensamento ético, político e social, preocupados com seus próprios “problemas alienígenas”, que não dizem respeito às questões da atualidade, tampouco guardam ligação com nossos problemas. O que a história das ideias revela não é a “semelhança essencial” de textos que tratam de problemas políticos e sociais, mas, ao contrário, a variabilidade das morais políticas assumidas. Daí que as pretensas “verdades atemporais” estão, em realidade, ligadas com problemas contingenciais, com conjecturas específicas. (*Ibid.*, p. 52-53).

Reale nunca esteve interessado nas culturas de outras civilizações, como disse no prefácio de “Actualidades de um mundo antigo”. Seu introito era trazer para do passado aquilo que dele fosse útil para a compreensão do presente. Reale estava preocupado, em seus textos integralistas, com os próprios problemas “alienígenas” integralistas. Discorrendo sobre categorias analíticas extemporâneas e sobre conceitos universais como liberdade, autoridade, igualdade, Estado, moral, Reale não procurava uma discussão metafísica segundo os pressupostos de uma filosofia desinteressada das paixões leigas.

A discussão dessa parafernália conceitual não o distanciava de seus problemas concretos, paupáveis, políticos, no seio da AIB – ao contrário, habilitava-o a discuti-los com mais propriedade. Era a sustentação de seu posto de dirigente, de sua posição de intelectual. Era a forma que o jovem Reale encontrava para participar da vida política e cultural de seu tempo, marcada por personalismos, conchavos, redes

impenetráveis, controlado por elites econômicas, coronéis, oligarquias rurais e políticos carreiristas, e cuja própria Academia era estruturada por compadrios, Buchas, Ligas e toda sorte de agremiações políticas corporativistas e fechadas, fossem as que trabalhavam à luz do dia e segundo a agenda pública, fossem as que trabalhavam à sombra dos bastidores privados.

Reale quis sair de seu jardim e atingir a praça.

### **3.1.3 As chamadas “obras de divulgação”: “Perspectivas Integralistas” e “Formação da Política Burguesa”**

Reale chamou de “obras de divulgação da doutrina”, nas “Memórias” (1987a, pp. 69 e ss., 85 e ss.), os trabalhos menores “Perspectivas Integralistas”, “ABC do Integralismo” e alguns textos publicados no jornal “Acção” e na revista “Panorama”, encontradiços nas “obras políticas” organizadas pela UnB. O objetivo de tais obras era o convencimento e arregimentação das classes populares. O destinatário final era o militante comum, mas também o povo. Sem a erudição e os recursos retóricos das obras teóricas, as obras de divulgação transmitem a programática integralista de maneira simplificada.

A autoridade do argumento integralista prevalece a despeito da ausência dos autores citados nas principais obras teóricas. As obras de divulgação panfletária repetem as mesmas ideias e sínteses das obras principais, sem, contudo, as justificações filosóficas e os sistemas de pensamento de autores consagrados. Isto pode ser percebido sobremaneira nas partes inicial e final do trabalho “Perspectivas Integralistas”. Esta obra teve sua primeira edição em 1935, possuindo uma segunda em 1936. Os dois pontos mais importantes do trabalho são, efetivamente, as partes inicial e final: “Súmula do Integralismo”<sup>92</sup> e “A posição do Integralismo”<sup>93</sup>.

A súmula fora publicada primeiramente pela “Revista Brasileira” de números 7 e 8, originado a partir da “Cartilha do Integralismo”, mas “inteiramente refundida e ampliada” por obra de Reale. Ao mesmo tempo, “A posição do Integralismo”, escrito em 5 de janeiro de 1933, foi inicialmente publicado na primeira série dos “Estudos Integralistas”, também de 1933, livro que continha, além de textos de Plínio Salgado e Olbiano de Melo, o “Manifesto de Outubro” e a “Cartilha do Integralismo Brasileiro”, que originou a “Súmula do Integralismo”. O

---

<sup>92</sup> Cf. REALE, 1983c, pp. 15-35.

<sup>93</sup> Cf. *Ibid.*, pp. 57-67.

intuito de Reale ao escrever “A posição” era corrigir a carência de mais especificidade no tratamento dos problemas de natureza jurídica e de Teoria do Estado nos manifestos da AIB escritos por Plínio Salgado, bem como uma distinção mais clara entre Fascismo (italiano e português) e Integralismo. Pode, segundo o autor, ser considerado complementar ao “Manifesto de Outubro”, constituindo também “documento fundamental na história do Integralismo.” (REALE, 1983c, pp. 15, 57; 1987a, pp. 85-86).

Ambos os textos, considerados em conjunto, sustentam e corroboram teses levantadas até então. Primeiro, como afirmou Cavaleri, expressam a técnica de repetição como estratégia de persuasão e arregimentação integralista. Ou seja, trazem transcritas, sem citação bibliográfica e referências a autores estrangeiros, as ideias veiculadas nas obras teóricas. Os opúsculos são muito semelhantes, praticamente derivados de textos de autoria de Salgado, mormente o “Manifesto de Outubro”. Não obstante, como diz a filósofa, demonstram a simplificação das obras teóricas, dirigidas aos líderes e dirigentes do Integralismo, nestas obras de caráter panfletário, para mera divulgação e lembrete da doutrina e das diretrizes dogmáticas do movimento. Ainda, como já sustentado pelo trabalho de Ramos, complementam e intensificam a “rede de bens simbólicos” integralistas. Na medida em que o público alvo é modificado (dos dirigentes para os militantes comuns), mais classes são assimiladas e integradas no seio do movimento.

Reale resume em suas “Memórias”, em apenas uma página, a parte de “Perspectivas Integralistas” destinada a caracterizar a originalidade do movimento perante os fascismos europeus. Contudo, opera algumas modificações, chegando mesmo a complementar, em suas “Memórias”, a obra da juventude, visando conferir-lhe maior esclarecimento. Assim, além dos itens que vão de “a” a “e” na obra original, Reale acrescenta-lhes aqueles que vão de “f” a “j”. (REALE, 1983c, pp. 63-67; 1987a, p. 87).

Enquanto na obra original

Reconhecemos os valores particulares e exclusivos dos indivíduos, mas *não fazemos do indivíduo um absoluto.*

Reconhecemos a necessidade dos governos moralmente fortes, mas *não fazemos do indivíduo um tabu.* (sic) (1983c, p. 66).

Nas “Memórias” lê-se: “i) não fazer do ‘*indivíduo um absoluto, nem tampouco do Estado um tabu*’”. (1987a, p. 66). O jovem integralista Reale afirmava que a AIB não fazia do indivíduo um absoluto para criticar, indiretamente, o liberalismo. No entanto, quando afirma que o Integralismo não fazia do indivíduo um tabu, pode ter significado: a) que uma personalidade política não deveria prevalecer em face do Estado ou da programática de governo; ou ainda, b) que o indivíduo e sua condição humana limitada não deveria ser um empecilho na busca por um governo moralmente forte. Parece deixar entrever, assim, que o aparelho estatal prescindiria de indivíduos, fossem personalidades políticas, fosse alguém do povo, para o atingimento de suas finalidades últimas – já que o Estado Integral é, para Reale, um Estado Ético.

Já em 1983, nas “Memórias”, não fazer do Estado um tabu significa o exato oposto: o Estado não pode funcionar como empecilho para que o indivíduo, a despeito de não ser tomado como um absoluto, atinja a plenitude de sua dignidade humana. Esta “correção” pode estar conectada com sua postura política da época, de democrata social ou liberal-social, como afirmou nas entrevistas, na obra “Pluralismo e Liberdade” e, mesmo, na introdução de suas “obras políticas” reunidas. As perspectivas adotadas, praticamente dicotômicas, de como se deve encarar a relação polarizada indivíduo-Estado pode funcionar como indício da adaptatividade das ideias de Reale a diferentes momentos históricos e suas circunstâncias peculiares.

Além disso, Reale acrescenta um dado inexistente na obra original quando a rememora. A correção, o acréscimo, ou, sem dúvida, a deturpação da obra original nas “Memórias” parece ser um intento do jurista para vestir no Integralismo figurino menos “verde e sigmático”, menos “fascitóide”, por assim dizer. Veja-se: “j) construção de uma *República Social*, em virtude de nossa fidelidade à ideologia republicana.” (*Idem*).

Ora, uma afirmação contraditória como essa não teria lugar na obra original, afinal, citando Alberto Torres, o jurista critica a legislação social-assistencialista do período, que visaria mais a acalmar os ânimos do operariado (fornecer seu “cala-boca”) que a ressituar o trabalho numa posição digna dentro da dinâmica econômica. Isto é colocado nas próprias “Memórias” (*Idem*).

Quanto à obra original, existe um capítulo específico para essa crítica, “Sobre a Legislação Social”, em que Reale sustenta a inefetividade de normas jurídicas sobre salário mínimo, jornada de trabalho, diante de um ambiente de liberal-democracia e cooptação dos sindicatos pelo capitalismo financeiro e pelas agremiações partidárias.

Chega a caracterizar, inclusive, duas espécies de sindicato no capítulo seguinte, “Aspecto do sindicalismo no Brasil”: sindicatos dirigidos por anarquistas, anarco-sindicalistas e marxistas; e aqueles “reduzidos a células eleitorais nas mãos da ex-interventoria” (*op. cit.*, pp. 43-49 e 51-55).

Faço esta remissão apenas para sustentar outra tese, além das de Cavalari e Ramos: o apego, o “vencilhamento extemporâneo”, a incapacidade disjuntiva de Reale relativamente ao Integralismo.

Diferentemente do que sustentou em suas “Memórias”, esta história das ideias jurídicas de Reale pontua que o juriconsulto adaptou-se – mas não se reformou de todo. Refinou e sofisticou seu pensamento – operando drástica modificação nas fontes e na bibliografia em que o apoiou. Aliás, reitero, nesse sentido, o caráter sintomático e problemático das “Memórias” do autor – já que figuram como fonte primária elementar desta análise – que foram escritas logo após a organização das “obras políticas” pela UnB e pelo próprio juriconsulto adaptável. Enquanto estas foram publicadas em 1983, aquelas foram publicadas em 1987.

Inclusive, no capítulo das “Memórias” em que Reale define “Minha posição na Doutrina Integralista” (sic), parece interessado em fazer uma defesa argumentativa teórico-filosófica sobre as acusações/rotulações que recebeu, de ser “totalitário”, “fascista”, “reacionário” – defesa em forma de ataque da qual não escapou, inclusive, Helgio Trindade. Aliás, dá-se a impressão de que elas servem mesmo para se dar a última palavra quando o assunto é “Miguel Reale, sua trajetória intelectual e política”. Esta “etiquetagem” ou “clichetagem” era, na época, segundo o autor, técnica desvelada pelos “adeptos de Stálin ou de Trotsky”, com aplausos dos liberais afeitos a ideia do “Estado neutro ou ausente”. (REALE, 1987a, p. 88).

Por sorte que tal etiquetagem

[...] não encontra mais guarida entre os neoliberais ou os propugnadores da Democracia Social, em cujos quadros me situo desde a publicação, em 1940, de minha *Teoria do Direito e do Estado*. (*Idem*).

Parênteses: esta posição foi revista – ou adaptada – por Reale depois da década de 1980. No primeiro capítulo deste trabalho foi demonstrado como, em entrevistas no início dos anos 2000, o jusfilósofo se assumiu “liberal-social” ou “social-liberal”, ponto de vista adotado a

partir da publicação de sua obra “Pluralismo e Liberdade”, publicada em 1963. É de se lembrar, por oportuno, que esta obra foi seguida por “Da Revolução à Democracia”, publicada em 1967, e que congrega importantes palestras para o Exército brasileiro sobre a “origem supraconstitucional” do Ato Institucional que, para o dissabor de Kelsen, funcionaria, no Brasil, como a sua *Grundnorm* – a norma hipotética fundamental.<sup>94</sup>

Qual a razão de ser, afinal, da importância das obras de divulgação? Porque são o néctar do “*plano permanente de propaganda*, que envolvia a publicação de livros, revistas, boletins, circulares, além de comícios e cursos de expansão” (*Ibid.*, p. 89), além (sic) das sessões doutrinárias e da utilização da rádio, conforme lembra Cavalari. O cotejo dos tópicos elencados no início deste capítulo, da obra “O Estado Moderno” e de “Perspectivas Integralistas” pode resumir o trabalho de análise. Assim, estão presentes, em “Perspectivas”, as seguintes diretrizes integralistas, novamente repetidas.

Autoritarismo, dissolvido na ideia de coesão, unidade, articulação nacional, Estado forte e centralizado politicamente (“prega a necessidade do Estado forte para garantir o equilíbrio entre as várias classes” – REALE, 1983c, p. 35):

Só a modificação integral da estrutura do Estado pelo fortalecimento da Autoridade permitirá resolver as questões que o século passado deixou sem solução como verdadeira sementeira de guerras e revoluções. (1983c, p. 28, g.n.).

Ideia de compartilhamento: no opúsculo da “Súmula”, verifica-se expressões como “indivíduos que [...] possuem aspirações comuns, identidade de interesses, [...] comunhão de língua, de história, de tradições, de costumes, de hábitos, de virtudes e de defeitos, uma consciência comum de querer.” Estado Integral, com a identificação entre Nação – “organismo ético, político, cultural e econômico”, como na doutrina fascista de Mussolini – e Estado, e depois entre Estado e povo (p. 20), e depois entre Estado e Sociedade (p. 35) (*Ibid.*, p. 15, 20, 35, g.n.).

---

<sup>94</sup> Neste sentido, cf. os três primeiros capítulos da obra, “A Revolução de março no contexto de nossa história política”, “Revolução e normalidade constitucional” (onde Reale “adapta” a “Teoria Pura” de Kelsen para a política brasileira) e “Revolução e processo revolucionário”. (1977, pp. 17-80).

Nacionalismo e rejeição ao Imperialismo: “O Integralismo é nacionalista, mas o seu nacionalismo tem um fundamento exclusivamente ético [...]. O Integralismo rejeita, portanto, o imperialismo” (*Ibid.*, p. 15). Corporativismo: “a Nação é uma cooperativa [...] sociedade solidária naturalmente estabelecida”. Além disso, “A Corporação é o órgão estatal, onde se encontram os representantes dos empregadores e dos empregados, ou melhor, dos trabalhadores da inteligência, do braço e do capital.” (*Ibid.*, p. 15, 23).

Estado Interventor na economia e acima das classes: “O Estado deve fiscalizar a economia, pois a não-fiscalização é uma anomalia das sociedades capitalistas para gáudio de poucos indivíduos.” Ou “A economia se subordinará à moral” (*Ibid.*, p. 23, 25). Aliás, no Integralismo, tudo se subordina à Moral: Estado, Direito, Economia, História e Política – todas estas dimensões estão inseridas na Moral (integralista).

Crítica da representatividade da democracia liberal, “Inutilidade dos partidos”, substituições dos partidos políticos pelos sindicatos e pelas corporações: “Os partidos [...] são órgãos imperfeitos e dispensáveis [...] são órgãos *artificiais transitórios, de vida intermitente, heterogêneos e exprimem forças dos grandes centros*”. (*Ibid.*, p. 18). Centralização política e descentralização administrativa (*Ibid.*, pp. 29-31).

Identificação dos inimigos comunistas e liberal-democratas: capítulos dedicados exclusivamente a essa crítica, como “Posição do Proletariado”, “Sobre a legislação social” e “Aspecto do sindicalismo no Brasil” (*Ibid.*, pp. 37-55).

Em contrapartida, a alegada originalidade do Integralismo face aos fascismos europeus vem encartada no opúsculo complementar ao “Manifesto de Outubro”, “A posição do Integralismo”, mormente no seguinte trecho:

Do Fascismo aceitamos os princípios seguintes que marcam as diretrizes do Estado moderno [...] e são, em verdade, rumos universais: [...]

Mas sustentamos também os seguintes princípios essenciais, decorrentes da ambiência e da índole do povo brasileiro:

a) *Unidade da Federação* [...];

b) *Autonomia Administrativa dos Municípios* [...];

- c) a *Representação política* de caráter técnico deve coexistir ao lado da representação econômica [...];
- d) a integração dos grupos profissionais no Estado deve se processar de baixo para cima, dos municípios até a União, segundo normas por esta estabelecidas;
- e) exclusão de toda tirania exercida pelo Estado contra o indivíduo e as suas projeções morais; combate à tirania dos indivíduos contra os superiores interesses da Nação.

Ademais, a originalidade também é discutida noutro opúsculo, “Nós e os fascistas da Europa”, publicado originalmente na revista “Panorama” (também dirigida por Reale), em seu exemplar de número 6, páginas 11 e seguintes, de abril-maio de 1936 (ano I).

A polêmica gira em torno da afirmação de uma revista francesa, cujo nome não é mencionado, que, elogiando o Integralismo, considerou os camisas verdes “filhos espirituais de Maurras” e “nacionalistas integrais”. Reale critica o exclusivismo patriótico dos franceses – como o faz o próprio Benda, tanto em relação aos intelectuais modernos franceses, mas sobretudo relativamente aos alemães. Daí que, diferentemente da Europa, o Integralismo não se apresentava como a doutrina universal a ser aplicada em qualquer lugar – ao contrário, adaptava as ideias gerais e universais do pensamento mundial para, aí sim, adaptá-las à cultura brasileira. Afinal, “repudiamos o racismo hitlerista, [...] nos afastamos do cesarismo italiano” – “Somos, por assim dizer, mais democratas que os fascistas da Europa.” Eis o caractere de diferenciação: o índice de postura democrática. (*Ibid.*, pp. 225-233). Mas o ato falho não passa sem observação: “nós e os fascistas da Europa” permite a leitura de que alguns fascistas não são “da Europa”.

Vê-se, doravante, que a doutrina e as diretrizes programáticas encontram-se repetidas e revisitadas nesta obra de divulgação. Reale inclusive transpõe de “O Estado Moderno” algumas passagens, sem citá-lo, todavia.<sup>95</sup> Outro ponto que merece menção nas “Perspectivas Integralistas” é a importância ao mérito e às capacidades individuais que

---

<sup>95</sup> Neste sentido, cf. REALE, 1983c, pp. 15-17 (conceito/concepção de Estado); pp. 21-22 (conceito de sindicato e críticas à tomada “bolchevique” e liberal-democrata de suas organizações); pp. 22-23 (caracteres do Corporativismo); pp. 58-59 (conceito/concepção do Estado Liberal); 59-60 (conceito/concepção do Estado Moderno).



o opúsculo salienta. AIB pregava, efetivamente, uma meritocracia, não sendo raro criticar a representação liberal-democrata por não ser encabeçada por quem o mereceria – por direito ou por política. Sobre isso, quando comenta a importância da educação para a programática integralista, Reale diz que “O ensino deve ser gratuito em seu grau primário com obrigatoriedade de matrícula e frequência. Os estudantes que mostrarem capacidade terão garantida a continuação dos estudos, nos cursos secundário e superior.” (*Ibid.*, p. 32, grifo do autor).

Nesta mesma seção, em que discute a posição da AIB frente à cultura e seus problemas imanentes, Reale deixa entrever o autoritarismo do projeto integralista, com uma postura de censura e controle que seria adotada sem reservas pelo próprio Vargas após o golpe de 1937. Segundo o jurista, seria necessário o estabelecimento de leis sobre teatro, cinema, imprensa, “devido à sua incalculável importância na sociedade. São armas de dois gumes que podem ser tanto elementos de harmonia como de desagregação.” Isto justificava a necessidade de um “rigoroso controle do Estado”, a partir de leis especiais que evitassem que “[...] esses veículos do pensamento se tornem instrumentos anti-sociais.” (*Ibid.*, pp. 32-33, g.n.).

“A posição do Integralismo”, não obstante o já dito, deixa sobressalente a disputa envidada pela AIB em torno de alguns conceitos técnicos de Direito e Ciência Política. Uma história dos conceitos, acoplada a uma história das ideias, nesta guinada da nova História do Direito no Brasil será capaz de comprovar como, na década de 1930, conceitos como “Estado”, “Nação”, “Estado-Nação”, “revolução” (enquanto os comunistas estariam a pregar uma revolução materialista, os integralistas pretendiam uma “revolução do espírito”), “soberania”, “liberdade, igualdade e solidariedade” (em antítese aos postulados não efetivados da Revolução Francesa e da teoria liberal), “sindicato”, “corporação”, etc. estavam em constante disputa.

Além disso, alguns textos ou seções de “Perspectivas Integralistas” foram publicados também no jornal “Acção”, dirigido por Reale entre outubro de 1936 e abril de 1938. As seções pertencentes ao opúsculo “Súmula do Integralismo” (parte inicial das “Perspectivas...”) “O Problema da Cultura” e “O Problema da Raça”, por exemplo, são também contraditórias, sem alterações (mera transcrição), respectivamente nos exemplares 25 (05 de novembro de 1936) e 24 (04 de novembro de 1936).

Esta atitude se repete no exemplar 12 (20 de outubro de 1936), quando vem encartado, desta vez com referência bibliográfica, um fragmento de “O Estado Moderno”: “O Estado totalitário e o Estado

Integral”. Não obstante, relativamente à obra “Atualidades Brasileiras”, dá-se o mesmo: “Notas à margem de *Casa Grande & Senzala*” vem publicada no exemplar de número 7 (14 de outubro de 1936). Note-se que estas ligações não são taxativas.

Os trabalhos “Corporativismo e unidade nacional” e “Integralismo e Democracia” também foram publicados originariamente na revista “Panorama”. O primeiro no exemplar de número 8, páginas 17 e seguintes, em 1936 (ano I); o segundo no exemplar de número 14, páginas 1 e seguintes, outubro de 1937 (ano II). (*Ibid.*, pp. 236-242, 243-251).

O primeiro trata de como o corporativismo é adotado estrategicamente pela AIB como meio na persecução do ideal de unidade nacional – ou seja, postura programática diante dos regionalismos estaduais, melhor dizendo, dos “centrifugismos provinciais”, que diminuía “a capacidade integralizadora e orgânica do poder central.” (*Ibid.*, p. 236). Isso se deve à inexistência de um “princípio direto, a fim de nortear a estrutura geral do Estado.” O Estado não pode então ser organizado em torno destas “variáveis” regionalistas, mas em torno de uma constante: o “Trabalho”. O Integralismo vem fornecer este princípio e, junto dele, o aparato “natural”, já dado, a ser ordenado pelo Estado.

No plano corporativista – notem bem – ordena-se o que já existe, ordenam-se as profissões, entrelaçam-se atividades, coordenam-se os grupos desde o município até a União, mas não se criam esses grupos, não se fundam profissões. O corporativismo ordena o que já existe, articula juridicamente órgãos que *de fato* preexistem no corpo social. E esses órgãos são expressões da constante *Trabalho*. (*Ibid.*, p. 239).

O segundo é mais uma defesa do caráter democrático do movimento integralista – que, na verdade, “sempre” foi democrático (“Democratas somos tanto nós como os nossos adversários. Nós mais que eles, em verdade, porque não permanecemos apegados a formulas de outras éras”)<sup>96</sup>.

Reale está reagindo às críticas de outras agremiações partidárias ao plebiscito da AIB, do dia 23 de maio de 1937, para a escolha de um

---

<sup>96</sup> REALE, Miguel. O problema da democracia. **Acção**, São Paulo, 9 out. 1936. p. 1.

candidato às eleições presidenciais (“Por sinal que fui [Reale] o terceiro mais votado...”) que se dariam entre dezembro de 1937 e janeiro de 1938, segundo a Constituição de 1934. Isto demonstraria um afastamento da AIB de seu próprio corpo programático, de seus princípios e diretrizes essenciais. Afirmando que os inimigos do Integralismo não julgam o que os camisas verdes são, mas segundo “a imagem deturpada que seus ressentimentos e suas paixões criaram de nós” (sic), sustenta, a partir do “Manifesto de Outubro”, que o corporativismo é mais democrático que o sistema representativo liberal, via partidos. (*Ibid.*, p. 245).

“Não é por ser inimigo da Liberdade que o Integralismo combate o Liberalismo, mas sim porque este promete Liberdade e só a garante aos mais fortes;” segundo uma autocitação; já citando Salgado “O integralismo quer realizar uma Democracia de fins e não uma Democracia de meios.” A “supremacia” do “chefe” é exaustivamente corroborada – o que por certo adquire certo tom paradoxal, na medida em que a AIB pregava a desafeição por personalismos, sendo este uma das máculas da democracia representativa de matiz liberal. (*Ibid.*, pp. 247 e ss.).

“ABC do Integralismo”, por sua vez, não tem a pragmaticidade e objetividade do opúsculo anterior. Trata-se de “livrinho para o povo”, escrito em tom mais coloquial e informal, sedutor, “procurando tornar acessíveis às grandes massas os princípios essenciais do Integralismo.” Este dado merece atenção segundo a metódica encabeçada por Chauí em sua análise da dimensão ideológica do discurso integralista – a qual público, ou “a que classe o discurso se dirige?” (*Ibid.*, p. 155).

“Nesta exposição popular”, Reale centra-se no dilema partidário brasileiro, sua “falsa democracia” imanente, apresentando, por derradeiro, a alternativa proposta pela AIB. O texto vem recheado de “quadros da vida política e econômica do Brasil”, sendo “fotografados” por Reale “com a maior exatidão possível” para se denunciar “os aspectos mais característicos da ‘falsa democracia’ que o oportunismo político não se esquece de endeusar.” Seu caráter panfletário é notório na medida em que, centrado na problemática representativa e partidária, Reale, mais uma vez, identifica os “inimigos” do movimento e tenta neutralizar sua ação política – ou a legitimidade que o povo a eles confere – mediante obstáculos conceituais, teóricos, conforme se tornou praxe em sua metódica doutrinário-dogmática. (*Idem*).

Assim, Reale explica como nascem os partidos – e de como os partidos existentes no Brasil carecem de programas, realizando, apenas, oportunismos eleitoreiros (*Ibid.*, pp. 157-169). Não se furta a disputar,

doravante, conforme já salientado, o conceito de soberania, dessa vez “soberania popular”, vez que o “livrinho para o povo” precisa constituir apelo simples, minimalista, sem contudo perder sua força argumentativa para convencer e arregimentar. (*Ibid.*, pp. 171-176). Não deixa de salientar a figura paradigmática da República Velha, o “coronel”, como “sucedâneo do Estado Liberal”, tipicamente abstencionista, como se a organização mesma do Estado e da República, no Brasil, não se tivesse processado a partir da própria oligarquia, num choque entre a elite da coroa portuguesa e da elite latifundiária brasileira (opinião do autor). (*Ibid.*, pp. 177-183).

Segundo tais considerações, o sistema eleitoral brasileiro, em tom notoriamente jocoso, é (sara)pintado como “A comédia eleitoral”, uma vez que os partidos se organizam às convulsões apenas em períodos eleitorais – e, em contraste a isso, a demonstração do rigor permanente e da disciplina militante da AIB. (*Ibid.*, pp. 185-192). Finalmente, exsurge a exaustivamente repetida proposta integralista: “Em lugar dos partidos, as Corporações”, sempre num discurso informal, sem apelo a categorias analíticas, conceitos universais/metafísicos/abstratos (somente quando estritamente necessário). (*Ibid.*, pp. 193-205). Era o proletário, o sertanejo que os integralistas miravam com esta forma discursiva. O livrete encerra-se com uma seção intitulada “O drama comunista”, e mais uma, “Pela ordem”, cujo ponto alto é uma tabela demonstrativa da dívida externa de São Paulo, obra de liberal-democratas. Nesta última parte a estética do diálogo é radicalizada: Reale entremeia grandes parágrafos explicativos, conceituais e analíticos com pequenas perguntas, parágrafos de duas frases, ou uma única de efeito, mostrando uma didática peculiar ao público que mirava alvejar. (*Ibid.*, pp. 211-222).

Por fim, tem-se que “Atualidades Brasileiras” não é propriamente um panfleto de divulgação, conforme salienta o próprio autor. Todavia, é curioso analisar como, mesmo indiretamente, as análises de “sociologia e política” de Reale descambam necessariamente para o apontamento desta ou daquela diretriz integralista. A apreciação da “posição de alguns ilustres pensadores patrícos”, como se dá no caso de Gilberto Freyre, adquire conotação de mero álbi, mero artifício retórico, com o qual Reale aparentemente está desviado da doutrina política da AIB. Na verdade, pelo que não diz, pelo que silencia, pelo que deixa latente, Reale necessariamente vai-se conduzindo para a programática integralista. Isto ficará mais evidente quando a dita análise realeana do trabalho de Freyre sofrer análise mais detida na seção que se segue. (*Ibid.*, p. 71).

O livro é composto dos seguintes ensaios, todos autônomos, “unidos tão-somente pelos princípios gerais da doutrina e do método que constituem o patrimônio dos ‘camisas-verdes’.” (*Idem*). “A revolução de 30”, em que Reale aponta a necessidade inexorável de se fazer outra revolução, na medida que a anterior não solucionou os problemas e antinomias da República Velha – ao contrário, com seus vácuos políticos e com a confusão ideológica do período, só fez agravá-los. (*Ibid.*, pp. 73-77).

Em “O problema da liberdade e a revolução necessária”, após desfazer “falsas antinomias”, Reale vai discorrer que, “por amor à liberdade”, deve haver um centro de convergência, galvanização e direcionamento da energia política para a concretização efetiva de tal postulado universal – o que poderia ser realizado numa aproximação entre “Liberdade e autoridade”. E eis o tom convidativo da arregimentação: “Amo tanto a liberdade que dia a dia a conquisto e não deixo de convidar os outros a conquistá-la.” O mesmo se dá com o tópico final do ensaio “Essência da disciplina” (*Ibid.*, p. 83). A disputa conceitual, aqui, gira em torno da expressão “liberdade”.

Já no ensaio “Bases da Revolução integralista”, o interesse é, conforme sobredito, a disputa em torno do vocábulo, significante, termo, conceito ou categoria analítica “revolução”. Estico assim entre sinônimos e antônimos o que vem a ser “revolução”, justamente porque, no período em questão, tal qual conceitos como “Estado forte” e “Nação”, a categoria era manipulada em disputa acirrada, sobretudo entre integralistas e comunistas. Reale chega a confessar em suas “Memórias” que os partidos nutriam-se reciprocamente – a busca fanática pela identidade em ambos dependia irreversivelmente da caracterização de seu oposto. (*Ibid.*, pp. 91-103).

“Rui Barbosa e uma revisão necessária”, “Notas à margem de Casa Grande & Senzala” e “O conceito de Estado na obra de Azevedo Amaral” partem da mesma metodologia estratégica: basear-se em grandes pensadores da situação política e cultural brasileira para, mediante alguns desvios de percurso, novamente pontificar a doutrina integralista, emplastro contra todos os males. (*Ibid.*, pp. 105-114, 121-125). “A influência do imigrante” e “Considerações gerais sobre a indústria brasileira” são peculiares porque aparentam dirigir-se a públicos-alvo específicos. Novamente o tom panfletário ganha contornos claros. (*Ibid.*, pp. 115-120, 127-141).

É também ao imigrante que a cultura brasileira é devedora, já que o imigrante “muito nos deu e muito nos ensinou”. (*Ibid.*, p. 118).

Nós somos a Torre de Babel em sentido inverso. Aqui tornam a se encontrar os que se dividiram e se afastaram. As raças se completam, as almas se fundem.

A grandeza do Brasil está exatamente nisso. Quem poderá impedir a formação da Raça Cósmica, a que se referiu orgulhosamente um poeta que soube interpretar a voz da América? [trata-se do filósofo mexicano José Vasconcellos (*Ibid.*, p. 120).

O livro encerra-se com o breviário “Estudo sociológico de *Geografia Sentimental*”, que mais se parece como uma bajulação ilimitada da figura de Plínio Salgado. Passagens como “A geografia do Brasil foi estudada por muitos. Só agora, porém, encontrou Plínio Salgado, para lhe dar sentido humano e social.” e “O Chefe do Integralismo pertence à categoria dos escritores ricos de intuições, fecundo de idéias novas. A faculdade intuitiva é mesmo a dominante em sua psique.” estão habilitadas para corroborar a assertiva. (*Ibid.*, p. 143).

Reale, aqui, apela à novidade, bem como apela à juventude – típica estratégia argumentativa fascista – para demonstrar como o homem de cultura que Salgado fora desde o advento da Semana de Arte Moderna de 1922 tornava apenas latente sua profunda sapiência da situação social e política do Brasil. Mais uma vez, justifica-se a tomada do aparato estatal por uma elite dirigente de cultura. Usando-se as categorias de Bourdieu novamente, parece que os integralistas visavam a abocanhar o campo de poder através do campo intelectual – sem se darem conta, contudo, que o que faziam era dissolver este naquele, fazendo com que os homens de cultura fossem abarcados pelas leis do campo de poder. Seria um pleonismo repetir que o convite à ação e a argumentação no sentido do convencimento e da arregimentação, em se tratando da análise de um livro de Salgado, figuravam novamente aqui. (*Ibid.*, p. 143-150).

### 3.2 O JORNAL “ACÇÃO”

A razão de ser do tratamento dos livros integralistas de Reale antes de se analisar sua participação na imprensa integralista, através da direção do jornal “Acção”, segue a tese encabeçada por Rosa Maria Feiteiro Cavallari. A imprensa integralista tinha precípua finalidade doutrinária. Para que a doutrina do movimento fosse convincente,

precisava ser uniformizada e apresentada de maneira hegemônica (suavizando as divergências teóricas entre as correntes de pensamento do movimento, conquanto prevalecesse a corrente encabeçada por Plínio Salgado).<sup>97</sup> E isto só era possível graças a um sistema de controle, vigilância e censura que funcionava no seio do próprio movimento. A AIB conferia “sentido único a todas as suas publicações.” (CAVALARI, 1999, p. 83).

Tal sistema dizia respeito, respectivamente, a duas diretrizes: A) veiculação das mesmas ideias; B) respeito rigoroso a uma forma de diagramação única, ou seja, respeito aos mesmos dispositivos tipográficos. Estas diretrizes eram levadas a cabo mediante procedimentos de unificação, coesão e padronização da rede de bens simbólicos da AIB (RAMOS, 2013). Para tanto, foram adotadas duas estratégias: I) criação do “Sigma – Jornais Reunidos”, da Secretaria Nacional de Imprensa (SNI) e das Comissões de Imprensa – atuando em conjunto, de maneira articulada e coordenada pela chefia central, estas instituições garantiam a efetividade das diretrizes supracitadas; II) adoção, por todos os jornais, dos seguintes métodos de persuasão: a) repetição; b) transcrição (citação sem fontes bibliográficas); c) lembretes; d) propaganda comercial acoplada à doutrina. (CAVALARI, *op. cit.*, p. 84-93).

Enquanto os jornais eram controlados pela SNI, os livros eram submetidos ao controle doutrinário através da Secretaria Nacional de Doutrina e Estudos (SNDE). Segundo os artigos 2º e 4º de seu

---

<sup>97</sup> Reale sustenta, em suas “Memórias”, um “aburguesamento” do Integralismo quando a chefia é transferida de SP para RJ, momento em que “entra na moda” nos círculos refinados. A impressão que o leitor tem é que Reale está narrando aqui o incômodo passado que sentiu com a diminuição de seu próprio poder. As três correntes de pensamento prevalentes na AIB eram encabeçadas por: 1) Salgado: fundada na doutrina social da Igreja e exaltação nacionalista; 2) Reale (juntamente de Olbiano de Melo, segundo ele próprio): ênfase nos problemas sociais e sindicais, bem como aos problemas jurídico-institucionais do Estado; 3) Barroso: preocupada com os valores tradicionais da pátria, juntamente do antissemitismo. Neste trecho, Reale rememora os diversos movimentos políticos e “ligas” do período que foram absorvidos pela AIB. Descreve ainda o “Conselho” da AIB, como também as figuras proeminentes “Câmara dos Quarenta”, com sua respectiva estrutura administrativa e deliberativa. Para demonstrar a grande adesão à sua própria linha de pensamento na AIB, Reale cita as principais figuras que, juntamente dele, encabeçaram-na. Cita, contudo, também os principais teóricos da corrente de Plínio. (REALE, 1987a, pp. 80-82).

Regulamento, a SNDE era um órgão central de “*orientação, coordenação e aproveitamento dos trabalhos e pesquisas efetuados em todos os núcleos de estudos da AIB*”. (*Ibid.*, p. 138). Era composta por um Gabinete<sup>98</sup> e cinco Departamentos: de “Orientação Doutrinária”, de “Coordenação e Estudos”, de “Estruturação do Estado”, de “Orientação Administrativa” e de “Expediente”. Dentre as prerrogativas do Departamento de Orientação Doutrinária, estavam: “1) *redigir diretivas e diretrizes de caráter doutrinário*; 2) *responder às consultas relativas à doutrina integralista*; 3) *manter um serviço de censura aos livros e publicações integralistas*.” (*Ibid.*, pp. 138-139, g.n.).

A própria padronização e uniformidade tanto das ideias quanto dos rituais integralistas visava, além da coesão interna, à arregimentação de novos militantes e, eventualmente, novos quadros intelectuais ao partido. Partido feito de “moços”, daí seus constantes apelos à juventude e a valorização da mocidade, tema recorrente tanto nos livros como na imprensa jornalística. Segundo Trindade

[...] em 1933, a maioria dos dirigentes/militantes locais tinham menos de 25 anos e, fato espantoso, três quartos dos dirigentes nacionais/regionais tinham menos de 20 anos. Esta juventude constata-se inclusive nas funções de direção nacional: o Chefe Plínio Salgado é quase uma exceção, porque tinha ultrapassado os 35 anos; Reale, no entanto, responsável por um dos setores mais importantes do Movimento (Departamento de Doutrina), era um jovem bacharel de Direito com menos de 25 anos. (*Apud CAVALARI, op. cit.*, p. 157).

Seguia-se que a complexa, densa e erudita bibliografia integralista era transposta para a mídia jornalística numa linguagem mais popular, simplificada e acessível à massa dos leitores, fossem filiados à AIB, fossem meros simpatizantes. A percepção mais interessante – e instigante – de Cavalari resume-se em um brevírio epílogo

---

<sup>98</sup> Chefiado por Reale até meados de 1936, não precisando a data de sua saída nas “Memórias” (fato que Reale rememora lamentando, não sabendo explicar as motivações de Salgado para retirá-lo do cargo), “Plínio talvez se deixara impressionar pela minha atitude de independência, levado pela sua notória desconfiança cabocla, que, certa feita, criou uma crise com Gustavo Barroso, ameaçando renunciar à chefia”, cf. 1987a, pp. 110 e ss.



A rede integralista constituída pela palavra impressa completava-se através da palavra falada, materializada pelas *sessões doutrinárias*, pelo rádio e através dos símbolos e ritos. Fechava-se um círculo em torno do militante. (CAVALARI, *op. cit.*, p. 209).

A estética deste “círculo em torno do militante” vem toda representada pelo jornal *Acção* – eis sua importância. Embora, para o raciocínio que aqui se desenvolve, as “Memórias” de Reale se tornam a principal fonte primária a ser burilada, o fato é que os exemplares do jornal, por suas imagens, sua diagramação, suas frases de impacto, tornam-se, doravante, a fonte mais interessante. Trazem do passado o núcleo essencial da estética integralista. Por isso mesmo contrastam com as “Memórias”, escritas no introito de amenizar certos radicalismos típicos da AIB – que vem expostos à exaustão na jornalística. Noutras palavras, as “Memórias” vieram “suavizar” as informações constantes no jornal “*Acção*”.

Trata-se, segundo Cavaleri, baseada na obra do historiador francês Roger Chartier, de uma única empreitada: representação. E os jornais deixam a estratégia de representação integralista desnudada. A AIB, sobretudo em sua imprensa, representava: sua própria identidade; a imagem que fazia de seu “Chefe Nacional”, de seus principais líderes/dirigentes e do militante comum, reforçando a hierarquia havida entre eles; de seus inimigos, sobretudo os comunistas, mas também os judeus (no caso do *Acção*, apenas aqueles no domínio do sistema econômico-financeiro) e liberal-democratas do antigo regime; da Nação Real x Nação Ideal, recheando assim o imaginário popular.

O “Monitor Integralista”, órgão de imprensa oficial da AIB, também o principal, trazia a informação, em seu número 22 (07 de outubro de 1937) de toda a rede de bens simbólicos de imprensa. A despeito de alguns exageros, percebe-se o nível de capilarização da AIB em todo o território nacional, até os mais extremos rincões, bem como a amplitude de seu público alvo, desde o sertanejo e o proletário, até a “elite cultural” do país.

A Imprensa Integralista é representada pelos seguintes órgãos de publicidade:

a) 8 grandes diários: “A Offensiva”, do Rio de Janeiro, “A Acção”, de São Paulo, “O Imparcial”, da Bahia, “Diário do Nordeste”, do Recife, “A Província” de Maceió, “A Razão”, de Fortaleza,

“Acção”, de São Luiz do Maranhão e “Correio da Noite”, de Porto Alegre. [...]

b) 105 hebdomadários e quinzenários espalhados por todas as Províncias;

c) 3 revistas ilustradas; “Anauê” e “Brasil Feminino”, no Rio de Janeiro e “Sigma”, em Niterói;

d) Uma Revista de alta cultura: “Panorama”, de São Paulo;

e) O “Monitor Integralista”, jornal oficial da A.I.B.;

f) Cerca de 3.000 boletins, semanais e quinzenais, impressos ou mimeografados, referentes ao serviço de cada Núcleo. (*Ibid.*, p. 87).

Pode-se dizer que se tratava de um “bombardeio de informação”, contenda irrefreável na arena política – pelo menos, até o advento do Departamento de Imprensa e Propaganda do Vargas ditador. Sobre a autoridade das informações prestadas, e com relação à transcrição sem referências bibliográficas ou de fontes, Cavalari vai lembrar que esta estratégia reforçava e evidenciava o autoritarismo do movimento. “A palavra não precisa ser situada, ela paira acima das contingências de tempo e lugar. Deixa de ser uma fala particular, para ser a fala, o ‘Verbo’. Representa a voz onipresente da autoridade.” (*Ibid.*, p. 97).

Os jornais ainda mencionavam uma bibliografia recomendada, tanto de autores integralistas, quando de estrangeiros. Dentre as obras, figuravam algumas de autores nazistas, como “As Bases do Nacional Socialismo” (de Gottfried Feder); “Henry Ford – o Judeu Internacional” (sem referência ao autor); “Protocolos dos Sábios de Sião” (obra apócrifa traduzida, segundo Trindade, por Barroso); “As Forças Secretas da Revolução” (de León de Poncins). Cavalari atenta para o fato de que esta recomendação, do Monitor Integralista de 1933, sofreu algumas alterações a partir dos anos seguintes, sendo tais obras extirpadas das listas pós 1935, segundo a autora, por divergências políticas internas da AIB, não havendo consenso sobre a questão dentre os teóricos e ideólogos integralistas – conforme o próprio Reale incansavelmente sustenta nas “Memórias”. (*Ibid.*, p. 110-116).

Em referência ao comunismo, Reale assume que “No fundo, um movimento vivia às custas do outro...”. (REALE, 1987a, p. 103). Em comício realizado no centro ferroviário da Central do Brasil, após

insistentes apartes nos discursos dos integralistas, Reale conclama a plateia a se separar “– ‘Estamos aqui para discutir problemas do Brasil. Assim sendo, que os brasileiros fiquem à direita, e os comunistas à esquerda!’”. (*Idem*).

De qualquer forma, como se verá, não faltaram saudações e ovações a Hitler e Mussolini em algumas capas do Acção. As mesmas ideias eram sempre veiculadas, segundo Cavalari – tese correta a partir de uma breve análise de quaisquer dos jornais elencados. Dentre tais ideias, além das representações supracitadas, ela destaca: a) ideia de redenção pelo sofrimento (tipicamente católica); b) ideia de que só no Integralismo poderia haver salvação nacional (“Fora do Integralismo não há Nacionalismo”, conforme famoso panfleto); c) a representação da AIB não meramente como movimento ou partido, mas como a “Quarta Humanidade”, a “Nova Humanidade”, como já se destacou; d) a representação da América Latina como berço desta “Nova” humanidade, contrastando-se com uma Europa em decadência; e) a revolução integralista como “Revolução Interior”, espiritualista, relativamente à disputa em torno do conceito de revolução, como já referido acima; f) a “inexorabilidade” da vitória integralista; g) valorização da juventude, seguindo uma das estratégias do *Duce*. (*Ibid.*, p. 120-121).

Chauí, em seu ensaio já citado, afirma que *O discurso integralista tem a peculiaridade de operar com imagens em lugar de trabalhar com conceitos*. Segundo a autora, ao operar com imagens, o discurso integralista o faz de três maneiras: *por simples justaposição de imagens, por transformação de um conceito em uma imagem, e enfim, por associações livres de imagens*. Essa operação, segundo Chauí, *dá aos textos, mesmo quando têm pretensões teóricas, um tom bombástico* (*Ibid.*, p. 138, g.n.).

Cavalari lembra das sessões doutrinárias e dos discursos no rádio, complementares aos livros e jornais para o convencimento e arregimentação. Estes eram “discursos autorizados” segundo a autora – somente um grupo seleta, aprovado pelo Chefe Nacional, tinha autorização para palestrar-doutrinando. Os oradores oficiais eram compreendidos/representados pelo movimento como orientadores, intérpretes de ordens e diretivas sumulares, bem como um motivo de estímulo para a revelação de novos oradores. (*Ibid.*, p. 124). Tal qual

nos opúsculos, estas sessões doutrinárias veiculavam discursos que seguiam a mesma lógica:

Era essa a linha de raciocínio adotada por todos os doutrinadores: descrevia-se, inicialmente, de forma dramática a situação caótica em que se encontrava o país; em seguida, apontavam-se as razões responsáveis por esta situação, que eram, via de regra, as mesmas (o comunismo, a liberal-democracia, o materialismo, as ambições, o egoísmo, o capitalismo internacional e outros), para concluir-se, ao final, que a única solução possível era o Integralismo. (*Ibid.*, p. 126).

Citando Chartier, Cavalari vai argumentar que o texto inexistia fora do suporte material, físico, a que se dá a ler – não pode haver compreensão de um escrito desconsiderando-se as formas através das quais ele chega ao seu leitor, porque ele depende delas. (*Ibid.*, p. 136). Atendo-se agora propriamente a alguns dados elementares do jornal Ação e de algumas colunas de Miguel Reale nele publicadas, seria interessante notar dado curioso noutra obra de Nelson Werneck Sodré, “História da Imprensa no Brasil”.

Esta obra pretende retratar a imprensa brasileira desde os tempos da colônia até seu apogeu no início do século XX, bem como sua irreversível crise a partir do golpe de Estado de 1937, degradingando numa derrocada por conta do controle exercido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda de Vargas – interessado não apenas em vigiar a arena política pós-golpe, mas, sobretudo, em representar sua própria imagem para/na história do Brasil.

E o que nela é curioso? Sodré considera que “a grande imprensa” no Brasil é um processo que se inicia a partir da proclamação da República. Termina, como se disse, em meados de 1938 ou 1939, entrando em crise nas décadas de 1940 e 1950. Neste capítulo, Sodré praticamente passa ao largo da imprensa integralista. Faz breves menções, v.g., ao fechamento de jornais da AIB como “A Offensiva” e “Correio da Noite”, respectivamente em 1938 e 1939. Seu pendore ao socialismo e à teoria marxista, revelados mormente na obra “História Militar do Brasil” é um indício que pode justificar esta postura. (SODRÉ, 1999, pp. 376-389).

### 3.2.1 Editoriais de Reale: reminiscências das obras integralistas

O jornal *Acção* foi justamente produto e resultado das frustrações políticas de Reale ao ser deposto do cargo de Secretário Nacional de Doutrina e Estudos, por opção de Salgado. Nas “Memórias”, o jurisconsulto afirma que, dentre suas intenções no seio da AIB, “[...] como Secretário Nacional de Doutrina, não descuidava de formar uma elite cultural.” (REALE, 1987a, p. 109). No entanto, sua “súbita e imotivada exoneração” do cargo (sendo substituído pelo colega de faculdade, Ernani da Silva Bruno, “cuja vocação era [...] por estudos históricos, de reconhecidos méritos, mas que jamais cuidara e cuidou, especificamente, da teoria integralista com afinco.”), em 1936, é lembrada como a primeira grande decepção política. (*Ibid.*, p. 110).

Eis um dado curioso: deposto do cargo de principal ideólogo-censor da AIB, Reale acha por bem criar o diário integralista. Esta reação demonstra o orgulho irreprimível do jurista como homem político, mas, sobretudo, como homem de cultura. Não aceitaria resignadamente a perda do cargo: criaria, outrossim, seu próprio *locus* de poder. Seu lugar no campo intelectual da AIB continuaria assegurado – a despeito da mudança das leis no jogo do campo de poder do movimento.

Não obstante, quando Reale representa Ernani Bruno como “historiador de reconhecidos méritos mas que jamais cuidou de teoria integralista com afinco” está, *a contrario sensu*, dizendo – pelo não-dito – que ele próprio cuidara desta teoria com afinco. O jurisconsulto revela aqui, ainda que subliminarmente, que realmente se enxergara e continuava se enxergando como um dos principais teóricos do Integralismo, ao lado de Salgado, Barroso e Melo.

“Habitado, por temperamento ou índole, a aceitar o trabalho em qualquer posição” (*Idem*), tão logo é exonerado das suas antigas funções, Reale reuniu alguns amigos<sup>99</sup> no intuito de fundar um diário em São Paulo, com o nome “*Acção*”. Esta desilusão político-partidária, como se vê, traria bons frutos ao próprio movimento, culminando em mais um diário numa das cidades mais importantes do país à época.

“*Acção* foi vespertino vibrátil e até mesmo agressivo. Tosco [...], denunciava tanto a pobreza dos recursos como a inexperiência dos “focas” que o redigiam.” (*Ibid.*, p. 113). As palavras inaugurais de Reale no jornal, palavras “[...] de quem sabia estar correndo o risco de uma

---

<sup>99</sup> “Encontrei quatro colaboradores de primeira linha, Paulo Paulista de Ulhoa Cintra, como secretário, Mário Mazzei Guimarães e Benedito Vaz, como redatores principais, e Eduardo Graziano, encarregado do setor de finanças.” (REALE, 1987a, p. 111)

empresa de resultados problemáticos” (*Idem*), fixavam, segundo ele, “alguns pontos que ainda hoje [1987] me parecem válidos quanto à supremacia dos valores e dos fins sobre a instrumentalidade dos meios.” (*Ibid.*, p. 111), em clara alusão ao conceito maquiavélico de *virtù*. O tema do exórdio do primeiro exemplar do diário era sobre o impressionante destino das *machinas*, das máquinas.

Reale reproduziu integralmente, nas “Memórias”, sua primeira coluna no primeiro exemplar do Acção, do dia 07 de outubro de 1936.<sup>100</sup> Lembrando que, há poucos anos, as oficinas de “A Platéria”, contratadas para a impressão do Acção, serviram para a publicação “de um jornal de feitio liberal, com suas notícias irritantes, de partidanismos personalistas” (*Idem*), infere na sequência que as oficinas se dedicaram a compor um jornal comunista, onde se uniam “as notas do oportunismo, da traição e do desespero. [...] lançando a peçonha moscovita sobre as gloriosas conquistas do Ocidente cristão.” (*Idem*).

Uma das estratégias de persuasão da doutrina integralista era modular o discurso de apresentação do movimento na direção oposta dos discursos liberais e socialistas, como uma proposta “nova”, inaugural, “redentora”, como se viu. “Agora, nesta mesma oficina, esse mesmíssimo prelo vai ensinar outra linguagem, vai falar aos homens uma palavra nova.” (*Ibid.*, p. 112, grifo do autor). Em seguida, reitera que “Em torno de um prelo tanto podem se unir sedentos de justiça, como podem se associar os capitães do jornalismo, filhos do interesse e da bajulação.” (*Idem*).

Preparado o terreno para a colocação de uma problemática tipicamente integralista, sempre em tom impositivo e doutrinário, Reale contundentemente esclarece seu sentido real “O problema, mais do que econômico, é moral. É moral e é jurídico porque cumpre ao Estado sair de sua apatia e da sua displicência [...]” (*Idem*). Finalmente, o discurso integralista como forma de redenção nacional ganha contornos, sendo a máquina manipulada para a divulgação, país afora, de “toda palavra integralista da redenção nacional.” (*Idem*).

Sobre a concepção que os integralistas tinham de “fascismo”, como grande regime de terceira via, alternativamente ao liberalismo e ao comunismo, Reale explica que no diário Acção, na seção sobre noticiário internacional, denominava-se por “fascismo” “tanto os

---

<sup>100</sup> Este exemplar, bem como os de números 300 e 376 podem ser encontrados no acervo digital do Arquivo público do Estado de São Paulo, disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/acervo\\_digitalizado.php](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/acervo_digitalizado.php)> . Acesso em: 05 mai. 2014.

movimentos de Mussolini e Hitler como o *New Deal* de Franklin Delano Roosevelt” (*Idem*), em concordância com a tese de Alceu Amoroso Lima, de que a intervenção do Estado na vida econômica, conforme as propostas keynesianas, representava um grande desafio aos trustes e monopólios, constituindo-se em uma espécie de fascismo-yankee, com preservação de certos valores democráticos. (*Idem*). Como se vê, uma miscelânea de teoria política com conceitos praticamente díspares.

Reale confirma a tese de Cavaliari quanto às citações sem referências bibliográficas na imprensa integralista, estratégia de persuasão doutrinária da AIB, quando explicita que a falta de tempo fez com que transpusesse trechos de suas obras para o diário *Acção*. Faltava a Reale o momento de “lazer” para a concepção dos artigos de fundo do jornal, o tempo livre, o tempo do *hobby*.

Nem sempre os atribulados empenhos partidários me deixavam lazer bastante para escrever o artigo de fundo do jornal, sendo obrigado a transcrever trechos dos meus livros, escolhendo sempre tópicos que focalizavam a posição do Integralismo perante o Fascismo europeu ou tratavam da questão social ou de problemas econômicos. (*Ibid.*, p. 115, g.n.).

O juriconsulto adaptável que protagoniza estas análises vai assumir, decididamente, o exagero conferido às notícias sobre os fascismos europeus. Todavia, não o faz sem aproveitar a oportunidade para pontuar a originalidade do Integralismo perante aqueles movimentos, fincando sua “posição própria”, “substancialmente antiburguesa e sindical-corporativa”.

Como se vê, *Acção* era um jornal plenamente integrado nas vicissitudes da vida brasileira, reivindicando para o Integralismo – apesar da projeção dispensada, com manifesto e condenável exagero, às notícias sobre Mussolini, Hitler, Franco e Salazar – uma posição própria, substancialmente antiburguesa e sindical-corporativa, segundo os princípios de um nacionalismo cioso da preservação de nossas riquezas naturais e de nosso patrimônio cultural. (*Ibid.*, p. 116, g.n.).

O tom antiburguês dos discursos e textos integralistas adquire conotação antagônica quando Reale relata passagens de sua vida pessoal. Se ficou acentuada a pregação social e antiburguesa do Integralismo paulista com a assunção da chefia do movimento em São Paulo por Jeovah Mota, perfilando popular a missiva do Padre Helder Câmara, “*Burguês, dizes que tem fé, dizes que amas a tua família, mas pagas um salário de fome ao teu trabalhador!*” (*Ibid.*, p. 115); parece que, no terreno privado, distante do ambiente público, o casamento de Reale com Nuce concretizou-se

segundo as regras do bom tom das famílias burguesas, o que não é criticável por harmonizar-se com as normas “distintas” da categoria social a que pertencíamos, abstração feita dos desníveis patrimoniais; o que importava era o status social com seus deveres e prerrogativas. Tem razão Dostoiévski quando declara ser a “distinção” o valor por excelência da burguesia... (*Ibid.*, p. 107, g.n.).

Na página 4 do exemplar número 1, vem encartada uma lista de livros integralistas recomendados, de alguns dirigentes do movimento, com relevo para a quantidade maior de livros de Salgado, Barroso e Reale. Enquanto dos outros autores (v.g. Jayme Regallo Pereira e Helio Vianna) são recomendados apenas um livro de cada, a tríade – ou triunvirato – da AIB vem, respectivamente, com sete, oito e seis livros indicados. Dentre as indicações das obras de Reale: “ABC do Integralismo”, “Perspectivas Integralistas”, “O Estado Moderno”, “Capitalismo Internaiconal”, “Actualidades de um Mundo Antigo” e “Formação de Política Burguesa” – eis aqui o argumento final, contra o próprio Reale, de que os livros eram “independentes” da programática partidária. Não – complementavam-na. Pode-se perceber, ademais, que a ordem de indicação segue a regra do público: as obras de divulgação vem indicadas primeiramente, sendo seguidas pelas obras teóricas, figurando “O Estado Moderno”, como obra central.

O segundo exemplar (08 de outubro de 1936), traz, na página 1, o texto “O problema da democracia”. Nele, o autor sustenta que quem não lê a bibliografia integralista tende a acreditar que o Integralismo objetiva destruir a Democracia. Contudo, o que está em jogo não é a Democracia, mas

UMA DETERMINADA E ESPECIAL FORMA  
DE DEMOCRACIA, ou seja, a que se elaborou



no decorrer do século passado e teve a sua expressão no governo representativo realizado através de PARTIDOS POLÍTICOS. [...] as leis absurdas que se seguiram a Revolução Franceza se estenderam a todos os países proibindo a constituição de sindicatos profissionais, o povo ficou sem meios de fazer valer, de maneira permanente, os seus direitos, a vida.<sup>101</sup>

O partido político surge nesse vácuo deixado pela ausência dos sindicatos, como mediador entre governantes e governados, Estado e indivíduo. “O PARTIDO POLÍTICO FORMOU-SE PARA SUBSTITUIR OS SYNDICATOS DESAPARECIDOS, COMO UM SUCCEDÂNEO DAS CORPORAÇÕES.” Cumpre reestruturar o Estado em bases sindicais e corporativistas – suprimindo-se os partidos políticos, então decadentes. No lugar da Democracia Partidária, de cunho liberal, de molde socializante, os integralistas querem a Democracia Corporativa. “Democratas somos tanto nós como os nossos adversários. Nós mais que eles, em verdade, porque não permanecemos apegados a formulas de outras éras” (g.n.).

Reale faz um contraste de novo e velho, apontando o Integralismo como uma novidade em detrimento da República Velha, daí o seguinte apelo à juventude (tanto do movimento, como da que compõe o movimento):

Nós apontamos a realidade de um futuro proximo. Eles apontam para o passado. Nós somos o movimento, a columna em marcha. Eles são a parada, a recordação. Nós temos a heroica poesia dos que avançam. Eles, a melancholia dos que interrompem a caminhada. O que elles consideram CRISE DA DEMOCRACIA, nós preferimos chamar apenas CONTRASTE DE IDADES. É a bicha da velhice contra a mocidade.” (g.n.).

Dentre as matérias interessantes, constam as seguintes. A primeira, dentre várias outras (ou seja, matéria repetida exaustivamente nos breves 19 meses de existência do jornal) “A noite dos tambores silenciosos”, matéria sobre uma das festas integralistas para se

---

<sup>101</sup> REALE, Miguel. O problema da democracia. **Acção**, São Paulo, 8 out. 1936. p. 1.

comemorar datas importantes do movimento. Reunião cívica e simbólica para a AIB, conforme lembra Cavalari ao analisar os ritos e símbolos da agremiação (1999, p. 181 e ss.), quando Salgado e Reale discursaram.

“Dentro da mais impressionante disciplina e do mais alto entusiasmo, o Integralismo paulista aguardou a meia noite, para o rictual dos tambores silenciosos” (p. 1, g.n.). Com isso se criava a impressão de uma “revolução silenciosa”, o retumbar secreto de um movimento em expansão por meio da ritualização da reunião cívico-política. O teor do discurso de Reale é todo explicado de maneira resumida no jornal, com estratégia de repetição que atesta Cavalari. Simplificação e repetição, como se vê: caráter doutrinário-autoritário dos jornais da AIB. Já “A vitória do fascismo na Hespanha: os nacionalistas preparam o cerco de Madrid” exemplifica o isomorfismo integralismo-fascismo.

No exemplar de número 3, Reale escreve sobre “O comunismo na Hespanha”.<sup>102</sup> Aqui se nota a identificação dos inimigos e a exaltação do fascismo. Novamente Reale adotou, como estratégia, o uso da história e seus recursos. Faz referência à derrota sofrida pelo governo monárquico de Afonso XIII nas eleições na Espanha, surgindo a República “sem motins e sem sangue” – o fato fora visto com “otimismo e entusiasmo”. O mundo acompanhou, assim, sua Carta Magna de tipo social-democrata, com notas de sindicalismo anárquico. Alguns a viam como sinal de decadência do Fascismo e renascimento “liberal-socialista” (termo curioso, acoplando liberalismo e socialismo visando-se a uniformização dos inimigos).

Um cavalo de Troya entrara em Madrid! Por traz dos governos fieis á Constituição, agiam os communistas, os emissarios de Moscow, em conluio expressivo com os grupos anarchicos que Primo de Rivera não conseguia dissolver com a sua politica firme mas pouco esclarecida.

Seguem considerações sobre Trotsky, “leader” da esquerda comunista, e insinuações de uma suposta intervenção soviética imediata na Espanha, instrumentalizando o país contra a Alemanha, já que era um momento propício para uma ofensiva universal contra o Fascismo. No

---

<sup>102</sup> REALE, Miguel. O comunismo na Hespanha. **Acção**, São Paulo, 9 out. 1936. p. 1.

final, ei-lo: equiparação dos camisas-verdes com os movimentos fascistas europeus. “Também somos fascistas.”

Que importa? Os fascistas, tanto na Hespanha como no Brasil, tanto na Itália como na Alemanha servem a patria e por ella se sacrificam sem esperar recompensa. Nem nos interessa o julgamento apressado dos contemporâneos. Preferimos o julgamento definitivo da Historia. (g.n.).

Dentre as reportagens, vê-se, na capa: “A avançada das forças nacionalistas na Hespanha indicam que novos tempos se afirmam para a civilização do Occidente” (g.n.); “A POLÍTICA EXTERIOR FASCISTA: Impõe-se cada vez mais no mundo a lealdade da politica fascista nas relações internacionaes” – com uma fotografia de Hitler e Mussolini, seguida da legenda: “Mussolini e Hitler, em cujas mãos está o destino da Europa”. Adiante, “A RUSSIA AMEAÇA”; “O COMMUNISMO NOS MEIOS UNIVERSITÁRIOS”; “O fascismo victorioso salva a Hespanha da barbarie”; “A Russia ameaça a paz na Europa, ante sua derrota na Hespanha”.

Outro dado importante é que este exemplar tem-se a assunção da AIB como partido político, “Acção Integralista Brasileira: partido político registrado no Superior Tribunal Eleitoral e em todos os Tribunaes Regionaes Eleitoraes do Brasil”. Noutra seção, o Acção recomenda médicos e profissionais da saúde específicos. Seriam todos integralistas ou, ao menos, simpatizantes?

No quarto exemplar, Reale assina o texto “O Anti-Integralismo”, já analisado no primeiro capítulo. Dentre matérias que exibem o caráter do impresso, tem-se: “Atrocidades contra a Patria”: no núcleo integralista de Jaraguá, em Santa Catarina, um policial junto de alguns companheiros atacou o ritual da “Noite dos Tambores Silenciosos”, “que é a prece annual que os integralistas fazem pedindo a Deus pelos seus próprios adversarios.” (p. 3). Atacando o caráter burguês da sociedade: “Desaburguezamento da pintura”.

No número 5, o texto de Reale intitula-se “Purifiquemos o syndicalismo!”<sup>103</sup> O tom moralizante e doutrinador da assertiva tem destinatário: nós, militantes integralistas, devemos purificar o sindicalismo. Mas do que ou de quem? “foram falsos syndicalistas os

<sup>103</sup> REALE, Miguel. Purifiquemos o syndicalismo! **Acção**, São Paulo, 12 out. 1936. p. 1-2.

adeptos da ideologia rubra que se serviram dos sindicatos como instrumentos de irradiação partidária e propaganda subversiva.” Obviamente, dos comunistas: este texto faz alusão clara às obras “O Estado Moderno”, “Perspectivas Integralistas” e “ABC do Integralismo”, mormente à segunda, no capítulo “Aspecto do sindicalismo no Brasil”, em que analisa a tomada dos sindicatos brasileiros por tomada por marxistas, anarco-sindicalistas e anarquistas. (REALE, 1983c, pp. 51-55).

A lei criada durante o Ministério de Lindolpho Collor teria entregado a organização sindical aos comunistas, tornando possível o reconhecimento e a legalidade de um sindicato com apenas 30 membros. “Tão perigoso como a UNIDADE SYNDICAL de typo marxista, é o actual pluralismo consagrado pela constituição [de 1934].”

Veja-se a adaptabilidade de Reale às circunstâncias e determinantes históricas (justamente alguém que se afirmava antimaterialista): o mesmo autor, no ano de 63, em plena gestão do golpe civil-militar, de “Pluralismo e Liberdade”, teria afirmado, 30 anos antes, que o pluralismo da Constituição de 34 era perigoso, pugnando por uma unidade no seio do Estado Corporativo, sem partidos políticos, apenas composto de sindicatos e corporações, todos atrelados ao Estado. “A existencia de varios syndicatos no seio de uma unica classe constitue uma fonte perene de luctas internas, de desintelligencia, de desordem.”

O pluralismo syndical interessa aos agitadores que pretendem tirar partido dos descontentamentos para as mashorcas inglorias, ou então, para os patrões sem escrupulos que procuram dividir os empregados para mais facilmente impôr a sua vontade. [...]

É preciso purificar o syndicalismo para o bem de todos e a felicidade do Brasil.

Embora o teor da coluna não seja antisemita, apropria-se de um vocabulário comum a esta ideologia, o da purificação. A purificação, aqui, não é étnica, senão política: só o sindicalismo integralista, unitário, deve prevalecer. “O syndicalismo é o facto fundamental a ser considerado na organização do Estado Novo.” (g.n.). Eis que o “Estado Novo”, ou a mera apropriação da terminologia, não é realmente uma criação de Vargas...

Dentre as matérias, vem encartada na capa, mais uma vez, notícia do enfrentamento entre policiais e integralistas em Jaraguá. Uma análise

breve revela dado importante: quer-se criar a impressão de que até as fatalidades contribuem para a expansão do movimento e da AIB.

AS CONSEQUÊNCIAS DAS ATROCIDADES DE JARAGUÁ: Revoltado contra o barbaro massacre dos integralistas de Jaraguá, o Juiz de Direito péde demissão! – Protestos de officiaes do Exercito e de deputados. – Abandona o Governo do Paraná o vice-presidente do directorio do partido do sr. Manoel Ribas, ingressando no Integralismo.

“Marcha victoriosa dos fascistas da Hespanha”; “A FRANÇA FASCISTA REAGE: ‘Nós não nos renderemos, nem que seja a custa de sangue’ – diz o Cel. La Rocque. O povo francez está reagindo contra os marxistas.”; “Prisão de 11 Emissarios sovieticos na Austria”; “Mussolini fala á juventude fascista” – todos estes caracteres já analisados – eis a continuidade do círculo de fechamento em torno do militante/dirigente integralista, como defende Cavalari.

No exemplar de número 6, Reale assina “Porque somos perseguidos?”<sup>104</sup>.

Nós somos uma organização unitaria extendida por todo o território da Republica, por cima das fronteiras e dos regionalismos. Agimos sempre como força unitaria em todas as provincias. Nossa politica não está presa ás contingencias desta ou daquella região do paiz. [...] o Integralismo não é uma “frente unica” de partidecos provincianos, mas sim uma organização que plana no alto da vida republicana, orgulhosa de ser a interprete e a syntonizadora de todos os anseios, de todas as angustias, de todas as aspirações da patria. (g.n.).

“O centrifugismo partidario, acostumado á politica despolarizada e anarchica dos governadores não pôde admitir esta nossa orientação constante rumo ao fortalecimento do poder central.” (g.n.). Referência exaustiva ao caso de Jaraguá, em Santa Catarina (novamente!), mais os casos de enfrentamentos na Bahia e Pernambuco. Reale explica que a

---

<sup>104</sup> REALE, Miguel. Porque somos perseguidos? **Acção**, São Paulo, 12 out. 1936. p. 1, 5.

ofensiva contra o integralismo se deve, especialmente em Santa Catarina, ao fato do movimento ter eleito os prefeitos de Blumenau e Joinville, mas não ter um deputado estadual ainda. Daí vem a ofensiva, de modo a impedir que tal aconteça.

Segundo Reale, “Tentam aniquilar nossa força porque a temem nas urnas.” “O Integralismo começa a impressionar certos governos somente quando eles se põem a contar os votos que recebemos.” Aponta que em muitos locais as sedes e núcleos integralistas são fechados, mas tão logo se abrem as portas das casas das diversas famílias. Conclui: “si ha mesmo desejo de fechar o Integralismo, só resta uma cousa: FECHAR AS FAMÍLIAS.” (g.n.).

Dentre as matérias, tem-se: “A Rússia comunista joga a ultima cartada!” – donde segue-se uma fotografia de Stálin com a seguinte legenda: “Stalin, o inimigo nº 1 dos povos.”; “Fechando os nucleos da A.I.B. na Bahia, o interessante sr. Juracy Magalhães acaba de prestar um excelente serviço á politica do Komintern”. (g.n.). Aqui, a AIB quer representar que todo o trabalho político realizado contra o Integralismo favorece, ainda que indiretamente, o crescimento do comunismo, tanto o internacional, quanto o brasileiro.

Finalmente, no exemplar de número 7, vem publicadas as “Notas á margem de “Casa Grande & Senzala”<sup>105</sup>, também publicada como capítulo em “Atualidades Brasileiras” (REALE, 1993c, pp. 109-114). A crítica à obra de Freyre não é despropositada. Como atestado por Cavalari, a crítica literária é aqui instrumentalizada de modo a prescrever, às vezes claramente, outras sub-repticiamente, a doutrina, os valores, os métodos, os procedimentos integralistas. Em outras palavras, criticar o livro de Freyre é (mais) uma oportunidade para se realizar a pregação da ideologia integralista, prescrever condutas e doutrinar intelectualmente o militante.

Reale quer fazer dois reparos à obra de Freyre. Primeiro, segundo ele, falta a Freyre um conhecimento direto sobre o Brasil meridional de São Paulo até os Pampas, sendo que algumas observações do livro não podem ser estendidas a estas regiões, devendo ficar circunscritas ao Norte e Nordeste. Freyre quer fazer uma síntese sobre a analítica da nacionalidade, muito embora, segundo Reale, essa analítica seja escassa. Alerta para os perigos da generalização se se quer realizar ciência.

Segundo, para o jovem integralista Reale, Freyre é influenciado por uma filosofia naturalista e materialista. Ora, eis aqui a oportunidade

---

<sup>105</sup> REALE, Miguel. Notas á margem de “Casa Grande & Senzala”. **Acção**, São Paulo, 14 out. 1936. p. 4.

de criticar o materialismo e o naturalismo, tal qual fizera efetivamente no primeiro ensaio de “O Estado Moderno”. Freyre apresenta “cultura” em seu sentido antropológico ou sociológico, como conjunto de estilos, métodos, valores materiais e morais que caracterizam um povo, equiparando, assim, “cultura” com “civilização”.<sup>106</sup>

Valores materiais são colocados em primeiro plano, sendo os morais anexados a eles, sem hierarquia alguma, mas com “inegável diminuição dos segundos.” Mais um indício: a pregação espiritualista do Integralismo. Freyre é criticado por Reale por praticamente equiparar fatos materiais e espirituais. A concepção de cultura de Freyre não compreende as forças subjetivas do homem, não se ligando, destarte, ao “mundo interior humano”. “É um systema de factos, existente como um “dato sociológico”, fôra do homem e se impondo ao homem. Não é a expressão desta ou daquela atitude de espírito dominante dos varios períodos históricos.”

Um dado curioso: Reale aponta a cultura como a expressão, de certo contingente, “desta ou daquela atitude de espírito dominante” – todavia, a teoria totalizante do Estado Integral apregoava, efetivamente, conceitos abstratos, universais, aplicáveis em quaisquer momentos históricos: não fosse assim, o jurisconsulto não iria dizer, n’O Estado Moderno, que o Integralismo sintetizava medievo e modernidade ao unir injetar a corporação no seio do Estado. “o integralismo não compreende Estado sem corporações.” (REALE, 1987a, p. 162).

A cultura vai, a partir da concepção freyreana, atuando de fora para dentro, tornando-se o homem mero efeito dela, desconsiderando-se a capacidade humana “de agir de maneira autônoma, de impôr valores novos, de ser uma somma de contingencia no determinismo do mundo objectivo.” Veja-se: aqui Reale pontua uma das diretrizes da doutrina do Sigma: a somatória. O “sociólogo naturalista” engana-se a si mesmo antes de enganar os outros, pois sua obra esconde uma posição filosófica *a priori*, uma metafísica ignorada, um preconceito de abstração, afirma

---

<sup>106</sup> A distinção entre *Kultur* e *Zivilisation* já era polêmica na filosofia alemã do final do século XIX e início do século XX, bem como na psicanálise de Sigmund Freud. Esta dificuldade foi enfrentada quando se tentou traduzir a obra “O mal-estar na civilização”, de Freud, para o espanhol. Em realidade, a obra original possui o título “*Das Unbehagen in der Kultur*”. Neste sentido, cf. BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, pp. 7-11.

Reale – como se ele próprio não realizasse o mesmo artifício retórico para a construção “metafísica” da teoria do Estado Integral.

Reale diz que é preciso distinguir no trabalho de Freyre o que é fruto de constatação objetiva daquilo que apenas exprime seus preconceitos. Veja-se como Reale não está criticando a obra de outrem, mas pontificando a doutrina integralista: “Um exemplo basta para esclarecer a nossa maneira de pensar.” (g.n.). Ou seja, assim “deve” pensar o militante integralista – é “dessa forma” que pensamos o problema, nós integralistas. Reale logo exprime sua filosofia jurídica, senão vejamos:

Para Gilberto Freyre, o conceito de moral é bastante elástico e relativo. A moral, que ele concebe á maneira de Levy-Bruhl, não é mais que sciencia dos costumes, de maneira que existe uma ethica dentro de cada “cultura” ou estagio social. Parecer-lhe-á, sem dúvida, absurdo admitir a existencia de uma Ethica acima das contingencias de lugar e de tempo, expressão do “dever ser” para o qual tende naturalmente a universalidade dos espíritos. (g.n.).

Vejase: logo acima, Reale critica Freyre por exprimir “preconceito de abstração” na medida em que sua obra oculta uma “posição filosófica *a priori*”, uma “metafísica ignorada” – em seguida, aponta que para Freyre parece absurdo a existência “de uma Ética acima das contingências de lugar e tempo, expressão do ‘dever ser’”, que inexoravelmente tende à “universalidade dos espíritos”. Outro dado curioso: a expressão do “dever ser” tende, segundo Reale, “naturalmente” para a universalidade dos espíritos – mas não é o próprio jurista que está aproveitando a obra de Freyre para lhe criticar o naturalismo, rotulando-o como “sociólogo naturalista”?

Eis um indício de que a filosofia jurídica de Reale coincidia com a doutrina do Sigma, sendo ele um de seus principais teóricos. Na sequência, Reale aproveita para situar a doutrina cristã como um dever ser universal, e não mero fruto de contingências, como ele mesmo defendera anteriormente com relação à cultura. Outra vez o apelo à tão criticada postura metafísica apriorística e abstrata. Se a religião é uma expressão cultural, e a cultura, para Reale, é contingente, como afirmar que existe uma religião que paira na seara do dever-ser?



A cultura do christianismo é nivelada às demais culturas no pensamento naturalista. É por isso que Gilberto Freyre considera “degeneradora” a actividade que desenvolve um homem de cultura cristã para destruir costumes barbaros de uma civilização inferior. Entre as culturas há uma hierarchia de valores. O materialista não as distingue. (g.n.).

Na mesma oportunidade em que inferioriza as civilizações ameríndias, Reale arremata sua crítica ao materialista. Como os liberais e comunistas são também materialistas, a crítica se dirige indiretamente aos inimigos do Integralismo. “Sem se aceitar a moral como ordem universal do ‘dever ser’, corre-se o risco de confundir ‘o que é moral com o que é frequente’, com o que se repete.” (g.n.). Neste caso, é a moral cristã que figura como a ordem universal do “dever ser” – ou, de fato, a moral integralista. A utilização de “cultura cristã” aqui, novamente deixe entrever o intuito de arregimentar alguns adeptos da Igreja Católica para as fileiras do Sigma.

Novamente, no exemplar de número 8, de 15 de outubro de 1936, Reale vai assinar a coluna “O exemplo integralista.”<sup>107</sup> Neste texto, Reale quer pontuar a diferença doutrinária entre o Integralismo e os partidos liberais. Inicia o texto afirmando que, ao passarem as eleições municipais, os partidos liberais têm suas atividades paralisadas, diferentemente da disciplina integralista de comportamento e ação. Novamente, está apenas transpondo – desta vez não está meramente transcrevendo – algumas lições já capituladas na obra de divulgação “Perspectivas Integralistas”, especificamente no tópico do exórdio “Súmula do Integralismo” denominado “A Inutilidade dos Partidos” (REALE, 1983c, pp. 17-19).

A eleição foi feita. Que querem mais os partidos?  
[...]

É esse o destino nos partidos: viver a intermitencia das eleições, agitar-se periodicamente, para o doce descanso dos quatriênios e das legislaturas. [...]

Mas enquanto os partidos estão adormecidos, sob a vigilância dos chefes que combinam as

---

<sup>107</sup> REALE, Miguel. O exemplo integralista. **Acção**, São Paulo, 15 out. 1936. p. 3.

condições da próxima pugna, a “Acção Integralista Brasileira” continua o seu trabalho serenamente, sem pressa, com a certeza magnífica dos que sabem estar marchando na estrada firme da Verdade. Só o Integralismo não diminuiu sua actividade. Somente os “camisas-verdes” proseguem em sua propaganda pacífica, procurando interpretar cada vez mais o coração agitado das massas, penetrar no amago da consciência brasileira para arrancar os lineamentos de uma civilização nova que ainda se ignora. O CONCLAVE PARLAMENTAR DAS PROVINCIAS MERIDIONAIS é bem a prova magnífica da permanência de nossas actividades políticas. [...]

Para outros a eleição constitue uma finalidade. Para nós é um meio: um meio de apreciar a extensão de nosso movimento. (g.n.).

Derradeiramente, Reale descreve como, despreocupados com as questões regionais, que não delimitam suas condutas, os parlamentares integralistas reunir-se-ão na Guanabara para o Congresso Nacional do Integralismo e os estudos sobre os problemas provinciais e nacionais. E é justamente sobre tal assunto que trata uma das reportagens do jornal:

Conclave Parlamentar Meridional Integralista:  
PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTORIA DA  
REPUBLICA, reunir-se-ão no Rio de Janeiro, no  
dia 17 – Deputados, 23 Prefeitos e 400 vereadores  
de diversas Provincias para um Congresso  
Nacional.

Esta era também uma demonstração de força da AIB, tanto ao governo provisório de Vargas, quanto aos comunistas, e aos liberal-democratas dos “partidos republicanos” das diversas províncias. Esta iniciativa não apresentava apenas o Integralismo como um partido político – conquanto se apresentasse como “movimento de ideias” – com membros efetivamente eleitos na democracia representativa. Não se tratava meramente de reafirmar a existência de mandatos eletivos de integralistas por todo o país – mas, doravante, o nível de capilarização política do movimento. Essa demonstração funcionava, automática e concomitantemente, como um convite à arregimentação.

Este primeiro bloco de análise do jornal *Acção* não visa a uma leitura taxativa e exaustiva de todos os editoriais e colunas assinados por Reale. Trata-se, na realidade, de pinçar, nas fontes, indícios e argumentos para a sustentação da tese acertada de Cavallari, de que as obras integralistas eram reintroduzidas no debate público por meio dos jornais da AIB. Não obstante, serve também ao desiderato último do trabalho, em demonstrar que o Integralismo fora fase importante para o desenvolvimento das ideias de Miguel Reale. Perfilando nas carreiras da AIB, tanto como homem político quanto como homem de cultura, Reale, além de ter sido Secretário Nacional de Doutrina e Estudos, dirigiu um diário do movimento no coração de São Paulo.

O caminho sinuoso até a Teoria Tridimensional do Direito passa, inexoravelmente, por fatos como estes. Durante os breves cinco anos em que participou da *Ação Integralista Brasileira*, Reale pôde produzir e reproduzir as suas ideias juvenis. Era um momento de reflexão e síntese de todo o “capital simbólico”, na expressão de Bourdieu, acumulado por Reale durante seus estudos no Instituto Dante e na Faculdade de Direito de São Paulo. Para que esse capital simbólico fosse objetivado, precisava, contudo, ser reconhecido. O reconhecimento era obtido pela AIB através das suas representações ideológicas. O “poder simbólico” dos integralistas estava asseverado.

Bourdieu conceitua poder simbólico como um poder – na acepção de faculdade – de construção da realidade, que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica, ou seja, confabula uma teoria do conhecimento. Era exatamente isso que a “rede de bens simbólicos da AIB”, o que o francês chamaria de “sistema simbólico”, fornecia aos dirigentes e militantes: um aparato conceitual, uma teoria ontognoseológica para conhecimento, compreensão e reconhecimento da realidade brasileira e do próprio movimento. E os integralistas só obtinham sucesso na objetivação de seu capital simbólico (acumulado pelos homens de cultura que dirigiam o movimento) mediante sua apresentação como um poder simbólico – buscando legitimidade no reconhecimento. Não era, portanto, uma doutrinação arbitrária, falseada – mas representativa, posto que reconhecida e legitimada. Dessa forma,

não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que [...] podem permitir acumular poder

simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. [...] para a “domesticação dos dominados” [segundo expressão de Weber]. (BOURDIEU, 1989, p. 11).

O sociólogo sustenta que o poder simbólico – que é um poder subordinado, dependente, como se viu acima – é uma forma transformada, irreconhecível, transfigurada e legitimada de uma ou outras formas de poder. Existe, então, para dar cabo de tal empreitada, qual seja, apresentar um poder político material como um poder simbólico, a partir do

[...] trabalho de dissimulação e transfiguração (numa palavra, de *eufemização*) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer [*méconnaître-reconnaître*] a violência que elas encerram objectivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (*Ibid.*, p. 15).

Os exemplares de número 9 até o de número 25, que vão de 16 de outubro a 05 de novembro, possuem colunas de Reale que reafirmam a programática integralista por meio da estratégia de consubstanciação do poder do Chefe Nacional e de seus dirigentes em poder simbólico. Vê-se, assim, v.g., textos com títulos referentes ao pendor nacionalista: “Consciencia Nacional” (n. 9) e “O nosso nacionalismo” (n. 10). Ademais, a diferenciação do Integralismo e dos Fascismos Europeus, por exemplo, na transcrição de uma passagem de “O Estado Moderno” no exemplar de número 12, tópico intitulado “O Estado totalitário e o Estado Integral”.

A situação problemática da coesão nacional e dos partidos políticos regionalistas ou provincianos é entabulada com textos como “O poder central” (n. 13); “O problema da Federação” (n. 15, em que Reale transpõe algumas considerações sobre ciclos produtivos no Brasil a partir das obras “O Estado Moderno” e “O Capitalismo Internacional”); “Democracia e realidade” (n. 16). A doutrina, a disciplina e a moral integralistas vem expostas em textos como “Sentido da obediência integralista” (n. 14). A disputa na arena política contra os inimigos do movimento vem reafirmada, representada e objetivada em

textos tais como “Imbecilidade e má fé” (n. 17), “Processos de propaganda” (n. 18), “28 de Outubro” (n. 19), “O destino de São Paulo” (n. 21) e “Os nossos mortos” (n. 23).

Transpostos da obra de divulgação “Perspectivas Integralistas”, chegam os textos “O problema da raça” (n. 24) e “O problema da cultura” (n. 25). A problemática do antissemitismo, em “Xenophobia” (n. 20), ao lado de “O problema da raça”. Sobre sindicalismo, tem-se “O syndcalismo Integralista” (n. 22), também transposição de “O Estado Moderno” e “Perspectivas Integralistas”.

Uma temática recorrente no saber-poder de Miguel Reale, desde quando era Secretário Nacional de Doutrina da AIB, depois como articulador político do Partido Popular Sindical e do Partido Social Progressista (PSP), bem como quando se tornou “queremista” no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) é, sem dúvida, o sindicalismo e, depois, sua sofisticação no “trabalhismo”. Melhor dizendo, a organização da vida política e social dos indivíduos tendo como núcleo articulador e diferenciador o trabalho, conforme se deduz da leitura de “Corporativismo e unidade nacional”, publicado originalmente na revista Panorama e depois transposto para nas “obras políticas”. Ademais, Reale articula essa ideia colocando o sindicato como o espaço, o território, o lugar hábil para a concretização de tal desiderato.

Pode-se dizer que essa temática adquiriu conotações várias dependendo da adesão a esta ou àquela agremiação partidária – mas sempre esteve presente. Esta temática-paradigma é suscitada por Reale em suas “Memórias”, quando explica o conteúdo de seus discursos nos diversos comícios da AIB em 1933:

A mim me cabia, propriamente, a abordagem dos temas doutrinários, focalizando, de preferência, os grandes problemas sociais, a reforma sindical, as desigualdades na distribuição das riquezas, a reorganização política com base nas forças do trabalho. (REALE, 1987a, p. 100) (g.n.).

É oportuno, neste sentido, lembrar as considerações de Reale sobre o tema do sindicalismo no diário Acção, asseverando a verossimilhança das considerações acima expostas:

não posso deixar de lembrar que ela terá sido, talvez, o primeiro jornal no Brasil a dedicar toda uma secção especial ao movimento sindical, anunciando as reuniões, as atividades e as

reinvidicações das associações profissionais, sempre precedidas de um tópico ilustrativo sobre o papel do sindicato no mundo contemporâneo. Não é à toa que, anos depois, viria a escrever o programa e o estatuto de uma agremiação denominada *Partido Popular Sindicalista...* (*Ibid.*, p. 114).

O sistema de pensamento de Miguel Reale estava amarrado à sua ação política no seio da AIB; suas obras integralistas e seus “ensaios de sociologia e história das ideias, independentemente da programática partidária” estavam enlaçadas através do trabalho político e cultural levado a cabo com o *Jornal Acção*. Efetivamente, o homem político e o homem de cultura estavam fundidos, integrados, sintetizando o jovem Miguel Reale.

### **3.2.2 Plano geral da pesquisa empírica no jornal “Acção”: representação estética da participação integralista no golpe de 1937**

*Na política brasileira, eu vi sempre esse contraste entre uma idéia aparente e uma realidade efetiva que está governando os fatos e os acontecimentos.*  
(Miguel Reale)

Como já dito, o jornal *Acção* teve vida breve: iniciado em 07 de outubro de 1936, teve seu último exemplar em 23 de abril de 1938. Foram publicados precisamente 464 exemplares, sendo que nem todos eles sobreviveram ao tempo, razão pela qual não foram integralmente microfilmados. No Arquivo Público do Estado de São Paulo, estão organizados em cinco microfilmes distintos.

Conforme mencionado, três exemplares podem ser encontrados no Acervo Digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo, em seu sítio virtual: os exemplares de número 1, 300 e 376. Dado o elevado número de exemplares, a amostragem foi determinada em 24% do total, isto é, 111 números. Nem todos os exemplares do diário analisado contêm editoriais ou colunas de Reale. Alguns deles, inclusive, possuem editoriais repetidos, ou mesmo transcrições literais das obras integralistas de Reale, como já se viu.

Para a análise, foram estipulados seis critérios, que podem ou não coincidir com os blocos delimitados na amostragem; o primeiro bloco, que vai do exemplar número 1 a 25, por exemplo, coincide com o

critério de início. Tem-se, assim, os seguintes critérios, com as respectivas justificativas:

- 1- Início do jornal: o intuito era captar aqui o estado de ânimo de Reale e o teor de seus editoriais. O estado de ânimo, devido ao fato de ter sido retirado do cargo de Secretário Nacional de Doutrina e Estudos; o teor dos editoriais, visando-se à verificação da reprodução de suas ideias veiculadas nos livros para a mídia impressa, ou seja, a transformação dos dispositivos tipográficos. O objetivo foi verificar de que forma Reale intentou sustentar seu posto como o principal teórico do Estado Integral (“O Estado Moderno”) e como um dos principais ideólogos do movimento;
- 2- Manifesto-programa da AIB para a disputa das eleições presidenciais de 1938: o intuito aqui foi analisar como a disputa eleitoral foi expressada no diário. Além disso, perceber quais dispositivos do Manifesto-programa foram ali reproduzidos, e em que nível de objetividade ambos estão conectados ao “Manifesto de Outubro”;
- 3- Plano Cohen: visando a identificar qual fora efetivamente a participação da AIB na trama que envolveu a farsa do Plano Cohen;
- 4- Preparativos do golpe de 1937: analisar em que medida o próprio jornal Ação pode evidenciar a participação da AIB nos bastidores do processo golpista encabeçado por Vargas, apoiado pelos Generais Eurico Gaspar Dutra, Góis Monteiro e Newton Cavalcanti;
- 5- Gestão do golpe de 1937 e pós-golpe: como se comportou a AIB durante o impasse em ser absorvida/cooptada pelo novo aparelho de Estado ou declinar da participação, processo galvanizado no oferecimento da pasta de Ministro da Educação a Plínio Salgado; verificar a conversão da AIB em “Associação Brasileira de Cultura” (ABC);
- 6- Crise da AIB e o fechamento do jornal Ação: verificar quais foram os efeitos práticos da desistência de Plínio Salgado, não aceitando o cargo oferecido por Vargas; a

postura resiliente do jornal frente à crise política instaurada após a decisão de Salgado.

Destarte, os exemplares analisados encontram-se assim distribuídos em cada um dos critérios elencados:

- 1) Exemplares de número 1 a 25, de 07 de outubro a 05 de novembro de 1936 (total: 25 exemplares);
- 2) Exemplares de número 78 a 80, 83, 171 a 177, 186 a 190, referentes a janeiro e maio de 1937, uma vez que o Manifesto-programa é lançado no mês de maio deste ano (total: 16 exemplares);
- 3) Exemplares de número 247, 249, 250, 256, 259, 261, 263, 264, 266 (agosto de 1937); e 297 a 303 (30 de setembro a 07 de outubro de 1937). Assim, este bloco engloba a preparação do golpe, posto que o retorno ao Estado de Guerra foi decretado em 28 de setembro; a solicitação ao presidente, por parte dos ministros militares, da decretação do “estado de comoção intestina grave” deu-se aos 29 de setembro; e, finalmente, o “Plano Cohen” é publicado em 30 de setembro daquele ano (total: 16 exemplares);<sup>108</sup>
- 4) Exemplares de número 325 a 339, 341, 344, 346 a 348, 350 a 352 (02 de novembro a 04 de dezembro de 1937). Este bloco congrega tanto o golpe de Estado propriamente dito, desvelado em 10 de novembro; quanto a dissolução dos partidos políticos por meio do Decreto-lei nº 37, de 02 de dezembro de 1937 (total: 23 exemplares);
- 5) Exemplares de número 354 a 365, 376, 379 a 384, 387, 390 a 392 (07 de dezembro de 1937 até final de janeiro de 1938). Aqui, verifica-se a conversão da AIB em ABC. Note-se que a carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas recusando-se a aceitar o cargo de Ministro da Educação é datada de 28 de janeiro de 1938. O exemplar de número 399 (que não fora analisado) é publicado no dia 30 de janeiro de 1938, conforme se

---

<sup>108</sup> Cf. BONAVIDES, AMARAL, 2002, pp. 8-9.



depreende das informações gerais de cada microfilme (total: 23 exemplares);

- 6) Exemplares de número 440, 442, 445, 455, 461 a 464 (23 de março a 23 de abril de 1938). Neste bloco vê-se a postura resiliente do jornal, que passa a focar mais a situação política de França que do Brasil, bem como seu termo final (total: 8 exemplares).

Deve-se salientar que a análise obedeceu a verificação de alguns eixos temáticos da produção das ideias de Reale no período. Alguns deles não são novos: tratam, à exaustão e à repetição, do conjunto de ideias fundamentais do Integralismo. Todavia, pode-se dizer que dois desses eixos, conquanto não sejam novidade, achegam-se na jornalística de maneira “escancarada”. São, neste sentido, os últimos dois tópicos do seguinte rol:

- ✓ Nacionalismo;
- ✓ Questão da raça e antissemitismo;
- ✓ Identificação dos inimigos (judeus da economia financeira, comunistas e liberal-democratas – “o anti-integralismo”);
- ✓ Sindicalismo/Trabalhismo;
- ✓ Fascismo x Integralismo: diferenciação e originalidade;
- ✓ Democracia Liberal x Democracia Integral: elisão dos partidos e substituição pelos sindicatos e corporações;
- Consciência integralista: doutrina, hierarquia, ordem e obediência militante;
- Sobre o “Poder Central”: apoio velado às ações políticas de Getúlio Vargas.

Destarte, já analisado o primeiro bloco, compreendendo o primeiro mês do jornal *Ação*, segue-se a análise do segundo bloco, que engloba os meses de janeiro e maio de 1937, momento em que é lançado o Manifesto-Programa da Ação Integralista Brasileira às eleições presidenciais.<sup>109</sup> Em janeiro, repete-se o teor dos jornais de outubro. A

---

<sup>109</sup> AÇÃO Integralista Brasileira. Manifesto-programa da Ação Integralista Brasileira à eleição presidencial (1937). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL,

ênfase dos editoriais de Reale se dá na diferenciação do Integralismo referentemente ao Fascismo, intentando-se asseverar a originalidade daquele. Nos exemplares 78 e 79, respectivamente dos dias 08 e 09 de janeiro, Reale assina os textos “Fascismo e Integralismo”<sup>110</sup> e “Ainda Fascismo e Integralismo”<sup>111</sup>.

O primeiro texto inicia-se pela exaltação dos programas fascistas, “Na Itália, os fascistas se impuzeram a imensa tarefa de reviver as glórias do passado, no esplendor da disciplina das gerações novas.” Os elementos continuam os mesmos: exaltação/apelo à juventude, visando arregimentação dos “moços” nas fileiras do Sigma; o retorno e a busca de um passado cheio de “glória”, em detrimento das problemáticas do mundo contemporâneo. E, conquanto, nesta fase de seu pensamento, Reale critique insistentemente o materialismo, o naturalismo, e a modalidade marxiana daquele, o materialismo histórico-dialético, não se furta de afirmar que

O nacionalismo na patria de Dante foi synthese dialectica superadora da velha antinomia entre Burguezia e Proletariado, as duas classes antagônicas que olvidaram os odios e as lutas asperas, marchando juntas para o fogo das trincheiras [...]

Vê-se que, falando do fascismo italiano, Reale não deixa de pontuar a programática integralista, pontificando a supremacia de um Estado que supere as classes, não estando vinculado aos interesses de nenhuma delas – o Estado Integral. Tal qual o fascismo, que fizera superar as antagonismos classistas unificando burguesia e proletariado para a guerra, o Integralismo quer acabar, simultaneamente, com os “partidos republicanos” das províncias, identificados pela AIB como liberal-democratas, o comunismo e as dicotomias imanentes à economia capitalista – segundo Marx – entre classe proletária e classe burguesa. Chega a apontar o *Duce* como “O chefe socialista Mussolini” ou “o ‘duce’ do socialismo nacionalista” – muito embora o “nacional-

---

Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Biblioteca do Senado. v. 5. p.150-167.

<sup>110</sup> REALE, Miguel. Fascismo e integralismo. **Acção**, São Paulo, 8 jan. 1937. p. 1,8.

<sup>111</sup> REALE, Miguel. Ainda fascismo e integralismo. **Acção**, São Paulo, 9 jan. 1937. p. 1.

socialismo” fosse o outro nome do nazismo alemão, e não do fascismo italiano.

Tudo no intuito de fazer a pregação do “corporativismo, [...] objectivo final de ordem política.” “E Corporativismo implica autoridade do Estado, anti-individualismo, ordem, hierarquia, como condições de liberdades concretas.” A discussão de liberdade no Integralismo, como já se viu, era sintomática: servia ao desiderato de pontuar que só seria possível concretizá-la com um Estado forte e autoritário, que soubesse sustentar a hierarquia e a ordem contra o individualismo das facções políticas da República Velha. Mussolini teria lançado tais bases segundo o dever de processamento de uma “revolução social”; “dentro dos quadros moraes das Nações”; “sob a superior orientação do Estado”; “sobre uma base syndical- corporativista”; “segundo o principio de solidariedade” (grifos no original).

No segundo texto, logo Reale vai pontuar tudo aquilo que diferencia o Integralismo do fascismo italiano. Essa originalidade era causada sobretudo pela condição peculiar de um país periférico como o Brasil, de economia capitalista ainda em desenvolvimento:

Uma das principaes diferenças é a que decorre do reconhecimentoq eu fazmos de uma mais larga autonomia individual e grupalista, de sorte a evitar que se estanque o poder de criação e de arrojo indispensavel aos paizes novos.

Oliveira Vianna é citado para sustentar tal hipótese. Muito embora Reale criticasse o imperialismo financeiro mundial, sobretudo na forma que lhe dava a Inglaterra, foi capaz de adaptar a expressão ao discurso integralista e a representação/ideologia que ele transmite, não sem se apoiar na ideia de compartilhamento de interesses, de “consciência de dever comum”:

Nós recebemos de nossos antepassados o legado de muitos milhões de território. Cumpre-nos conquistá-lo. Nosso imperialismo já tem o objeto. Falta a vontade firme do sujeito dominador, porque nos faltou até agora a consciencia de um dever commum. (grifo no original).

O “tom” imperialista do discurso realleano ganha contornos mais nítidos quando escreve “O problema da paz”<sup>112</sup>, no exemplar de número 80, de 10 de janeiro de 1937, onde afirma que “a paz se conquista, não se recebe de presente”. Curiosamente, Reale rebate um apontamento sobre o nacionalismo ser uma das causas perturbadoras da paz concordando com o ponto de vista – não sem alguma ironia, e, obviamente, não sem a pregação integralista de sobejo.

Entre os varios factores perturbadores da paz, um foi apontado que merece a nossa atenção e exige alguns commentarios. Queremos nos referir às declarações de nosso ex-chancellor, o dr. Macedo Soares. Disse o illustre politico que a causa primordial das guerras é o nacionalismo estreito em materia de trocas nacionaes, o absurdo desejo alimentado por alguns paizes de se bastarem a si mesmos, realizando “autarchias” economicas. Estamos plenamente de accordo com essa maneira de ver. Nacionalistas como nos orgulhamos de ser, sabemos bem orientar a nossa actividade, de sorte a não sacrificarmos a Nação sob a capa de principios falsamente denominados “nacionalistas”.

O nacionalismo que os integralistas defendem e pretendem realizar em nossa terra de forma organica, mediante a organização das classes productivas como forças integradas no Estado, nada tem que ver com o pseudo-nacionalismo dos proteccionismos escandalosos.

O nosso nacionalismo é a expressão da totalidade dos valores nacionaes. (g.n.).

Enquanto isso, o exemplar de número 83, de 14 de janeiro, articula as noções integralistas de “classe”, “sindicato” e “Nação”: neste caso, a definição de sindicato seria o mecanismo superador dos antagonismos de classe, selando este “armistício” incorporando as todas as classes no aparelho de Estado – equiparado à “totalidade dos valores nacionais”. O texto, que é intitulado “Syndicato, Classe e Nação”<sup>113</sup>, reitera o caráter fascista-totalizante do Integralismo no intuito de atrelar

<sup>112</sup> REALE, Miguel. O problema da paz. **Acção**, São Paulo, 10 jan. 1937. p. 1.

<sup>113</sup> REALE, Miguel. Syndicato, classe e nação. **Acção**, São Paulo, 14 jan. 1937. p. 1.



Neste e noutro exemplar, o de número 172 (neste, Reale não assina nenhum texto), vem encartada a directiva integralista “O Integralismo precisa de um milhão de eleitores”. Esta directiva é repetida à exaustão a partir deste mês: a necessidade dos simpatizantes se filiarem e a obrigatoriedade dos filiados e militantes votarem, arrastando consigo votos de amigos e familiares. *Ipsis litteris*

O Chefe Nacional da Acção Integralista Brasileira vem de baixar uma directiva recomendando o alistamento intenso de todos os “camisas-verdes” maiores de 18 annos. Todo integralista tem pois um dever a cumprir: alistar-se ou incentivar o alistamento, se é eleitor. (g.n.)<sup>116</sup>

No exemplar de número 173, de 06 de maio, vem disposta directiva semelhante: “Alistamento Eleitoral: directiva do chefe nacional”, assinada pelo próprio Plínio Salgado.<sup>117</sup> Nesta directiva, fica explícito o autoritarismo do movimento. Após a afirmação de que o ano de 1937 é “o anno do intenso alistamento eleitoral nas fileiras do Sigma.”, e que “O Integralismo quer vencer dentro da ordem, seguindo estrictamente a Constituição da Republica, a Lei Eleitoral vigente, como Partido politico de ambito nacional devidamente registrado no T.S.E.” (sic), Plínio Salgado emite determinação para os dirigentes locais da AIB

1.º) – Que em todos os Nucleos Municipaes do Paiz se verifique quaes os integralistas que ainda não são eleitores, marcando-lhes o prazo de uma semana, a contar do dia da verificação, para que se inicie o processo da sua qualificação.

2º) – Todos os integralistas deverão passar pela Junta Eleitoral do seu Nucleo, afim de dar o numero do seu titulo e a sua residencia. [...]

4º) – Contra os refractarios ao alistamento eleitoral deverá ser applicada a pena de suspensão

<sup>116</sup> O INTEGRALISMO precisa de um milhão de eleitores. **Acção**, São Paulo, 05 mai. 1937.

<sup>117</sup> SALGADO, Plínio. Alistamento eleitoral: directiva do chefe nacional. **Acção**, São Paulo, 06 mai. 1937.

e, na reincidência, de expulsão do Movimento.  
[...]*(Idem, g.n.)*.

Outro elemento curioso deste número é a notícia da “Colaboração de Vinicius de Moraes no numero 15 de ‘Anauê’”. Como se sabe, o aclamado poeta brasileiro, quando jovem, também perfilava nas carreiras do *Sigma* – talvez a maneira mais “segura” de exercer a diplomacia na Itália do *Duce*. Os exemplares de número 174, 175 e 171, por sua vez, trazem três colunas de Reale (separadas assim em três partes) com o título “A democracia e o Sigma”, que visam basicamente a repudiar algumas críticas de que os integralistas não seriam democráticos e, sim, autoritários.<sup>118</sup> Não obstante, a coluna “Sebastianismo Insustentável”<sup>119</sup>, do exemplar 176, presta-se a uma crítica centrada nos partidos liberais, sobretudo no PRP e nos “perrepistas”, bem como sobre o que algumas personalidades disseram a respeito do movimento da Aliança Liberal, em tom notoriamente agressivo: “Querer enxergar em 30 apenas Antonio Carlos ou Borges de Medeiros é dar prova de cegueira ou de estrabismo.”

Agendado o plebiscito integralista para a escolha do seu candidato às eleições para o dia 23 de maio de 1937, sagrando-se vencedor, obviamente, Plínio Salgado (cabendo a Reale a posição de terceiro mais votado), vem publicado texto de Salgado no exemplar de número 186, de 21 de maio, intitulado “Razões de um plebiscito”, com o complemento “Anno V da Era Integralista”.<sup>120</sup> O exemplar imediatamente posterior, de 22 de maio, número 187, traz, em sua capa, os dizeres “Enquanto os políticos ameaçam subverter a ordem publica, o Integralismo dá uma real demonstração de fé democrática, realizando seu plebiscito” (g.n.) e “O Grande Plebiscito de amanhã”, “num espetáculo inédito de democracia.” Notar a afirmação curiosa da capa “enquanto políticos” em oposição a “Integralismo” – como se o movimento não fizesse política ou não fosse uma agremiação política, mas, doravante, “movimento de ideias”, como queria Reale.

Logo após o plebiscito ter sido realizado, a repetição, no exemplar 188, de 24 de maio, “A MAIOR DEMONSTRAÇÃO DE FÉ NA DEMOCRACIA”. Salgado assina, neste número, o texto

<sup>118</sup> REALE, Miguel. A democracia e o sigma. **Acção**, São Paulo, 07 mai. 1937. p. 4.

<sup>119</sup> REALE, Miguel. Sebastianismo insustentável. **Acção**, São Paulo, 10 mai. 1937. p. 4.

<sup>120</sup> SALGADO, Plínio. Razões de um plebiscito. **Acção**, São Paulo, 21 mai. 1937. p. 4.

“Commandando homens livres”. Com o exemplar 189 não se dá diferença. Note-se que Reale não assina textos nos exemplares 186 a 189. Contudo, no exemplar 190, vê-se Reale assinar “O discurso de um purificado”, tecendo considerações sobre disputas políticas na Bahia.<sup>121</sup>

No que concerne especificamente ao Manifesto-Programa da AIB, alguns projetos merecem ser mencionados. O “programa partidário” é dividido nas seguintes seções:

- I. *Organização Corporativa do Estado;*
- II. *Economia e Finanças Nacionais;*
- III. *Defesa Nacional, Segurança Pública e Ordem Política;*
- IV. *Relações Exteriores – Política Interacional;*
- V. *Direito e Organização Judiciária;*
- VI. *Sindicalismo e Justiça Social;*
- VII. *Belas Artes;*
- VIII. *Educação;*
- IX. *Funcionalismo Público e Administração;*
- X. *Colaboração da Imprensa com o Estado;*  
(AÇÃO, 2002, pp. 150-167).

Repetindo preceitos do “Manifesto de Outubro”<sup>122</sup> em suas preliminares, tais como “só um fundamento espiritual indestrutível dá ao Estado a consciência do dever e o livre arbítrio” ou, segundo a fórmula exata, “o primado do espiritual sobre o moral, do moral sobre o social, do social sobre o nacional, do nacional sobre o individual”, o Integralismo vem realizar seu programa de governo “visando sempre a grandeza nacional dentro do ideal cristão da sociedade brasileira.” (*Ibid.*, pp. 150-151).

“O Integralismo, em suma, é a teoria da disciplina e a prática da liberdade, ao passo que o liberalismo é a teoria da liberdade e a prática da escravidão.” Neste sentido, vem apregoar a “formação de uma consciência nova” (*Ibid.*, p. 151), objetivando, dentre outras coisas, “c) a

<sup>121</sup> REALE, Miguel. Discurso de um purificado. **Ação**, São Paulo, 26 mai. 1937. p. 4.

<sup>122</sup> SALGADO, Plínio. Manifesto de 7 de outubro de 1932. In: **Frente Integralista Brasileira**. A vitória já é nossa. [Internet]. São Paulo: FIB, c2005-2013. Atualizada em: 08 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=75>>. Acesso em: 08 ago. 2013.



eugenia da raça, pela prática metodizada do atletismo da ginástica, dos esportes; [...] e) o combate ao comunismo por uma educação sistematizada.” (*Ibid.*, p. 152, g.n.).

Envolvendo o leitor na “mística” integralista, reatando-se assim “o velho e glorioso sentido da política forte e apaziguadora de caxias, consolidando a unidade da pátria”

[...] o governo Integralista, sem exercer a menor perseguição a quem quer que seja e procurando congregar todos os brasileiros, sem distinção partidária, em torno da obra majestosa e fascinante da criação de uma grande potência sul-americana (*Ibid.*, p. 152).

Em empreitada contra o Estado Liberal e seu “sistema dirigido no interesse exclusivo de pequenas tiranias e oligarquias econômico-financeiras”, que atentam contra o “princípio cristão da propriedade”, o Manifesto-programa afirma que sem uma economia organizada (dirigida, vigiada e controlada pelo Estado, tal qual no fascismo, segundo os postulados de “O Estado Moderno” e “O Capitalismo Internacional”), “todas as propagandas nacionalistas e espiritualistas serão inúteis diante da miséria, do desespero, da incerteza da produção e do produtor, do dirigente e do operário.” (*Ibid.*, pp. 153-154, grifo do autor). É importante que se atenha ao uso da expressão “propaganda”, de modo a compreender a carta que Salgado escreve a Vargas declinando do cargo de Ministro da Educação, não sem se lamentar pelo fato de que fora o Integralismo o responsável por parte da propaganda que pôde viabilizar o “Estado Novo”.

O Manifesto-programa vai apontar, como uma das diretrizes do “Estado Integral” a criação, nas massas populares, “mediante uma obra sistemática de educação de propaganda, um sentimento de amor, de respeito, de entusiasmo elevado ao mais alto grau pelo militar de sua pátria a quem incumbe a mais sagrada missão no Estado Integral”; ou ainda, a obrigação do serviço militar “independente de sorteio, porque todo brasileiro tem o dever de conhecer a vida da caserna, fonte de sentimentos de unidade nacional e virtudes cívicas.” (*Ibid.*, p. 156, grifo do autor).

Ironicamente, a despeito de condenar os “pistolões” e “coronéis” da oligarquia fundiária e “econômico-financeira” que comandavam a política da República Velha, a AIB vem, em seu manifesto, sustentar o

retorno da “Guarda Nacional” (criada pela lei imperial de 18 de agosto de 1831)<sup>123</sup>:

o Integralismo, restaurada uma das mais belas tradições nacionais, deseja criar no Estado brasileiro uma força civil, voluntária, nos moldes da lei que instituiu a Guarda Nacional do Império, em 1851. Essa organização [...] deverá ser suficientemente armada, para defender contra o extremismo, o banditismo, a dissolvência, a anarquia, as famílias, em cada município, a ordem legal, os princípios democráticos da República, as autoridades constituídas, constituindo, também, uma reserva das forças armadas, e tendo ainda a missão de criar uma atmosfera de simpatia e de entusiasmo nacionais pelo Exército, pela Marinha e pela Aviação, preparando a mocidade em todos os municípios para que esta ao entrar para a caserna, quando atingir a idade militar, compreenda que vai pertencer a corporação que exprime a grandeza e a força do Brasil. (*Ibid.*, p. 157, g.n.).

Libertando “o direito do excessivo formalismo que mais serve à chicana do que à causa da justiça” (*Ibid.*, p. 160), a AIB visava, conforme toda a delimitação do conceito “novo” de sindicato averiguado na obra “O Estado Moderno”, a “transformar os sindicatos em órgãos de direito público” e, categoricamente, como Reale apregoava, “ampliar as funções sindicais, que deverão ser de natureza econômica, política, cultural e moral, e portanto com interferência direta e indireta no governo dos municípios, da província e da Nação.” (*Ibid.*, p. 161).

Outro ponto interessante, e efetivamente inovador, seria o controle das “belas artes” que a AIB pretendia. Embora o Integralismo não pretendesse “impor uma arte, como faz o *Soviet* russo.” (*Idem*), algumas diretrizes da ação política a ser implementada podem denunciar o contrário. Fica evidente aqui a ideia de atrelar toda a criação artística no aparelho de estado, típica estratégia de controle de regimes totalitários.

---

<sup>123</sup> Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html)>. Acesso em: 12 mai. 2014.

Salgado, Barroso e Reale, homens das letras e poetas, sabiam da força política e ruptural das criações artísticas. Ora, o Integralismo pretendia o mesmo, inclusive projetando a criação de uma pasta ministerial, vinculada ao Poder Executivo Central para “estimular, orientar, mobilizar” a criação artística, protegendo artistas e “educando o povo”, senão vejamos:

1 – O Integralismo criará o Ministério das Belas-Artes e Literatura, e a ele ficando subordinadas as Academias de Letras nacionais ou provinciais; a Escola Nacional de Belas-Artes e todas as outras e orientação do teatro e do cinema.

2 – Todos os artistas brasileiros, pintores, escultores, músicos, atores, serão mobilizados para uma grande obra de conjunto nacional no desenvolvimento da produção artística.

3 – O Ministério das Belas-Artes manterá um Teatro Oficial.

4 – O Ministério das Belas-Artes promoverá exposições, audições de música clássica e popular brasileira, representações teatrais, com o fim de, ao mesmo tempo, proteger os artistas e educar o povo.

5 – Promoverá a criação do cinema brasileiro com forte impulso governamental (*Ibid.*, p. 161, g.n.).

Sobre a educação, o ponto alto do manifesto é sua projeção de dar eficiência e unidade ao sistema universitário de ensino superior “procurando integrar esse sistema nos rumos morais e políticos do Estado.” (g.n.). O controle totalizante deveria se estender, preponderantemente, na educação e na mídia, principais formadores de consciência. Daí que “colaboração da imprensa com o Estado” traduz-se não em “sufocar a liberdade de imprensa”, mas em “dar a ela uma grande missão colaboradora direta do Estado”, de modo a ser, simultaneamente, “orientadora da opinião, formadora de uma consciência nacional, esclarecedora dos órgãos do governo” (*Ibid.*, pp. 163, 165, g.n.). Esta seria, segundo a programática integralista, a defesa da liberdade de imprensa: “Livre da interferência dos políticos, a classe jornalística elaborará, ela própria, leis visando seus interesses, sua moralização, seu prestígio, para as levar à apreciação do Presidente da República.” (*Ibid.*, p. 166).

Condenando toda espécie de censura direta exercida pelo governo, o Integralismo preferiria, pelo seu reconhecimento de que a imprensa é “um real poder”, “identificá-la ao Estado, sobre o qual ela influirá com a honestidade e o patriotismo que criarão uma atmosfera de mútua confiança entre imprensa e governo”. O Integralismo queria operar “uma verdadeira e profunda revolução da imprensa. Ela, que tem concorrido para a revolução dos outros, ainda não fez a sua revolução.” (*Idem*, g.n.).

Vê-se que os preceitos elaborados na teoria integralista, por meio das obras, sobretudo, de Miguel Reale, Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Olbiano de Melo, simplificadas nos panfletos de divulgação doutrinária, transpostas para a mídia integralista, repetidas em discursos na rádio e em sessões doutrinárias, derivados que eram do “Manifesto de Outubro”, só poderiam, mesmo, transformar-se em programática definida de governo, operando verdadeira guinada totalitária na concepção do Estado.

O terceiro bloco de análise engloba os exemplares de números 247, 249, 250, 256, 259, 261, 263, 264, 266 (agosto de 1937); e 297 a 303 (29 de setembro a 07 de outubro de 1937), perfazendo o quadro geral da preparação do golpe de Estado de 1937 por meio da publicação do “Plano Cohen”. Como se verá, o próprio jornal *Ação* serve de documentação histórica para o conhecimento do processo que resultou no “exercício de Estado-Maior” dos militares, com a conivência de Vargas. Ora, conforme se depreenderá da ata de reunião no Ministério da Guerra, em 27 de setembro de 1937, o “exercício de Estado-Maior” não deixa de ser um eufemismo para a conhecida fórmula schmittiana de que “Soberano é quem decide sobre o Estado de Exceção”. (SCHMITT, 2009, p. 13).

O diário “*Ação*” já antecipava, em meados de 1937, o “desvelamento” do Plano Cohen.

Conquanto elaborado pelo integralista Olympio Mourão Filho<sup>124</sup>, o documento forjado e utilizado na manobra golpista vinha assinado simplesmente por “Cohen”. Fora publicado no “Jornal do Comércio”, no Rio de Janeiro, aos 30 de setembro de 1937. (BONAVIDES, AMARAL, 2002, pp. 199-213). Dentre alguns de seus pontos mais relevantes, destacam-se os seguintes. O texto já se inicia com uma referência direta

<sup>124</sup> Cf. GÓIS MONTEIRO, Pedro Aurélio de. Depoimento do general Góis Monteiro sobre o “Plano Cohen”. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (Org.). **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Biblioteca do Senado. v. 5. pp. 222-240.

ao levante comunista de 1935: “O movimento revolucionário, em hipótese alguma, poderá repetir os erros de 1935”. (*Ibid.*, p. 199).

Seguem-se considerações diretas das posturas a serem tomadas contra os integralistas. Neste documento, o Integralismo figura como pólo de resistência ao mal comunista – dele se utilizando Vargas, o “nacionalista pragmático” segundo Lauerhass Jr., e alguns generais. Mais uma vez, o apelo à preocupação primordial da “propaganda”.

2) O trabalho contra o integralismo nas classes militares deve ser feito nos dois sentidos hierárquicos: de cima pra baixo – procurando convencer os chefes do Exército do perigo imenso que será para o Brasil em geral, e especialmente para as classes armadas, o triunfo do integralismo, [...]. De baixo pra cima – por todos os meios possíveis de doutrinação e propaganda em prol da democracia. (*Ibid.*, pp. 202-203, g.n.).

Curiosamente, a forjada “estratégia comunista” para combater o Integralismo era a mesma utilizada pela própria AIB – para justamente combater os comunistas.

No próprio “Plano Cohen”, constata-se o interesse pelo clero:

3) Quanto ao clero, meio onde o integralismo vem fazendo um progresso formidável, é absolutamente necessário, no atual momento político, de plena campanha eleitoral, canalizar a sua parte ainda não contaminada com o referido movimento. A técnica a ser utilizada [...]:

a) Procurar identificar o mais possível o movimento integralista com o nazismo – atualmente o maior perseguidor da Igreja Católica, propugnando por um fatalmente futuro inimigo desta igreja. (*Ibid.*, p. 203).

Quando o documento, obra de um integralista, aponta a disseminação do Integralismo nas Forças Armadas e na Igreja Católica, além de forjar o inimigo dos comunistas, faz reforçar a ideia do poder do Integralismo perante a conjuntura política do período. Paradoxalmente: Vargas e os militares negociavam com a AIB enquanto sua massiva propaganda anticomunista servia aos interesses do governo constituído; ao mesmo tempo, a própria AIB ia preenchendo os vácuos de poder político e ideológico deixados, de modo a reforçar a representação de

seus próprios poder e autoridade – talvez isto justifique o declínio de Salgado ao cargo de Ministro da Educação: queria mais que isso.

Na seção XVI do Plano Cohen, encartaram-se “*Diretrizes para a ação prática*”, sendo seu primeiro tópico “Agitação das massas”, “No terreno propriamente político”, “No terreno propriamente de combate ao integralismo”, “No terreno social”. O segundo tópico tratava da “Técnica da greve moderna”, baseada nos seguintes princípios:

- a) a greve deve ser de caráter absolutamente geral, [...];
- b) elas devem ser desencadeadas de uma única vez e como elemento preparador do clima próprio para a ação nos quartéis;
- c) sua preparação deverá ser a mais secreta possível;
- d) Sua execução deverá ser levada a efeito com o máximo de violência e instantaneidade. (*Ibid.*, pp. 203-207, g.n.).

Dentro do segundo tópico existe uma seção específica para “O comitê dos incêndios”:

O comitê central organizará o plano de incêndios tendo em conta a seguinte regra:

- a) em cada rua principal do bairro deverá ser ateado fogo a um prédio, no mínimo;
- b) sempre que possível, de preferência uma repartição pública, federal, estadual ou municipal, existente em rua que não seja guardada por policial;
- c) na falta de qualquer desses prédios, escolher qualquer edifício particular, de preferência sempre o maior e o mais importante;
- d) a missão requer audácia e surpresa [...]. (*Ibid.*, p. 209).

O terceiro tópico trata da “Ação das massas civis”:

- a) no centro da cidade – manifestações populares violentas, condução das massas para as redações dos jornais antipáticos e consequente empastelamento;

b) nos bairros elegantes e plutocratas – as massas deverão ser conduzidas aos saques e às depredações, nada poupando para aumentar cada vez mais a sua excitação, que deve ser mesmo conduzida a um sentido nitidamente sexual, a fim de atraí-las com facilidade [...];

c) as delegacias, prisões, xadrezes, etc., serão abertos e soltos todos os presos, sem distinção de sua qualidade; [...](*Ibid.*, p. 210).

No dia 29 de setembro de 1937, Dutra envia ao presidente Vargas uma solicitação para “decretação de comoção intestina grave”, com uma respectiva exposição de motivos dos militares, que repete todo o discurso anticomunista de praxe (DUTRA, 2002, pp. 215-220). Como resultado, em 30 de setembro, foi publicado, em todos os jornais do Rio de Janeiro, o “Comunicado oficial da Casa Militar da Presidência da República”, distribuído à imprensa pelo Departamento de Propaganda, com os seguintes dizeres

O general Francisco José Pinto, chefe da Casa Militar da Presidência da República, comunicou ontem ao Departamento de Propaganda que seria entregue hoje, quinta-feira, a fim de ser divulgado pela “Hora do Brasil” o texto das instruções do Komintern para a ação dos seus agentes em nosso País. Essa documentação foi apreendida pelo Estado-Maior do Exército. A divulgação dessas instruções porá o país a par do tenebroso plano organizado pelos dirigentes do Partido Comunista russo, no qual estão previstos desde depredações e incêndios, até os desrespeitos à honra e aos sentimentos mais íntimos da mulher brasileira. (BONAVIDES, AMARAL, 2002, p. 221, g.n.).

E quanto à imprensa integralista? Já nos primeiros exemplares do mês de agosto de 1937, são publicadas matérias sobre discursos de Plínio Salgado acerca das “ordens soviéticas no Brasil”, especificamente nos exemplares 247 e 249. No exemplar 249, de 04 de agosto, é matéria de capa “O notável discurso pronunciado pelo sr. Plínio Salgado, ontem, na Rádio Mayrink Veiga, do Rio”, acompanhada de fotografias de Stálin e Lênin. Na cabeça do jornal, lê-se

## O COMMUNISMO DESMASCARADO!

Revelações sensacionais – Documentos vindos de Paris – Ordens do Komintern para os deputados, os jornalistas e outras forças de vanguarda – A infiltração nos partidos liberais e a máscara do anti-fascismo – As grandes actividades contra o Brasil na rua de L'Echaudé, n. 14, em PARIS.

No exemplar seguinte, 250, do dia 05, “A trama sovietica contra o Brasil: O notavel discurso do Chefe Nacional Plinio Salgado pronunciado na Radio Mayrink-Veiga, ante-hontem, denunciando o proximo golpe contra a Nação” (g.n.), seguido da matéria de capa “Estrangeiros que dão ordens no Brasil!...”, com a reprodução tipográfica do suposto jornal parisiense que despontava análises sobre a conjuntura política brasileira. Na página três desse exemplar, indícios do conhecimento das lideranças integralistas sobre o real conluio golpista, na matéria “Cogita-se de novo ‘Estado de Guerra’: Importante reunião do Presidente da Republica, Ministros da Guerra e Marinha, e Chefe de Policia”.

No número 256, do dia 12, vem na primeira página “O Integralismo é uma escola de cultura e de civismo” seguida, num quadrante menor, da matéria “Os communistas estão alertas: As ultimas instruções do ‘Komintern’, focalizadas num artigo insuspeito do ‘Correio da Manhã’”. No número 259, do dia 16, lê-se, em letras garrafais, “TREMENDA CHACINA! O communismo organiza grupos de combate e ataca a população de Campos. 12 MORTOS e DEZENAS de FERIDOS”, seguida pela notícia “Barbaramente assassinado o presidente da Camara de Jaraguá, o ‘camisa-verde’ Ricardo Gruenwaldt”.

No número 261, do dia 18, Reale aproveita a balbúrdia ao redor da temática do golpe, encartando na capa do jornal um importante jogo de palavras, em letras gigantescas “O GOLPE INTEGRALISTA será nas urnas, no dia 3 de janeiro, com a victoria de Plinio Salgado”, seguida pela repetição da matéria anterior “O MASSACRE BOLCHEVISTA que ensanguentou Campos”, a despeito da matéria, também de capa “A consciencia nacional está despertando”. No exemplar do dia 20, número 263, mais uma vez em letras garrafais

PLINIO SALGADO TEM RAZÃO! Confirmada sua denuncia, feita no notavel discurso que pronunciou, na Radio-Mayrink Veiga, - de um vasto plano comunista! Seu brado de alerta ás



forças vivas da Patria foi ouvido: as altas autoridades federaes tomam energicas providencias de combate á hydra vermelha! (g.n.).

A repetição é exaustiva “Confirma-se o plano bolchevista contra o Brasil”, e novamente “A chacina vermelha de Campos”, seguidas por uma fotografia ou desenho de Dutra com a seguinte legenda “O general Eurico Gastar Dutra, Ministro da Guerra, que esta tomando energicas medidas de repressão ao communismo”. Abaixo, vê-se um desenho curioso, uma fotografia de Plínio Salgado, de perfil, sobreposto a um mapa geográfico do Brasil, com os dizeres “VOTAR NESTE HOMEM – É A SALVAÇÃO DO BRASIL”.

No dia 21, exemplar 264, na capa, “Plinio Salgado continua a ter razão!” Acompanhado deste cabeçalho, vem publicado um “telegramma-circular” de Salgado “a todos os chefes provinciaes da AIB”, com os seguintes dizeres

“Obedecendo plano Komintern communistas propalam intuitos Integralismo perturbar ordem paiz pelo que deveis desmentir categoricamente pt [ponto] nosso serviço investigações apurou pretenderem communistas usar camisa-verde momento execução infame plano soviético”.

Logo abaixo, “Os bolchevistas, cumprindo seu plano diabolico, praticam actos de terrorismo”, ao lado de uma fotografia de Mussolini, com a matéria, também de capa, “Em defesa da civilização christã: Mussolini, em vibrante discurso perante 400.000 pessoas, affirma que não tolerará o bolchevismo no Mediterraneo”. No dia 24 de agosto, no exemplar 266, lê-se

LEVANTE COMMUNISTA NO RIO NO PRIMEIRO REGIMENTO DE AVIAÇÃO: Sargentos e praças aggredidos a tiros, pela madrugada – Boletins insultuosos ás autoridades – Elementos expulsos da Escola de Aviação rearticulavam novo levante

E, acompanhando as críticas dos generais ao Ministro da Justiça, Macedo Soares, o jornal dirigido por Reale coloca, em sua matéria de capa “O Ministro Macedo Soares contra o Ministro Macedo Soares”. Chegando ao final de setembro, no exemplar 297, do dia 30, Reale

assina o texto “Integralismo e mocidade”<sup>125</sup> – note-se que não houve publicações assinadas por si no mês de agosto. Neste texto, Reale narra a história de um jovem advogado que o procurou “afim de fazer a sua profissão de fé integralista”. O jovem narrava que no passado era liberal, até perceber que a palavra “liberalismo” “é uma expressão verbal sem substância, uma simples reminiscência de um ideal que teve seu tempo e seu lugar. Permanecer liberal é hoje carregar sobre as costas um cadaver.” (sic). Assim, o suposto jovem compreendia que “somente no Integralismo a liberdade se socializa, deixa de ser um bem de poucos para ser como o oxygenio que é um bem de todos.” (g.n.).

Neste exemplar, a matéria de capa é

Que é que ha? A posição do Exercito em face da sucessão presidencial: Importante reunião de generaes no Ministerio da Guerra – Seguiu para o Rio Grande do Sul, em missão especial, o Major Etchegoyen – O regresso inesperado do emissario do general Gaspar Dutra ao Rio de Janeiro movimentou os círculos politicos

Mais uma vez, “O communismo prepara nova jornada de sangue: secundando as revelações de Plinio Salgado sobre a acção do Komintern, falará hoje, na ‘Hora Nacional’, o general Pinto Guedes”. Finalmente, no dia 01 de outubro, no exemplar 298, a matéria de capa “A decretação do Estado de Guerra”, seguida por uma notícia com quadrante em destaque “O aviso de Plinio Salgado”, onde se lê, acerca do Plano Cohen, que

O documento apprehendido pelo Estado Maior do Exercito e referente ao plano baixado pelo Komintern para um golpe contra as instituições da Republica, veio mostrar á Nação que o Integralismo só tinha em vista o bem publico quando alertou o paiz, em Agosto ultimo, pela voz de Plinio Salgado, denunciando as actividades communistas. (g.n.).

Segue-se a este outro pequeno texto, “Plinio Salgado tinha razão”, com os dizeres

---

<sup>125</sup> REALE, Miguel. Integralismo e mocidade. **Acção**, São Paulo, 30 set. 1937. p. 4.

Os documentos apreendidos pelo Estado Maior do Exercito – Confirmam inteiramente as denúncias do Chefe Nacional sobre o preparo da nova revolução communista – Porque a imprensa alaranjada não ridiculariza a palavra autorizada do Exercito Nacional!

Reale assina o artigo “Confiança no Brasil”<sup>126</sup>, em que analisa o discurso de Plínio e transmite uma mensagem de esperança ao leitor

Confiamos no Exercito e na Armada. Confiamos no patriotismo dos altos dirigentes da Nação. Confiamos, mais do que nunca, no heroico despreendimento dos que não saberiam viver sem Deus, sem Patria e sem Familia. (g.n.).

No dia 02, a lógica do exemplar anterior se mantém. Na matéria da capa “ESTADO DE GUERRA: Annuncia-se que esta medida de excepção será exercida pelos ministros militares”, acompanhada da mesma fotografia de Dutra de outrora. Salgado, em texto “(Especial para ‘Acção’)", escreveu sobre o posicionamento político da AIB em “Definindo uma attitude”. Reale, por sua vez, assinou o texto “Inconsciencia burgueza?”<sup>127</sup>. Nele, afirmou que, enquanto no dia 01 “todos os jornaes publicaram as impressionantes directivas do Komintern”, o “Estado de São Paulo, órgão oficial do P.C. e folha predilecta das classes conservadoras”, mantendo-se renitente contra o “perigo marxista”. O periódico paulista tinha inclusive publicado “um artigo de um conhecidissimo escriptor da esquerda” (Oswald de Andrade) em que este intentaria

diminuir os que elle denomina ‘literatos da direita’, visando, de maneira especial, Plinio Salgado e Tristão de Athayde, exatamente por serem chefe e líder respectivamente da “Acção Integralista” e do “laicato catholico”, ou seja, das duas grandes barreiras á infiltração do credo moscovita.

<sup>126</sup> REALE, Miguel. Confiança no Brasil. **Acção**, São Paulo, 01 out. 1937. p. 4.

<sup>127</sup> REALE, Miguel. Inconsciencia burgueza? **Acção**, São Paulo, 02 out. 1937. p. 4.

No exemplar 300, do dia 03 de outubro, Reale não assina nenhum texto. Na capa, lê-se “Decretado o estado de guerra por 90 dias”, e, logo abaixo, “Quem não deve não teme... Os parlamentares envolvidos na revolução comunista de 1935 estão abandonando precipitadamente o distrito federal”. No dia 05 de outubro, o exemplar 301, vem com a notícia de capa “FRACASSOU O GOLPE COMMUNISTA NO RIO GRANDE DO SUL”. Reale também não assina nenhum texto.

Já no exemplar seguinte, do dia 06, cuja matéria de capa é “QUEM EXECUTARÁ O ESTADO DE GUERRA?”, Reale assinou o texto “Opportuníssima lembrança”<sup>128</sup>, em que afirmou que os governadores Juracy Magalhães e Lima Cavalcanti “não estão á altura de executar o estado de guerra”, sendo o primeiro “irmão do foragido bolchevista Eliezer”. Afinal, Juracy, “A pretexto da defeza do regimen, trancou sédes integralistas, prendeu e espancou dezenas de patricios”. Reale reforça seu argumento explicando a “história política” da AIB, que se construiu dentro da legalidade constitucional, das leis eleitorais e dos procedimentos do Tribunal Superior Eleitoral.

No dia 07 de outubro, “data maxima do Integralismo”, dada a publicação do “Manifesto” constituinte, Reale assina o texto “A data dos heróis”<sup>129</sup>: “De pé, ‘camisas-verdes’, pelo bem do Brasil! Neste instante da historia da Republica, nós somos o rochedo que aponta sobre a superficie das aguas, anunciando a estabilidade de um continente.”

O quarto bloco de análise compreende os exemplares de número 325 a 339, 341, 344, 346 a 348, 350 a 352 (02 de novembro a 04 de dezembro de 1937), período que congrega a outorga da Constituição de 1937 por Vargas e o decreto-lei que fecha todas as agremiações partidárias. No exemplar 325, já tratado no início do trabalho, a matéria de capa é sobre o desfile dos integralistas, que representava, simultaneamente, demonstração de apoio a Vargas e corroboração do poder político da AIB: “50mil ‘camisas-verdes’ desfilaram, no Rio, ao lado das Forças Armadas: O presidente Getúlio Vargas, na sacada do Palacio Guanabara, ladeado do General Newton Cavalcanti e Almirante Dario Paes Leme, assistem ao imponente desfile” (g.n.) na capa, com fotos paralelas de Vargas e Salgado.

No exemplar 326, do dia 04, novamente são conferidos holofotes para a matéria do desfile dos 50.000 (“Sob delirantes aclamações

<sup>128</sup> REALE, Miguel. Opportuníssima lembrança. **Acção**, São Paulo, 06 out. 1937. p. 4.

<sup>129</sup> REALE, Miguel. A data dos heróis. **Acção**, São Paulo, 07 out. 1937. p. 4.

populares”). Ênfase, sobretudo, às homenagens prestadas ao chefe da nação (Vargas) e no apoio ao combate ao comunismo no governo federal. Salgado assina o texto “PLINIO SALGADO define a posição do Integralismo perante o actual momento político brasileiro”.

No dia 05 de novembro, a matéria de capa, também já mencionada no primeiro capítulo, é “‘Todos os comunistas devem ser fuzilados’ – afirma o Gal. Newton Cavalcanti, ao sahir do H.P.S. após sua visita aos integralistas feridos no pavoroso desastre da Estação de Mesquita, na Central do Brasil.” (g.n.). Neste número, também vem encartada uma das várias mensagens de “Leitura recomendada”, cujo público alvo, como se vê, são os militantes hodiernos e simpatizantes do movimento “Série de estudos populares: ABC do Integralismo – Miguel Reale”.

Reale não assina nenhum texto nestes e nos exemplares seguintes do bloco, à exceção do exemplar do dia 10 de novembro, dia da outorga da Constituição e do golpe propriamente dito, intitulado “A doutrina do trabalho”. No exemplar 329, cuja “Leitura recomendada” é “Actualidades Brasileiras – Miguel Reale”, vem publicada uma homenagem ao diretor do jornal pelo seu natalício, acompanhada de uma fotografia com a legenda “Dr. Miguel Reale”. Aos 09 de novembro, exemplar 330, vem a notícia “Exoneração do Ministro da Justiça: nomeado para a pasta política o Dr. Francisco Campos”, acompanhada de uma matéria que reiterava o fenômeno integralista, que crescia até diante das fatalidades “Milhares de adesões ao Sigma como protesto ao atentado comunista que causou o pavoroso desastre de Mesquita”.

No exemplar do dia 10, as notícias de capa são “‘Tenhamos confiança no Brasil’ declara, no discurso de sua posse, o Sr. Francisco Campos, novo Ministro da Justiça”; “A opinião da Igreja Catholica sobre o Integralismo”; “Miguel Reale interpretou verdadeiramente o sentimento de sua geração”, em referência a um discurso de Reale, que é repetido, também à exaustão, nos exemplares seguintes. A nova Constituição vem publicada no exemplar do dia 11 de novembro integralmente. Na matéria de capa, como já visto, “A Nova Constituição: Adoptados varios principios corporativos – Dissolução dos partidos politicos provincianos – O Presidente Getúlio Vargas instaura uma ordem nova para a salvação do Brasil”. (g.n.).

Noutra matéria, Reale e a AIB não se furtaram em demonstrar aos militantes integralistas a coalizão existente entre eles e o novo regime estabelecido por meio do golpe: “O Integralismo ao lado do Governo Central”. Não obstante, a questão política na Faculdade de Direito de São Paulo também é lembrada “Estão próximas as eleições do Centro

Academico XI de Agosto: As Arcadas apresentam um aspecto pitoresco – candidatos e programas – prognosticos".

Um texto vem explicar o pensamento político de Francisco Campos "O Pensamento Político do sr. Francisco Campos: o programma doutrinário da 'Legião Mineira' movimento fundado pelo actual Ministro da Justiça".

No exemplar do dia 13 de novembro, vem publicado um comunicado da "Chefia Nacional", demonstrando que a AIB continua em seu perfeito funcionamento mesmo diante da nova Constituição, que assegura a garantia da liberdade de associação. Algumas matérias possuem títulos sintomáticos nos exemplares 333 a 339. "Único rumo"; "Os velhos não podem realizar"; "Milhares de adesões" (à AIB), de maneira que o movimento ia crescendo, a despeito da nova situação política: "O Integralismo cresce de maneira vertiginosa!" ou ainda "Avolumam-se as fileiras verdes do Sigma" (esta última no exemplar 336, de 16 de novembro). No exemplar 338, vem a matéria de capa "Extincta a Justiça Eleitoral: o acervo vae ser entregue ao Ministro da Justiça", enquanto no número 339, "Sustentáculo da disciplina", "Deus, patria, familia".

No exemplar de 18 de novembro, "Extinção da Justiça Federal". No dia seguinte, "'O Integralismo é o sustentáculo da ordem e da disciplina no Brasil'". No dia 21 de novembro, a matéria de capa parece ser um aviso de alerta a Vargas: "O Integralismo não póde ser desprezado, tamanha é a sua força moral no Brasil" afirma o General Azambuja Villa Nova, interventor federal em Pernambuco" (g.n.). Em 25 de novembro, publicou-se a matéria de capa "O INTEGRALISMO TEM DIREITO de usar distintivos e realizar reuniões", o mesmo exemplar em que noticiou-se que se iniciavam as perseguições (políticas) por obra dos interventores.

No exemplar 347, de 28 de novembro, a matéria de capa novamente era um aviso de alerta a Vargas, sobre o apoio militar à AIB: "Considero os integralistas uma reserva moral da Nação" – declara o general Meira Vasconcellos, comdte. da 5.a Região Militar" (grifo do autor). Note-se que, neste mês, trechos e matérias sobre a obra "Brasil, colônia de banqueiros", de Barroso, são repetidos muitas vezes. Novamente, recado a Vargas, no exemplar 348, de 30 de novembro "'A demonstração do 'Dia da Bandeira' veio apenas confirmar a pujança de sua acção e a disciplina de seus adeptos" – fala a respeito do Integralismo o General Heitor Borges" (g.n.).

Os exemplares 350 a 352, do início de dezembro de 1937, trazem as notícias acerca da extinção dos partidos políticos. Na capa do

exemplar 350, lê-se “Parece que, finalmente, vão ser extintos os partidos”. Finalmente, no dia 04, exemplar 352, “Fechados todos os partidos políticos: publicado, finalmente, o decreto-lei que regula o importante assumpto”, seguindo-se abaixo curiosa afirmação “Mantem-se a ‘Acção Integralista Brasileira’ como sempre foi, isto é, sociedade cultural, devendo apenas mudar de nome.”

Tratava-se do Decreto-lei n. 37, de 02 de dezembro de 1937, ancorado no artigo 180 da nova Constituição, que decretava, considerando-se “a multiplicidade de arregimentações partidárias, com objetivos meramente eleitorais, ao invés de atuar como fator de esclarecimento e disciplina da opinião”, ou ainda “os partidos políticos até então existentes não possuíam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime”, em seu artigo primeiro, “Ficam dissolvidos, nesta data, todos os partidos políticos.” (BRASIL, 1937).

O quinto e penúltimo bloco trata da conversão da AIB em Associação Brasileira de Cultura, cuja icônica sigla é ABC. São os exemplares de número 354 a 365, 376, 379 a 384, 387, 390 a 392 (07 de dezembro de 1973 até 22 de janeiro de 1938). Reale não assinou nenhum. Em 07 de dezembro, a matéria de capa é

#### O INTEGRALISMO

como partido politico, já estava extinto desde 11 de novembro

Como, naquele dia, falou a “O Povo”, do Rio, o Sr. Plinio Salgado – Seus elevados objectivos culturaes e seus ambulatorios, lactarios, escolas, etc., continuam na sua missão, devendo apenas mudar de nome, na forma do art. 4º, do decreto que extinguiu os partidos politicos

Logo abaixo, “Communistas ainda em atividade! Prisão de um agente do Komintern: em poder do perigoso indivíduo foram encontradas bombas de dynamite de alta potencia”. Na página quatro, vem o texto apócrifo “Presença do Integralismo”, em que se defende a permanência das atividades integralistas, sua força moral e simbólica, a despeito de não mais figurar como partido político, mas como agremiação de fins civis e culturais.

No dia seguinte, 08, o exemplar 355 trouxe, na capa “COM NOVA DENOMINAÇÃO a ‘Acção Integralista Brasileira’ prosseguirá suas actividades nos objectivos humanitarios, educacionais e

desportivos”. Logo abaixo, vem publicado, em quadrante destacado “O programma que será executado pela Associação que sucederá a AIB”. Tratava-se, basicamente, de um retorno às condições da Sociedade de Estudos Políticos (SEP): a) incrementar o sentimento espiritualista e “as virtudes christãs do Povo Brasileiro”; b) promover estudos e pesquisas sobre problemas culturais nacionais; c) instituir serviços de assistência mútua entre os sócios; d) promover atividades de cultura física, desenvolvimento eugênico e recreio; e) criar escolas e organizações de escotismo.

No dia 09, exemplar 356, lê-se na capa “NOVOS RUMOS PARA A AIB: o sr. Plinio Salgado, em entrevista a varios vespertinos, define os moldes da instituição que substituirá o Integralismo”. Na página 4, publicou-se outro texto apócrifo “Dignidade Nacinoal”. No dia 10, os ataques aos antigos inimigos continuavam: “OS VERMELHOS AINDA AGEM: demittidos por exercerem actividades communistas”, ou ainda “O PRP foi dissolvido, mas as duas ‘idéas’ ficaram...”. No dia 12 de dezembro, veio publicado na capa

A “Associação Brasileira de Cultura” prosseguirá nas actividades culturais, beneficentes e esportivas da AIB. A grande reunião de hontem, dos lideres integralistas, na residencia do sr. Plinio Salgado, no Rio de Janeiro. O programma de acção e a directoria da nova entidade

Repetiu-se, no exemplar 360, do dia 14 de dezembro, o teor do anterior:

Transformada a “Acção Integralista Brasileira” na “Associação Brasileira de Cultura” nos termos do Decreto-lei n.º 37. Grande reunião de sabbado, na residencia do sr. Plinio Salgado, presidente da nova associação – A “ABC” terá succursaes nos estados e filiaes em todos os municípios brasileiros. Os estatutos. Os directores.

Seguida das matérias “Será a Guerra Mundial!” e “Affirmação de fé catholica”. No exemplar 361, na capa “Complot communista judaico-americano em Hollywood: o cinema bolchevizante continua na sua obra nefanda de destruição dos fundamentos da moral christã”, bem como “Reinvindicações coloniaes alemãs: alarmados os círculos londrinos”, acompanhada de uma fotografia de Hitler discursando. Novamente, no



exemplar 362, desfoqueu-se da situação política brasileira para a mundial. Gradativamente, durante dezembro de 1937 e nos meses de janeiro a abril de 1938, até o término do diário, esta vai ser a atitude do jornal: desfoque: “Será a guerra mundial! Complica-se a situação no Oriente. Os Estados Unidos cogitam da ‘declaração de guerra’”, ou então “Commercio entre o Brasil e a Alemanha”.

No exemplar 364, a matéria de capa vem acompanhada de várias fotografias.

Os Estados Unidos querem asphyxiar o Brasil: medidas economicas, sancções, barreiras alfandegarias – “O governo yankee não está disposto ‘a abrir o fogo, mas ‘a fechar o cofre’. – Apreciações da imprensa italiana, elogiando o presidente Geúlio vargas.

Acima de fotografias de Camille Chautemps, Franklin Roosevelt, Josef Stálin, paralelamente a Vargas”, lê-se “O Brasil disputado pelos eixos ‘Washington-Londres-Paris-Moscou’ e ‘Roma-Berlim-Tokio’ – para que lado penderá?”, com as fotografias do Imperador japonês, Hitler e Mussolini. Sobre a polêmica que envolveu o declínio de Salgado ao cargo de Ministro da Educação, não havendo acordo sobre a cooptação do Integralismo no bojo do Estado Novo, o Chefe Nacional da AIB escreveu uma carta a Vargas, explicando suas motivações para tal, a despeito de ser aconselhado por Barroso e Reale a aceitar a pasta, conforme se viu. Nesta carta, Salgado esclarece o trabalho do Integralismo na preparação do Estado Novo:

Não seria eu bastante sincero e honesto se pretendesse dar ao seu governo a minha colaboração pessoal, quando esta não implicasse na adesão, à minha atitude e aos objetivos de V. Exa, de mais de um milhão de brasileiros que criaram, pela sua doutrinação e propaganda, o clima sem o qual não se tornaria possível a transformação constitucional de 10 de novembro (SALGADO, 1938, p. 275).

Salgado escreveu que fazia alusão a uma situação que reputava grave, dividindo sua explicação em três tópicos: I – O Integralismo de 1932 a 1937; II – O Integralismo e os “atos preparatórios da Constituição de 10 de novembro”; e III – O Integralismo depois de 10

de novembro. Acabou concluindo que, após o advento da nova Constituição, “Criou-se uma atmosfera de animosidade e desconfiança, dentro da qual se asfixiam os integralistas.” Como afirmou Reale nas “Memórias”, Salgado deixou a situação em aberto, não oferecendo solução “E V. Exa agora poderá concluir em que setor do governo e de que maneira poderemos trabalhar, com dignidade, pela grandeza do Brasil.” (*Ibid.*, p. 291).

Os exemplares 390, 391 e 392, dos dias 20, 21 e 22 de janeiro, respectivamente, trazem algumas matérias sobre a “campanha anti-semita”. No exemplar 390, página 5, após uma matéria de duas páginas sobre “Bolíver, o Campeão da Liberdade Sul Americana”, o “genio da liberdade”, vem exposta a matéria “Campanha anti-semita tambem na Italia”<sup>130</sup> (g.n.), seguida de uma foto de Mussolini. A matéria tratava de como “os judeus italianos difficilmente poderão apoiar leamente o governo no problema judaico da Palestina e da Arabia”, havendo assim “A necessidade de uma ‘limpeza’ na Italia”, o que haveria sido preparado pelo “Plano do Sr. Farinacci”. O jornal “Tevere”, apoiando “enthusiaticamente a campanha do sr. Farinacci, afirmando que ‘o problema judaico sempre existiu na Italia, devendo hoje ser solucionado, em defeza dos interesses superiores da Nação”. A motivação para essa empreitada era a seguinte:

O mesmo jornal salienta que milhares de jovens Israelitas estrangeiros estudam nas Universidades italianas, procuram naturalizar-se e depois ocupam empregos, fazendo uma concorrência desleal aos jovens italianos. Segundo as palavras textuaes do jornal, “o problema desses israelitas é complexo, grave, tornando-se diariamente mais amplo. É melhor solucionar já esta questão delicada, anets que seja tarde demais”. (p. 5).

No exemplar 391, do dia 21, a matéria de capa em letras garrafais “A agitação judaica em todo o mundo”, em que se explica como “A maioria dos paizes da Europa e da America repelle as infiltrações do judaísmo – os israelistas rumenos querem vir para o Brasil”. Ao seu turno, o exemplar 392 traz na capa “O problema judaico e o problema communista são uma idêntica questão – Declarações do Ministro Goga, chefe do governo da Rumania”. Percebe-se o estratagema de aproximar

---

<sup>130</sup> CAMPANHA anti-semita tambem na Italia. **Acção**, São Paulo, 20 jan. 1938. p. 5.

os “inimigos” do integralismo, inclusive numa perspectiva antissemita. Muito embora o maduro Reale tenha negado sua aproximação com o antissemitismo, dirigiu um jornal que fazia constantes referências a ele.

O último bloco de análise dos exemplares do jornal *Acção* aglomera os exemplares de números 440, 442, 445, 455, 461 a 464 (23 de março a 23 de abril de 1938). Como já dito, aqui se verifica o desfoque da situação política nacional, dado o impasse havido entre Vargas e Salgado, para a situação política internacional. No dia 23 de março, por exemplo, tem-se as seguintes matérias de capa: “A independência da Tchecoslovaquia preocupa a Inglaterra”; “DEFALCADA a frota soviética do Báltico”; “A luta anti-semita na Austria”. Gradativamente, o foco vai sendo movido para a situação francesa – assim, no dia 27 de março de 1937, lê-se na capa “Avoluma-se o movimento grevista na França”; “Criticado na Rússia o discurso de Chamberlain: é enorme a decepção nos círculos soviéticos” ou ainda “Liquidação da Liga das Nações.”

No dia 29 de março, na capa, “Óptimas as relações entre o catholicismo e o nacional-socialismo na Austria”. Já em abril, no dia 10, na capa

Luminoso discurso de Hitler em Viena: ‘Eu combati como soldado desconhecido e anonymo no exercito alemão, cumprindo o meu dever como outros milhões’ – A lucta entre a burguesia e o proletariado – A grande batalha

Na capa do jornal do dia 20 de abril, lê-se “Dissolução dos partidos políticos estrangeiros: é vedado ao estrangeiro qualquer manifestação de natureza política – Nacionalização da imprensa e da escola”, processo ao qual alude Sodré em sua história da imprensa no Brasil<sup>131</sup>. No dia seguinte, lê-se “Roma torna-se o eixo da política internacional” e também “Avulta a reação popular contra Stalin na Rússia”. No dia 22, acima de uma caricatura de Stálin, a notícia “Fracassou o systema comunista de collectivização das terras...”. Derradeiramente, no último exemplar do *Acção*, a capa trouxe “Não haverá modificação na política cambial”, “Revolução na Rússia” e “A França está negociando um empréstimo”. Reale não assinou textos na fase final do diário, mas o dirigiu até seu término, em 23 de abril de 1938.

---

<sup>131</sup> Cf. SODRÉ, *op. cit.*, pp. 380-389.



#### 4 DA TEORIA DO ESTADO PARA A FILOSOFIA DO DIREITO: CONTINUIDADE OU RUPTURA?

*Compreender aquilo que outrem diz ou faz é um ofício de comediante que se "põe na pele" da sua personagem para compreendê-la; se esse comediante for um historiador, precisará, além disso, de se tornar dramaturgo para compor o texto do seu papel e encontrar palavras (conceitos) para poder dizê-lo.*

(Paul Veyne)

Relativamente autônomo em relação às principais lideranças da AIB – organizado por alguns radicais que não se conformaram com as diretivas antipartidárias da Constituição de 1937 – o chamado *Putsch* integralista teve duras consequências para o movimento. Alguns membros da AIB foram presos e torturados. Algumas lideranças dirigiram-se ao exílio, como se deu com Plínio Salgado e Miguel Reale.

Reale narra os bastidores dessa tentativa de golpe de Estado, unindo integralistas e o pai do futuro general-presidente João Figueiredo. (REALE, 1987a, pp. 119-134). O país de destino escolhido para o exílio foi a Itália fascista.

Em sua autobiografia, Reale também narra o que chamou de “estratagema” para retornar ao Brasil, já no final da década de 1930, oportunidade em que rememora as duas prisões que sofreu – tendo sido preso pela segunda vez, em 1939, durante os estudos que envidava para pleitear as cadeiras de Direito Constitucional e Filosofia do Direito na Faculdade do Largo de São Francisco, já então incorporada na Universidade de São Paulo. (*Ibid.*, pp. 135-144).

Preso “porque estava solto”, segundo assertiva do delegado de polícia responsável pelo procedimento, Reale explicou que tudo se deveu ao fato de Salgado ter recebido, em sua residência, sargentos integralistas que também foram presos. No final de maio de 1939, seria a vez de Salgado se dirigir ao exílio, para Portugal salazarista. O destino da AIB, ante sua ausência, foi confiado a Raymundo Padilha, futuro deputado federal e governador do Rio de Janeiro. Ao ser convidado por Padilha “para receber instruções”, Reale respondeu-lhe, “colocando as cartas na mesa”, que não concordava com os poderes que lhe haviam sido conferidos por Salgado, à revelia da ordem hierárquica que estruturava a AIB. Segundo o autor, Barroso teve “igual atitude”, posto que igualmente preterido. Confessou, assim, que

Desde então considerei-me desligado da AIB, não mais participando de suas atividades clandestinas, nem tampouco do Partido de Representação Popular (PRP), que Plínio Salgado resolveu fundar, como que voltando às suas origens perrepostas, após a queda do Estado Novo. (sic) (*Ibid.*, p. 144).

Reale conta nas “Memórias” que o concurso a que se submeteu guardou “antigo estilo coimbrão”. Venâncio Filho explica que a integração do ensino jurídico na estrutura universitária iniciou-se na Universidade do Rio de Janeiro, mas só atingiu efeitos estruturais notáveis a partir da criação das Universidade de São Paulo (USP) e do Distrito Federal. A USP fora criada pelo então governador Armando de Sales Oliveira, em 25 de janeiro de 1934. Por meio do Decreto n.º 24.102, de 10 de abril de 1934, determinou-se que a União transferisse ao estado a faculdade, com prédios, instalações e todos os demais bens que integravam seu patrimônio. (VENÂNCIO FILHO, 1977, p. 306).

Armando de Sales Oliveira ainda tinha o título de interventor em 1933 quando seu cunhado Júlio de Mesquita Filho, de volta de Portugal, persuadiu-o a fundar a Universidade de São Paulo. [...] Mesquita, Fernando de Azevedo e Teodoro Ramos estruturaram a universidade. Às já existentes faculdades de Direito (a maior) e de Medicina e à Escola Politécnica foi acrescentada a nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, centralizando-se a universidade em torno desta última. No exterior foram contratados professores ilustres como Levi-Strauss, Radcliffe-Brown e De Martonne e, durante anos, a Universidade de São Paulo foi uma das melhores do mundo. “De certo modo”, escreve Joseph L Love, foi “a primeira verdadeira universidade do Brasil”. (DULLES, 1984, p. 78).

Dentre as transformações curriculares operadas pelo Estado Novo, Venâncio Filho destaca o desdobramento da disciplina de Direito Público Constitucional em duas: Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional, através do Decreto-lei n.º 2.639, de 27 de setembro de 1940. A norma do Poder Executivo transferia os catedráticos da antiga cadeira para a nova a cátedra de Teoria Geral do Estado, determinando

ainda que o cargo de professor de Direito Constitucional não fosse preenchido em caráter efetivo pelos próximos três anos.

Segundo Venâncio Filho,

O decreto-lei tinha um objetivo definido, o de permitir que o Direito Constitucional fosse ensinado por professores ligados ao regime autoritário de 1937, e portanto capazes de transmitir os seus princípios e suas teorias. (*Ibid.*, p. 310, g.n.).

Citando Nelson Saldanha, sustenta também que, a despeito do ambiente ditatorial, o ensino jurídico beneficiou-se da medida, não sendo verificada, segundo Saldanha, “uma tradição totalitarista na bibliografia da Teoria do Estado entre nós, o que é importante.” (*Idem*). Contudo, essa afirmação merece maior atenção, de modo a torná-la mais precisa e menos genérica – afinal, o próprio Reale trará, em sua obra de Teoria do Estado, reminiscências do corporativismo, do nacionalismo, bem como a utilização de categorias analíticas e conceitos de autores caros ao fascismo europeu, como Del Vecchio e Santi Romano.

Miguel Reale, durante este período, estava organizando, simultaneamente, duas obras, uma para cada concurso aberto: “Teoria do Direito e do Estado”, para a cátedra de Direito Constitucional, e “Fundamentos do Direito”, para a de Filosofia do Direito. O primeiro estava, à época, “mais desenvolvido”, segundo o autor. Contudo, o fato é que ambos foram publicados em 1940. O primeiro tem sua primeira edição em maio deste ano, enquanto que o prefácio da primeira edição de “Fundamentos” é datado de março. Reale afirma nas “Memórias” que foi dissuadido da empreitada para a cátedra de Direito Constitucional pelo professor Noé Azevedo, “ponderando que meu passado integralista iria provocar a reação dos liberais, que não podiam ver com bons olhos o ensino do Direito Constitucional confiado a um adversário.” Ironicamente, tal se sucederia justamente na disputa pela outra cadeira, de Filosofia do Direito (REALE, *op. cit.*, p. 145).

Dessa forma, Reale se concentrou nos estudos para a concepção dos “Fundamentos do Direito”, obra centrada num levantamento bibliográfico buscando questionar a validade do Direito mediante uma “crítica histórica”, isto é, situando os quadrantes das principais correntes do pensamento teórico-jurídico de então, “Sempre atraído pela busca dos pressupostos históricos do Direito dominantes nas últimas décadas”. Reale aproxima extremos de sua produção intelectual, tal qual se intenta

aqui: “Desde *O Estado Moderno* já me fixara numa idéia nuclear, consistente no repúdio a todas as soluções unilaterais ou monocórdicas, com as quais se tentara compreender o quadro complexo e multifário da experiência ético-jurídica.” Dessa forma, Reale distribuiu as doutrinas filosófico-jurídicas em voga, “segundo uma escala crescente de integralidade, [...] até atingir as de natureza englobante.” (*Ibid.*, p. 146, g.n.).

Logo, “Fundamentos do Direito” e “Teoria do Direito e do Estado” expõem ideias já elaboradas em “O Estado Moderno”, tanto num sentido de metodologia da pesquisa (“busca dos pressupostos históricos”, “crítica histórica”), como num sentido de visão integral ou “englobante” das várias concepções teórico-filosóficas (“integração de ser e dever ser”, de realidade natural e valor, em “repúdio a todas as soluções unilaterais”, procurando aquelas “de natureza englobante”). Em remissão ao primeiro discurso de Reale na AIB, momento em que tratou de temas do ordenamento jurídico à luz da Teoria do Estado, cotejando os ensinamentos teóricos “à luz dos fatos históricos”, pode-se notar a continuidade da postura científica de Reale, desde 1933, chegando-se agora em 1940. “Ora, o diálogo com Kelsen, de minha juventude (1935), prolongou-se, naturalmente, em obra mais madura de 1940, cujo título [era] *Teoria do Direito e do Estado*”. (REALE, 1987b, p. 16, g.n.).<sup>132</sup>

Qual o interesse de Kelsen para este trabalho? É que o austríaco foi sempre, para Reale, desde cedo, “parceiro ostensivo ou oculto do meu diálogo filosófico-jurídico, não obstante as profundas divergências que nos separam.” Não obstante, Hans Kelsen estava, para o Reale maduro, “no centro da dramaturgia jurídica de nosso século.” (REALE, 1987b, pp. 15, 16).

---

<sup>132</sup> Sobre as “mil-e-uma utilidades” que o pensamento de Kelsen tem para os desideratos políticos de Reale, cf. **Da revolução à democracia**. 2.ed. Inteira e reestruturada. São Paulo: Convívio, 1977, notadamente os capítulos em que o juriconsulto explica o processo jurídico do golpe civil-militar de 1964, com seus respectivos Atos Institucionais, mediante a “interpretação” adaptativa da *Grundnorm*: “A revolução de março no contexto de nossa histórica política” (pp. 17-34); “Revolução e normalidade constitucional” (pp. 35-50); “Revolução e processo revolucionário” (pp. 51-80). Ainda, “A visão integral do Direito em Kelsen”, em **Direito natural/Direito positivo**. São Paulo: Saraiva, 1984, pp. 58-74. Isto porque o próprio Reale falava sobre a “forma distorcida e acrítica com que seus ensinamentos eram recebidos no Brasil” (REALE, 1987b, p. 15).



Antes de se adentrar especificamente em cada uma das obras, note-se uma semelhança incontingente. Reale fornece o conceito de norma em sua Teoria Tridimensional do Direito da seguinte forma: a norma “representa para o jurista uma integração de fatos segundo valores, ou, por outras palavras, é expressão de valores que vão se concretizando na condicionalidade dos fatos histórico-sociais.” (REALE, 1999, p. 511). Essa definição vem encartada na 19ª edição da obra “Filosofia do Direito”, publicada originalmente em 1953. Tal definição se torna mais densa e sintética a partir da publicação, autônoma e independente, da Teoria Tridimensional do Direito em 1968:

A correlação entre aqueles três elementos é de natureza funcional e dialética, dada a “implicação-polaridade” existente entre *fato* e *valor*, de cuja tensão resulta o momento normativo, como solução superadora e integrante nos limites circunstanciais de lugar e de tempo (concreção histórica do processo jurídico, numa dialética de implicação e complementariedade). (REALE, 1968, p. 74, g.n.)

Ora, o próprio Integralismo era, na visão de Miguel Reale, uma solução de síntese para os impasses que acometiam a política brasileira nos idos de 1933 e 1934. Já havia sido pensado nisto desde quando resolveu abandonar suas concepções de marxista revisionista e cristão, pois se encontrava em “uma crise que se iria resolver no integralismo, por mim concebido desde logo como uma solução de síntese” (REALE, 1987a, p. 63, g.n.).

Novamente, exsurge a Teoria Tridimensional do Direito como proposta integrante, superadora, de síntese entre as concepções unitárias da experiência e do fenômeno jurídico, ora como fato (“eficácia” a ser apreendida pela sociologia jurídica), ora como valor (“fundamento” a ser apreendido pelo moralismo [ou axiologia] jurídico, pela ética), ora como norma (“vigência” a ser apreendida pelo normativismo abstrato e formalista). (REALE, 1999, p. 515).

Uma visão unitária da experiência e do fenômeno jurídicos implicaria numa separação do trabalho científico: “caberia ao filósofo o estudo do valor, ao sociólogo o do fato e ao jurista o da norma (tridimensionalidade como requisito *essencial* ao direito)” (REALE, 1968, p. 73). Veja-se: o que Reale não compreendia quando jovem e integralista é que o próprio Kelsen considerava a facticidade histórica e

social do ordenamento jurídico. Também considerava, na análise lógico-formal do ordenamento jurídico, que a norma era fruto de um ato de vontade da autoridade competente para normatizar. Daí que, para Kelsen, as normas “devem ser produzidas por um ato institucional especial – que não é ato racional – mas volitivo.” (KELSEN, 2002, pp. 96-97).

A despeito da norma ser, segundo a concepção kelseniana, fruto de um ato de vontade, deve-se lembrar que, para ter validade, esta norma precisa se fundamentar numa norma anterior e hierarquicamente superior. Se assim não for, será um ato de vontade subjetivado pelo arbítrio. Pode-se concluir, portanto, que o elemento fático, o fato normativo, no caso, está presente, data a historicidade social do ordenamento jurídico; também está presente um elemento volitivo (que pode ser analisado em comparação com o valor). A norma poderia ser encarada, aqui, como resultado da modulação volitiva de um fato empiricamente dado. O próprio Kelsen vai dizer que a norma, em sua Teoria Pura, funciona como esquema de interpretação (*Idem*).

Reale, em sua citada obra de Filosofia do Direito, baseando-se na reedição da “Teoria Pura do Direito” de 1960, e nalgumas respostas que Kelsen ofereceu à polêmica levantada por Carlos Cossio, elabora algumas páginas demonstrando de que maneira o próprio austríaco superou sua visão lógico-formal e transcendental para considerar em maior monta fatores como poder, concretude do ordenamento jurídico, condutas em intersecção intersubjetiva (Cossio), etc. (REALE, 1999, pp. 472-481).

Reale quer justificar a assertiva de que a norma resulta da integração dum fato a um valor apontando a experiência e o fenômeno jurídicos de um ponto de vista axiológico, fático e normativo-sociológico, com a preponderância da primeira dimensão. A norma é o caminho de objetivação da subjetividade volitiva no plano material da realidade. A norma indica o que a realidade deve ser – logo, o que ela não é. A norma, para Reale, sintetiza o real e o ideal pontificando um projeto de permanente manutenção dessa mesma síntese.

Mas esta concepção, que fora primordialmente ensaiada em “O Estado Moderno”, teve seu próprio caminho de desenvolvimento histórico, de sofisticação teórico-jurídica. A primeira edição de “Fundamentos do Direito”, de 1940, esboça este desenvolvimento progressivo.

O Direito, como fenômeno, em verdade, só poder  
ser compreendido como síntese de *ser* e de *dever*

ser. É uma realidade bidimensional de *substratum* sociológico e de forma técnico-jurídica. Não é, pois, puro fato, nem pura norma, mas é o fato social na forma que lhe dá uma norma racionalmente promulgada por uma autoridade competente segundo uma ordem de valores. (REALE, 1940, p. 302, g.n.)

Reale aparentemente repete a afirmação de Kelsen, trocando alguns fatores elementares, substituindo a “volição” pela “racionalidade”, e a “ordem normativa” pela “ordem de valores”. Mas isto interessa menos do que: 1) a demonstração de que sua concepção tridimensional fora, anteriormente, bidimensional, fazendo implicar fato (“*substratum* sociológico”) e norma (“forma técnico-jurídica”);<sup>133</sup> 2) a concepção de que o Direito, como fenômeno, só poderá ser compreendido como síntese entre “ser” e “dever ser”. O ponto número dois nos remete automaticamente à concepção de Estado pronunciada quando Reale realizou seu primeiro discurso dentro e perante a AIB, momento em que reclamou uma “concepção do Estado que fosse ‘integração de *ser* e *dever ser*’”. (REALE, 1987a, p. 73).

Já em sua Teoria Pura do Direito, o austríaco apontava o elemento diferenciador da norma de caráter jurídico: a sanção imanente à sua natureza. Historicamente, esta sanção tornou-se socialmente organizada, havendo então um aparelho central capaz de monopolizar o uso legítimo da violência para o cumprimento do conteúdo estipulado nas normas – o Estado. Ao identificar Estado e ordenamento jurídico como sinônimos, Kelsen vai conceituar o Direito como ordenamento normativo-coercitivo, já que caberia ao Estado o monopólio para coerção da comunidade jurídica, mediante sanções específicas para cada conduta.<sup>134</sup>

---

<sup>133</sup> Esta dedução fora efetivamente apreendida pelo jurista estadunidense Josef L. Kunz (eu seu livro “*Latin American Philosophy of Law*”, p. 30 e ss.), afirmando que, já nesta obra de 1940, haveria em Reale uma “concepção tridimensional” do Direito (ou assim quis Reale, reinterpretando as interpretações do estadunidense), já que “*the juridical facts means an integration of social elements in a normative order of values*”, e também, que “*law has a sociological substratum in which values of a culture are being made concrete and has norms originating from the necessity of security in the actualization.*” (REALE, 1968, p. 75)

<sup>134</sup> Cf. KELSEN, 1999, p. 39, 95. Não obstante, “Se a Teoria Pura do Direito supõe que a coerção é um elemento essencial do Direito, ela o faz porque um exame cuidadoso das ordens sociais designadas como ‘Direito’ na história da

A “história das ideias” de Reale faz com que se perceba que, retrospectivamente, para o autor, Direito e Estado se equiparam, tal qual para Kelsen, na medida em que ambos precisam ser compreendidos como a integração do “ser” e do “dever ser”. Ao tempo de “O Estado Moderno”, o Estado deveria ser fruto desta análise integradora; já ao tempo de “Fundamentos do Direito”, era o próprio Direito que deveria ser compreendido como a síntese de “ser” e “dever ser”.

Em “Perspectivas Integralistas”, logo na primeira página se afirma que “O Integralismo quer [...] a realização do Estado Integral que é o Estado identificado com a Nação como síntese de seus valores espirituais e materiais mais altos” (REALE, 1983c, p. 15). Não seria plausível pensar, fundindo-se momentos históricos distintos, que Reale passou de uma identificação/equiparação do Estado com Nação para uma identificação/equiparação do Direito com Estado, havendo, finalmente, ainda que de maneira indireta, uma identificação entre Direito e Nação?

Seria possível afirmar que as identificações sucessivas entre Estado, Nação e Direito poderiam fornecer o indício de uma visão totalitária ou “integral” da organização jurídico-política de uma sociedade? Salgado solicitou a Reale que elaborasse uma teoria do Estado Integral preocupada com sua originalidade face o regime fascista e ao Estado Totalitário<sup>135</sup> – Reale teria atingido este objetivo?

Estas respostas podem ser encontradas nos prefácios de “Teoria do Direito e do Estado”. Mas, antes, é de rigor que se verifique a primeira empreitada filosófica tripartida de Reale: “Fundamentos do Direito”.

#### 4.1 CONCEPÇÃO TRIPOLAR DA VALIDADE DO DIREITO: “FUNDAMENTOS DO DIREITO”

---

humanidade demonstra que [...] apresentam um elemento comum, de grande importância na vida social: todas elas prescrevem atos coercitivos como sanções. Ao definir o conceito de Direito como ordem coercitiva, isto é, como uma ordem que prescreve atos coercitivos como sanções, a Teoria Pura do Direito simplesmente aceita o significado que o termo ‘Direito’ assumiu na história da humanidade. [...] a Teoria Pura do Direito concebe o Direito como uma técnica social específica [...] caracterizada pelo fato de que a ordem social designada como ‘Direito’ tenta ocasionar certa conduta dos homens, considerada pelo legislador como desejável, provendo atos coercitivos como sanções no caso da conduta oposta.” (KELSEN, 1998, p. 286).

<sup>135</sup> Cf. REALE, 1987a, p. 73.

A história da obra “Fundamentos do Direito” confunde-se com a história da aprovação de Reale para a cátedra de Filosofia do Direito na USP. Foi a tese apresentada ao concurso. A obra trata de antever a discussão de fundo sobre a origem tridimensional do direito e do Estado, mediante a apresentação dos principais quadrantes teóricos sobre a validade do Direito na ciência jurídica de então.

Sua “hipótese de trabalho” parte da pressuposição de que a divisão tripartida da Filosofia do Direito é válida, segundo tese “dominante na Itália desde o positivismo crítico de Icilio Vanni até o neokantista Giorgio Del Vecchio”<sup>136</sup>. Assim, o estudo desta disciplina desdobrar-se-ia segundo três pontos de vista ou diretrizes analíticas: “ora no sentido da explicação dos fatos ou fenômenos sociais subjacentes ao Direito; ora em razão dos fins ou valores com eles relacionados; ora em função das estruturas normativas resultantes da compreensão axiológica dos fatos.” Aqui já se verifica o gérmen da definição de norma para Reale: o encadeamento entre fatos e valores. (REALE, 1987a, p. 146).

Inspirado em Croce, Reale afirmou que suas concepções seguiam a regra de que “a determinação da natureza do Direito surgiria de uma ‘crítica histórica’, esperando que a intuição globalizante das três facetas do Direito (fato, valor e norma) me servisse de fio de Ariadne” (*Ibid.*, p. 147, g.n.).

Aqui se antevê a seguinte fórmula: “O Estado Moderno” ensaia uma visão totalizante do Estado que antecipa preleções semelhantes com relação ao Direito, elaboradas em “Teoria do Direito e do Estado” que, somada às discussões do fundamento de validade do Direito de “Fundamentos do Direito”, ancoradas estas na concepção tripartida da metódica da Filosofia do Direito, vai culminar na “Teoria Tridimensional do Direito”, vista pelo próprio Reale (ao prefaciá-lo o livro de Medina) como “Teoria Integral do Direito”. (MEDINA, 1995, p. 5). Logo, pode-se resumir o pensamento de Reale no período compreendido entre 1933 e 1953 com a seguinte fórmula:

“O Estado Moderno” é a obra em que a solução de síntese integradora se esboça pela primeira vez. “Fundamentos do Direito” e “Teoria do Direito e do Estado” seguem a mesma técnica de trabalho – mas com novas fontes (saindo do corporativismo do fascista Alfredo

---

<sup>136</sup> O próprio Reale, nas “Memórias”, vai mencionar a ligação de Del Vecchio com o fascismo e com Mussolini, Cf. REALE, 1987a, pp. 69-84, 85-94.

Rocco para a o triadismo do social-democrata Gustav Radbruch)<sup>137</sup>. Consideradas em conjunto, estas três obras indicam as principais fontes e a base do arcabouço conceitual utilizado em toda a “Filosofia do Direito”, até culminar na “Teoria Tridimensional do Direito”. Integrando em sua ontognoseologia visões unitárias do fenômeno jurídico, inter-relacionando-as através da dialética de complementaridade, Reale chega à conclusão de que efetivamente realizou uma “Teoria Integral do Direito”.

Enquanto empiristas e positivistas se dedicavam mais à análise do fato, “dando um sentido apendicular aos elementos axiológicos e normativos”, os neokantianos davam maior relevo ao valor do justo (Giorgio Del Vecchio ou Adolfo Ravà), ou buscavam uma síntese entre justiça e esquema normativo (Rudolf Stammler), “ou, então, acabavam exacerbando o papel da norma (Hans Kelsen)”. Mesmo no caso de Kelsen, que considerava fato e valor como elementos metajurídicos, os teóricos do Direito geralmente elaboravam suas ideias “sem abandonarem o estudo dos três fatores operantes” (sic). (REALE, 1987a, p. 147).

Nas “Memórias”, Reale narra seu contato com a obra de Georg Jellinek (“teoria do fato normativo”, ou força normativa do fático), como uma “tentativa parcial de síntese”. “Foi à luz dessas diretrizes que submeti à nova análise [...] as teorias institucionalistas, assim como a posição relevante de Gustav Radbruch”, que introduzia no debate a ideia de “cultura” como ponto de articulação entre fatos e valores. “Uma nova compreensão do ‘normativo’ estava surgindo dessa correção fático-teleológica – no que Radbruch coincidia com a idéia de ‘norma de cultura’ de Stammler”, prevalecendo ainda, contudo, segundo o jusfilósofo, “mais uma correlação formal do que uma verdadeira integração histórica”. (*Idem*).

O estudo das “várias tentativas de ‘soluções integrantes’”, como as de François Geny, Georges Bourdeau, Maurice Hauriou e Santi Romano, frutificou em Reale um plano de “novas pesquisas” no capítulo final da obra, intitulado “significativamente”, segundo ele, “*Fato, valor e norma*”, conquanto não utilizasse, ainda, o termo “tridimensional” para “qualificar a nova síntese alcançada”. (*Idem*, g.n.). Note-se o apelo à novidade nas obras de Reale de 1940 – o mesmo apelo ao novo referente à “solução” do “Estado Integral”.

---

<sup>137</sup> A mudança de fontes talvez esteja relacionada com o objetivo primevo das obras: participar dos concursos para as cátedras de Direito Constitucional e Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da USP.

Não considere, em *Fundamentos do Direito*, o Direito de natureza tridimensional, falando ainda em bidimensionalidade [...], mas quem tiver capacidade de transcender o aspecto formal das palavras reconhecerá que o tridimensionalismo já estava mais do que assente naquela obra. Aliás, Fundamentos do Direito teve sua continuidade natural em Teoria do Direito e do Estado, do mesmo ano de 1940, onde o culturalismo tridimensionalista já se apresenta com contornos mais precisos. (*Ibid.*, p. 148, g.n.).

Parece, mesmo, um caso de “envelopamento sucessivo”, como sustentado pelo filósofo francês Jacques Derrida (2001, p. 35), para quem a produção bibliográfica de certos filósofos ocidentais é uma sucessão de envelopamentos, ou seja, uma contínua tentativa de esconder suas intenções originais, primevas. As obras posteriores acabam por envelopar as anteriores, isto é, guardam ou escondem as ideias do passado, revestindo-as de “novas” interpretações, mais refinadas. Logo, as ideias posteriores escondem, ocultam as anteriores. A obra “Filosofia do Direito” é o grande envelope no qual se encontram inseridas as obras anteriores, “Fundamentos do Direito” e “Teoria do Direito e do Estado” – talvez fosse o caso de dizer que, nesta última, encontra-se envelopada a obra principal da fase integralista, “O Estado Moderno”.

É sensível também a modificação nas fontes utilizadas. De Georges Sorel e Alfredo Rocco, dois pensadores caros a Mussolini, cujas referências são encontradas em “O Estado Moderno” e “Formação da Política Burguesa”, Reale se desloca, a exemplo, para debates mais profundos sobre o pensamento do judeu e democrata Kelsen e do social-democrata Radbruch, opositor do nazismo.

“apesar da sinceridade intelectual de minha obra, iria defrontar-me com a animosidade declarada dos professores encastelados nas Arcadas”, muito “Embora minha posição fosse, então, a de um neokantiano inspirado na escola culturalista de Baden, de Gustav Radbruch e de Emil Lask” (sic), e não mais um integralista. (REALE, *op.cit.*, p. 149, 150). Reale narra a resistência que sofreu por parte do corpo docente daquela Universidade, decidindo-se por entrar com recurso diante de sua não aprovação, endereçado para o Secretário de Educação, contando assim com “a preciosa colaboração de Alfredo Buzaid.” (*Ibid.*, p. 151). Devido a esta resistência é que Reale procurou Vargas, conforme já narrado, que lhe garantiu que a cadeira seria sua.

(*Ibid.*, p. 151-153). A proximidade com Buzaid manteve-se mesmo após a saída da AIB.

Reale tomou posse como professor de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da USP em maio de 1941, convencido de que “a política filosófica não é menos violenta que a partidária...”

Em meus livros e em meu discurso, acabara de lançar as bases da teoria tridimensional do Direito, compreendendo este como uma “*integração normativa de fatos segundo valores*”, mas ainda continuava falando em “bidimensionalidade jurídica”... (*Ibid.*, p. 154, g.n.).

Reale explica nas “Memórias” como passou a compreender os valores como objetos autônomos, irredutíveis a objetos ideais, como os lógicos e matemáticos, tornando-se assim entidades do mundo do “ser” e não mais do “dever ser”. Não obstante, observa sua compreensão acerca da “dialética de implicação e polaridade, ou melhor, de complementaridade que correlacionam *fato*, *valor* e *norma*”. (*Idem*). Reale lembra como Josef L. Kunz (expositor de Kelsen e “seu continuador autônomo”, nas suas palavras) contribuiu para a difusão de sua obra no exterior: “uma *teoria tricotômica* (o termo é dele) capaz de superar, integrando-as em unidade, as perspectivas unilaterais da corrente jusnaturalista, analítica e sociológica.” (*Ibid.*, p. 155, grifo do autor).

Reale revestiu seu discurso de posse na cátedra de Filosofia do Direito com algumas diretrizes de seu “novo” pensamento. Pode-se perceber isto nos seguintes trechos. Reverberando sobre uma suposta crise na ciência do Direito, afirmou que

Qualquer que seja o desfecho desta grande crise, o certo é que uma nova ordem social há de surgir, trazendo uma concepção do Direito mais consentânea com o sistema de nossa produção econômica, e mais em harmonia com os imperativos da dignidade humana. (*Ibid.*, p. 310, g.n.).

Na citação acima, poder-se-ia, sem prejudicar o sentido do discurso e o contexto das expressões, substituir-se “sistema de produção econômica” por “fatos” e “imperativos da dignidade humana” por “valores”, obtendo-se “uma nova ordem social há de surgir, trazendo



uma concepção do Direito mais consentânea com os fatos e mais em harmonia com os valores”. Reale sustentou ainda que, tendo se tornado adepto do “culturalismo jurídico” em sua tese de concurso, intentou “uma apreciação integral dos elementos do Direito”, evitando “preferências unilaterais” dos “juristas-sociólogos” e dos “juristas-técnicos”. “Em todo fato jurídico se verifica uma integração de elementos sociais em uma ordem normativa de valores, uma subordinação da atividade humana aos fins éticos precípuos da convivência.” (*Ibid.*, p. 311, g.n.).

Note-se: no Estado Integral se verificava a integração de elementos sociais, como o sindicato e as corporações, no bojo do aparelho estatal, segundo um Estado de feições supostamente éticas. Estruturado teleologicamente, com objetivos bem definidos, este Estado seria a *contidío sine qua non* para a efetivação real da liberdade humana (em oposição à alegada “liberdade falseada” da liberal-democracia, que manipulava as pessoas apenas para fins eleitorais). Coincidência, continuidade ou disjunção?

Daí o caráter bidimensional do Direito, que possui um ‘*substratum*’ sociológico, no qual se concretizam os valores de uma cultura, e ao mesmo tempo é ‘norma’ que surge da necessidade de segurança na atualização desses valores. O culturalismo, [...] atende a essa bidimensionalidade do fenômeno jurídico, procurando estudar o ‘*substratum*’ sociológico do Direito em razão de sua *estrutura formal* e de sua *função normativa*, evitando tanto os exageros do ‘sociologismo’ como os excessos do ‘formalismo’ (*Idem*, g.n.).

O trabalho que fora produto dos estudos acerca da formação, natureza e validade da ordem jurídica positiva visavam a responder à seguinte questão: “por quais motivos o Direito obriga?”. Os reducionismos aos quais aludia Reale agrupavam-se segundo as perspectivas de resposta a esta pergunta. Na sociologia, o problema era reduzido à eficácia/efetividade social dos preceitos. Alguns autores consideravam que apenas a Filosofia do Direito poderia fornecer a solução do problema. Outros, como Kelsen, apreciando a validade sob a perspectiva lógico-formal e técnica, apresentavam a solução normativista considerando os outros elementos como ajurídicos ou metajurídicos. Neste emaranhado surgiam as “soluções ecléticas, as

justaposições relativistas, as posições agnósticas, que contrastam com as explicações irracionalistas...” (REALE, 1972, p. XV).

O critério utilizado por Reale para condução do trabalho fora o “valor da norma perante os fatos”, pois era da opinião de que a relação “fato-norma” era o ponto de partida “do estudo da obrigatoriedade jurídica in concreto”. (*Ibid.*, pp. XVI-XVII). A despeito de sua obsessão pelas soluções integrantes, de síntese, contra todos os unilateralismos e visões parciais, Reale confessou que “é possível que tenhamos incorrido em algumas apreciações unilaterais” (sic), uma vez que “toda escolha de ponto-de-vista significa o sacrifício de mil outros possíveis.” (*Ibid.*, p. XVIII).

Um dos defeitos das propostas teóricas que intentavam responder sobre o fundamento de validade do Direito, conforme lembra Theophilo Cavalcanti Filho, ao introduzir a obra de Reale, era a dependência de se conhecer a ontologia do Direito, seu ser, para a qual se mostrariam incapazes. A validade, sob qualquer aspecto que fosse encarada, conduziria naturalmente à essência do Direito.

Ao apontar que Reale meditava “maduramente” os “problemas concernentes ao mundo, à sociedade e ao homem”, polemizando com as correntes naturalistas e deterministas nesta obra, Cavalcanti Filho nada mais faz do que remeter a metodologia de trabalho de “Fundamentos do Direito” àquela já antevista em “O Estado Moderno” – este antinaturalismo seria maneira de pensar que adquiriria “uma consistência absoluta”, tornando-se um dos aspectos centrais de seu pensamento, que já se “fixara em seu espírito desde o primeiro livro, *O Estado Moderno*, publicado ainda em 1934”. (*Ibid.*, pp. XXIII-XXV).

Theophilo relembra argumentos e técnicas retóricas de Reale tanto nesta obra integralista como noutra, que ele julga a “obra principal desse primeiro período”: “Actualidades de um mundo antigo” – sobretudo em sua introdução “sobre a concepção integralista da História”, ou, ainda, “Considerações gerais sobre a História”. (*Ibid.*, pp. XXVI-XXVIII).

A obra se divide em oito capítulos. No primeiro, Reale utilizou como fontes as ideias de Aristóteles, Maine, Spencer, Bierling, Stammler e Del Vecchio, para, segundo os pressupostos do neokantismo, discutir o Direito enquanto pura categoria racional. (*Ibid.*, pp. 3-44). No segundo, a crítica se deu em relação ao sociologismo jurídico, que reduzia o Direito ao fato histórico ou social: são aqui utilizadas as ideias de Jhering, Comte, Ravà, Rensi, Savigny, Rousseau, Durkheim, Davy, Lévy Bruhl, Duguit, com preponderância ao

pensamento deste e de Gény e Le Fur, que são novamente analisados na parte final do livro pelas suas propostas integradoras. (*Ibid.*, pp. 45-90).

O direito como norma ou fato normativo é analisado no capítulo terceiro. Aqui são analisadas as obras de Jellinek, Petrazistisky e a noção de “fato normativo” de Vincenzo Miceli. (*Ibid.*, pp. 91-134). O quarto capítulo é dedicado ao estudo do direito enquanto “norma pura”, em que Reale analisa as obras de Orlando, da Escola de Marburgo, novamente Stammler e, ao final, concentra-se nas críticas à “Teoria Pura do Direito” de Kelsen. (*Ibid.*, pp. 135-172). Em seguida, Reale apresenta seu culturalismo, que na visão de Cavalcanti Filho é “realista”, já que abandona a antítese entre ser e dever ser, situando-se a pessoa humana como valor fonte dos valores que atribuem força normativa aos fatos – daí porque o Direito se tornaria ordem de fatos integrada a uma ordem de valores. No capítulo quinto, o Direito é analisado como “fato cultural”, avaliando-se as interpretações da Escola de Baden, e os trabalhos de Windelband, Rickert, Munch, Lask, Mayer, Radbruch – com atenção especial a este – Sauer e novamente Ravà, que possuíam argumentos complementares, suscetíveis de preenchimento nas lacunas deixadas pela teoria de Radbruch. (*Ibid.*, pp. 173-212).

O Direito enquanto “fato institucional” é objeto de análise do sexto capítulo. Aqui, as teorias institucionalistas de Hauriou, Renard, Santi Romano e Delos é que são avaliadas. (*Ibid.*, pp. 213-238). No sétimo capítulo, o Direito como “fato normativo e intuição” é analisado por Reale aplicando-se à ciência jurídica o método histórico-cultural, com primazia às análises de Scheler e Hartmann dada a importância de sua doutrina ética. Não obstante, situa a posição de Heller, Smend, Siches e Legaz y Lacambra, este último tendo importância ímpar para o desenvolvimento do último capítulo. Reale encerrou o capítulo apresentando a doutrina do Direito intuitivo de Gurvitch. (*Ibid.*, pp. 239-274).

Finalmente, o capítulo derradeiro intitula-se, como visto, “Fato, valor e norma” (*Ibid.*, pp. 275-320). A parte final se inaugura com críticas a Radbruch, para quem o problema da validade do Direito se resolve ou de maneira puramente jurídica, considerando-se a norma em sentido técnico; ou de maneira sociológica, indagando-se a eficácia real da regra; ou, ainda, de maneira filosófica, em que a validade repousa na correspondência do conteúdo da regra de Direito com a ideia de Direito justo. (*Ibid.*, pp. 275-276).

Contudo, Reale adapta e recoloca o problema nos seguintes termos: para uns, o problema da obrigatoriedade da norma é apenas o outro nome do problema do fundamento do Direito, representando um

de seus aspectos particulares. Para a vertente da Sociologia Jurídica, trata-se, em realidade, da “eficácia efetiva” das normas numa dada comunidade. Para outros ainda, o problema reside na Teoria do Direito, quando a validade é especificada de maneira estritamente jurídico-formal (aqui Reale está analisando Kelsen sem citá-lo) “como validade formal explicável apenas na seriação das competências estabelecidas pelo ordenamento positivo.” (*Ibid.*, p. 275).

Segundo Reale, os autores analisados costumam distinguir entre o fundamento do Direito e o fundamento da obrigatoriedade da norma: Radbruch aponta a Moral como fundamento metajurídico do Direito, explicando doutra forma a obrigatoriedade da norma. Stammler situava o problema do Direito justo e da validade da regra positivada. Hauriou fundamentava o Direito no “tipo ideal de humanidade”, ligando a obrigatoriedade dos preceitos jurídicos ao fenômeno institucional. De outro lado, alguns autores justapunham estas explicações visando a encontrar na noção de “fato normativo” a superação para a distinção, ou dicotomia, entre vigência e eficácia, vez que o fato normativo possuía ambos os caracteres simultaneamente. Haveria, ainda, a corrente do “relativismo cético” daqueles que acreditavam que os valores éticos tornavam-se valores jurídicos dotados de eficácia material e validade formal através da “intuição imediata e sentimental dos valores jurídicos”. (*Ibid.*, pp. 276-277).

Ao apontar Legaz y Lacambra como legatário do realismo ontológico de Nicolo Hartmann, Reale vai sustentar, analisando aquele, que o ser do Direito não é dado segundo um método, havendo tantos objetos-Direito quanto métodos de conhecimento disponíveis. Neste sentido, o problema jurídico poderia ser apreciado sob três ângulos distintos: fenomenológico, aporético e ontológico. Com o primeiro haveria a descrição do fato jurídico “em sua essencialidade”; do ponto de vista aporético, tratar-se-ia de descrever as contradições inerentes a um dado fenômeno. Finalmente, a apreensão ontológica parecia “solucionar” o problema “integrando” as perspectivas: “Devemos, pois, nos colocar acima dos pontos-de-vista particulares para penetrarmos no *ser em si* dos fenômenos jurídicos, e, assim, subirmos da aporética à metafísica propriamente dita.” Isto só ocorreria se se aceitasse a transcendência do ser jurídico perante todo objeto e todo sujeito. (*Ibid.*, pp. 278-279).

É que por uns a *validade* é vista do plano da  
 eficácia real das normas, relativamente aos  
 comportamentos humanos (apreciação

sociológica); por outros é analisada com referência a um valor moral (apreciação ética) e por outros ainda não é estudada senão em seu aspecto exclusivamente formal (apreciação jurídica).

Cada uma dessas apreciações particulares pretende bastar-se a si mesma: o Direito Racional nega validade jurídica a tudo que não possua validade ética; a Teoria pura do Direito contesta que o Direito possa ter outra validade além da puramente lógico-jurídica; e, finalmente, a Teoria sociológica nega que possa haver validade jurídica sem eficácia social. (*Ibid.*, pp. 280, g.n.).

É Legaz y Lacambra, segundo o jurisconsulto, que afirma que a solução da aporia da validade do Direito só se pode realizar considerando-se cada uma destas perspectivas como um fenômeno, cabendo ao cientista do Direito colocar-se acima delas.

De outra forma, seríamos obrigados a dizer que deve *valer* uma norma injusta; que uma norma só por ser *justa*, deve valer sem precisar de requisitos formais de ordem jurídica; que uma regra eficaz vale independentemente de seu conteúdo e do seu processo de elaboração... (*Idem*).

Reale aponta que existem dois princípios que são “o *mínimo* de Metafísica contido no problema da proposição jurídica” elaborado pela Teoria Pura do Direito e pelos adeptos do Direito Natural: para a primeira, “*todo dever ser necessita de se fundamentar sobre um valor*”, enquanto que para o Direito Natural, fundado sobre o valor da segurança jurídica, “*todo Direito deve ser aplicado*.”. Concluiu, então, que, em determinadas circunstâncias, o homem deve agir de acordo com a Moral ou o Direito Natural – contudo, se ao agir assim sua conduta contradisser a conduta exigida pelo conteúdo cogente da norma positiva, poderá ser “castigado”. (*Ibid.*, p. 281).

Segundo Reale, Legaz y Lacambra realizou justaposições teóricas, admitindo, simultaneamente, “um conceito *lógico formal* do Direito e [...] uma *idéia do Direito*, posta segundo uma tábua hierárquica de valores: justiça, utilidade (bem comum), integração, segurança e ordem.” (sic) (*Ibid.*, pp. 282). Roger Bonnard teria apresentado, para Reale, propostas mais condizentes com a dinâmica da experiência jurídica – para ele, “a significação da norma jurídica comporta diversos

graus segundo se considera o seu valor (*Geltung*) ou a sua eficácia (*Wirkung*)”. Para este autor, todas as ciências normativas repousariam necessariamente sobre leis de finalidade, sendo o elemento teleológico especialmente acentuado no plano jurídico.

A norma vale (*gilt*) como norma quando o que ela prevê está no estado de *dever ser*. A regra, em seguida, pode tornar-se eficiente (*wirkt*) se os membros da conviência a aceitam como devendo ser obedecida e, finalmente, a norma possui eficácia e realidade quando o seu *dever ser* (*sollen*) passa ao estado de ser (*müssen*), ou seja, quando ela é de fato obedecida. (*Ibid.*, pp. 283).

É Bonnard, segundo Reale, quem relaciona a ideia de fim à ideia de valor. Na ideia de valor é que Bonnard intentou solucionar os problemas postos pela relação fato-norma, pois “o valor não se apresenta como algo que exista *a priori*, mas é antes uma qualidade que as coisas e os atos adquirem tendo em vista os fins a que se destinam.” Disso decorreria que “A norma é, por conseguinte, posterior e consecutiva ao valor. O conceito de valor é logicamente anterior ao conceito de norma.”, na medida em que, citando Bonnard, o “valor consiste na apropriação do objeto a um certo fim”. Aqui se percebe uma das grandes influências que Reale vai sofrer na conceituação que reputa adequada à norma, ou seja, uma integração de fatos segundo valores. (*Ibid.*, pp. 284-285).

Reale vai concluir, apoiado nisso, que sem se determinar as relações entre Axiologia e Teleologia seria impossível superar a antinomia proposta segundo a fórmula fato-norma. E, conquanto Bonnard, segundo o jurista adaptável, não tenha se liberado da doutrina de Duguit, explica o “mestre de Bordeaux” que

A positividade do Direito [...] só aparece quando os sujeitos se convencem da necessidade de prestar obediência à norma que resulta de um valor. Quando se estabelece no seio de um grupo, a coincidência entre a norma (expressão do *dever ser*) e a representação da necessidade do seu cumprimento, então surge o Direito Positivo: a positividade, isto é, a conjugação *da validade e da eficácia da norma* corresponde a um momento do Direito Natural, assim como a positividade, na doutrina de Gurvitch, se opera por uma

coincidência entre a decisão da autoridade e a adesão das consciências. (*Ibid.*, pp. 286-287, g.n.).

Note-se que Reale, apoiado em suas fontes, insistia na “adesão das consciências” à “decisão da autoridade”, ou ainda, a “obediência à norma que resulta de um valor” – estes argumentos já eram utilizados no introito de convencimento-arregimentação quando doutrinador e ideólogo da AIB. Àquela época, falava da adesão dos espíritos dos indivíduos, conscientes da situação nacional, à diretrizes apontadas pelo Chefe Nacional – Plínio Salgado.

Reverberando que todo monismo sacrifica o fato à norma ou a norma ao fato, Reale ensaia sua primeva concepção tripolar do fundamento de validade do Direito

uma concepção mais realista do Direito Natural, levando em conta a natureza institucional do Direito e a implicação dialética de seus elementos constitutivos, pode evitar uma separação tão radical entre o fundamento ético do Direito (o valor), a sua eficácia (o assentimento ao valor) e a sua vigência (razão lógica da obrigatoriedade). (*Ibid.*, p. 287, g.n.).

Apresentando o posicionamento teórico de Georges Burdeau, que “não admite”, segundo Reale, “que possa haver norma *válida* sem *eficácia* no seio do grupo”, questiona a possibilidade de haver um duplo fundamento para a regra de Direito. Para Burdeau, a “*vigência* da norma” indica “seu imperativo ou comando”, enquanto que sua eficácia aponta para “o comportamento do sujeito”. Devido a sua natureza, a regra de Direito não pode ter dois fundamentos simultâneos, um para a vigência e outro para a eficácia. Para se compreender, assim, porque “uma regra jurídica vale e é cumprida”, deve-se averiguar a “representação individual do fim da ordem jurídica.” Logo, a obrigatoriedade de se obedecer a regra decorre não de seu conteúdo ou objeto, “mas sim de um *fim exterior à regra que é o bem comum*”. (*Ibid.*, pp. 287-288, g.n.).

Derradeiramente, Reale sustenta que, segundo Burdeau, “o Direito [...] é essencialmente um fenômeno de representação”, em que “o fundamento da *vigência* e da *eficácia* da norma reside, mais propriamente, na representação do bem comum.” O conteúdo da regra realmente provém de fonte objetiva e assim se oferece à consciência – mas “sua imperatividade”, “sua nota distintiva e característica” está

assentada “sobre um fenômeno de representação.” Daí decorre que, na doutrina de Burdeau, o poder é a expressão de que “toda *idéia de Direito* põe a exigência de órgãos adequados à *regra de Direito*”, isto é, a própria regra em seu momento de concreção eficaz. (*Ibid.*, pp. 288-289, grifo do autor).

Como solucionar estes impasses? “Será preciso estabelecer que a validade *ética*, a *técnico-jurídica ou formal* e a psicossocial se fundamentam sobre os critérios totalmente distintos da *justiça*, da *competência* e do *assentimento*?” Doutra feita, estariam estes elementos de tal forma “concatenados” que deversem ser tomados, todos e ao mesmo tempo, como “*fundamentos do Direito*?”. Reale acreditava que para resolver o problema do fundamento do Direito a matéria deveria ser apreciada “em uma totalidade orgânica e de processo, com o abandono definitivo do fragmentarismo reducionista que caracterizou toda a cultura individualista burguesa.” Novamente se pergunta: estas ideias são coincidentes com as ideias integralistas, sua continuidade ou sua ruptura? Reale sustenta que a questão precisa ser colocada noutros termos: uma vez que o fundamento do “Direito *in concreto*” estava potencialmente dado por um “*sistema de princípios*”, dever-se-ia distinguir entre o fundamento último e os fundamentos particulares do Direito. (*Ibid.*, pp. 290-291, grifos do autor).

Reale sintetiza as conclusões de suas análises anteriores segundo quatro princípios: 1) ainda na linha kantiana, a impossibilidade de se deduzir um dever “da simples verificação de uma ordem de fatos”, de maneira que não se poderia passar do fato diretamente à norma e vice-versa; 2) impossibilidade de explicar a natureza e o fundamento do Direito enquanto se conservar a antítese kantiana entre ser e dever ser “acentuada em todas as correntes do idealismo subjetivo, desligadas de uma apreciação da vida e como uma concreção perene de valores”; 3) o Direito implica necessariamente na ideia de fim, pois inexistente dever ser sem conteúdo; 4) “o estudo do Direito não pode ser deduzido de dois ou três preceitos fundamentais”, devendo, ao contrário, ser feito a partir “da experiência histórico-axiológica correspondente à plenitude da existência humana” – e sem se perder o contato dela. (*Ibid.*, pp. 291-292, g.n.).

O jurisconsulto se apresenta contra a empreitada jusnaturalista de “deduzir as leis positivas de dois ou três preceitos de Direito Natural.”, identificando justo e jurídico, momento em que o Direito só vale se/quando justo. Segundo seus apontamentos, Le Fur e Géný recorrem ao Direito Natural clássico em suas concepções. O primeiro distinguia entre Direito Positivo “conforme ao Direito Natural”, ou Direito



Positivo completo (“regra dotada de *eficácia* e emanada de uma *autoridade competente* de acordo com a *justiça*”), e o Direito Positivo imperfeito ou incompleto, baseado pura e simplesmente na autoridade. Le Fur evidencia que, assim, “o Direito, sob todas as suas formas, não é senão a organização e a hierarquização dos mais variados interesses pela Justiça, e, por conseguinte, *a conciliação do honesto e do útil pelo justo.*” (*Ibid.*, pp. 293-295).

Gény, que inspirou as leituras de Le Fur, declarava que o Direito não resultava dos fatos, tampouco do Estado, “mas de um ideal de Justiça tido como obrigatório e preexistente às convenções humanas”, que era o próprio Direito Natural ou Racional, que não consistia em “idéia pura”, mas numa “*realidade moral* reconhecida como tal pela consciência”. Por via consequente, “o Direito Natural precisa transmutar-se em Direito Positivo para se tornar adequado ao seu fim e para fazer parte integrante da vida humana” (sic). (*Ibid.*, pp. 296-297). Para Reale, Gény havia assumido que uma concepção abstrata de Justiça não seria suficiente para fundamentar todas as expressões do Direito, mormente a obrigatoriedade da norma. Novamente, questiona-se: não seria necessário “distinguir entre o fundamento do Direito *in abstracto* e o fundamento do Direito *in concreto*, com uma apreciação direta das idéias de valor e de fim.”? (*Ibid.*, p. 299).

Eis que Reale aponta os “Pressupostos de uma solução de caráter integrante”. Uma vez que não se poderia confundir entre o ponto de vista lógico e o ontológico, seria correto dizer que a Filosofia do Direito contemporânea ligava o dever ser à ideia de fim ou de valor, enquanto que o ser se conectava à ideia de sucessão de ordem causal – a lei da causalidade indicava, justamente, que o estudo dos fenômenos se desenrolava sem referências teleológicas, sem finalidades orientadoras da conduta. A aceitação de tal postulado determinista seria a condição de sua cognoscibilidade. (*Ibid.*, p. 300).

Já o dever ser, dada a expressão de sua imperatividade (não sendo “apenas um juízo hipotético indicativo, como pretende a Escola de Viena” [sic]), entabulava sempre uma norma que, seguida, realizaria um valor – desobedecida, negaria um valor. O mundo do dever ser era, então, o mundo da lei em sentido ético, norma estabelecida em razão dum fim, dirigida à consecução da liberdade humana. A “irredutibilidade” entre as duas dimensões não teria razão de ser, já que o ser estava ligado aos juízos de realidade e o dever ser aos juízos de valor, referentes à noção de fim. Ora, o estabelecimento do antagonismo entre ser e dever ser era o mesmo que levantar, segundo Reale, um abismo entre as ciências especulativas/teoréticas e as práticas, “entre

Razão prática e Razão pura teórica...”. Tanto não eram mundos irreconciliáveis que, já no passado,

Como escrevemos em *O Estado Moderno*, o conhecimento científico dos fenômenos segundo o pressuposto determinista, longe de implicar o sacrifício da liberdade humana, representa uma razão a mais para que o homem alcance livremente os seus fins com ciência dos motivos determinantes.

Os próprios idealistas da Escola de Baden procuraram muito acertadamente estabelecer uma ligação entre o *Sein* e o *Sollen*, mas não souberam apresentar solução melhor do que intercalar uma terceira categoria: a de cultura, como se esta não fosse a unidade compreensiva do que é e do que deve ser. (*Ibid.*, p. 301, g.n.).

Aqui já se antevê o posicionamento da culturologia jurídica de Miguel Reale, cujo suporte argumentativo reside no que ele chama de “historicismo axiológico”: a compreensão ontognoseológica da existência fenomênica segundo uma hierarquia de valores. Daí porque as normas e os fatos também indicam valores – e porque, para o tridimensionalismo, a dimensão valorativa prepondera sobre as outras. Eis o “realismo crítico” de Reale: compreender o fenômeno jurídico através da síntese entre ser e dever ser. A realidade “bidimensional” do Direito a ser captada é, simultaneamente, substrato sociológico e forma técnico-jurídica. É um fato social, cuja forma é dada por um autoridade competente segundo uma ordem de valores.

A regra de Direito, por conseguinte, não é criação arbitrária do espírito, nem fruto de um capricho de desposta, porquanto, para ser tal, deve necessariamente pressupor um valor a realizar [um fim ou uma finalidade], a análise das condições culturais, a apreciação racional das soluções que os diferentes casos comportam, para que o valor ético do preceito emanado de uma autoridade competente possua real eficácia no seio do grupo. (*Ibid.*, p. 302-303).

A disputa conceitual contra Kelsen é incansável e obsessiva: não se pode “resolver o problema do fundamento da obrigatoriedade das

normas jurídicas fazendo-as descer, por mero artifício lógico, de uma norma primária hipotética posta pelo jurista” – a despeito de Kelsen ter salientado que a *Grundnorm* não era norma posta, mas pressuposta, artifício teórico-gnoseológico para compreensão da “Teoria Pura”. Finalmente, Reale recoloca o problema em termos de fundamento abstrato do Direito, isto é, “do Direito”, de todo o Direito; e fundamento concreto do Direito, de um conjunto particular de regras ou normas. O segundo fundamento é uma particularização do primeiro, sendo sua solução derivada daquele. (*Ibid.*, p. 303).

Os estudiosos da axiologia jurídica não notaram, segundo Reale, que certos valores conferem força normativa ou obrigatoriedade aos preceitos, desde que em conexão com outros elementos – ou então, como meios de outros valores. “A Filosofia do Direito começa [...] quando os valores são intuídos nos fatos.” Não se trata, à maneira do “fato normativo” de Gurvitch, de intuir as normas diretamente dos valores, melhor dizendo, de intuir os valores imediatamente apreensíveis e daí, por derivação, compreender-se a obrigatoriedade das normas. Tratar-se-ia, então, de captar os valores nos fatos, mediante atividade racional que os revela através da experiência, considerando-os e atualizando-os como a fins, e assim “convertendo-os em motivo racional de conduta.”

O fundamento último que o Direito tem em comum com a Moral e com todas as ciências normativas deve ser procurado na natureza humana, [...] como ser racional destinado por natureza a viver em sociedade e a realizar seus fins superiores. (*Ibid.*, p. 304).

O destino natural do homem tornar-se-ia, assim, o próprio fundamento último do Direito, pois que “O *ser* e o *dever ser* no homem se unem, [...], pois o que distingue o homem é exatamente o fato de poder se determinar sem se escravizar aos motivos, de poder subordinar o ser ao dever ser.” Disso decorreria que, se cada homem representa um valor, “a pessoa humana constitui o *valor-fonte* de todos os valores”. Apropriando-se da divisão de “valores-fim” e “valores-meio” de Edmond Globot, sendo que, dentre os fins da atividade humana, existem os que possuem valor em si próprios (valores-fim) e aqueles fins que recebem seu valor dos fins últimos (valores-meio). Daí que “o *valor-fim* próprio do Direito é a *Justiça*, não como virtude, mas em sentido

objetivo como *justo*, como ordem que a virtude justiça visa realizar.” (*Ibid.*, pp. 304-306).

Como na “integração orgânica” retrojetada por Reale em Aristóteles, que integraria discriminando, também “O Direito não é posto pelo *eu puro*, mas surge quando se estabelece uma relação de pessoa a pessoa, entre o *ego* e o *alter* e é alcançada a noção integrante: *nós*.” Esta relação não seria possível “sem uma delimitação e uma discriminação” já que “Relacionar é também discriminar e distinguir”. A Justiça, que se liga imediata, necessária e inevitavelmente à ideia de pessoa, “valor-fim do Direito, fundamento específico do Direito”, equivale, em sentido objetivo, “à própria ordem social que a virtude justiça visa a realizar.” (*Ibid.*, pp. 308-309).

A cultura está introjetada nesse processo jurígeno constituinte, sendo, concomitantemente, os pressupostos ôntico e gnoseológico sem os quais seria impossível se compreender o fenômeno jurídico. É que, para o jurisconsulto, se a cultura representa “realidades integradas em um sistema de valores, [...] um patrimônio de bens que uma geração recebe de outra com o dever de transferi-la mais alta à seguinte”, isto é, com os valores atualizados conforme a experiência fática e normativa, “cada geração serve à cultura para bem servir ao homem e à humanidade na sucessão do tempo”, servindo assim ao valor-fim do Direito, a Justiça, ou, noutras palavras, ao seu valor-fonte, a pessoa humana. (*Ibid.*, p. 310).

Entendida assim a Justiça na integralidade de suas expressões, como realização do bem comum segundo a proporção exigida pelos valores da pessoa e pela conservação e o desenvolvimento da cultura, claro resulta que ela representa o *valor-fim* que serve de fundamento último e próprio do Direito. (*Ibid.*, p. 311).

Quanto ao fundamento do Direito *in concreto*, de um conjunto de regras ou normas jurídicas particulares, “só pode ser resolvido em contato com a experiência”, considerando-se racionalmente que os fins particulares do Direito dispõem-se segundo variáveis de cultura, indispensáveis à consecução mediata ou imediata dos valores mais altos do homem e da sociedade – histórica e socialmente, temporal e espacialmente considerados, poder-se-ia completar. Claro que a força imperativa ou cogente decorrente deste processo jurígeno constituinte, culturalmente determinado, depende da atuação das autoridades

competentes para a “apreciação racional” da efetividade e eficácia sociais das normas.

É claro que uma regra de Direito positivo pode ser considerada perfeita quando, promulgada por uma autoridade legítima tendo em vista o bem comum, encontra, em virtude de seu *valor ético* e de sua *racionalidade*, a *adesão* ou o *assentimento* dos membros de uma convivência: nessa regra se integram, plenamente harmonizadas, a validade ética, a validade sociológica e a validade forma ou técnico-jurídica. [...]

Não é preciso, porém, que a regra receba a sua força obrigatória diretamente do valor-fim. Os valores-meio fundamentais como a liberdade, a utilidade econômica, a utilidade científica, a segurança, a ordem pública etc. concretizam-se em valores particulares, em função das contingências de cada sociedade, e estes valores particulares bastam para dar força obrigatória às normas desde que a apreciação racional da autoridade competente as considere indispensáveis ao bem público, ainda que desde logo não conquistem a adesão das consciências. (*Ibid.*, pp. 312-313, g.n.).

Eis que Reale considerava a regra de direito positivo perfeita caso integrasse, em plena harmonia, sua tríplice validade ético-sócio-formal. A força obrigatória deste direito positivado em normas dependeria da “apreciação racional da autoridade competente” – as regras de direito positivo perfeitas, para Reale, seriam indispensáveis ao bem público, ainda que não conquistassem automaticamente a adesão das consciências. Noutras palavras – ainda que seu valor-meio não tivesse sido apreendido pelas pessoas às quais a regra “perfeita” se dirija.

É que o assentimento, antes de ser dado à própria norma ou à própria regra, “é dado à autoridade, ou, para melhor dizer, à instituição em cujo nome o poder se constitui e para cujo bem o poder deve ser exercido.” (sic) (*Ibid.*, p. 313). Reale afirma que “a hipoteticidade do direito não é de natureza técnica, mas ética.”, ou seja, não é de caráter lógico-formal, mas cultural ou histórico-axiológico. (*Ibid.*, p. 314). A regra de Direito obriga, então, tanto pela sua conformação ao valor-fim do Direito, como pela conformidade racional com as situações objetivas (que Reale chama de “causas intrínsecas”), e ainda, dada a sua

proveniência, como ordem de “autoridade legítima” ou competente (“causa extrínseca”). (*Ibid.*, p. 315).

“Estes requisitos da obrigatoriedade legal, já claramente expostos pela doutrina aristotélica-tomista” – dois indícios que merecem análise: remissão ao pensamento de Aristóteles, antes invocado como sustentáculo da concepção de Estado Integral; e a hábil remissão a São Tomás de Aquino, cujo pensamento estava bem disseminado nas Arcadas, tendo Reale já noticiado “que a escolástica tomista, [...] se encastelara nas Arcadas, disposto a não ceder seu posto.” (REALE, 1987a, p. 145). A conclusão se aparenta a uma deferência dúplice: aos docentes mais conservadores da Faculdade de Direito e ao pensamento integralista.

Tais requisitos só existem concomitantemente “em uma regra de Direito positivo plena ou completa”, desde que se considere que “um preceito racionalmente justo está em condição de conquistar a adesão dos membros do grupo”, é possível chegar-se à conclusão de que tanto a eficácia, como as validades ética e formal “exprimem um conjunto de elementos que a ordem jurídica positiva deve conter em cada um de seus preceitos.” A filosofia jurídica de Reale aqui adquire, ela própria, um tom moralista. A ordem jurídica, para ser identificada enquanto tal, ou seja, para guardar um estatuto ontológico “deve” guardar, em cada um de seus preceitos, os três elementos identificados. (*Idem*).

Finalmente, Reale sustenta que a própria realidade ôntica do Direito pode revelar a integração fato-valor-norma – daí porque a “Teoria Tridimensional do Direito” pressupõe uma ontologia e uma gnoseologia jurídicas – uma ontognoseologia jurídica, uma maneira “particular” de se conhecer e compreender a essência do Direito.

Não é indo além do Direito e procurando um *ser Direito* transcendente, mas é na própria ordem jurídica positiva que podemos encontrar a integração fato-valor-norma à qual corresponde esta outra: validade social (ou eficácia), validade ética (ou fundamento) e validade técnico-jurídica (ou vigência). (*Idem*, g.n.).

“Em muitos casos, trata-se de uma simples questão de *direito* fundado sobre a força que outra força fundada no Direito salutarmente remove.” A validade de um preceito jurídico não se dá simplesmente pela sua emanção por órgão competente, tampouco puramente no assentimento dado ao seu conteúdo, mas resulta de um feixe complexo

de motivos e da “correspondência racional com o valor-fim do Direito em função de condições objetivas de ordem cultural.” (*Ibid.*, p. 316).

“Em conclusão, a vida social apresenta uma incessante renovação de valores explicando a incessante renovação da ordem jurídica positiva” – processo captável segundo as diretrizes da ontognoseologia tridimensional culturologista ou histórico-axiológica de Reale. Os valores que se ligarem ao valor-fonte – a pessoa humana – constituirão o conteúdo próprio da Justiça, que, “uma vez traduzidos em preceitos e incorporados ao patrimônio de uma cultura, tornam-se preceitos universais, comuns a todos os povos e lugares.” O apelo universalista. A solução a ser aplicada *incontinenti* sobre todas as potenciais crises – tal qual o emplastro integralista. Logo, “toda regra que visa a garantia ou a atualização desses preceitos fundamentais conta com o assentimento dos sujeitos” – a eficácia surge automaticamente se as normas positivas traduzem os valores atualizados de uma dada cultura, isomorficamente conectados ao valor-fim/valor-fonte último do “espírito absoluto e universal”: a pessoa humana. (*Ibid.*, pp. 317-318).

A mesma síntese, em outra ordenação discursiva:

Compreendendo [...] a Justiça como um valor-fim a que se prendem os múltiplos valores-meio primários e secundários, desdobrando-se através dos diferentes sistemas de cultura, torna-se possível penetrar na razão de ser da obrigatoriedade da norma sem perder o contato com a experiência e ligando, ao mesmo tempo, intimamente, a solução do problema particular à solução dada à questão do fundamento último do Direito. (*Ibid.*, p. 317, g.n.).

#### 4.2 CONCEPÇÃO BIPOLAR/TRIPOLAR DO ESTADO E DO DIREITO: “TEORIA DO DIREITO E DO ESTADO”

A obra “Teoria do Direito e do Estado”, originalmente de 1940, possui cinco edições: esta primeira, de maio de 1940 (iniciando-se a atividade docente de Reale em 11 de maio de 1941); a segunda, de 1959; a terceira, de 1970; a quarta, de 1984 e a quinta, de 2000. Na quinta edição, vêm publicados os prefácios das outras, com exceção da quarta edição.

Segundo as “Memórias”, a obra “já apresenta com mais precisão a ‘integração normativa de fatos e valores’”, representando, também, “o meu definitivo superamento das posições integralistas anteriores. [...]”

nesse livro, desenvolvo amplamente a *teoria do pluralismo dos ordenamentos jurídicos*, desvencilhando-me da concepção unitarista do Estado.” (sic). Reale pediu desculpas ao leitor pelas digressões teóricas explicativas, afinal “a história de meus livros é componente essencial de minha própria história, tal a vinculação que sempre procurei manter entre valores teóricos e práticos, na unidade de meu ser existencial.” (REALE, 1987a, p. 148, g.n.). “Este livro exprime a vontade firme de teorizar a vida e de viver a teoria na unidade indissolúvel do pensamento e da ação” – como dizia o jovem integralista de 23 anos. Saber-poder, diria Foucault.

Ao prefaciá-la obra original, em 1940, Reale afirmou que para as teses monistas o título poderia parecer um pleonismo; contudo, sua separação demonstrava a perspectiva da qual partia, “distinguindo claramente Direito e Estado”. Intentava mostrar como se distinguiam e como se relacionavam a partir de alguns conceitos específicos, familiares tanto à Ciência Política quanto à Ciência do Direito: poder, posituação do direito, pluralismo/monismo jurídico e soberania. (REALE, 2000, pp. XXIII-XXIV). Ambos os livros, para Reale, representavam resultado de posturas antigas, “de longas inquietações intelectuais [...] e não apenas livros escritos para a ocasião eventual de um concurso. [...] expressão de um pensamento *in itinere*, de uma pesquisa em franco processo de desenvolvimento [...]” (REALE, *op. cit.*, p. 148, g.n.).

Reale quer demonstrar que superou ou rompeu com as concepções integralistas, num primeiro momento. Todavia, logo abaixo, confessa que as obras de 1940 são fruto de “longas inquietações intelectuais”, “de uma pesquisa em franco processo de desenvolvimento”. O que restaria, de fato, nesta história das ideias jurídicas de Reale: ruptura ou continuidade? Ora, a intenção ruptural de Reale é clara: apresentar “Teoria do Direito e do Estado” como divisor de águas tem como objetivo selar o passado (integralista) e inaugurar um novo presente.

Mas o intrigante é que Reale, por sucessivas vezes, nas obras integralistas e nas “Memórias”, disse que a concepção do Estado Integral era uma concepção múltipla do Estado, ou seja, relevando não apenas seu momento jurídico-político, mas também econômico e cultural. Nesta perspectiva, a concepção tridimensionalista não seria o próprio desenvolvimento ou sofisticação destas ideias juvenis? Assim, não há que se falar necessariamente em “superamento”, descontinuidade, disjunção ou ruptura com as “posições integralistas”.



Em 1959, Reale afirmou, no prefácio, que havia conservado “a estrutura primitiva da obra” – “Apesar dos acréscimos e do Apêndice que versa matéria de ordem sistemática”. Considerando-se que “Filosofia do Direito”, em que vem publicada pela primeira vez a “Teoria Tridimensional do Direito”, teve sua primeira edição em 1953, percebe-se que este apêndice é pós tridimensionalismo, ou mesmo tridimensionalista. Neste breviário, Reale demonstra como são tênues as linhas divisórias entre as disciplinas que trabalha quando implementa sua abordagem particular.

Intitulado “Posição da Teoria do Estado nos domínios do saber político”, o apêndice é iniciado por uma pesquisa de caráter sistemático da Teoria do Estado, “em perspectiva histórica”, método tão caro ao jurisconsulto, desde os tempos da AIB. Em seguida, trata da “natureza tridimensional do Estado” e elabora correlações no interior do campo do saber político, por meio de discussões de Filosofia Política e Teoria do Estado. Adiante, trata da “Política do Direito” e de como se desenvolvem as mediações do poder, o que faz por meio das Filosofia Política e Jurídica. Encerra-se com colocações sobre a “divisão tripartida da Teoria Geral do Estado”. (REALE, 2000, pp. 367-396). É com facilidade que Reale vai transitando da Ciência Política e da Teoria Geral do Estado para a Filosofia do Direito – noutras palavras, de sua metódica integralista para a metódica tridimensionalista.

Enquanto Reale distinguia claramente Direito e Estado em 1940, após a concepção tridimensional, o mesmo não pode ser reiterado – é no apêndice que o jurisconsulto adaptável vai dizer que

Damos o nome de *tridimensionalidade* específica e dinâmica à nossa teoria cultural do Direito e do Estado, que se não limita a justapor os três elementos acima apontados, [...] mas os integra em uma unidade dialética (*Ibid.*, p. 376).

Ora, esta guinada já vinha expressada no prefácio de 1959. Neste sentido, “a teoria tridimensional do Direito e do Estado – cujos traços marcantes nesta obra já se firmavam – ganhou corpo e plasticidade, até se converter no tridimensionalismo específico e dinâmico”. É que o jurisconsulto adaptável sentia a necessidade de “ajustar melhor certas passagens à situação atual de meu pensamento, sobretudo no que se refere à concepção do Estado como realidade sócio-cultural.” Logo, a obra original, de 1940, foi “ajustada” segundo os pressupostos da Teoria Tridimensional do Direito – que é, doravante, Teoria Tridimensional do

Estado, desenvolvimento teórico da concepção do Estado Integral. (*Ibid.*, pp. XXI-XXII, grifo do autor).

Já no prefácio da terceira edição, Reale confessa que teve

a tentação de refundir este trabalho, mas [...] prevaleceram as razões de sua unidade sistemática, [...] como uma síntese dialética superadora dos contrastes entre os partidários da redução da Teoria do Estado à Sociologia Política, ou a Teoria pura do Direito. [...] permanecem vivas as exigências postas por quem busca soluções unitárias e integrantes. Este livro enquadra-se nesta terceira posição, acorde com o sentido geral de toda a minha obra, infensa a quaisquer explicações unilaterais ou abstratas, desvinculadas da concretitude da experiência histórica. (*Ibid.*, p. XIX, g.n.).

Finalmente, em 2000, ao prefaciар a quinta edição da obra, Reale sustentou que a “teoria tridimensional do Direito, a qual é, concomitante e necessariamente, a teoria tridimensional do Estado.” (sic) (*Ibid.*, p. XVII, grifo do autor). Mas, neste ponto, o que mais interessa é verificar as diferenças essenciais entre as fontes situadas em dois extremos: a obra original, de 1940, e a quinta reedição, de 2000. Será visto como a concepção do Direito e do Estado transita da bipolaridade para a tripolaridade.

Na seção “Preliminares Metodológicas”, cujo primeiro capítulo intitula-se “A concepção culturalista do Estado e o problema metodológico”, vem publicado, na versão de 1940, a última seção, intitulada “Elogio do meio termo” (REALE, 1940, pp. 25-26), enquanto na versão de 2000, possui o título “A solução culturalista tridimensional” (REALE, 2000, pp. 28-37).

Na primeira, Reale disse recorrer à “concepção culturalista”, segundo a qual se verifica, em todo fato jurídico, a integração de elementos sociais em uma ordem de valores, bem como a subordinação da atividade humana aos fins éticos previstos na convivência. Retoma a crítica o liberalismo, que diz sempre desconfiar dos governos e confiar demais nas leis que se prestam a limitar a autoridade.

O elogio do meio termo se dá a partir da “concepção culturalista do Direito”, a única que permitiria a compreensão e harmonização das exigências concomitantes da lei e da liberdade na aplicação da lei. Reale apontou, em 1940, a realidade “bidimensional” do Direito. Apontou,

também, tal qual em “Fundamentos do Direito”, que é impossível se passar diretamente do fato à norma, antecipando o que diria em “Teoria Tridimensional do Direito”, que a norma surge da integração do fato a um valor:

o Direito, como realidade bidimensional que é, apresenta um substractum sociológico, no qual se concretizam os valores de uma cultural, e ao mesmo tempo é norma que surge da necessidade de segurança na atualização dêsses valores. [...]

a Ciência jurídica é ciência do “ser” enquanto “deve ser”, é ciência que culmina em *juízos de valor* e se resolve em *imperativos*, mas depois da apreciação dos fatos sociais: não se passa diretamente do fato à norma, mas é da integração do fato em um valor que surge a norma. (REALE, 1940, pp. 25, 26, g.n.).

A despeito disso, na última edição, Reale achou por bem ocultar a frase “mas é da integração do fato em um valor que surge a norma” de sua frase original, inserindo seu ponto final após o termo “norma”. (REALE, 2000, p. 30). A seção “A solução culturalista tridimensional” é dividida nos parágrafos 19 ao 23, sendo que o 19 é mantido em sua feição originária (com exceção da frase recortada), enquanto os parágrafos 20 em diante são acrescentados. Neles, Reale aponta como da necessidade de se conceber juridicamente o Estado não decorre naturalmente a conversão pura e exclusiva do Estado em entidade jurídica. E aí atualiza, ou, para se utilizar a expressão do próprio Reale, ele “ajusta” sua conceituação anterior ao tridimensionalismo, transitando da bipolaridade para a tridimensionalidade.

Na realidade, o Estado, tanto como o Direito, é uma realidade cultural tridimensional, suscetível de ser apreciada segundo tríplice perspectiva: são, todavia, três dimensões de uma realidade una, cuja compreensão implica a análise complementar de seus momentos. Consoante logo mais se verá, do caráter tridimensional do Direito resulta a divisão tripartite da Teoria do Estado. [...]

somente a compreensão cultural do Estado, à luz de uma concepção tridimensional dinâmica e integrante, [...] poderá assegurar a autonomia da Teoria do Estado, liberando-a dos três declives

que a ameaçam: a de tornar-se uma duplicata do Direito Público; a de reduzir-se à Sociologia Política; a de confundir-se com a Política, entendida como ciência dos fins concretos e dos meios práticos de governo. [...]

é a Teoria do Estado uma ciência histórico-cultural, [...] é fenômeno do Poder

Na concepção tridimensional, específica e dinâmica [...] os momentos sociológico, jurídico e político do Estado poderão ser vistos em sua integração dialética, cada elemento se tornando compreensível pela luz que dos outros recebe, e todos recebendo sentido pleno na unidade concreta da experiência histórica. (*Ibid.*, pp. 32-33, g.n.).

Fica explícita, dessarte, a facilidade com que o jurisconsulto adapta sua metódica tripartida nas disciplinas que se propõe a estudar e avaliar. Transita com facilidade da concepção integralista de Estado de “O Estado Moderno” para a Filosofia do Direito de “Fundamentos do Direito”, atualizando os elementos de sua concepção estatal segundo a concepção tripolar tanto do Estado como do Direito. Incluiu também aí a concepção tripolar dos fundamentos de validade do Direito e do Estado. Chegou, finalmente, à tripolarização de uma suposta “parte especial” da Filosofia do Direito. Tomada em sua totalidade, a disciplina se dividiria em uma “parte geral” – a ontognoseologia jurídica – e uma “parte especial”: a epistemologia, a deontologia e culturologia jurídicas. A técnica de compreensão por meio da síntese é repetida em todas as suas análises.

Segundo o quadro encartado no tratado “Filosofia do Direito”, estas se traduzem em: a) epistemologia jurídica: doutrina das ciências do Direito (problema da vigência e dos valores lógicos do Direito); b) deontologia jurídica: doutrina dos valores éticos do Direito (problema do fundamento do Direito); c) culturologia jurídica: doutrina do sentido histórico do Direito (problema da eficácia social do Direito). (REALE, 1999, p. 306).

Perceba-se que a “santíssima trindade” ou tridimensionalidade de Reale é transposta rigorosa e obsessivamente de uma disciplina para outra, sendo de rigor apontar que o jurisconsulto atualizava, em retrospectiva, suas obras antigas segundo estes postulados já maturados

– muito embora tenham “origem” em 1933, na obra juvenil “O Estado Moderno”.

Reale reelabora, deixando mais densos e sofisticados, alguns pontos de “Fundamentos do Direito” nos capítulos segundo e terceiro da “Teoria do Direito e do Estado”. O capítulo segundo, que trata dos “Princípios da formação jurídico-estatal”, avalia, já no início, o Estado como um “fenômeno de integração”, a partir da teoria da integração de Rudolph Smend (REALE, 2000, pp. 41-52), citando novamente, em tom reverencial, os “Atecedentes aristotélicos e tomistas da doutrina germânica” seguidos de “As doutrinas orgânicas do Estado” (*Ibid.*, pp. 53-58).

O estudo da história do Estado Moderno “não pode desconhecer que nele se verifica um fenômeno de integração crescente, de crescente redução das partes componentes ao sistema da ordem jurídico-política total”, de maneira que “a história do Estado Moderno é, de maneira particular, uma história de integrações crescentes, de progressivas reduções à unidade” – tal qual a doutrina da unidade orgânica do Estado Integral. (*Ibid.*, pp. 42-43, g.n.). Reale equipara, tão logo, a “autarquia”, finalidade primeva e realização última do Estado Integral – no sentido da autarquia do indivíduo – à “soberania” e à “autonomia”, não sem referenciar, em seu caminho argumentativo, o “Estado Nacional”, termo caro ao jovem integralista e à AIB. Veja-se:

surgiu a soberania como feição nova do Poder, como expressão de uma nova unidade cultural, indicando a forma especial que o Poder assume quando um povo alcança um grau de integração correspondente ao Estado Nacional. E, então, se disse que a soberania caracterizava Estado Moderno, como a autarquia havia caracterizado a *polis* e a *civitas*, e a *autonomia* havia sido o elemento distintivo das *comunas medievais*. (*Ibid.*, pp. 44-45, g.n.).

Em duas frases, Reale realiza uma intertextualidade entre várias de suas obras: “Actualidades de um mundo antigo”, “Formação da política burguesa”, “O Estado Moderno” e “Fundamentos do Direito”. Não obstante, afirma que

Smend procura revelar-nos a integração em seu aspecto essencial, como processo de participação ininterrupta das consciências individuais à

realidade total do Estado, ou seja, a adesão sempre renovada dos membros de uma comunidade às idéias e aos valores que constituem a razão de ser da própria existência da comunidade. (*Ibid.*, p. 46).

Quando argumenta sobre os “pressupostos aristotélicos” e a unidade orgânica estatal, Reale remete automaticamente o leitor atento às obras “Actualidades...” e “O Estado Moderno” – não sem antes realizar a antiga discriminação do Estado Totalitário, que não se coadunaria nem com a doutrina integralista, nem com as “novas” concepções tripartidas de Reale. Ademais, novamente se percebe o jogo retórico “meio-fim”, atinente aos valores, em “Fundamentos”, e aqui relativos ao próprio Estado como pessoa jurídica.

repudiando tanto o individualismo que não admite a existência de fins sociais irredutíveis ao indivíduo, quanto o *totalitarismo* que reduz o indivíduo à sociedade ou ao Estado [...]

A doutrina, segundo a qual o Estado representa contemporaneamente um fim e um meio, é doutrina que nos vem de Aristóteles, para quem o Estado é, ao mesmo tempo, unidade e multiplicidade. A concepção da unidade estatal como integração harmônica do múltiplo constitui uma das mais profundas e imperecíveis observações aristotélicas. (*Ibid.*, pp. 53-54).

No capítulo quinto, “A soberania e os problemas fundamentais do Estado”, Reale escreveu uma seção intitulada “O tríptico aspecto do Estado e a Filosofia do Direito”, no qual advoga que a Teoria Geral do Estado recebe e reelabora dados de outras ciências para realizar uma síntese, perfilando assim o Estado “como uma pirâmide de três faces”, correspondendo, a cada uma delas, “uma parte da ciência geral”: a) face social, objeto da Teoria Social do Estado (análise da formação e desenvolvimento da instituição estatal em razão de fatores sócio-econômicos); b) face jurídica, objeto da Teoria Jurídica do Estado (estudo normativo da instituição estatal, ou seja, de seu ordenamento jurídico); c) face política, objeto da Teoria Política do Estado (análise das finalidades do governo em razão dos diversos sistemas de cultura). Nesta medida, a Teoria do Estado não se confunde com a Filosofia do Direito, muito embora

algumas das mais notáveis manifestações do pensamento filosófico-jurídico contemporâneo tiveram como ponto de partida ou como principal razão de ser os problemas relativos ao Estado (Kelsen, Santi Romano, Heller, Smend, Hauriou, Duguit etc.); e outros criaram toda uma filosofia jurídica própria sem transporem intencionalmente as linhas da Teoria do Estado e outros criaram toda uma filosofia jurídica própria sem transporem intencionalmente as linhas da Teoria do Estado (Jellinek, Villeneuve, Carré de Malberg etc.); ou revelaram a verdadeira originalidade de seus sistemas, tratando do problema do Estado (Del Vecchio, Ravà). (*Ibid.*, pp. 128-129).

No mesmo capítulo, no tópico intitulado sintomaticamente “Estado e Nação”, Reale repete a velha identificação integralista entre ambos os termos: “dizer-se que a Nação tem uma personalidade distinta da do Estado, vai uma distância enorme que a sociologia naturalista em vão procurou vencer”. Para reforçar o argumento, cita Hauriou “Em sua totalidade, como organismo político, escreveu Hauriou, a nação é larvária; somente sua metamorfose em Estado centralizado a tornará um ser perfeito[...]”, para então concluir que “*a soberania é da Nação*” (*Ibid.*, pp. 133-135).

Derradeiramente, Reale modifica o título de um dos tópicos do capítulo. Enquanto na versão de 1940 havia “O problema da titularidade da soberania e a doutrina da soberania nacional” (REALE, 1940, pp. 137-143), a versão de 2000 vem com o tópico “O problema da titularidade da soberania e a doutrina da soberania do Estado” (REALE, *op.cit.*, pp. 157-163) – contudo, não houve modificações estruturais que mereçam análise ou realce.

No capítulo sétimo, “A doutrina da estatalidade do Direito”, acontece situação análoga. Enquanto a obra originária possuía, como penúltima seção, “A doutrina da autolimitação da soberania” (REALE, 1940, pp. 227-232), as novas versões ganharam um retoque: “A doutrina da autolimitação da soberania e os direitos públicos subjetivos” (REALE, 2000, pp. 251-256). O conteúdo continua o mesmo – a discussão sobre direitos públicos subjetivos como viabilização da autolimitação da soberania, já estava encartada na primeira publicação. O autor apenas quis realçar, a título de pesquisas ulteriores, conteúdo outrora já entabulado.

Mais uma vez apontando o grau de integração social historicamente atingido por meio e através do Estado, Reale escreve o capítulo nono, “A teoria da graduação da positividade jurídica”, já observando na seção “O Estado como lugar geométrico da positividade jurídica”, segundo lições já postas em “Fundamentos do Direito”, que

O Estado não cria, pois, o Direito, mas representa antes o momento da *plena positividade* do Direito, o momento em que o Direito pode exprimir-se e concretizar-se em um sistema coerente de normas como comandos abstratos válidos para uma multiplicidade de casos particulares, em função do grau de integração social historicamente atingido. [...]

O Estado é uma realidade cultural na qual o Direito recebe um reforço de garantia e se converte em *norma geral* que *vale* por exigência do bem comum, independentemente das imediatas apreciações subjetivas dos membros do grupo. (*Ibid.*, p. 317, 318, g.n.).

Na página seguinte, 319, Reale faz menção ao tratado de “Filosofia do Direito”, evidenciando mais uma vez seus ajustes ulteriores.

Após a publicação destas duas obras, dois fatos marcantes merecem ser mencionados acerca do saber-poder na trajetória de Miguel Reale: o convite para compor o Departamento Administrativo de Estado em São Paulo, assessorando o interventor paulista na legiferação de decretos-leis; e a greve que sofreu da resistência “liberal e democrática” dos estudantes do curso de Direito, seus alunos. Fatos que se deram, respectivamente, nos anos de 1942 e 1943.

Nas “Memórias”, Reale fez uma confusão de datas. Primeiro, afirma que se achava em 1943 quando foi convidado por Vargas para integrar o citado departamento, sendo que o jurista não vacilou “um instante sequer”, já que em seu ser “sempre atuaram duas valências, uma jurídica, outra política, ambas em busca de sincronia” (REALE, 1987a, p. 164) – saber jurídico e poder político desejados e realizados de maneira sincrônica. No entanto, estava “afastado temporariamente” de suas “funções de professor catedrático da Faculdade de Direito, logo no início de 1942.” (*Ibid.*, p. 168). Parece mais correto aceitar a segunda assertiva, senão vejamos.



Reale conta que indagou Vargas se o interventor Fernando Costa sabia de sua nomeação para o cargo, em substituição do Conselheiro Alexandre Marcondes Filho, ao que Vargas respondeu-lhe “Para quê? Na minha terra costuma-se dizer que se deve encostar o relho ora no burro, ora na cangalha, para o burro saber que tem dono...”, rindo-se da provável surpresa dos paulistas ao receber Reale “após todas as peripécias do Integralismo.” (*Ibid.*, p. 164).

Os Departamentos Administrativos, depois denominados Conselhos Administrativos do Estado, eram, segundo Reale, “peças mestras do Estado Novo”, “Criação engenhosa de Francisco Campos”. (*Ibid.*, p. 165). Neles, a administração dos estados, e mesmo dos municípios, era delimitada segundo a produção de decretos-leis, criados para possibilitar a governo dos interventores. Os conselheiros eram encarregados dessa legiferação. Assim, Reale tornava-se um colaborador do Estado Novo numa função-chave (controle da Administração Pública e produção legislativa), em um estado-chave: São Paulo, um dos mais importantes do país.

O Estado Novo possuía, segundo sua visão, três fontes imediatas, “Integrado, sem dúvida, no movimento de idéias autoritárias que caracterizava a década dos trinta”: o modelo italiano, “tendência dominante no espírito de Francisco Campos”; outra de origem militar, diante das “antigas aspirações das Forças Armadas, sobretudo do Exército, de se consolidarem como instituição nacional permanente, suprimida qualquer veleidade das ‘forças públicas’ estaduais”; outra relativa à tradição castilhistas do Rio Grande do Sul. (*Idem*).

No centro dessa conjuntura operava o eterno drama político-institucional brasileiro, “sempre oscilante entre o centripetismo unitarista e o centrifugismo federalista”. “Inútil seria negar que o Integralismo contribuíra para o advento dessa nova era, não só por sua rígida estrutura unitária nacional como pela redução intencional dos ‘Estados’ a ‘Províncias’.” Não obstante, “Se pensarmos no processo revolucionário de 1964, não poderemos deixar de conferir o devido peso às forças centralizadoras que operam permanentemente no âmago da realidade brasileira.” (*Idem*, g.n.).

O “castilhismo” era o responsável por fundar “curiosa partilha de atribuições, verdadeira inversão da linha liberal” no seio do Estado Novo, gerando, irremediavelmente, a hipertrofia do Poder Executivo a partir da subtração da prerrogativa legiferante do Poder Legislativo. “ao Legislativo competiriam tão-somente a função orçamentária e a missão fiscalizadora; ao Executivo caberia a missão de legislar *in concreto*, bem

como a condução integral dos serviços governamentais e administrativos.” (REALE, *op.cit.*, p. 166).

A Carta Magna, outorgada por Vargas em 1937, permaneceu como um *caput mortuum*, máscara de boa ou má intenção, exigindo que outras medidas fossem tomadas para os negócios administrativos da República: as duas peças mestras desse substitutivo constitucional foram as leis que criaram o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e a organização dos Estados, com as Interventorias assistidas e controladas por Departamentos Administrativos que se reportavam ao Governo Central, através de um Conselho dos Negócios dos Estados, filiado ao Ministério da Justiça. (*Ibid.*, pp. 166-167).

Reale entendia que “Quando uma Nação” perdia “o sentido de sua livre ordenação política” tudo se reduzia ao Direito Administrativo, “e o exemplo da Rússia soviética é típico” (sic), de modo que o DASP se tornou assim “O coração do Estado Novo”, “órgão centralizador de racionalização dos serviços públicos, que geravam os modelos de aplicação político-administrativa aplicáveis desde a União até os Municípios.” Por esta razão o Decreto-lei 1.202, de 8 de abril de 1939, que dispunha sobre a administração dos Estados e Municípios, funcionava, segundo Reale, como “substituição”. Seus artigos segundo e terceiro mencionavam a composição da administração estadual unicamente pelo interventor ou governador, e pelo Departamento Administrativo, cabendo a este, dentre outras funções taxadas no artigo 17, aprovar os projetos dos decretos-leis que deveriam ser baixados pelos interventores, governadores e prefeitos. (*Ibid.*, p. 167).

Segundo a “obsessão de proibir ‘acumulações de cargos’” de Francisco Campos, Reale teve que entrar em disponibilidade, afastando-se temporariamente da Faculdade de Direito já no início de 1942 (cf. a confusão de datas), o que fez “por que não confessar, por tentar-me a experiência do poder” (sic) (*Ibid.*, p. 168), já tendo degustado suficientemente o sabor do saber.

Em 1942, Miguel Reale tornava-se, oficialmente, um jurista de ditadura, legislador sem mandato eletivo do Estado Novo, quadro técnico do governo centralizado e autoritário de Getúlio Vargas, com a incumbência de produzir os decretos-leis a serem aplicados por

interventores e prefeitos, com o dever de prestar contas diretamente ao Governo Central. Se Reale se tornaria, com a vitória de Salgado nas inexistentes eleições de 1938, Ministro da Educação e da Doutrina, é coisa que a história não pode narrar – apenas a ficção. Mas o que a história narra é que o próprio Reale não imaginava que seu sonho de “participar do poder” aconteceria tão cedo, de maneira tão contraditória e, ao mesmo tempo, tão simples.

Em virtude do Decreto-lei 5.511, de 21 de maio de 1943, converteram-se os Departamentos Administrativos em Conselhos Administrativos do Estado, “que passou a permitir aos professores universitários o exercício concomitante das duas funções.” Logo que o decreto-lei fora publicado, “ecloidiu uma greve dos estudantes de Direito, com absoluta recusa de frequentar minhas aulas.”, servindo-se a resistência democrática contra o Estado Novo de um “ex-integralista como bode expiatório.” Reale não comenta com detalhes o assunto, apenas diz transcrever, nas “Memórias”, o texto integral taquígrafado do debate havido entre ele e os alunos, por obra do estudante e taquígrafo Murilo Antunes Alves, que depois se tornou “caro amigo” de Reale. A fonte merece certa reserva. (*Ibid.*, pp. 176-186).

Retornando a cátedra em 21 de julho de 1943, Reale seria recebido pela queimação de “pilha de papéis integralistas e insígnias conseguidas” pelos estudantes grevistas. Discursando sobre a “ordem de amanhã”, Reale sustentou que ela não se encontrava no nazismo, nem no fascismo, nem no liberalismo, “marchamos para uma ordem mais humana, mais social, em que a Democracia será uma realidade. Isto que os senhores pensam que estou dizendo agora, eu disse em meus livros – eles estão aí, para que possam verificar” (sic). (*Ibid.*, p. 179). Ao ser indagado da obra “ABC do Integralismo”, Reale respondeu que neste já estava contido o esboço. “Eu sou um homem que fala em 1943 e não pretendam que, em 1943, eu pense como estava pensando em 1936 ou 1937. Tive um processo de evolução mental. Bem sabem que já militei nas fileiras marxistas, nesta Casa.” Mas, em 1943, olhava “os problemas com mais objetividade.” (*Idem*, g.n.).<sup>138</sup>

Após o debate, os alunos acreditavam que Reale não havia “expressamente renegado o meu passado, confessando os erros do Integralismo”. Por sugestão do professor Almeida Júnior, que se apresentou como intermediário, Reale redigiu uma declaração focando sua posição no momento como ex-integralista, “o que correspondia à

---

<sup>138</sup> Cf. também DULLES, 1984, pp. 230-234, 235-238. Cf., ainda, **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 de jul. 1943.

verdade, como se podia verificar pela simples leitura de *Teoria do Direito e do Estado*, de 1940”. (*Ibid.*, p. 186).

O major do Exército Hildeberto Vieira de Melo, enviado por Vargas, em dezembro de 1942, para ocupar o cargo de superintendente da Ordem Política e Social estava apreensivo com o caso de Reale. Após uma conversa com Reale, compactuou-se que Arrobas Martins, ao voltar de seus trabalhos na UNE, no Rio, apresentaria um questionário para que Reale respondesse ao então major e fosse, ulteriormente, publicado. (DULLES, 1984, p. 236).

“1. Qual é a posição do prof. Miguel Reale em relação ao integralismo? 2. Qual é o seu pensamento em relação à participação do Brasil na guerra? 3. Que acha da luta em que o Brasil está empenhado, contra todas as formas de fascismo? 4. Como entende o movimento da mocidade acadêmica em torno da sua volta à Faculdade? 5. Que atitude devem tomar os intelectuais na reconstrução democrática do mundo pós-guerra? 6. Como encara a atitude dos antigos integralistas que se divorciaram da política de guerra do Brasil e se mantêm filiados ideologicamente às potências inimigas do Brasil? 7. Acha a ideologia integralista simplesmente inoportuna neste momento ou definitivamente condenada?” (*Ibid.*, p. 237).

Reale respondeu o questionário no escritório do superintendente da Ordem Política e Social em 30 de julho de 1943. Em 31, o texto completo viria a ser publicado no “Diário da Noite”, após um repórter ter conseguido o questionário junto a alguns estudantes e ter-se dirigido à residência de Reale, ali escutando, do próprio, que “não resta dúvida que o integralismo, que teve seu momento histórico e a sua razão de ser, foi superado pela própria sequência dos fatos”. Não obstante, sustentou que “a minha preocupação neste momento é colaborar com os homens de pensamento na concretização do ideal comum de uma ordem verdadeiramente democrática.” (*Ibid.*, pp. 237-238).

Não se sabe quem acrescentou verbetes ao texto original de Reale, mas a notícia é que seu teor agradou os estudantes, que desejaram então “receber o professor Reale como um legítimo filho de nossa academia”. Não obstante, disse Astolfo Monteiro da Silva que “os estudantes e o povo brasileiro sabem que o professor Reale condenou o

fascismo e participa do nosso exército democrático. Cumprimos a nossa obrigação.” (*Ibid.*, p. 237).

O episódio marcou negativamente Reale: “Do Conselho Administrativo do Estado, da Interventoria ou do Governo Central não partiu uma palavra sequer de solidariedade, e eu senti que não havia, de minha parte, razões para continuar solidário com o Estado Novo”.

#### 4.3 A HISTÓRIA DA TEORIA TRIDIMENSIONAL DO DIREITO: “ORIGEM” DA CONCEPÇÃO ONTOLÓGICA TRIPOLAR DA EXPERIÊNCIA JURÍDICA

O interstício de 1943 a 1953, ano de publicação de “Filosofia do Direito”, é repleto de idas e vindas na carreira política e intelectual de Reale. Esta década é aquela em que se verifica que seu saber-poder se tornou altamente flexível, dada a diversidade de projetos que encabeçou, por vezes simultaneamente. Ficam aqui consignados alguns destes processos, que tiveram seu impacto, ainda que em sentido indireto ou negativo, na feitura do potencial “Tratado Geral de Filosofia do Direito”.

Em 1944, Vargas convocou novamente Reale, para que elaborasse projeto de reforma constitucional para a Carta de 1937. Em debate com o amigo livre-docente em Direito Constitucional, Genésio de Almeida Moura, chegaram à conclusão de que seria inevitável, para o processo político de reforma, a abertura de nova Assembleia Constituinte. Reale narra ter informado o presidente. Contudo, em 28 de fevereiro de 1945 seria promulgado o Ato Institucional n. 9,

para, tardiamente, reformar a Constituição de 1937 em vários pontos, abrandando o seu autoritarismo, e convocar eleições diretas para a escolha do Parlamento, dos governadores dos Estados e das Assembleias Legislativas Estaduais. Providência anódina (REALE, *op.cit.*, p. 187-188).

Reale foi gradativamente se afastando, em suas atividades políticas, das “manobras tendentes à perpetuação do regime estadonovista”, terminando em fim por “solicitar [...] exoneração do Conselho Administrativo”, após a promulgação do Ato supramencionado. O discurso de “privação do convívio no nobre Conselho”, em que Reale abre mão do cargo, é publicado no “Diário

Oficial do Estado” em março daquele ano, constante na ata da sessão de 7 de março. Vargas sairia do poder em outubro de 1945, segundo Reale, “partindo, como um enigma, para a sua estância de São Borja.” (*Ibid.*, pp. 188-191).

Aliando-se ao ex-integralista José Adriano Marrey Jr., Reale fundou o Partido Popular Sindicalista (PPS), agremiação política em que poderia retomar seus estudos e discursos acerca do sindicalismo, do corporativismo e, posteriormente, das temáticas do trabalhismo (intensificado quando de sua adesão ao PTB). O partido fora organizado no intuito de “congregar os antigos adeptos do Estado Novo, e, assim, fazer face à nascente *União Democrática Nacional* [UDN]”. (*Ibid.*, p. 193).

O foco sobre o conceito de “trabalho” como núcleo essencial do discurso e do programa do PPS remetia diretamente à retórica de arregimentação integralista. Expressões como “colocação do trabalho no centro da vida” ou “trabalhadores de todas as classes, todos os grupos, do braço, do capital e da inteligência” eram fartamente encontradas na bibliografia integralista. O “*Manifesto*” do partido, escrito por Reale, continha passagens como

“No binômio ‘povo-sindicato’ está a chave da organização democrática de conteúdo social e econômico, cuja característica essencial é a colocação do trabalho no centro da vida jurídica, econômica e política do país. [...]”

“Enganam-se os que pensam que o trabalhismo é uma política unilateral, destinada a interpretar tão-somente os interesses da classe obreira. O trabalhismo é, antes, a política da totalidade das forças nacionais focalizada sob o prisma do trabalho. Abrange, por isso, todas as classes e todos os grupos [...]”

“O trabalhismo, longe de ser a doutrina exclusiva de um grupo, é a expressão harmônica dos direitos e deveres recíprocos dos trabalhadores do braço, do capital e da inteligência” (*Ibid.*, pp. 195).

Diante da pequena expressão política e eleitoral do PSP nas urnas, e da também mal fadada campanha do Partido Republicano Progressista de Adhemar de Barros (“já que ele desejara conservar para si a histórica legenda PRP”), que “Conseguiu eleger apenas um deputado por São Paulo”, Reale propõe a aliança de ambos os partidos,

para a formação da chapa Partido Social Progressista, cujo manifesto, também da lavra de Reale, apregoava, em detrimento da “socialização dos meios de produção” a “socialização do progresso”. (*Ibid.*, p. 197).

Reale despertou de seu “sonho programático” ao perceber que “o *adhemarismo* acabou engolindo o *social-progressismo*” – a opulência, o personalismo e o populismo de Adhemar acabaram prevalecendo em detrimento das diretrizes teórico-pragmáticas de ação política construídas pela inteligência realeana. Aliando-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>139</sup>, Barros conquistou a eleição para governador do Estado de São Paulo (*Ibid.*, pp. 197-201). Com a vitória de Adhemar, Reale foi nomeado Secretário da Justiça e Negócios Interiores, “a pasta política por excelência, abrangendo também os serviços penitenciários e o de assistência aos menores desamparados.” Reale narrou, em capítulo próprio, este período, dando especificidade para seus embates com a Assembleia Legislativa do Estado e suas divergências políticas e particulares com Adhemar. (*Ibid.*, pp. 203-216).

Reale não se delonga por muitas linhas para descrever sua conturbada relação política com Adhemar de Barros. Logo desvia o assunto nas “Memórias”, chegando em sua “política filosófica”.

Em 1949, precisamente aos 10 de outubro, foi criado o Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), “Inspirado por um ideal pluralista, aberto a todas as doutrinas”, a que se seguiu a fundação da “Revista Brasileira de Filosofia”, em 1950, com o propósito de aparecer trimestralmente. Segundo Alceu Amoroso Lima, o IBF vinha completar a missão da Semana de Arte Moderna de 1922. (REALE, 1987b, p. 22).

Para Reale, O IBF “Constitui, fora de dúvida, o maior e mais expressivo repositório do pensamento nacional.” Dentre seus objetivos, tinha-se: a) “reconstituição crítica e publicação dos textos fundamentais dos filósofos brasileiros”; b) elaboração de trabalhos que não fossem apenas notas à margem de obras alienígenas, mas que expressassem o diálogo do pensamento brasileiro com o pensamento estrangeiro, sem subordinação dogmática e exclusivista a esta ou aquela linha de pensamento; c) participação brasileira nos encontros internacionais de Filosofia, além da promoção, em solo nacional, de congressos filosóficos em diversos estados da federação. (*Ibid.*, p. 220).

Reale, que em suas “Memórias” quer que o leitor o perceba como sempre surpreso diante dos convites políticos que recebe, diz que “Adhemar de Barros, em agosto de 1949 [sendo nomeado dia 10], surpreendeu-me com o convite para assumir as funções de Reitor da

---

<sup>139</sup> Reale não manifesta qualquer indignação com este fato nas “Memórias”.

Universidade de São Paulo.” Este processo de atuação na reitoria marcaria o rompimento definitivo de Reale com Barros, por divergências políticas no uso da *res publica*. (*Ibid.*, p. 231).

Empenhados quase todos os recursos disponíveis nos serviços de expropriação [para a reformulação espacial do *campus* principal da Universidade], nada me foi possível construir, durante os curtos nove meses e poucos dias de exercício do cargo [cujo mandato era de quatro anos], do qual me afastei devido a conflito político com o Governador [...] (*Ibid.*, p. 233).

Antes disso, porém, entre os dias 21 e 26 de março de 1950, Reale organizou, junto com o IBF, o “I Congresso Brasileiro de Filosofia”, contando com a adesão das mais variadas vertentes filosóficas e pensadores (dentre os quais, Pontes de Miranda, Oswald de Andrade, Caio Prado Jr., Renato Cirell Czerna, etc.), que acabou por efetivamente consolidar a Revista Brasileira de Filosofia. (*Ibid.*, pp. 244-249).

Reale narrou ainda, quando do seu rompimento com Adhemar, quando fora candidato ao Senado Federal por uma coligação trabalhista (em que se viu derrotado), vindo a se filiar mais tarde ao PTB. “Terminado o prélio, dissolveu-se a coligação trabalhista, cujos elementos aos poucos foram absorvidos pelo PTB.” (*Ibid.*, p. 262).

Em maio de 1951, quando Vargas já está novamente e “democraticamente” à frente da Presidência da República, mais uma vez Miguel Reale, “dedicado a [...] estudos e à advocacia”, vai ser surpreendido com mais um convite político. Note-se: no capítulo XII, quando narra o convite para o Departamento Administrativo de Estado em 1942, Reale escreveu “Achava-me, pois, em 1943 [confusão de data], imerso no estudo dos pressupostos de uma compreensão do Direito” quando “Convidado pelo Presidente Getúlio Vargas para comparecer ao Palácio do Catete, ia receber inesperado convite para integrar o Departamento Administrativo de Estado” (*Ibid.*, p. 164, g.n.).

No capítulo XIII, ao narrar o convite que recebeu para reformar a Constituição de 1937, escreveu “com natural surpresa que, no início de 1944, recebi um convite do Presidente Vargas [...] cujo objetivo era solicitar-me sugestões para a revisão da Carta de 1937” (*Ibid.*, p. 187). No capítulo XV, foi sem surpresa que Reale assumiu a Secretaria de Justiça, devido à sua peleja para eleição de Adhemar de Barros (*Ibid.*, p. 203). Contudo, no capítulo XVII, “Estava empenhado, de corpo e alma,



em meus propósitos de renovação da Filosofia no Brasil, quando Adhemar de Barros [...] surpreendeu-me com o convite para assumir as funções de Reitor” (*Ibid.*, p. 231, g.n.).

Finalmente, voltando-se ao capítulo XIX, após breve fenda temporal, “Estava eu dedicado a meus estudos e à advocacia quando, no mês de maio de 1951, Getúlio Vargas, mais uma vez, iria surpreender-me com uma convocação para audiência [...]” (*Ibid.*, p. 265, g.n.). A despeito dos vários e diversificados convites para cargos e postos políticos que recebeu, Reale quer deixar atestado que, quase sempre, eles o surpreendiam. Surge assim como alguém que, dedicado sempre ao saber, sempre teria caído no lugar do poder acidentalmente, sem pleitos nem atuação prévia, mas por meras contingências e conjunturas específicas – ou somente por reconhecimento ou capricho de líderes políticos.

Eis que, em julho de 1952, após a morte de seu pai, e com seu “desengajamento político-partidário por mais de dez anos, podendo concentrar-me em meus escritos e atividades filosóficas e jurídicas”, Reale narra suas decepções políticas e seus “malogros eleitorais”, visto que se acreditava “capaz de realizar uma obra política e administrativa à altura da grandeza de São Paulo, restituindo-lhe a posição perdida no cenário da República” (obsessão típica dos intelectuais e agentes políticos paulistas/paulistanos desde o advento da Revolução de 30, passando pelas décadas de 1940, 1950 e 1960). (REALE, 1987b, p. 1).

Reale passou a se dedicar a uma tarefa dupla: consolidar o IBF e inserir o pensador brasileiro “no diálogo universal das idéias” – tarefa na qual se engajou tanto numa perspectiva exterior, de atuação política e científica no seio do IBF, como numa perspectiva interior, elaborando seu tratado de “Filosofia do Direito” – ou seja, Reale era, ao mesmo tempo, o meio e o fim de sua empreitada: tanto o sujeito da ação como o objeto a ser agenciado.

Mais uma vez Reale quer harmonizar saber e poder, integrar intelecto e ação política: “Era meu propósito combinar harmonicamente minhas especulações doutrinárias com as realizações práticas, vivendo, em suma, de maneira sincrônica, a teoria e a práxis filosóficas.” (*Ibid.*, p. 2, g.n.).

A pluralidade das ideias, em sua multiplicidade, animava a atividade filosófica de Reale no período.

Dentre todas as formas de totalitarismo nenhum há que seja tão absurdo como o “totalitarismo filosófico”, quando se chega ao ponto, por

exemplo, por falta de espírito crítico, de pensar-se algo e, depois, rebuscar nos escritos de Santo Tomás ou de Karl Marx um tópico que lhe sirva de respaldo. (*Ibid.*, p. 4, g.n.).

Comentando sobre a postura de Jânio Quadros, Reale vai fazer uma distinção entre “democracia totalitária”, como se o “populismo” dela fosse expressão, e “ditadura”.

A diferença entre o “democrata autoritário” (termo que à primeira vista parece contraditório) e um “ditador”, como Hitler, consiste no fato de que este se serve da democracia, temporariamente, para alcançar o poder e imediatamente repudiá-la, enquanto aquele a conserva como instrumento permanente de seus êxitos políticos, convicto de que nada mascara e disfarça melhor o autoritarismo do que o apoio do voto. É a razão pela qual essa categoria de políticos ama tanto o *referendum* ou o plebiscito como fonte legitimadora de atos de exceção. (*Ibid.*, p. 11, g.n.).

Uma vez mais “desembaraçado da tentação política” – e aqui se nota, paradoxalmente, uma colocação que visa a separar e autonomizar saber e poder, divisão meramente retórica – Reale conta nas “Memórias” que pôde

cuidar com mais afincos dos problemas filosófico-jurídicos nos quadros já delineados de uma teoria geral do conhecimento, a *Ontognoseologia*, pressuposto básico a partir do qual se constituíra a Teoria Tridimensional do Direito, cujo envolver procurei fixar encadeando o fruto de meditações correspondentes, ano a ano, às minhas Apostilas de 1941 a 1952. (*Ibid.*, p. 13, g.n.).

Nesta assertiva, Reale quer “enquadrar” o período de meditações que fez germinar sua principal teoria – contudo, o próprio autor narrou, no primeiro volume das “Memórias”, que “Fundamentos do Direito”, terminada em 1939, e “Teoria do Direito e do Estado”, publicada em 1940, encaixam-se na geometria deste pensamento.

Reale quer deixar representado e consignado, nesta passagem, que essas meditações não possuem relação com a fase anterior a 1941 – claramente imunizando sua Teoria Tridimensional do que chamou de suas “peripécias integralistas”. Este argumento se verifica na passagem seguinte:

Se levarmos em conta que *Fundamentos do Direito*, minha tese de concurso, fora concluída em 1939, verifica-se que, ao publicar os dois primeiros volumes de meu curso de *Filosofia do Direito*, em 1953, gastei mais de treze anos para firmar as linhas essenciais de meu pensamento. (*Idem*, g.n.).

Gastou bem mais que treze anos – cerca de vinte. Reale afirmou estar situado uma tradição clássica da filosofia (europeia) “que se desenvolve entre duas linhas que frequentemente se influenciam e se interferem”: a) “uma, de natureza seminal”, que se desenrola de Sócrates e Platão até Husserl ou Heidegger, e que passa por Descartes, Pascal e Kant; b) “outra, de cunho mais intelectual e sistemático”, que vai de Aristóteles até Croce, Dewey ou Hartmann, e que passa por Santo Tomás, Leibniz, Hegel “e seus epígonos”. “por meu espírito naturalmente conciliador, tenha-me tocado sofrer, sem ecletismo, as influências dessas duas correntes essenciais do pensamento humano” (*Ibid.*, pp. 13-14, g.n.).

Reale verificou “duas tendências incompatíveis” com o Direito, quais sejam, “a unilateralidade ou setorização da pesquisa” e “a falta de concreção, isto é, de aderência à realidade”. Como a realidade deveria ser “captada em sua integralidade”, Reale se viu “Sempre forrado de preocupações filosóficas, às quais é sempre inerente um sentido de universalidade, e, por conseguinte, de integralidade”. (*Ibid.*, p. 14).

O jurisconsulto adaptável via difundir-se, entre os juristas brasileiros, o normativismo jurídico de Kelsen, “mas me preocupava a forma distorcida e acrítica com que seus ensinamentos eram recebidos no Brasil”<sup>140</sup> (sic). Kelsen era, como já dito, “parceiro ostensivo ou oculto de meu diálogo filosófico-jurídico” (sic). (*Ibid.*, p. 15).

*O Estado Moderno*, nasceu de uma crítica ao formalismo kelseniano, [...]. Ora, o diálogo com Kelsen, de minha juventude (1935), prolongou-se,

---

<sup>140</sup> Cf. nota 132.

naturalmente, em obra mais madura de 1940, cujo título *Teoria do Direito e do Estado*, como já tive ocasião de assinalar, era um repúdio à identificação kelseniana do Direito com o Estado, ainda que estritamente no plano jurídico. (*Ibid.*, pp. 15-16).

O repúdio à identificação entre Direito e Estado é flexibilizado pelo advento da Teoria Tridimensional do Direito. No ano 2000, segundo Reale aponta no prefácio de “Teoria do Direito e do Estado”, a Teoria Tridimensional do Direito seria “concomitante e necessariamente, a teoria tridimensional do Estado”. Vê-se que não foi apenas o diálogo com Kelsen que “prolongou-se naturalmente” de 1935 a 1940 – outras fontes também poderiam ser apontadas, como Rocco.

Além da arqueologia, vem se realizando também a genealogia do poder de Reale, verificando-se com quais mentalidades e personalidades se alinhou ao longo de sua trajetória política e intelectual. Sua “evolução filosófica”, cujo termo mais acertado seria “progressão” ou “continuação” filosófica, teve duas guinadas salutares, segundo ele: a passagem do “criticismo transcendental formal”, kantiano, para uma “volta às coisas mesmas”, a partir do conceito de “*a priori material*” de Husserl; simultaneamente, a revisão do historicismo, antes de inspiração marxista e croceana, para o “*historicismo axiológico*”, conforme denominação de Luigi Bagolini. “Essa linha evolutiva de meu pensamento chegou a ser considerada ambígua, se não contraditória.”, dado o fato de Reale fazer convergir, concomitantemente, uma compreensão fenomenológica (que ele preferiu chamar de ontognoseológica, “dada sua essencial compreensão a um só tempo subjetivo-objetiva do real”) com uma posição dialética e histórica. (*Ibid.*, p. 17). E a “obsessão trifásica” continua:

O amor cartesiano à evidência e às idéias claras e distintas; o criticismo de Kant visando alcançar as condições transcendentais da experiência possível; e, por fim, a arrojada tentativa hegeliana de fundir idéia, realidade e história, eis aí as três fases quase que inevitáveis do filósofo de nosso tempo [ou, do próprio Reale], quando não seduzido pelo reducionismo da Filosofia Analítica. (*Ibid.*, pp. 17-18, g.n.).

Duas são as influências fundamentais, então: “sem o cenário kelseniano, de um lado, e husserliano, de outro, não se poderia talvez compreender o sentido das duas partes de *Filosofia do Direito*”.

A lógica do curso segue a lógica do magistério: sua primeira parte, propedêutica, sobre os temas centrais da Filosofia, era a matéria que Reale lecionava no primeiro semestre de sua cátedra. A segunda parte da obra, “Parte Geral da Filosofia do Direito” (ou, como ele preferiu chamar em toda vida, “*Ontognoseologia Jurídica*”), englobava a matéria lecionada no segundo semestre da cadeira. Na parte inicial da obra, seu intuito era “repelir o entendimento da Filosofia do Direito como uma Filosofia especial”, fazendo-a emergir como “Filosofia mesma enquanto voltada para uma experiência humana dotada de significação universal, a experiência do Direito e do Justo”. (*Ibid.*, p. 18).

Constavam nesta primeira parte noções básicas de “Teoria Geral do Conhecimento”, já que trata de uma “teoria do sujeito cognoscente em correlação essencial com a teoria dos objetos”. Além disso, lições de Axiologia, considerado o “valor” não como “objeto ideal” (conforme ainda sustentavam Ernst Cassirer, Max Scheler e Nicolai Hartmann), “mas como algo somente suscetível de ser captado em uma visão crítico-histórica”. Por fim, lições de Teoria da Cultura, em correlação com a Ética. (*Ibid.*, pp. 18-19).

Minha posição ontognoseológica levava [...] ao desenvolvimento de uma nova compreensão dialética, a de “implicação-polaridade”, em seguida vista tão-somente como “*dialética de complementaridade*”, que procura manter em essencial correlação *realidade* e *valor* nos estudos de Filosofia e Filosofia do Direito. (*Ibid.*, p. 19).

No segundo semestre, após os aportes iniciais aos suportes necessários, Reale lecionava sua ontognoseologia jurídica através do “levantamento crítico das principais correntes jusfilosóficas de nosso tempo” (*Idem*).

Atraído sempre pela história das idéias em contato direto com a experiência, não estudava [...] as teorias em si mesmas, como modelos abstratos [...] mas, após exposição objetiva das idéias, submeto-as, por assim dizer, a uma prova experiencial. A essa luz, foi-me possível ir

desvelando a insuficiência de teorias que nos mostram aspectos isolados ou parciais da realidade jurídica, como se dá, de um lado, com o empirismo jurídico, *lato sensu*; e, do outro, com o racionalismo neokantiano nas suas duas vertentes, a ôntico-axiológica de Del Vecchio, e a normativista de Kelsen. (*Idem*).

Essa argumentação é uma constante incansável em toda obra de Reale, como se vem analisando até aqui. Só a partir desse levantamento bibliográfico e da demonstração (vezes superficial, mas sempre exaustiva) de suas insuficiências é que ele julgava possível cuidar das teorias tridimensionais do Direito, “cada uma a seu modo, visam atingir uma visão integral do da realidade jurídica” (sic).

Tornou-se, aliás, conhecida minha distinção essencial entre um estudo enciclopédico do Direito segundo três pontos de vista (o valorativo, o sociológico e o normativo, como ocorre no “tridimensionalismo jurídico genérico ou abstrato”) e a pesquisa da experiência jurídica em sua imanente estrutura tridimensional, isto é, tal como ela se apresenta como integração normativa de fatos segundo valores (tridimensionalismo específico e concreto). (*Ibid.*, p. 20).

Vendo-se obrigado a sacrificar as tarefas de “pesquisador puro”, de modo a não ver prejudicado seu “empenho político-filosófico”, ou seja, “a missão que me atribuíra de manter acesa no Brasil a flama da meditação transcendental”, Reale demonstra como conseguia atrelar sua vocação filosófica numa missão política. Sobre a Teoria Tridimensional, antes de adentrar propriamente na análise da obra “Filosofia do Direito”, Reale vai dizer, ainda no primeiro volume das “Memórias”:

a teoria tridimensional do Direito surgiu da intuição de que a divisão tripartida da Filosofia jurídica, acolhida apenas para fins didáticos, ocultava um problema de fundo. Não bastava, porém, constatar a estrutura factual, axiológica e normativa da experiência jurídica, mas indagar tanto de sua razão de ser como de suas consequências em todos os quadrantes da Ciência do Direito. De “Teoria Tridimensional do Direito” só se pode falar, em suma, quando se indaga da

natureza de cada um dos fatores que se correlacionam na vida do Direito, dos característicos dessa correlação, a meu ver de ordem dialética; da irredutibilidade do valor ao juízo normativo ou às situações factuais; do novo tipo de normativismo que emerge da co-implicação concreta dos três elementos determinantes do Direito; da vinculação de todos eles ao “mundo da vida” [*Lebenswelt*]; e da compreensão final da realidade jurídica em termos de “modelos”, quer prescritivos, quer hermenêuticos. Mas tudo isso estava ainda esboçado nos idos de 1940 [...] (REALE, 1987a, p. 155, g.n.).

No prefácio da primeira edição da “Filosofia do Direito”, Reale cita a si mesmo, invocando seu propósito juvenil – e integralista – de “teorizar a vida e de viver a teoria na unidade indissolúvel do pensamento e da ação”. Diz que jamais abandonou o “ideal de compor o abstrato e o concreto, a abstração teórica e o querer particular, a força projetante da liberdade e a prudência do *poder* na gênese e no desenvolvimento do Direito” – compor a força que projeta a liberdade com a prudência do poder, num linguajar caro à AIB. Não se furta em situar temporalmente seu estudo de modo a não vinculá-lo com as concepções integralistas da juventude: “O leitor encontrará [...] uma exposição da Teoria Tridimensional do Direito, que venho desenvolvendo e completando desde 1940”. (REALE, 1999, pp. XXVI-XXX).

A obra não era analisada de maneira integral, como se deu com a bibliografia integralista – mas tão somente no que interessa à Teoria Tridimensional do Direito. Para tanto, é de rigor que se entenda qual o interesse de Reale em desenvolver, para a compreensão desta, uma ontognoseologia jurídica, que lhe é própria e peculiar, a despeito de desejar apresentá-la em roupagem universalista. O mapa para esta compreensão pode ser elaborado segundo as seguintes pistas e indicações.<sup>141</sup>

---

<sup>141</sup> A “Parte I” da obra, sobre “Propedêutica Filosófica”, tem o “Título II: Noções de Gnoseologia” – daí que o capítulo cinco trata do “Sentido do Pensar de Nosso Tempo – Gnoseologia, Ontologia e Ontognoseologia” (Ibid., pp. 43-52). Abaixo, no capítulo oito, Reale cuida “Do Conhecimento Quanto à Origem”, sendo dois tópicos de interesse aqui: “Crítico ontognoseológico” e “Crítico e Direito” (Ibid., pp. 107-115). No capítulo nove, “Do

O capítulo quatro, que trata da integração da compreensão gnoseológica na compreensão ontológica, inicia-se com a problematização do “ser”, desde os gregos até o período renascentista. A gnoseologia, segundo Reale, trataria da validade do conhecimento em função do sujeito cognoscente – tendo a teoria do conhecimento aparecido, de maneira mais aprimorada na história da filosofia, com a obra de Kant. Esta guinada havia sido operada por um conjunto de filósofos renascentistas, vez que a filosofia dos gregos e da Idade Média era, “acima de tudo, uma *Ontologia*”, uma “teoria do ser em geral”, ou a “parte geral da Metafísica”, o problema do “ser enquanto ser”. (*Ibid.*, pp. 43-45).

A preocupação com a “verdade científica” no Renascimento teria gerado duas correntes de pensamento, uma em França e outra na Inglaterra: o racionalismo de René Descartes e o empirismo de Francis Bacon. “A obra fundamental de Descartes é, como se sabe, o Discurso Sobre o Método (1637), assim como o livro básico de Bacon é o *Novum Organum* (1612).” Em ambos se verificava a preocupação metodológica, ou, no caso, gnoseológica, das possibilidades do próprio pensamento. Muitos autores seguiram essas preocupações, dentre os quais, Hobbes, Locke, Leibniz, Espinosa, Viço, Berkeley, Hume, e, finalmente, Kant, cuja leitura das obras de Hume o fizera acordar de seu “sono dogmático”, “como se o espírito do tempo [*Zeitgeist*] estivesse aguardando o seu intérprete mais penetrante.” (*Ibid.*, pp. 45-48).

Kant fundiu, segundo Reale, racionalismo e empirismo em sua “Crítica da Razão Pura”. “depois de Kant, a Metafísica deixou de ser *Metafísica do ser*, para transformar-se em *Metafísica do conhecer*” – é que Kant “transforma a Metafísica em uma “crítica dos princípios do conhecimento”, subordinando, de certa maneira, a Metafísica à Gnoseologia, ou excluindo a primeira das cogitações filosóficas.” (*Ibid.*, p. 48). Enquanto isso, para Hegel, uma gnoseologia *in abstracto* seria

---

Conhecimento Quanto à Essência”, interessam os tópicos “Posição ontognoseológica” e “Correlação com a problemática jurídica” (*Ibid.*, pp. 125-129). Na “Parte II”, que trata especificamente da “Ontognoseologia Jurídica”, encontra-se o “Título V: Os Temas da Filosofia Jurídica”, sendo de interesse o capítulo XXI “A Temática Geral e os Temas Especiais”. (*Ibid.*, pp. 300-315). É de se mencionar, se análises maiores, o capítulo vinte e nove, que trata da “Tridimensionalidade da Conduta Ética”, ou então o “Título IX”, sintomático, das “Explicações Unilaterais ou Reducionistas da Realidade Jurídica” – afinal, somente depois de todo este preparo metodológico, teórico e, por que não dizer, alegórico, é que finalmente trata o “Título X” da “Teoria Tridimensional do Direito” propriamente dita (*Ibid.*, pp. 497-620).



inaceitável, porque no seu “idealismo absoluto”, o “real” se identifica com o “racional”, assim como se identificam “Lógica” e “Metafísica”, de maneira que os termos da Filosofia deveriam ser colocados nos termos de uma teoria do conhecimento em concreção com o ser “com o *ser* e o *conhecer* integrados na unidade dialética de um processo indecomponível.” Disso decorreria a redução da Filosofia à Dialética. (*Ibid.*, p. 49).

Reale quer apresentar uma teoria do conhecimento que considere, simultânea e inseparavelmente, sujeito e objeto, apreendendo-os em sua relação mesma, “levando em conta a correlação essencial e dinâmica entre o sujeito pensante e o ‘algo’ cognoscível”. Deve-se levar em considerações os problemas de natureza ontológica na preocupação gnoseológica – noutras palavras, a natureza essencial e universal das manifestações concretas particulares deveria ser considerada na teoria do conhecimento. Esta seria a “distinção” da Filosofia no século XX, segundo Reale. As obras de Hartmann, Jacobi, Heidegger e Sartre apontariam neste sentido. (*Ibid.*, p. 50).

Haveria uma

tendência fundamental de nossa época para apreciar as questões de forma concreta, pondo o problema do homem na totalidade de seus elementos materiais e espirituais, integrado nas razões históricas de seu desenvolvimento, nas correlações necessárias com o mundo envolvente da *cultura* a que pertence. (*Ibid.*, p. 51, g.n.).

O “problema do homem na totalidade elementos materiais e espirituais” já havia sido posto na obra “O Estado Moderno”. Com outro nome, contudo: o problema do homem na integralidade ou integração de seus elementos. O “ser cognoscente” estaria inserido, na nova filosofia, “inserido nas circunstâncias histórico-sociais, em que o conhecimento se realiza e, mais ainda, em função do ‘real’ reclamado pela *intencionalidade* mesma da consciência.” – a capacidade criativa e moduladora do indivíduo. A correlação sujeito-objeto seria, destarte, essencial ao conhecimento, “como momentos ou aspectos de uma única atividade cognoscitiva, que pode ser vista, por abstração, *a parte subjecti* (Gnoseologia), ou *a parte objecti* (Ontologia, estrito senso) como teoria dos seres ou dos entes”. Daí porque se desenvolveria desenvolver a gnoseologia apoiada, simultaneamente, numa teoria do sujeito e numa teoria dos objetos. (*Ibid.*, p. 51-52).

Reale desenvolve explicações sobre os “juízo analítico” e “juízo sintético” de Kant, explicando como o filósofo resumiu o problema de sua teoria do conhecimento questionando-se como seriam possíveis a existência de “juízos sintéticos *a priori*” em nossa estrutura mental, como esquemas gerais de participação de nossa consciência no processo cognoscitivo. Qual a explicação para das verdades necessárias que a ciência pontuava? Reale aponta a “*validade necessária*” dos juízos sintéticos *a priori*, ou seja, seu caráter transcendental de funcionar esquema de cognição independentemente da particularidade de uma dada experiência. (*Ibid.*, pp. 106-107). O que haveria de essencial na “Gnoseologia de Kant” seria “essa concepção do espírito humano como *transcendentalmente capaz de instaurar enlaces lógicos, sinteticamente superadores e necessariamente válidos*, em confronto com os dados da experiência em que se baseiam.” (*Ibid.*, pp. 107-108).

O *a priori* não equivale à “imanência”, caráter de “inato”, nem significa que preceda lógica e temporalmente à experiência – mas indica sua independência da experiência individual ou particular. Representa “a forma legal ou constitutiva da experiência mesma, pois é a consciência cognoscente (considerada *universalmente*, e não como consciência deste ou daquele outro indivíduo)”. Levando-se em conta este “criticismo transcendental”, acoplando-o à análise das “estruturas peculiares da *realidade*” seria uma orientação que poderia se estender, segundo Reale, “ao estudo de *todas as condições do conhecimento, lógicas, axiológicas e históricas*” – veja-se a similaridade da ontognoseologia geral para com a ontognoseologia jurídica, ambas dependentes dos fatores lógico-normativos, ético-axiológicos e fático-históricos. A experiência, neste sentido, só é possível em virtude destes esquemas *a priori* (*Ibid.*, pp. 108-109).

Reale quer apresentar a própria Teoria Tridimensional do Direito como um juízo sintético *a priori*, premissa teorético-ontognoseológica para o conhecimento da realidade ôntica da experiência e do fenômeno jurídicos.

Dá-se, simultaneamente, a coisa a se conhecer e o método de conhecimento – tudo através da representação identitária, primeiro do movimento integralista, depois da própria Teoria Tridimensional, na grande história das ideias filosóficas e jurídicas do Ocidente. O saber-poder de Miguel Reale não sofreu rupturas – ganhou tecnologia e sofisticação. No Integralismo, dava-se o mito fundador e a teoria integralista para seu conhecimento. No tridimensionalismo, dá-se a “Teoria Tridimensional” em si, enquanto bem simbólico, para ser conhecida segundo os postulados sintomáticos da “ontognoseologia

jurídica” – derivada da própria Teoria Tridimensional. Se o leitor perceber aqui certa tautologia, não se trata de falha argumentativa deste autor, mas de estratégia retórica do próprio Reale. Daí que a colocação do problema é, em realidade, uma aporia.

Enquanto Kant quis conciliar empiria e razão, compondo sinteticamente a forma racional com o conteúdo empírico, de maneira que a razão funcionasse como a forma ordenadora de um determinado conteúdo, fornecido pela experiência, “de certa maneira estática”, segundo Reale; Hegel preferiu realizar movimento semelhante mas, ao seu turno, informando através da “dialética” a “força sintética do Espírito”, fundindo real e racional de maneira dinâmica, concebendo, assim, a sociedade e o Direito como “expressões do *espírito objetivo*”, operando o que Reale decidiu chamar de “racionalismo de concreção”, em oposição ao kantista, lógico-formal e transcendental. (*Ibid.*, pp. 111-112).

O preparo do terreno está quase pronto. A semente do pensamento de Stammler é plantada, que, com seu “*Direito Natural de conteúdo variável*” supera os esquemas reducionistas do positivismo comteano e do empirismo historicista. Seu pensamento fora atualizado por Lask e Radbruch, embutindo nessas preocupações “as exigências sociais concretas”. Finalmente, é no âmbito e em razão do:

“criticismo ontognoseológico” que se desenvolve a nossa “teoria tridimensional do Direito”, a qual se concilia plenamente com a idéia de um *Direito Natural de base conjectural*, de conformidade com o que temos exposto em vários trabalhos, que culminam na primeira parte de *Nova Fase do Direito Moderno*, onde mostramos as correlações existentes entre Justiça e conjectura, tomada esta palavra no sentido de um juízo problemático de plausibilidade que — correndo paralelamente à experiência e sem entrar em contradição com ela — nos oferece resposta para certos problemas que a razão demonstrativa não logra resolver em termos conceituais. É o motivo pelo qual afirmamos que podemos alcançar conjecturalmente uma *idéia*, mas não um *conceito* de Direito Natural. (*Ibid.*, p. 114, g.n.).

A “tendência” a “superar explicações mais ou menos unilaterais”, que apontam ora para o sujeito e ora para o objeto desemboca também

no Direito. É Hartmann quem diz, segundo Reale, que só pode existir sujeito em função dum objeto e vice-versa, estando ambos em “correlação essencial”. A função criadora do sujeito, neste sentido, não é absoluta, como quer a “Escola de Marburgo, para os quais o método é constitutivo do objeto.” Quando o sujeito se posiciona “perante *algo*” o objeto é posto logicamente pelo sujeito, mas isso só ocorre se o sujeito converte a estrutura ôntica de algo em estrutura lógica – o sujeito é uma energia reveladora, que desvela o caráter ontológico por detrás do caráter ôntico de um algo dado, desocultando “*determinações* só logicamente possíveis por haver em ‘algo’ virtualidades de determinação. Daí dizermos que o conhecimento é um *construído de natureza ‘ontognoseológica’*”. (*Ibid.*, pp. 125-126).

Essa discussão resvala para o Direito na medida em que a Ciência do Direito é, para Reale, cultural. A realidade jurídica, que não se reduz ao sujeito cognoscente, pode ser conhecida total ou parcialmente, ou na funcionalidade sujeito-objeto, reconhecendo-se nesta realidade a polarização entre ser e dever ser, de elementos reais concretos e valores, “insuscetível de compreensão sem referibilidade ao espírito, mas não redutível a ele.” Citando Hegel, Reale sustenta que o jurista pode considerar a lei positiva como dada – mas não deve esquecer de que representa “momento ou expressão do espírito objetivo em que se resolve a sua contingência.” O próprio Direito se torna, assim, realidade que historicamente se processa, resultando de uma experiência tornada possível graças às formas transcendentais *a priori*. Logo, “a experiência histórico-cultural do Direito implica pressupostos transcendentais ontognoseológicos” (*Ibid.*, pp. 127-129).

Pode-se antever uma conclusão preliminar.

A ontognoseologia jurídica, enquanto parte geral da Filosofia do Direito, intenta verificar as condições de possibilidade do conhecimento cognitivo e científico da realidade ôntica do fenômeno jurídico, mediante a apreensão teórico-gnoseológica da estrutura tripartida da ontologia jurídica, em seus momentos fático, axiológico e normativo, segundo pressupostos transcendentais e esquemas *a priori*, verificados e atualizados segundo a culturologia ou o historicismo axiológico, em conexão imediata com a experiência jurígena em sua concretude, não sem depender da dialética da complementaridade (ou de implicação-polaridade) para captar este processo em sua dinamicidade.

É exatamente isto que Reale vai apresentar no capítulo vinte e um, no primeiro tópico, “Ontognoseologia Jurídica”.

A *Ontognoseologia Jurídica* é parte geral da Filosofia do Direito destinada a determinar em que *consiste* a experiência jurídica, indagando de suas *estruturas objetivas*, bem como a saber como tais estruturas são *pensadas*, ou seja, como elas se expressam em *conceitos*.

A realidade social do Direito, [...] deve ser estudada segundo esses dois prismas correlatos: em suas *estruturas ônticas*, e em consonância com as *categorias racionais* que tornam possível a sua compreensão. (*Ibid.*, p. 302).

Um plano gradativo de questionamentos pode resumir o objeto de pesquisa de Reale. Aglutinadas, não deixam de perfazer uma “paranoia totalizante”, que Foucault assevera ser típica do fascismo. (FOUCAULT, 1977, pp. XI-XIV).

Em que consiste o Direito? Qual a estrutura da realidade jurídica e sua situação no mundo da cultura? Quais os seus elementos componentes? Como tais elementos se põem em relação uns com os outros? Que é que marca a unidade dessa realidade, que temos em conta de jurídica? Que é que, em suma, nessa realidade a torna “compreensível” como *jurídica*? (REALE, *op.cit.*, p. 303).

A realidade jurídica pertence ao âmbito dos objetos culturais tridimensionais, “por implicarem sempre elementos de *fato* ordenados *valorativamente* em um processo *normativo*”. A tarefa dupla em se determinar, de um lado, a) natureza, origem ou “mito-fundador” da situação social brasileira (acoplada a sua inexorável crise); e, de outro, b) os meios de compreensão dessa situação, eram objetivo e estratégica de convencimento-arregimentação integralista. Ideada também por Reale. Eis que também a ontognoseologia jurídica funciona como “teoria fundamental” que intenta “determinar a natureza da realidade jurídica [...] [e] esclarecer os meios de compreensão correspondentes ao objeto *Direito* em geral”. (*Ibid.*, pp. 303-304).

É que a Filosofia do Direito, em vez de se dirigir às normas, “*volte à fonte primordial de onde aqueles ditames de ação necessariamente emanam*”. E, finalmente, Reale apresenta um quadro no qual divide a Filosofia do Direito em Parte Geral, a

“Ontognoseologia Jurídica”, e Parte Especial, onde estão: a) a epistemologia jurídica: doutrina das ciências do Direito (problema da vigência e dos valores lógicos do Direito); b) a deontologia jurídica: doutrina dos valores éticos do Direito (problema do fundamento do Direito); c) a culturologia jurídica: doutrina do sentido histórico do Direito (problema da eficácia social do Direito). (*Ibid.*, p. 306). Reale discorre sobre cada uma delas, a seguir. (*Ibid.*, pp. 306-315).

Antes de chegar derradeiramente à “Teoria Tridimensional”, Reale reelabora as explicações já encartadas em “Fundamentos do Direito” e “Teoria do Direito e do Estado”, acerca das “Explicações unilaterais ou reducionistas da realidade jurídica”, como o sociologismo jurídico (Duguit), o normativismo lógico de Kelsen e o moralismo jurídico (Cathrein, Ripert, Gentile e Binder). (*Ibid.*, pp. 410-495).

Novamente são repetidas lições de outras obras. Primeiro, Reale aponta as intuições normativa e axiológica do Direito, para chegar à conclusão inédita de que, historicamente, o termo Direito se delineou segundo três elementos fundamentais:

o elemento *valor*, como intuição primordial; o elemento *norma*, como medida de concreção do valioso no plano da conduta social; e, finalmente, o elemento *fato*, como condição da conduta, base empírica da ligação intersubjetiva, coincidindo a análise histórica com a da realidade jurídica fenomenologicamente observada. (*Ibid.*, p. 510).

Na sequência, apresenta os tridimensionalismos abstratos – no intuito de apresentar sua Teoria Tridimensional como um tridimensionalismo concreto e específico. A diferença fundamental: os primeiros desprezavam o caráter tridimensional da própria realidade ontológica, e mesmo ôntica, do Direito. E, um tanto quanto autoritário – além de totalizante – Reale pontifica que

o que denominamos *tridimensionalismo específico* assinala um momento ulterior no desenvolvimento dos estudos, pelo superamento das análises em separado do *fato*, do *valor* e da *norma*, como se se tratasse de gomos ou fatias de uma realidade decomponível; pelo reconhecimento, em suma, de que é logicamente inadmissível qualquer pesquisa sobre o Direito que não implique a consideração concomitante daqueles três fatores. (*Ibid.*, p. 514, g.n.).

É por meio de outro quadro explicativo que Reale se diferencia dos outros pensadores. Numa coluna, enumera os “elementos constitutivos da experiência jurídica – fato, valor e norma” – veja-se, aqui, como ele embute na concretude do real sua concepção tripartite, isto é, transporta-a para a realidade ôntica, individual, da experiência jurídica, e mesmo para sua realidade essencial, ontológica. Na terceira coluna (a segunda é a síntese, sua “novidade” particular), entabula as concepções unilaterais da experiência jurídica: sociologismo jurídico, moralismo jurídico e normativismo abstrato – e leciona: os autores que tentaram combinar os três pontos de vista unilaterais é que são enquadrados na pecha do “tridimensionalismo abstrato”. (*Ibid.*, p. 515).

Conclusivamente, a tridimensionalidade específica apreende a experiência jurídica de maneira imediata, sem intermédios ou modelos cognoscitivos, verificando a correlação essencial entre a eficácia, o fundamento e a vigência do fato-valor normativo

Quando [...] não se realiza uma simples harmonização de resultados de ciências distintas, mas se faz um exame prévio da correlação essencial dos elementos primordiais do Direito, mostrando que eles sempre se implicam e se estruturam, numa conexão necessária, temos a *tridimensionalidade específica*, que pode ser estática, ou dinâmica e de integração. (*Idem*).

Logo após apresentar as atualizações sobre o tridimensionalismo na obra de Sauer (*Ibid.*, pp. 540-543), Reale vai detalhadamente apresentando os pressupostos do tridimensionalismo dinâmico, de sua lavra.

duas são as condições primordiais para que a correlação entre fato, valor e norma se opere de maneira unitária e concreta: uma se refere ao conceito de *valor*, reconhecendo-se que ele desempenha o triplice papel de elemento *constitutivo*, *gnosiológico* e *deontológico* da experiência ética; a outra é relativa à implicação que existe entre o valor e a história, isto é, entre as exigências ideais e a sua projeção na circunstancialidade histórico-social como *valor*, *dever ser* e *fim*. Do exame dessas duas condições é que resulta a natureza *dialética* da unidade do Direito. (*Ibid.*, pp. 544).

Explica Reale porque o valor constitui a experiência jurídica, sendo um dos ingrediente ônticos do processo cultural. O valor é constituinte da experiência jurígena porque os bens, sejam materiais ou espirituais, construídos ao longo da história, são “cristalizações de valor” ou “consustanciações de interesses” – o bem expressa assim a objetivação de um valor. É que “toda atividade humana se destina a satisfazer um valor ou a impedir que um desvalor sobrevenha.” O ato de valorar é, assim, partícipe concorrente na formação da experiência jurídica, ingrediente ôntico do processo cultural, “inseparável da ‘vida quotidiana’ (*Lebenswelt*).” Não obstante, retroativamente, “todo valor implica uma tomada de posição do espírito”. O valor é, assim, a razão deontológica da ação – “fornecendo o critério aferidor de sua legitimidade.” (*Idem*).

A inserção do homem nessa tautologia científica que busca a essência ontológico-ôntica total do fenômeno jurídico (por paradoxal que a colocação seja, ao arrepio provável de Heidegger) se dá mediante a capacidade integradora do Direito: é o Direito que vai integrar o ser humano em seu dever ser, sendo, automaticamente, “uma das mais poderosas tomadas de contato do homem com o *dever ser* de sua existência individual e social, em uma clara postulação de fins”. (*Ibid.*, pp. 551).

Tocado pelo Direito, o homem é levado à sua teleologia existencial. É movido a um fim. Mas parece, mesmo, que Reale está vinculando a existência seminal do homem e do fenômeno jurígeno a um destino inexorável: a vinculação necessária entre uma entidade que existe (ser) e uma finalidade funcional para esta existência (dever ser).

O Reale integralista integrava no homem seu dever de marchar nas fileiras verdes para o bem nacional, familiar e da pátria – o “interesse comum” integralista. O Reale tridimensionalista integra no homem um inevitável contato com o direito – que necessariamente o moverá ao fim ético maior do Direito – o valor justo.

Afinal, “O *fim* não pode ser concebido sem o *valor*”. (*Ibid.*, p. 552). Valor, dever-ser e fim estão inexoravelmente conectados. Somos todos condicionados pelo valor do justo – nossa existência tende irremediavelmente à concretização objetivada deste valor-fim. “são momentos que se desenrolam na unidade de um processo, que é a experiência total do homem [...] obedecendo sempre a um ideal de adequação de entre realidade e valor” (*Ibid.*, p. 551). Assim se ocorre a nomogênese jurídica, que faz do homem “o único ente que, originariamente, é enquanto *deve ser*, com poder de transfundir essa qualidade aos ‘bens culturais’ que instaura”. (*Idem*).



Reale aponta que desde de Kant se sabe que a coexistência entre determinismo e liberdade é possível, de maneira que, citando Hartmann, uma “vontade livre com o seu modo finalístico de eficácia é somente possível em um mundo determinado casualmente. Semelhante mundo – ontologicamente considerado – não se situa em relação antitética para com a liberdade da vontade.” (*Ibid.*, p. 552). Ao mesmo tempo, em “O Estado Moderno”, lê-se lição semelhante: “não são dois mundos antagônicos (o da Natureza e o da Liberdade), pois escolhemos *livremente* os fins, aplicando os meios de acordo com os conhecimentos alcançados no mundo do ser.” Ora, é que “do ponto de vista absoluto das coisas” o dever ser “é condição” do ser. (REALE, 1983b, p. 35).

Todavia, para que a vontade se objetive, é necessária a inserção do Poder.

dá-se a interferência da *vontade* na ordenação dos fins e na ordenação dos meios, donde a necessária inserção do *Poder* no processo mesmo da normatividade jurídica. É, com efeito, através de um processo ao mesmo tempo axiológico e teleológico que surge a norma de Direito, a qual se apresenta, formalmente, como esquema geral de opção pela conduta *reconhecida* de valor positivo e, como tal, preservada; ou então de valor negativo e, como tal, vedada. (REALE, *op. cit.*, p. 552, g.n.).

A importância dada ao poder, então, cresce.

Cada modelo jurídico, em suma, considerado de per si, corresponde a um momento de integração de certos fatos segundo valores determinados, representando *uma solução temporária (momentânea ou duradoura) de uma tensão dialética entre fatos e valores, solução essa estatuída e objetivada pela interferência decisória do Poder em dado momento da experiência social.* (*Ibid.*, p. 555).

Necessário seria determinar melhor o a interferência do Poder no “processo nomogenético”, não o reduzindo a mero decisionismo, mas colocando o papel elementar na criação da norma. (*Ibid.*, pp. 556-562). À guisa de conclusão, Reale vai apontar que “se concebemos a experiência jurídica como onticamente tridimensional”, tão logo

discorrendo, incansavelmente, sobre os reducionismos da sociologia jurídica, da ciência do direito clássica (que estuda abstratamente as normas, à maneira kelseniana). É que o jurista “estuda modelos jurídicos, isto é, estruturas fático-axiológico-normativas” – afinal “*Fato, valor e norma* devem, em suma, estar sempre presentes em qualquer indagação sobre o Direito”. (*Ibid.*, pp. 613-614). Eis uma ciência do direito moralista – ela própria contém seu dever ser.

Refletindo acerca da arqueologia das ciências, Foucault disse que a obra de autor não pode ser considerada como uma unidade imediata, certa, nem mesmo homogênea. Afinal, esta unidade, que não existe na obra em si mesma, é dada por uma operação: a interpretação, “no sentido de que ela decifra, no texto, a expressão ou a transcrição de alguma coisa que simultaneamente ela esconde e manifesta”. (FOUCAULT, 2008b, p. 90). Na sequência, Foucault aponta a necessidade de se renunciar a dois postulados acerca da averiguação de um dado discurso.

O primeiro, que supõe que jamais será possível indicar, na ordem do discurso, a “irrupção de um acontecimento verdadeiro” – afinal, para além de todo “começo aparente” existiria sempre uma “origem secreta”, tão secreta e tão originária que seria impossível, ao intérprete, recuperá-la inteiramente. Uma origem inalcançável, por assim dizer. Neste sentido é que todos os começos funcionariam como recomeços ou ocultações da origem. (*Ibid.*, p. 91).

Interligado e confrontando com este postulado, vem outro que aponta que todo discurso efetivamente manifestado já residia, secretamente, “em um já dito”. Contudo, este “já dito” não seria simplesmente uma frase já pronunciada ou um texto realmente escrito. Seria, em realidade, um “jamais dito”, “um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não passa do vazio de seu próprio traço.” (*Idem*).

De tal forma que tudo aquilo que o discurso visa a formular já se encontra articulado “nesse meio-silêncio que o precede, que continua a correr obstinadamente por baixo dele, mas que ele recobre e faz calar”. O discurso manifesto, materializado, seria então “apenas a presença depressiva do que ele não diz; e esse não-dito seria um vazio que anima do interior tudo o que se diz.” (*Idem*). Foucault está aqui inspirando-se na noção freudiana de falta como momento heurístico.

O primeiro postulado consagrou um certo tipo de análise histórica do discurso posta fanaticamente a buscar e repetir uma origem que escapa a qualquer determinação – no caso, interpretativa. Essa origem, que foge quando se tenta enjaulá-la, contrapõe-se aquela que expressa o

eterno-retorno do mesmo, uma origem que é sempre e tão somente interpretação ou escuta de algo já dito, que, no caso, em realidade, “seria ao mesmo tempo um não-dito”. Foucault conclui que

É preciso renunciar a todos esses temas que têm por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença em si mesmo no jogo de uma ausência sempre reconduzida. É preciso acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimento; na pontualidade em que ele aparece e na dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até em seus menores traços, enterrado, bem longe de qualquer olhar, na poesia dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso antes tratá-lo no jogo da instância próprio a cada um. (*Idem*, g.n.).

Seria incoerente, assim, tratar da “origem” da concepção ontológica tripolar da experiência jurídica. É que a origem da Teoria Tridimensional do Direito é difusa.

Contudo, a escolha do ano de 1933 como data de uma provável “origem histórica” da Teoria Tridimensional não é ocasional. Foi a data em que Reale se inscreveu na AIB. Embora esta escolha seja inconclusiva, temporária ou superável, intentou acolher o momento do discurso acerca da “síntese superadora” em sua irrupção de acontecimento. Esta técnica retórica, primeiramente ensaiada pela necessidade de produzir uma obra teórica sobre o Estado Integral, repetiu-se difusamente na trajetória intelectual e política de Reale, durante o desenvolvimento de suas ideias. Buscou-se agrupar estas variadas irrupções, organizá-las e lhes aplicar os mesmos princípios e métodos de análise.

A arqueologia do saber integralista-tridimensional de Reale, cotejado com a genealogia de sua trajetória política na organização do poder no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo, tanto como intelectual, homem de cultura, quanto como agente político, fez perceber que sua técnica retórica repetiu-se enquanto acontecimentos discursivos incontáveis vezes. Mas somente esta repetição e a autoconsciência a ela atrelada é que pôde funcionar como ferramenta de identificação – ou interpretação. É que Miguel Reale soube se representar bem – tão bem que deixou o mundo do ser como sendo um herói do dever ser.



## 5 CONCLUSÃO

*Vários, como eu sem dúvida, escrevem para não ter um rosto. Não me pergunte quem sou e não me diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever.*

(Michel Foucault)

Logo após a publicação de “Filosofia do Direito”, Reale passou a dirigir a coleção “Direito e Cultura”, série de livros publicados pela editora Saraiva. Luigi Bagolini, com quem fez amizade em razão dos encontros e congressos do IBF, é o primeiro a publicar seu livro “Moral e Direito na doutrina da simpatia”. Em seguida, uma obra com seis ensaios reunidos, intitulada “Ensaio de Filosofia do Direito”, perfaz o segundo volume. Dentre os autores, muitos amigos da “rede intelectual” de Reale: Ester Ferraz, Theophilo Cavalcanti Filho, Renato Cirell Czerna, Dínio de Santis Garcia, Camilo Aschar e José Cretella Jr. Reale prefacia as duas obras.

O terceiro volume é de Paulo de Dourado Gusmão, intitulado “O Pensamento Jurídico Contemporâneo”. Curiosamente, a organização da parte inicial do livro segue as fontes e a bibliografia utilizada por Reale em “Fundamentos do Direito”: Rudolf Stammler, Giorgio Del Vecchio, Gustav Radbruch, Hans Kelsen (com sua “Teoria Pura do Direito”), León Duguit, François Gény, Roscoe Pound, sendo finalizada a primeira parte com as obras de Carlos Cossio (com sua “Teoria Ecológica do Direito”) e, finalmente, Miguel Reale (com sua “Teoria do Direito”).<sup>142</sup>

Na década de 1960, outro amigo e discípulo, Luis Washington Vita, funda e dirige a coleção “História das Idéias no Brasil” (pela editora da USP/Grijalbo). Dentre os volumes, Antonio Paim escreve a “História das Idéias Filosóficas no Brasil”, enquanto Antonio Luis Machado Neto escreve a “História das Idéias Jurídicas no Brasil” (prefaciada, também, por Reale).

O mesmo Antonio Paim iria escrever, anos mais tarde, a seção “A Corrente Culturalista”, no segundo volume da obra organizada por Adolpho Crippa “As Idéias Filosóficas no Brasil”. Paim utiliza, praticamente, apenas a obra “Filosofia do Direito”, de Reale, para explicar como se desenvolveu esta corrente de pensamento no Brasil.<sup>143</sup>

<sup>142</sup> Cf. GUSMÃO, 1955, pp. 21 e ss., 27 e ss., 32 e ss., 37 e ss., 42 e ss., 46 e ss., 49 e ss., 53 e ss., 61 e ss.

<sup>143</sup> Cf. CRIPPA, 1978, pp. 11-37.

Por sua vez, Machado Neto, no capítulo sobre “A Teoria Jurídica no Século XX”, dedica seção especial a “Miguel Reale e o Grupo do IBF – O Culturalismo”. O próprio movimento estaria centralizado na “figura exponencial do professor catedrático” Miguel Reale. (MACHADO NETO, 1969, p. 218). Reale teria se reunido com “um grupo de pensadores culturalistas das mais variadas tendências” (*Ibid.*):

Tais são os casos de Renato Cirell Czerna, idealista gentiliano hoje sob forte influência do materialismo histórico e dialético; de Luís Washington Vita e Irineu Strenger, ambos de forte coloração raciovitalista e fenomenológica, de Goffredo Telles Jr., Teófilo Cavalcanti Filho e Wilson Chagas, que têm o empenho de revalorar as concepções da filosofia tradicional com perspectiva atual, de Paulo Dourado de Gusmão e do autor destas linhas, de filiação egológica mais ou menos pronunciada. (*Ibid.*, p. 219).

Czerna, “idealista gentiliano”, utiliza o historiador e ideólogo fascista Giovanni Gentile dentre suas fontes – tal qual Reale fizera quando integralista. Ao seu turno, Goffredo Telles Jr. foi companheiro de Reale na AIB, tal qual outros juristas renomados, como San Tiago Dantas e Alfredo Buzaid. Com este último, Reale manteve amizade de longa data, inclusive durante a ditadura civil-militar de 1964.<sup>144</sup>

Machado Neto afirma, em sua narrativa, que Reale inicia sua vasta bibliografia com ensaios políticos “mais ou menos vinculados ao movimento integralista brasileiro”, do qual foi um dos mais destacados teóricos. (*Idem*).

São sete obras que marcam já a pujança do jovem pensador e a sua já então considerável cultura política e filosófica, qualquer que seja a opinião que se possa ter sobre as teses doutrinárias ali expendidas. (*Idem*).

Não apenas Reale preocupava-se com suavizar ou amenizar seus radicalismos juvenis quando participou da AIB. A rede de intelectuais, amigos e discípulos que conseguiu criar ao seu entorno ao longo dos

---

<sup>144</sup> O acervo pessoal de Alfredo Buzaid, albergado na biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Franca/SP (UNESP), contém alguns livros doados pelo próprio Reale, com dedicatórias.

anos (sobretudo pelas projeções da AIB e do IBF) também se preocupava com isso. Em suas “Memórias”, Reale afirma que suas ideias sempre eram fruto de longos estudos e reflexões – nunca de contingências políticas e circunstâncias históricas. Convidado muitas vezes por Getúlio Vargas para aceitar cargos políticos (fosse no Estado Novo, fosse no regime democrático), Reale insistia em apontar sua “surpresa” em recebê-lo. Nunca pleiteou tais cargos – conquanto os tenha aceitado.

Quando integralista, Reale dedicou-se intensamente à criação de uma teoria e doutrina integralistas. Foi capaz, inclusive, de realizar retroprojeções no passado, apresentando filósofos gregos com os figurinos do integralista e do comunista – assim, Aristóteles teria sido o primeiro integralista, enquanto Diógenes, o cínico, era o pai do comunismo, ao lado de Platão.

Após deixar o cargo de Secretário Nacional de Doutrina e Estudos da AIB, funda o diário de São Paulo “Acção”, jornal em que veicula seus textos, publiciza suas obras e noticia os grandes feitos do Nazismo e do Fascismo. O jornal “Acção” funciona como representação estética e tipográfica não apenas do antissemitismo corrente na AIB – mas de sua participação ativa no golpe de Estado de 1937. Toda a liderança do movimento, aí inclusos Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Miguel Reale e Olbiano de Melo, conheciam as intenções de Vargas e dos generais Dutra, Góis Monteiro, Müller e Mourão Filho (este último, integralista e autor do “Plano Cohen”).

Além de participar, como conselheiro, do Departamento Administrativo de Estado em São Paulo, na década de 1940, em 1960, por convite do general Costa e Silva, compôs a “comissão dos notáveis” para a elaboração da Emenda Constitucional de número 1 à Constituição de 1967.

No intuito de participar do concurso para cátedra de “Filosofia do Direito” na USP, Reale alterou radicalmente suas fontes de estudo: deixando as fontes do fascismo, como Michail Mainolesco, Alfredo Rocco, Giovanni Gentile e Giorgio Del Vecchio, passou a se dedicar ao judeu e democrata Hans Kelsen e ao social-democrata Gustav Radbruch.

Miguel Reale soube se adaptar aos diferentes regimes políticos de nosso país. Pode ser considerado, assim, um jurisconsulto adaptável: por questões de sobrevivência política, adaptou suas ideias e suas técnicas discursivas a diferentes regimes de governo. Produziu e reforçou seu intelecto em todos estes momentos. Seu saber e seu poder caminharam juntos, “na unidade indissolúvel do pensamento e da ação”.

O jurisconsulto se foi como “honorário”, “humanista”, “culturalista”, “administrativista”, “poeta”, “emérito”, “homem público”, “jurista”, “pensador analectico”, “jurista-filósofo”, “jurista de alma poética”, “pensador”, “intelectual e político”, “historiador das ideias” – mas não como integralista.

E eis aí um dado curioso, que merece pesquisa profunda. Como Reale conseguiu representar seu próprio personagem para a História do Direito ocultando tão bem o momento germinal de seu intelecto e da tomada de consciência de sua vocação política? Como foi que o Integralismo, na obra de Reale, restou apontado como momento superado – e não como período seminal?

O Miguel Reale real deixou o mundo do ser em 14 de abril de 2006. Contudo, a personagem histórica Miguel Reale continua viva em suas obras de pensamento e nas narrativas de cada época. É sintomático, neste sentido, que, a despeito de ser pensador de renome, as pesquisas jurídicas suavizem ou deem menos importância ao seu passado fascista-integralista – ou até mesmo que silenciem absolutamente a respeito. Ou ainda, que mencionem, apenas marginalmente, como fatos de importância secundária, suas participações nas ditaduras de 1937 e 1964. O que há a temer?

Por que não se afirmar, conclusivamente, que Reale descobriu, em si mesmo, a alma do Integralismo – descobrindo no próprio Integralismo, por via de consequência, sua missão existencial?

Miguel Reale foi um jurista cuja vocação maior era o saber-poder. Ação política e ideias jurídico-filosóficas entrelaçavam-se em sua técnica discursiva, em suas pesquisas científicas e em sua carreira profissional como quadro de inúmeras instâncias do poder governamental e acadêmico. Andavam em unidade indissolúvel, como ele mesmo dizia.

Tanto assim que sua principal obra, a “Teoria Tridimensional do Direito”, representou uma guinada na história de suas ideias e de seu pensamento: modificada a relevância que dava a certas fontes, ganharam primazia os pensadores social-democratas em detrimento dos fascistas. Mas estes últimos não foram abandonados, permanecendo nos bastidores dos principais argumentos levantados. A paranoia totalizante, a que aludia Foucault, estava presente tanto em sua juventude, com a formulação do Estado Integral, como em sua maturidade, com a concepção ontológica tripolar da experiência jurídica.

Já se pode considerar, então, que a “Teoria Tridimensional do Direito” possui raízes integralistas, ponto de especial importância na



história das ideias jurídicas de Miguel Reale, neste breve interstício de vinte anos, entre 1933 e 1953.



## REFERÊNCIAS

### 1 FONTES PRIMÁRIAS

#### 1.1 Miguel Reale

REALE, Miguel. **Actualidades de um mundo antigo**: com uma introdução sobre a concepção integralista da historia. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1936.

\_\_\_\_\_. Ainda fascismo e integralismo. **Acção**, São Paulo, 9 jan. 1937. p. 1.

\_\_\_\_\_. A data dos heróis. **Acção**, São Paulo, 07 out. 1937. p. 4.

\_\_\_\_\_. A democracia e o sigma. **Acção**, São Paulo, 07 mai. 1937. p. 4.

\_\_\_\_\_. Confiança no Brasil. **Acção**, São Paulo, 01 out. 1937. p. 4.

\_\_\_\_\_. **Da revolução à democracia**. 2.ed. Inteiramente reestruturada. São Paulo: Convívio, 1977.

\_\_\_\_\_. Discurso de um purificado. **Acção**, São Paulo, 26 mai. 1937. p. 4.

\_\_\_\_\_. Fascismo e integralismo. **Acção**, São Paulo, 8 jan. 1937. pp. 1,8.

\_\_\_\_\_. **Formação da política burguesa**: Introdução ao Estado Moderno. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1934.

\_\_\_\_\_. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

\_\_\_\_\_. Frente popular. **Acção**, São Paulo, 04 mai. 1937. p. 4.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos do direito**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais/EDUSP, 1972.

REALE, Miguel. Inconsciencia burguesa? **Acção**, São Paulo, 02 out. 1937. p. 4.

\_\_\_\_\_. Integralismo e mocidade. **Acção**, São Paulo, 30 set. 1937. p. 4.

\_\_\_\_\_. **Miguel Reale na UnB**. Brasília: UnB, 1982.

\_\_\_\_\_. **Memórias**: destinos cruzados. São Paulo: Saraiva, 1987a. v.1.

\_\_\_\_\_. **Memórias**: a balança e a espada. São Paulo: Saraiva, 1987b. v.2.

REALE, Miguel. Notas á margem de “Casa Grande & Senzala”. **Acção**, São Paulo, 14 out. 1936. p. 4.

\_\_\_\_\_. **Obras políticas (1ª fase – 1931/1937)**. Brasília: UnB, 1983a. t. 1.

\_\_\_\_\_. **Obras políticas (1ª fase – 1931/1937)**. Brasília: UnB, 1983b. t. 2.

\_\_\_\_\_. **Obras políticas (1ª fase – 1931/1937)**. Brasília: UnB, 1983c. t. 3.

\_\_\_\_\_. Opportunissima lembrança. **Acção**, São Paulo, 06 out. 1937. p. 4.

\_\_\_\_\_. O Anti-Integralismo. **Acção**, São Paulo, 10 out. 1936. p. 1.

\_\_\_\_\_. O comunismo na Hespanha. **Acção**, São Paulo, 8 out. 1936. p. 1.

\_\_\_\_\_. O exemplo integralista. **Acção**, São Paulo, 15 out. 1936. p. 3.

\_\_\_\_\_. O Integralismo revisitado. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 ago. 2004. Disponível em:

<[http://www.academia.org.br/abl\\_e4w/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from\\_info\\_index=6&infoid=1881&sid=392](http://www.academia.org.br/abl_e4w/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=6&infoid=1881&sid=392)>. Acesso em: 10 mai. 2014.

\_\_\_\_\_. O problema da democracia. **Acção**, São Paulo, 9 out. 1936. p. 1.

REALE, Miguel. O problema da paz. **Acção**, São Paulo, 10 jan. 1937. p. 1.

\_\_\_\_\_. Porque somos perseguidos? **Acção**, São Paulo, 13 out. 1936. pp. 1, 5.

\_\_\_\_\_. **Pluralismo e liberdade**. São Paulo: Saraiva, 1963.

\_\_\_\_\_. Purifiquemos o syndicalismo! **Acção**, São Paulo, 12 out. 1936. pp. 1-2.

\_\_\_\_\_. Sebastianismo insustentável. **Acção**, São Paulo, 10 mai. 1937. p. 4.

\_\_\_\_\_. Sindicato, classe e nação. **Acção**, São Paulo, 14 jan. 1937. p. 1.

\_\_\_\_\_. **Teoria do direito e do estado**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1940.

\_\_\_\_\_. **Teoria do direito e do estado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

\_\_\_\_\_. **Teoria tridimensional do direito**: preliminares históricas e sistemáticas. São Paulo: Saraiva, 1968.

\_\_\_\_\_. *Visión integral del Derecho: a modo de prefacio al libro de Javier García Medina*. In: MEDINA, Javier García. **Teoría integral del derecho en el pensamiento de Miguel Reale**. Valladolid: Ediciones Grapheus, 1995.

## 1.2 Outras

AÇÃO Integralista Brasileira. Manifesto-programa da Ação Integralista Brasileira à eleição presidencial (1937). In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (Org.). **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Biblioteca do Senado. v. 5. pp.150-167.

BRASIL. Decreto-lei n.º 37, de 2 de dezembro de 1937, Dissolução dos partidos políticos, *In*: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (Org.). **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Biblioteca do Senado. v. 5. pp. 306-308.

CAMPANHA anti-semita também na Itália. **Acção**, São Paulo, 20 jan. 1938. p. 5.

DUTRA, Eurico Gaspar. Solicitação ao presidente da república da decretação de comoção intestina grave – exposição de motivos dos ministros militares. *In*: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (Org.). **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Biblioteca do Senado. v. 5. pp. 215-220.

GÓIS MONTEIRO, Pedro Aurélio de. Depoimento do general Góis Monteiro sobre o “Plano Cohen”. *In*: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (Org.). **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Biblioteca do Senado. v. 5. pp. 222-240.

**JORNAL ACÇÃO**. São Paulo: Sigma Jornaes Reunidos, 1936-1938. Diário.

O INTEGRALISMO precisa de um milhão de eleitores. **Acção**, São Paulo, 05 mai. 1937.

PLANO Cohen. Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 30 set. 1937. *In*: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto (Org.). **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Biblioteca do Senado. v. 5. pp. 199-213.

SALGADO, Plínio. Alistamento eleitoral: directiva do chefe nacional. **Acção**, São Paulo, 06 mai. 1937.

\_\_\_\_\_. Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas (apoio ao regime e fechamento da Ação Integralista Brasileira) (28 de janeiro de 1938). *In*: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. Biblioteca do Senado. v. 5. p. 275-291.

SALGADO, Plínio. Manifesto de 7 de outubro de 1932. *In: Frente Integralista Brasileira*. A vitória já é nossa. [Internet]. São Paulo: FIB, c2005-2013. Atualizada em: 08 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.integralismo.org.br/?cont=75>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. Razões de um plebiscito. **Acção**, São Paulo, 21 mai. 1937. p. 4.

## 2 FONTES COMPLEMENTARES

ABREU, Alzira Alves de; BELOCH, Israel. (Coord.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC-FINEP, 1984.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004. (Coleção Estado de Sítio)

ARANTES, Paulo. O positivismo no Brasil: breve apresentação do problema para um leitor europeu. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 21, p. 185-194, jul. 1988.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *In medio virtus*: uma análise da obra integralista de Miguel Reale. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/6599>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

BANDEIRA, Bruno Taumaturgo; TELES, Angela Aparecida. O jornal integralista Acção: o trabalho com fontes em acervos digitalizados. *In: Revista Cadernos de Pesquisa CDHI*, Uberlândia, v. 25, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/14782/11208>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

BASTOS, Elide Rugai; RÊGO, Walquiria Leão. (Org.) **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *In: Revista de ciências sociais*. Rio de Janeiro, vol. 53, n. 4, 2010, pp. 889 a 919. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582010000400004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582010000400004&script=sci_arttext)>. Acesso em: 08 ago. 2013.

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da nova ordem**: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945). São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BENDA, Julien. A traição dos intelectuais. Tradução de Cristina Prado. *In*: BASTOS, Élide Rugai; RÊGO, Walquiria Leão. (Org.) **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'Água, 1999. pp. 65-121.

BOBBIO, Norberto. Intelectuais e vida política na Itália. *In*: BASTOS, Élide Rugai; RÊGO, Walquiria Leão. (Org.) **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Miguel Reale (1910-2006): um esboço de planejamento no Brasil na década de 1930. *In*: **Scripta Nova** (Revista electrónica de geografía y ciencias sociales), v. 10, n. 218, 1 ago. 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-21.htm>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro/Lisboa: Bertrand Brasil/DIFEL, 1989.

\_\_\_\_\_. **Campo de poder, campo intelectual**. Traducción de Jorge Dotti. Buenos Aires: Folios, 1983.

CARNEIRO, Márcia Regina da Silva Ramos. A contribuição de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale para a construção de um projeto de Estado-nação. *In*: **Anais do XII encontro regional de história. “Usos do passado”**; 14-18 ago. 2006; Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, Campus do Gragoatá. Rio de Janeiro: ANPUH, ANPERJ, 2006. Disponível em: <[http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=303](http://www.rj.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=303)>. Acesso em: 08 ago. 2013.

CARONE, Edgard. **A república nova (1930-1937)**. 2. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1976.



CARONE, Edgard. **A república velha**: instituições e classes sociais (1989-1930). 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1978. v. 1.

\_\_\_\_\_. **O estado novo (1937-1945)**. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massas no Brasil (1932-1937). Bauru: EDUSC, 1999.

CENTRO de Documentação do Pensamento Brasileiro. **Miguel Reale – bibliografia e estudos críticos**. Salvador: CDPB, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. *In*: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e mobilização popular**. 2. ed. Rio de Janeiro: CEDEC/Paz e Terra, 1978, pp.17-149.

CHASIN, José. **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

CRIPPA, Adolpho. (Coord.). **As idéias filosóficas no Brasil**: século XX, parte 1. São Paulo: Convívio, 1978. v. 2.

CROCE, Benedetto. História – sua teoria e prática. *In*: GARDINER, Patrick. **Teorias da história**. Tradução de Vítor Matos e Sá. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. pp. 274-292.

CRUZ, Natalia Reis. História, memória e poder: a Ação Integralista Brasileira e a reconstrução mistificada do passado e do presente. *In*: **História Unisinos**, v. 16, n. 2, mai./ago. 2012, p. 181-192. Disponível em:  
<<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/htu.2012.162.02/1005>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**: uma impressão freudiana. Tradução de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. (Coleção Conexões, 11).

DIAS, Romualdo. **Imagens de ordem**: a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1922-1933). São Paulo: UNESP, 1996.

DINES, Alberto; FERNANDES JÚNIOR, Florestan; SALOMÃO, Nelma. (Org.). **Histórias do poder**: 100 anos de política no Brasil – Ecos do Parlamento. São Paulo: Ed. 34, 2000. v.2.

DULLES, John W. Foster. **A faculdade de direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)**. Tradução de Vanda Mena Barreto de Andrade. São Paulo: EDUSP, 1984.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “estado da arte”. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, Unicamp, ano XXIII, n. 79, ago. 2002. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br/revista/rev/rev79.html> >. Acesso em: 08 ago. 2013.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **Introdução teórica à história do direito**. Curitiba: Juruá, 2011. (Biblioteca de História do Direito).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

\_\_\_\_\_. **A verdade e as formas jurídicas**. Tradução de Roberto Machado e Eduardo Moraes. 3. ed. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

\_\_\_\_\_. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b. (Coleção Ditos e escritos, v. II).

\_\_\_\_\_. **Doença mental e psicologia**. Tradução de L. Shalders. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

\_\_\_\_\_. **Estratégia, poder-saber**. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Tradução de Elisa Monteiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008c. (Coleção Ditos e escritos, v. IV).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. *Preface. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia**. New York: Viking Press, 1977, pp. XI-XIV. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Revisado e formatado por Alfredo Veiga-Neto. Disponível em: < [http://www.coloquiofoucault2008.mpbnet.com.br/por\\_uma\\_vida\\_ao\\_fa\\_scista.html](http://www.coloquiofoucault2008.mpbnet.com.br/por_uma_vida_ao_fa_scista.html)>. Acesso em: 4 jun. 2014.*

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. 15. ed. São Paulo: Global, 2004.

GARDINER, Patrick. **Teorias da história**. Tradução de Vítor Matos e Sá. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. 11. ed. São Paulo: FTD, 1994.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **O pensamento jurídico contemporâneo**. São Paulo: Saraiva, 1955.

GRYNSZPAN, Mário; PANDOLFI, Dulce Chaves. **Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1987.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**: introdução à problemática científica do direito. trad. J. Cretella Jr. e Agnes Cretella. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

\_\_\_\_\_. **O que é justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. trad. Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LAUERHASS JR., Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro**: estudo do advento da geração nacionalista de 1930. São Paulo/Belo Horizonte: EDUPS/Itatiaia, 1986.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MACHADO NETO, Antônio Luis. **História das idéias jurídicas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1969.

MEDINA, Javier García. *Teoría integral del derecho en el pensamiento de Miguel Reale*. Valladolid: Ediciones Grapheus, 1995.

MICELI, Sergio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MUSIEDLAK, Didier. Intelectuais e estado: o exemplo da Itália fascista. Tradução de Samira Felmann Marzochi. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. (Org.). **Intelectuais e estado**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. A evolução dos estudos sobre o integralismo. In: **Estudos ibero-americanos**, PUCRS, v. 36, n. 1, jan./jun. 2010, p. 118-138. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/viewArticle/7856>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

PASCHOAL, Antonio Edmilson. **A genealogia de Nietzsche**. Curitiba: Champagnat, 2003. (Coleção Filosofia, v. 1).

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PINHO, Rodrigo Maiolini Rebello. **Miguel Reale: política e história (1931-1969)**. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2008.

PRADO JÚNIOR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 19. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. A problemática do indivíduo e da liberdade para o integralismo em Plínio Salgado e Miguel Reale. In: **Anais do IV encontro nacional de pesquisadores do integralismo / III Simpósio do LAHPS. “Ideias e experiências autoritárias no Brasil”**. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 10-13 mai 2010. 910 p. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahpsintegralismo/>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Estado, corporativismo e utopia no pensamento integralista de Miguel Reale (1932-1937). In: **Revista intellectus**, UERJ, ano 07, v. 2, 2008a, p. 1-22. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. **Intelectuais e carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930**. Rio de Janeiro, 2013a. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. 346f.

\_\_\_\_\_. **O integralismo entre a família e o estado: uma análise dos integralismos de Plínio Salgado e Miguel Reale (1932-1937)**. 271 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008b.

\_\_\_\_\_. Uma “revolução necessária”: o conceito de revolução nos textos dos intelectuais da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). In: **Dimensões**, UFES, vol. 26, 2011, p. 255-276. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2593>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

RODRIGUEZ, José Rodrigo. A cabrocha e o magistrado: apontamentos sobre o drama do Direito no Brasil. In: MARCONDES, Marleide Paula; TOLEDO, Ferreira de. (Org.). **Cultura Brasileira: o jeito de ser e de viver de um povo**. São Paulo: Nankin, 2004.

ROLLAND, Denis. O historiador, o estado e a fábrica dos intelectuais. Tradução de Samira Felmann Marzochi. In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis. (Org.). **Intelectuais e estado**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SALDANHA, Nelson Nogueira. **História das ideias políticas no Brasil**. Brasília: Conselho editorial do Senado Federal, 2001.

SCHMITT, Carl. **Teología política**. Traducciones de Francisco Javier Conde y Jorge Navarro Pérez. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

SEELAENDER, Airton Lisle Cerqueira Leite. Juristas e ditaduras: uma leitura brasileira. In: SEELAENDER, Airton Lisle Cerqueira Leite; FONSECA, Ricardo Marcelo. (Org.). **História do direito em perspectiva**. Curitiba: Juruá, 2008, v. 1, p. 415-432.

SEELAENDER, Airton Lisle Cerqueira Leite; CASTRO, Alexander Rodrigues de. Um jurisconsulto adaptável. Francisco Campos (1891-1968). In: MOTA, Carlos Guilherme; SALINAS, Natasha. (Org.). **Os juristas na formação do Estado-Nação brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2010, v. 3, p. 255-291.

SILVA, Cíntia Rufino Franco da. Miguel Reale e o estado corporativo. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH. Universidade de São Paulo, São Paulo, jul. 2011. Disponível em: <<http://www.snh2011.anpuh.org/site/anaiscomplementares>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

\_\_\_\_\_. O estado sindical no pensamento de Miguel Reale (1932-1937). In: **Anais do IV encontro nacional de pesquisadores do integralismo / III Simpósio do LAHPS. “Ideias e experiências autoritárias no Brasil”**. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, 10-13 mai. 2010. 910 p. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/lahpsintegralismo/>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: **History and Theory**, vol. 8, n. 1, 1969, pp. 3-53, Wesleyan University. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2504188>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

\_\_\_\_\_. **História militar do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Francisco Martins de. **Raízes teóricas do corporativismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999. (Coleção Caminhos Brasileiros – v. 7).

TRINDADE, Hégio. **Integralismo**: o fascismo brasileiro na década de 30. São Paulo: Difel, 1979.

VASCONCELOS, Gilberto. **Ideologia Curupira**: análise do discurso integralista. São Paulo: Brasiliense, 1979.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1977.

WEHLING, Arno. **Os níveis da objetividade histórica**. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa Histórica e Arquivística, 1974.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do direito no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.